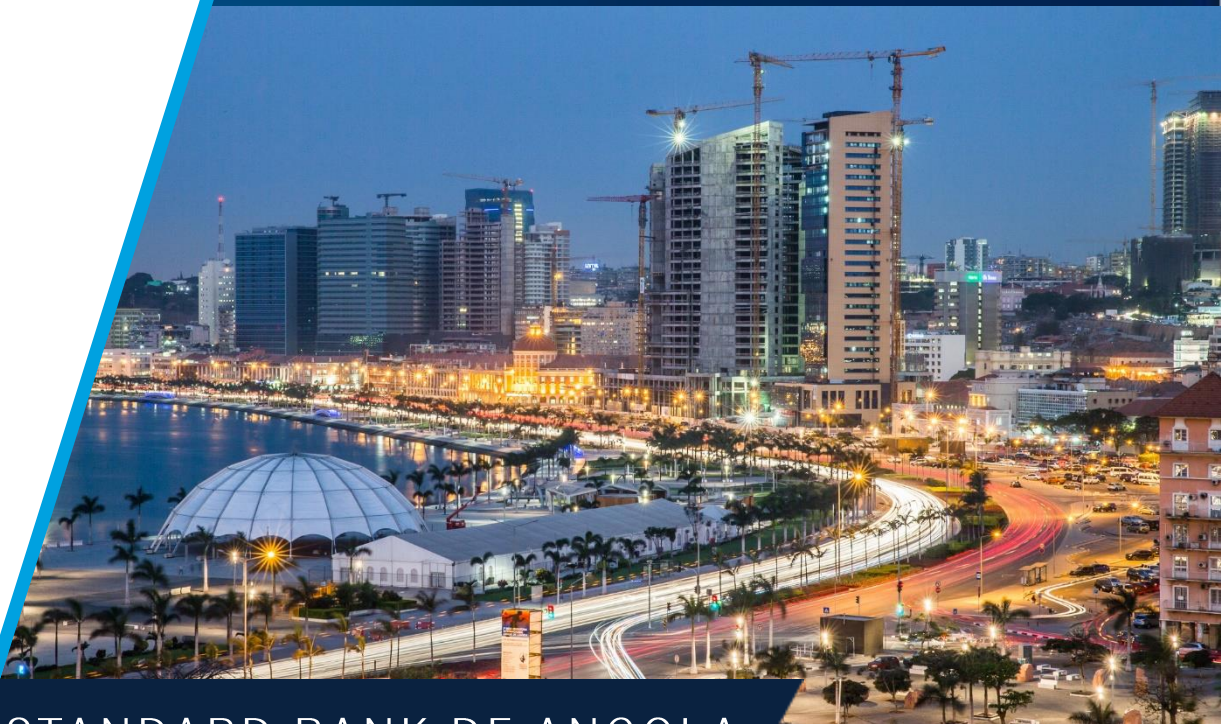




Relatório 2016 e Contas



STANDARD BANK DE ANGOLA

MENSAGEM DO CEO

PRÉMIOS E DISTINÇÕES

A EVOLUÇÃO DO NEGÓCIO

PRINCIPAIS INDICADORES

ESTRATÉGIA PARA 2017

RESPONSABILIDADE SOCIAL

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

ECONOMIA MUNDIAL

ECONOMIA ANGOLANA

O STANDARD BANK DE ANGOLA

QUEM SOMOS

ONDE ESTAMOS

COMO CRIAMOS VALOR

ESTRUTURA DE NEGÓCIO

CAPITAL HUMANO

MARKETING E COMUNICAÇÃO

INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

GOVERNAÇÃO CORPORATIVA

SISTEMA DE CONTROLO INTERNO E

MODELO DE GESTÃO DE RISCO

SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

MODELO DE GESTÃO DE RISCO

ANÁLISE FINANCEIRA

ANÁLISE DO BALANÇO

ANÁLISE DE RESULTADOS

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES

FINANCEIRAS

PARECER DO AUDITOR EXTERNO

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO

FISCAL



ANTÓNIO COUTINHO
CHIEF EXECUTIVE OFFICER

OS NOSSOS CLIENTES

Os nossos Clientes são a razão pela qual desenvolvemos o nosso negócio. Estamos empenhados em servir os interesses dos nossos Clientes de forma célere, possibilitando-lhes um relacionamento único com o Banco, através dos diversos produtos e serviços que oferecemos.

Para que possamos disponibilizar uma oferta de produtos e serviços que satisfaça os nossos Clientes, é essencial que conheçamos bem as suas necessidades e expectativas. Para tal, empenhamo-nos em conhecer o ambiente em que vivem, trabalham e operam, bem como os seus planos pessoais e profissionais, de curto e longo prazo.

Mantendo um foco contante na experiência do Cliente e na excelência do serviço prestado, o Standard Bank de Angola embarcou em 2016, numa jornada de melhoria dos seus serviços. O ponto de partida foi entender a percepção dos nossos Clientes sobre a sua experiência com os nossos serviços. Para o fazer foram recolhidos contributos dos Clientes, através dos questionários “Rate My Service”, de informações recolhidas através do *Call Center*, da análise de reclamações e elogios, bem como, de uma pesquisa externa solicitada pelo Banco.

Posicionar o Cliente no centro de tudo o que fazemos, representa um compromisso renovado com a qualidade do nosso serviço. Os Clientes esperam que percebamos as suas necessidades, que sejamos prestáveis, contam que os mantenhamos constantemente informados utilizando os diversos canais de comunicação de que dispomos. Em suma, esperam que sejamos uma mais valia nas suas vidas pessoais e profissionais.

Em linha com as sugestões dos nossos Clientes, mapeámos ao longo do ano os processos e procedimentos chave, de ponta-a-ponta, por forma a garantir o cumprimento das suas expectativas e otimizar os nossos serviços de pagamentos, soluções de crédito, gestão de consultas, entre outros.

“Proporcionar uma experiência única ao Cliente, através da qualidade do serviço, implica uma busca incessante pela excelência.”

Proporcionar uma experiência única ao Cliente, através da qualidade do serviço, implica uma busca incessante pela excelência. Neste sentido, em 2016, o Standard Bank de Angola apostou na criação de uma equipa inteiramente dedicada à experiência do Cliente. Esta garante ainda a publicação de um painel de Cliente e o *Service Journey milestone plan*, tendo como foco a gestão deste programa e o sucesso da implementação dos grandes projectos de melhoria de serviço de forma transversal à organização. Sendo o compromisso da gestão do Standard Bank de Angola com este tema total, esta equipa reporta directamente à Comissão Executiva, participando ainda nas reuniões mensais em ambiente de *steering committee* do *Service*.

AMBIENTE MACROECONÓMICO

O *World Economic Outlook report*, emitido pelo FMI em Outubro de 2016, previu uma redução do crescimento global para 3,1% em 2016 e de 3,4% em 2017. Este decréscimo deve-se à delicada situação das economias avançadas após o *Brexit* e ao crescimento inferior ao esperado nos Estados Unidos, que adoptaram uma política monetária expansionista. O FMI afirma ainda que o choque do preço do petróleo desde 2014 teve um impacto adverso sobre as receitas fiscais e nas exportações em Angola, não tendo por isso registado Angola qualquer crescimento em 2016, tendo fechado o ano com uma inflação de 41%.

A economia Angolana gera mais de 95% das receitas em moeda estrangeira através da exportação de petróleo. O mercado de matérias-primas permaneceu em grande parte do ano deprimido tendo, tal facto, impactado no desempenho do país. Neste sentido, até que se efective a diversificação do sector económico, a qual apenas deverá ser possível a médio e longo prazo, a economia continuará a ser vulnerável aos preços do petróleo. Em Janeiro de 2017, os membros e não membros da *Organization of the Petroleum Exporting Countries* (OPEP) implementaram cortes na produção de petróleo previamente acordados em Dezembro de 2016, permitindo a subida do preço do petróleo para cerca de US\$50. Ainda assim, apesar desta subida representar um impacto positivo sobre a economia, a mesma poderá não ser suficiente para acomodar a regularização nos atrasos do reembolso da dívida a fornecedores e investidores externos, bem como nos projectos-chave identificados pelo Governo para completar a sua estratégia de diversificação de investimentos no país.

A escassez de moeda estrangeira originou especulação nos mercados paralelos, fazendo com que as entidades importadoras tomassem posições de forma a proteger as suas operações, que conseqüentemente se traduziram num aumento generalizado dos preços e, como tal, num aumento da inflação. De forma a tentar equilibrar a procura e a liquidez existente no mercado em moeda nacional, o Banco Nacional de Angola aumentou as taxas de juro de referência, provocando uma subida nas taxas de juro pagas pelos Clientes no acesso a financiamento bancário, e conseqüentemente, impactando as empresas com maior nível de endividamento e nos rendimentos disponíveis dos consumidores / famílias.

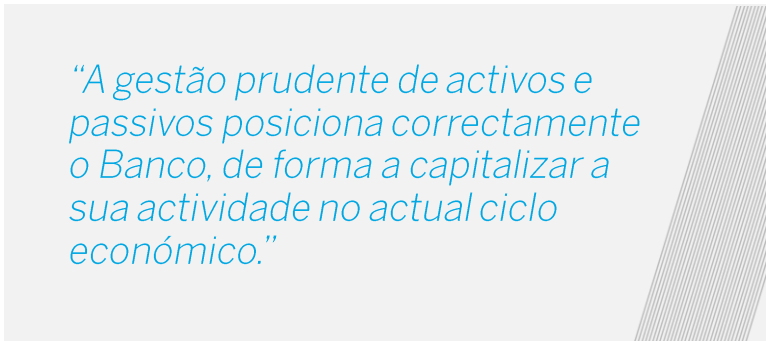
Apesar deste contexto, o Standard Bank de Angola conseguiu permanecer bem posicionado, em resultado de uma gestão de risco prudente e de uma análise criteriosa da concessão de crédito, que nos permitiu proteger depositantes e accionistas, conseguindo assim um impacto positivo sobre os lucros do Banco e salvaguardar a solidez do nosso balanço.

A gestão prudente de activos e passivos posiciona correctamente o Banco, de forma a capitalizar a sua actividade no actual ciclo económico.

Face ao ambiente operacional desafiante, o Standard Bank de Angola realizou diversas análises de *stress testing* de forma a aferir o impacto que possíveis eventos negativos poderiam acarretar para o seu portfólio. Estes eventos incluíram, entre outros, o impacto da queda do preço do petróleo e das matérias-primas, constrangimentos no sector financeiro, a desvalorização do Kwanza, revisões de rating e de probabilidades de *default*. Os resultados destes testes de *stress* confirmaram que o perfil de risco futuro do Banco está dentro do apetite de risco a assumir, bem com um adequado nível de solvabilidade do Banco.

Perspectiva-se que 2017 permaneça como um ano economicamente desafiante, ainda assim assinalando-se tendências de crescimento para os anos seguintes. Espera-se que a inflação decresça à medida que os preços se estabilizam, que as taxas de juro também recuem lentamente para níveis inferiores aos registados em 2016 e que o PIB cresça 3% ao ano.

Adicionalmente, acredita-se que 2017 possa trazer ao sector financeiro, mudanças estruturais como fusões, aquisições, resgates e reestruturações.



“A gestão prudente de activos e passivos posiciona correctamente o Banco, de forma a capitalizar a sua actividade no actual ciclo económico.”

REGULAÇÃO

Globalmente as instituições financeiras continuam a ser penalizadas com sanções regulatórias motivadas pela venda incorrecta de produtos, hipotecas “tóxicas” ou manipulação dos mercados financeiros. Este cenário foi particularmente visível nos Estados Unidos da América e na Europa, e por forma a colmatá-lo verificou-se um aumento significativo da regulamentação emitida, e da respectiva complexidade, com os reguladores a demonstrar uma menor tolerância com as instituições financeiras que não cumpram os requisitos regulamentares.

O Banco Nacional de Angola, em sintonia com a maioria dos bancos centrais, emitiu uma série de normativos em 2016 para reforçar a eficácia da supervisão bancária em Angola. Deste modo, os bancos tiveram que adaptar a sua gestão a um ambiente regulatório que se encontra em rápida mudança e o Standard Bank de Angola não foi excepção. Neste sentido, o Banco continua a actualizar processos e procedimentos, a formar o seu capital humano e a modernizar sistemas de informação de forma a garantir o cumprimento dos requisitos e espírito regulamentar, promovendo internamente uma cultura de compliance em linha com a legislação local e com as melhores práticas internacionais.

CYBER-RISK

O *cyber-risk* continua a ser uma área de preocupação para todas as indústrias, mas particularmente para as instituições financeiras. Em 2016, registaram-se uma série de ataques cibernéticos, incluindo a pirataria de números SWIFT e ataques *trojan* a diversos bancos centrais, tendo aumentado de forma significativa o *malware* financeiro. Estes ataques, para além de afectarem a capacidade de operar das instituições, acarretam também um elevado risco reputacional, podendo ainda dar origem a possíveis penalidades regulatórias.

Com o aumento do uso da tecnologia também a probabilidade de ataques cibernéticos aumenta. A África do Sul tem sido vítima da maioria dos ataques de *cyber-risk* em África e, em 2016 a Nigéria registou um incidente nos seus pagamentos electrónicos. Adicionalmente, um número considerável de *sites* de entidades governamentais e de empresas não financeiras foram igualmente alvo destes ataques em todo o continente Africano. Apesar de não terem sido registados casos em Angola, o Standard Bank de Angola continua a ter uma posição altamente proactiva no controlo e gestão de potenciais ataques, existindo protocolos direccionados para a gestão deste tipo de risco. A opinião geral entre a maioria dos peritos cibernéticos não está no “se poderá acontecer” mas no “quando irá acontecer” um ataque.

BRANQUEAMENTO DE CAPITALIS E FINANCIAMENTO DO TERRORISMO

Nos últimos anos os ataques terroristas têm incidido sobretudo nos EUA, França e Alemanha. Apesar de terem sido registados incidentes de terrorismo na Nigéria e no Egipto, o Médio Oriente continua a ser o foco do terrorismo com um maior número de vítimas relatadas durante o ano.

O terrorismo é perseverante e tornou-se uma ameaça global e contrariou as tendências históricas de focos localizados.

Com o aumento de ataques terroristas, os crimes associados a branqueamento de capitais e a financiamento do próprio terrorismo tornaram-se de extrema relevância. Em linha com os 7 anos anteriores, os bancos continuaram a enfrentar grandes penalidades por não terem estabelecido sistemas e processos adequados no combate ao branqueamento de capitais e terrorismo ou por violações de sanções relacionadas a certas jurisdições, particularmente o Irão.

“destaca-se o alinhamento do Standard Bank de Angola, com as melhores práticas regulamentares, em matéria de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo.”

Com o aumento do peso do compliance nas instituições financeiras, alguns países ocidentais optaram por mitigar a sua exposição ao risco, cortando relações enquanto bancos correspondentes com algumas jurisdições de alto risco. Sobre esta matéria, destaca-se o compromisso do Standard Bank de Angola, com as melhores práticas regulamentares, em matéria de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, através da implementação de normas e políticas, processos e procedimentos, capacitação de Colaboradores e automatização de sistemas que suportam a identificação de transacções e contas suspeitas.

OS NOSSOS COLABORADORES

Acreditamos no enorme potencial dos nossos Colaboradores como factor crítico para o sucesso do Banco. Sem eles a oferta de um serviço de excelência ao Cliente não seria, de modo algum, possível.

A nossa missão, visão e cultura organizacional guiam os nossos esforços de forma a criar um bom ambiente de trabalho.

- Esforçamo-nos para fazer do Standard Bank de Angola um lugar pelo qual os nossos Colaboradores se orgulham de trabalhar.
- Asseguramos a aplicação de práticas de trabalho solidárias e justas, respeitando os direitos dos nossos Colaboradores.

- Promovemos uma cultura de elevado desempenho onde os nossos Colaboradores são desafiados na promoção de experiências excepcionais aos nossos Clientes, sendo recompensados pela sua contribuição significativa na materialização da visão e missão do Banco.
- Capacitamos a nossa liderança para que possam gerir situações de elevada complexidade e adaptar-se rapidamente a ambientes operacionais que se encontram em constante evolução.
- Dotamos os nosso Colaboradores com as competências, ferramentas, processos e tecnologia para que possam cumprir com a missão de posicionar os Clientes no centro de tudo o que fazemos.

“Pretendemos enriquecer a nossa estratégia, impulsionando uma conexão mais profunda entre os nossos Colaboradores e a Marca.”

Pretendemos enriquecer a nossa estratégia, impulsionando uma conexão mais profunda entre os nossos Colaboradores e a Marca. Especialmente, quando são os nossos Colaboradores quem desempenha um papel vital na prestação de um serviço de excelência, focado no Cliente.

Os diferenciadores-chave em qualquer organização são a qualificação, motivação e compromisso dos Colaboradores com os objectivos do Banco. Com isto em mente propusemo-nos transformar a liderança do Banco para impulsionar a nossa estratégia centrada no Cliente. Este processo envolveu o recrutamento de talentos qualificados e experientes no mercado local, ou quando necessário o Banco procedeu ao recrutamento de trabalhadores estrangeiros, mas mantendo o especial cuidado de os acompanhar com jovens angolanos com excelente potencial para trabalharem em equipas multi-culturais.

Neste sentido, no ano de 2016 efectuámos uma revisão detalhada do ciclo de vida do Colaborador, tendo sido integradas mudanças significativas, especialmente no processo de recrutamento, tendo em conta o foco no serviço de excelência. O objectivo desta revisão é garantir que os Clientes são a prioridade máxima de cada Colaborador do Banco.

Para determinar o potencial do candidato, seja este local ou estrangeiro, foi desenvolvida uma nova abordagem para testar as competências dos candidatos, alinhado com as melhores práticas da indústria, tendo sido, desta forma, padronizada a forma de avaliar o potencial de liderança actual e futura dos elementos com maior senioridade de gestão no Banco, sendo expectável que esta abordagem se estenda durante o próximo ano a funções de *middle-management*.

A nossa estratégia de capital humano, assenta não apenas nas actividades de recrutamento, dentro de um conjunto de parâmetros claramente definidos, como o enquadramento na cultura do Banco e a capacidade que o candidato demonstra para desempenhar o seu papel, mas também num processo rigoroso de avaliação de desempenho que permite identificar tanto os Colaboradores com oportunidades de melhoria que não executem as suas actividades de forma constante e consistente, como os Colaboradores *top performers* para que os possamos recompensar e reter.

Muito trabalho tem sido realizado na identificação de talentos futuros, estando o Banco neste momento a investir em programas de formação que permitam aos potenciais sucessores estar prontos para o próximo passo nas suas carreiras dentro do Grupo Standard Bank, tanto em Angola como noutra geografia.

Acreditamos que as remunerações auferidas também precisam de reflectir as tendências do mercado, sendo que os principais talentos precisam de ser reconhecidos e diferenciados pelos resultados que têm desenvolvido.

Gostaria de aproveitar esta oportunidade para agradecer a todos os nossos Colaboradores por um ano muito bem sucedido, agradecer a sua dedicação e trabalho árduo que fizeram toda a diferença. Desejo que em 2017 possamos manter a nossa trajectória de crescimento contínuo no mercado Angolano através da excelência no nosso serviço.

Finalmente, aos nossos Clientes, agradecemos-lhes o apoio contínuo e estamos ansiosos para lhes acrescentar valor em 2017.

António Coutinho
Chief Executive Officer

03 de Março de 2017



PRÉMIOS E DISTINÇÕES

Rigor, excelência e compromisso são os *drivers* que regem a actividade do Standard Bank de Angola, permitindo o seu notável e recorrente reconhecimento.

PRÉMIOS E DISTINÇÕES

O exercício de 2016 não foi excepção na distinção da actividade do Standard Bank de Angola.

Com 6 anos no mercado Angolano têm sido diversos os prémios internacionais recebidos que espelham o reconhecimento da excelência e rigor dos serviços bancários prestados pelo Banco.

O Cliente continua a ser o grande foco do Banco e o compromisso em satisfazer as suas necessidades, garantindo a melhor qualidade e experiência, são objectivos primordiais. Neste sentido, a atribuição de diversos prémios internacionais por quatro reputadas publicações da área, reflectiram o empenho do Standard Bank de Angola ao longo do exercício de 2016.

PRÉMIOS E DISTINÇÕES

MELHOR BANCO DE INVESTIMENTO EM ANGOLA

5º ano consecutivo



MELHOR PCE EM ANGOLA



MELHOR PROVEDOR DE OPERAÇÕES CAMBIAIS EM ANGOLA

2º ano consecutivo



MELHOR BANCO DE INVESTIMENTO EM ANGOLA



MELHOR BANCO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA EM ANGOLA



MELHOR PROVEDOR DE TESOURARIA E GESTÃO DE CAIXA EM ANGOLA

2ª distinção na categoria



MELHOR BANCO DE DEBT CAPITAL MARKETS EM ANGOLA



MELHOR BANCO DE INVESTIMENTO EM ANGOLA

3º ano consecutivo





A EVOLUÇÃO DO NEGÓCIO

Os resultados de 2016 do Standard Bank de Angola, espelham a solidez e resiliência do Banco, mesmo num contexto macroeconómico desafiante.

PRINCIPAIS INDICADORES

	2016	2015	VARIAÇÃO
MARGEM FINANCEIRA	16.144.691	9.254.004	↑ +74%
RESULTADO DE OPERAÇÕES CAMBIAIS	3.822.090	5.365.964	↓ -29%
RESULTADOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FINANCEIROS	3.221.038	2.603.699	↑ +24%
PRODUTO BANCÁRIO	22.088.306	17.709.736	↑ +25%
RESULTADO LÍQUIDO	7.877.760	5.237.566	↑ +50%
RETURN ON EQUITY (ROE)	49,4%	48,4%	↑ +2%
COST-TO-INCOME	58,5%	61,2%	↑ +4%
ACTIVO	367.804.710	299.001.345	↑ +23%
PROVISÕES PARA IMPARIDADE DE CRÉDITO / CRÉDITO	4,7%	4,4%	↓ -7%
RÁCIO DE SOLVABILIDADE REGULAMENTAR	26,8%	20,1%	↑ +33%

UN: Milhares de AOA

PRINCIPAIS INDICADORES

ACTIVO TOTAL

O aumento do activo do Standard Bank de Angola traduziu um significativo crescimento da actividade de intermediação financeira e o aumento da captação de recursos de Clientes.

2014		203.368.457
2015		299.001.345
2016		367.804.710

CLIENTES

O número de Clientes activos do Banco sofreu um decréscimo face ao ano transacto tendo sido, contudo, compensado pelo aumento do envolvimento bancário dos Clientes existentes.

2014		23.512
2015		37.681
2016		30.635

AGÊNCIAS, ATMs e TPAs

Tanto o número de agências do Banco, como o número de TPAs activos sofreu um decréscimo ao longo de 2016. Os 27 ATMs existentes em 2015 mantiveram-se no ano de 2016.



27 POSTOS DE ATENDIMENTO
(MENOS 2 POSTOS QUE EM 2015)



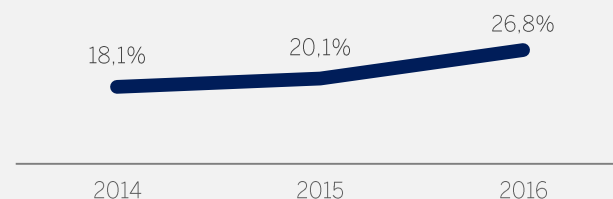
451 TPAs
(MENOS 95 TPAs QUE EM 2015)



27 ATMs
(EM IGUAL NÚMERO EM 2015)

RÁCIO DE SOLVABILIDADE

O rácio de Solvabilidade mantém-se significativamente acima do limite de solvabilidade exigido pelo Banco Nacional de Angola (10%), tendo vindo sempre a aumentar nos últimos anos, estando actualmente fixado num valor confortável de 26,8%.



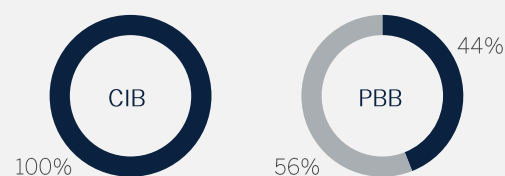
COLABORADORES

Verificou-se um ligeiro decréscimo no número de Colaboradores do Banco tendo, no entanto, sido efectuado um elevado investimento na formação e capacitação dos recursos existentes.

2014		508
2015		576
2016		565

CANAIS DIGITAIS

Ambos segmentos de negócio do Banco aumentaram a sua taxa de penetração na utilização do canal digital de *internet banking*, destacando-se o segmento de CIB com uma taxa de 100%.

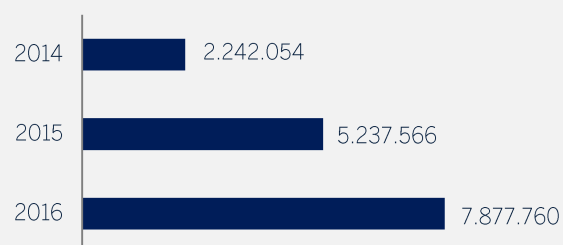


■ Utilizadores do serviço *internet banking*
■ Não utilizadores do serviço *internet banking*

PRINCIPAIS INDICADORES

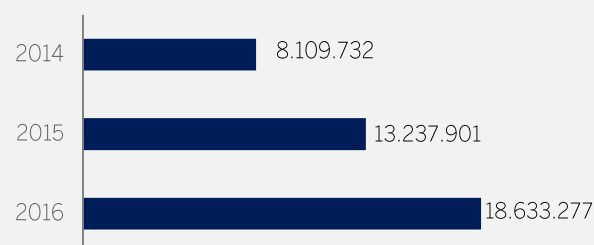
RESULTADO LÍQUIDO

Em 2016 o Standard Bank de Angola atingiu o resultado mais elevado da sua história, apresentado um montante de 7.877.760 AOA, que resulta numa variação de 50% face ao ano anterior.



CAPITAIS PRÓPRIOS

Os capitais próprios do Standard Bank de Angola mantêm o ritmo de crescimento, consolidando a solidez e a posição do Banco no mercado.



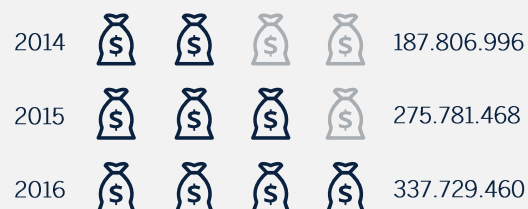
CRÉDITO CONCEDIDO

O crédito concedido a Clientes apresentou um ligeiro decréscimo face ao ano anterior, dadas as condições macroeconómicas do país e uma prudente gestão de risco do Banco na concessão de crédito.



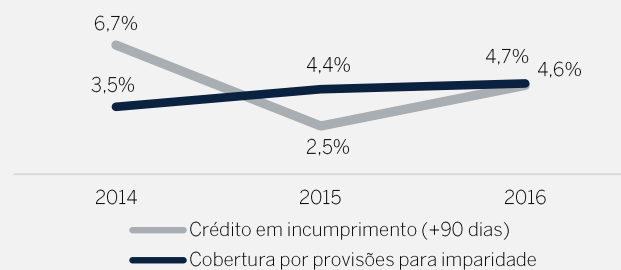
DEPÓSITOS

Os depósitos de Clientes registam uma evolução bastante positiva, com um crescimento de 22% face ao ano transacto, evidenciando a crescente confiança dos Clientes no Banco.



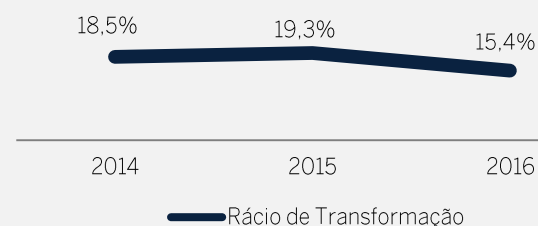
QUALIDADE DE CRÉDITO

O volume de crédito vencido no total da carteira mantém-se em valores reduzidos, ainda que, devidamente compensados por um nível adequado de provisões para perdas por imparidade.



RÁCIO DE TRANSFORMAÇÃO

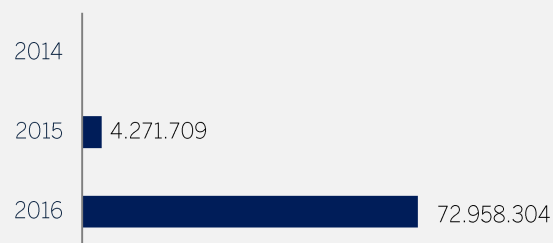
A diminuição do rácio de transformação deveu-se a um aumento de depósitos captados ao longo do ano, superior ao crescimento do crédito concedido.



PRINCIPAIS INDICADORES

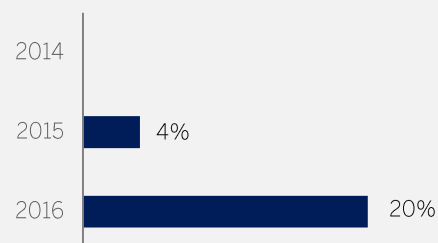
INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA (TÍTULOS)

Com apenas 1 ano e 2 meses como membro activo da BODIVA, o Standard Bank de Angola intermediou em 2016, 72.958.304 Milhares de AOA em títulos de dívida soberana com os seus Clientes.



NEGOCIAÇÕES BODIVA (% DO TOTAL)

O volume de negociação intermediado pelo Standard Bank de Angola em 2016, já representa 20% do total negociado pelos membros da BODIVA.



RANKING NEGOCIAÇÃO (BODIVA)

Em 2016, o Standard Bank de Angola ocupa o 2º lugar do ranking em termos de volume de transacções intermediadas, confirmando assim o reconhecimento dos Clientes para com o Banco neste tipo de operações no mercado.

BFA		128.989.331 (35%)
SBA		72.958.304 (20%)
BAI		65.171.781 (18%)



ESTRATÉGIA PARA 2017

A estratégia do Standard Bank de Angola reflecte o compromisso do Banco com Angola e do futuro conjunto que pretende construir com os Clientes, Colaboradores e Parceiros.

ESTRATÉGIA PARA 2017

AFRICA IS OUR HOME, WE DRIVE HER GROWTH.

VISÃO

Ser a organização dos serviços financeiros líder em e por África, providenciado aos Clientes, experiências excepcionais e com valor superior,

PRINCIPIOS ORIENTADORES



LEGITIMIDADE

A nossa legitimidade é baseada no que torna o Grupo Standard Bank único, sendo essa a base da nossa credibilidade.

- Património e Marca com mais de 150 anos;
- Compromisso com os Clientes e com a confiança depositada no Banco;
- Espírito pioneiro;
- Presença em África e no mundo;
- Pragmatismo comercial;
- Compromisso de longo prazo;
- Paixão por África;
- Equipa de excelência.

VALORES

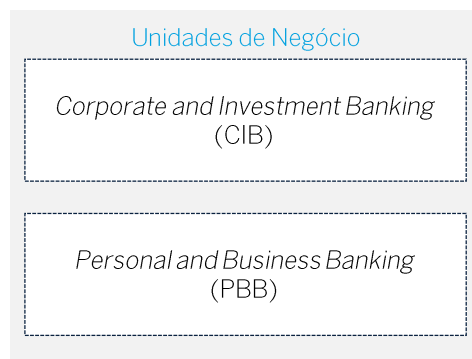
Os nossos valores suportam a nossa legitimidade e são a base da confiança gerada.

- Servir os nossos Clientes;
- Capacitar os Colaboradores;
- Criar valor para os nossos Parceiros;
- Ser proactivo;
- Trabalhar em equipa;
- Elevar constantemente a fasquia;
- Privilegiar o respeito mútuo;
- Defender os mais altos níveis de integridade.

FOCO

Colocando os seus Clientes e Parceiros no centro da sua actividade, e em linha com realidades de risco, regulação, tecnologia e concorrência que moldam o panorama financeiro em África, o Banco aposta na diversificação da sua oferta, no investimento em operações, sistemas e infra-estruturas e na criação de um impacto positivo junto das comunidades locais, investindo de forma crescente e continuada na responsabilidade social corporativa em Angola.

PILARES



ESTRATÉGIA PARA 2017

A estratégia do Standard Bank de Angola assenta sobre dois eixos fundamentais, nomeadamente, o que fazemos e como fazemos. A base para a identificação do que fazemos é assente no objectivo primordial de uma Marca com mais de 150 anos, focado em impulsionar o desenvolvimento do continente Africano e, conseqüentemente, dar o seu contributo para o crescimento do mercado Angolano, respeitando os valores e princípios apenas alcançáveis através de uma sólida estrutura organizacional.

Neste sentido para 2017 o Standard Bank de Angola identificou um conjunto de vectores estratégicos, a apostar durante o exercício do ano corrente.



SOLIDEZ

- Continuar a crescer a nível de balanço (aumentar os depósitos e a carteira de crédito, manter os níveis de rentabilidade e aumentar a remuneração accionista);
- Manter o rácio de liquidez do Banco;
- Garantir uma rentabilidade que permita ao Standard Bank de Angola ser o Banco mais rentável do país.



RIGOR

- Privilegiar rigorosos *standards* de *Know Your Customer* (KYC);
- Manter uma gestão rigorosa e prudente.



INVESTIMENTO

- Investir na construção de uma nova sede, com início no exercício de 2017 e cuja abertura se encontra prevista para 2018;
- Apoiar o investimento interno e externo no continente Africano com especial foco no investimento oriundo na China;
- Potenciar a concessão de crédito de forma a influenciar uma tendência positiva da economia.



SERVIÇO

- Continuar a melhorar os níveis de serviço do Banco de modo a proporcionar a melhor experiência ao Cliente;
- Posicionar-se como o Banco com a melhor qualidade de serviço no país.



CANAIS

- Desenvolver novos canais (*mobile banking* / *internet banking*), nos quais o Grupo tem implementada uma importante iniciativa denominada "*digitization*" que pretende valorizar a era digital. O objectivo do Standard Bank de Angola é seguir esta tendência e, cada vez mais, oferecer a possibilidade de transpor as operações físicas para *online*.



SISTEMAS

- Renovar a arquitectura dos sistemas de informação do Banco, bem como implementar processos robóticos e de automatização.



RESPONSABILIDADE SOCIAL

O Standard Bank de Angola, de acordo com a sua genética, actua junto das comunidades em linha com os mais elevados padrões éticos, sociais e de sustentabilidade.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

O Standard Bank de Angola, no seguimento da sua estratégia de responsabilidade social, tem vindo a actuar junto das comunidades onde Marca presença, sempre em linha com os mais elevados padrões éticos e sociais.

O Banco acredita que a sustentabilidade das sociedades é também suportada por pilares como a Saúde e a Educação e, por esta razão, manteve-se o alinhamento à política global do Grupo.

Neste sentido, desenvolveram-se diversos projectos que foram de encontro a este compromisso.

A aposta na protecção social, através do apoio a crianças, a jovens e adultos carenciados traduz-se numa preocupação actual, materializando-se nas diversas acções que se têm vindo a promover pelo território nacional.

SAÚDE

Projecto Sorriso de Natal

Em parceria com a Liga Angolana Contra o Cancro (LACC), o Banco promoveu uma festa de Natal solidária para uma centena de crianças com cancro que se encontram em tratamento no Instituto Angolano de Controlo do Cancro (IACC).

Este evento proporcionou momentos de grande diversão para os pacientes e seus acompanhantes, em ambiente de Natal, além da oferta de brinquedos e bens essenciais de consumo à Oncopediatria do IACC.

Apoio a Unidades Hospitalares

Com o propósito de reduzir os casos de malária no país e também de instruir as comunidades sobre hábitos de higiene e saúde foram disponibilizados, a oito Unidades Hospitalares das capitais de províncias, medicamentos, material hospitalar gastável, redes mosquiteiras impregnadas com insecticida de longa duração e manuais relacionados com higiene e saúde.



APOIO A UNIDADES HOSPITALARES

RESPONSABILIDADE SOCIAL

No âmbito da parceria com a LACC, o Banco participou em diversas acções que visaram alertar as comunidades sobre os diversos tipos de cancro, a importância da prevenção, do apoio aos pacientes oncológicos e do combate ao preconceito.

Campanhas Outubro Rosa e Novembro Azul

Ao longo do ano, o Standard Bank de Angola, realizou diversas actividades preventivas como a realização de palestras, rastreios, encontros e acções de sensibilização, referentes ao cancro da mama e da próstata.

Estas acções culminaram na realização de marchas colectivas de solidariedade e consciencialização sobre o cancro da mama, no mês de Outubro, e sobre o cancro da próstata, em Novembro. A Caminhada Azul, caminha de prevenção ao cancro da próstata, realizou-se no país pela primeira vez.

Nestas iniciativas participaram ainda profissionais de saúde, pacientes e várias personalidades que se juntaram para apoiar esta nobre causa.

3ª edição da Corrida de Ciclismo Contra o Cancro da Pele

Sob o lema “Volta às terras do café” foi realizada a 3ª tournée da Pedalada contra o Cancro, cujo principal objectivo desta edição foi alertar a população para os riscos do melanoma, o mais agressivo dos tumores de pele.

Esta corrida envolveu mais de 20 atletas que percorreram 870 quilómetros desde a província do Cuanza Norte, passando pela província do Uíge, concluindo o seu percurso em Luanda.

Neste contexto, foram ainda realizadas em Luanda, durante 9 dias – 14 a 22 de Maio – palestras, consultas de rastreio e encaminhamento de pacientes para locais de tratamento especializado.

Campanha de Angariação de Materiais Gastáveis

Através da rede social *Facebook*, o Standard Bank de Angola lançou em Outubro uma campanha de angariação de materiais hospitalares de maior consumo, nomeadamente seringas e luvas, que se traduziu na angariação de donativos entregues no encerramento da Caminhada Azul.



RESPONSABILIDADE SOCIAL

EDUCAÇÃO

O Standard Bank de Angola apadrinhou o projecto ABC Alfabetizar, iniciativa criada por um grupo de estudantes universitários, com objectivo de alfabetizar jovens e adultos.

Em 2016 foram realizadas duas acções, uma no distrito urbano da Samba e outra no distrito urbano da Maianga, que visaram o encerramento do ano lectivo 2016, a expansão do projecto e a projecção do posterior ano lectivo.

JUVENTUDE

Apoio aos Meninos Pintores de Angola

Como forma de reconhecimento aos ciclistas que participaram da 3ª tournée Pedalada contra o Cancro, o Banco reuniu, uma vez mais, os Meninos Pintores de Angola, menores acolhidos pelo centro Arnaldo Janssen, para eternizar esta iniciativa com o seu talento.

O reconhecimento ficou expresso numa obra de arte, acrílico sobre tela (100 cm X 120 cm), que espelha alguns dos momentos vividos ao longo da corrida.



Apoio ao Centro das Irmãs do Perpétuo Socorro

O Standard Bank de Angola efectuou um donativo composto por produtos alimentares de primeira necessidade ao Centro das Irmãs do Perpétuo Socorro, instituição que acolhe crianças órfãs dos 3 aos 17 anos de idade com o intuito de reduzir as suas carências.

Apoio ao Centro de Acolhimento Lar de Nazaré

Em parceria com a Embaixada da África do Sul, o Banco distribuiu diversos donativos ao Centro de Acolhimento Lar da Nazaré.





ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Os actuais níveis de incerteza, tanto a nível internacional como nacional, criam volatilidade nos mercados económicos influenciando a performance do Standard Bank de Angola.

ENQUADRAMENTO MUNDIAL

O ano 2016 foi caracterizado por um fraco crescimento da economia mundial, sobretudo das economias avançadas, que representam cerca de dois terços da economia mundial, num contexto de desaceleração do comércio internacional e do investimento.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) estima no seu Relatório de Perspectivas Económicas, actualizado em Janeiro de 2017, que a economia global tenha desacelerado 0.1 pontos percentuais (pp) para 3.1% ano a ano (a/a) em 2016.

Variação Anual (% Real do PIB)

	2014	15	16*	17*	18*
Mundo	3,4	3,2	3,1	3,4	3,6
Avançadas	1,9	2,1	1,6	1,9	2,0
G7	1,7	1,9	1,4	1,7	1,7
EUA	2,4	2,6	1,6	2,3	2,5
Zona Euro	1,1	2,0	1,7	1,6	1,6
Alemanha	1,6	1,5	1,7	1,5	1,5
França	0,6	1,3	1,3	1,3	1,6
Itália	-0,3	0,7	0,9	0,7	0,8
Japão	0,0	1,2	0,9	0,8	0,5
Reino Unido	3,1	2,2	2,0	1,5	1,4
Canadá	2,5	0,9	1,3	1,9	2,0
Em.& em Desenv.	4,6	4,1	4,1	4,5	4,8
Brasil	0,1	-3,8	-3,5	0,2	1,5
Rússia	0,7	-3,7	-0,6	1,1	1,2
Índia	7,2	7,6	6,6	7,2	7,7
China	7,3	6,9	6,7	6,5	6,0
África Subs.	5,1	3,4	1,6	2,8	3,7
África do Sul	1,6	1,3	0,3	0,8	1,6
Nigéria	6,3	2,7	-1,5	0,8	2,3
Angola	4,8	3,0	-	1,5	2,4
SADC	3,5	2,7	1,6	2,4	-

Fonte: IMF WEO Report, Standard Bank

Nota: (*) estimativa/previsão

Esta desaceleração deveu-se em grande medida à queda substancial do crescimento nas economias avançadas, de 2,1% em 2015 para 1,6% em 2016.

Nos Estados Unidos da América (EUA), a estimativa avançada, com dados ainda incompletos e sujeitos a revisão, indica uma desaceleração da expansão do Produto Interno Bruto (PIB) no último trimestre de 2016 para 1,9% ano a ano (a/a), de 3,5% a/a no trimestre anterior, que se deveu em grande medida à queda das exportações. Como resultado, observou-se uma desaceleração da expansão anual do PIB de 2,6% em 2015 para 1,6% em 2016.

O FMI estima que o crescimento também tenha desacelerado na Zona Euro, de 2% em 2015 para 1,7% em 2017, reflectindo essencialmente um crescimento mais lento dos países da periferia.

Na China, dados preliminares indicam uma aceleração do crescimento do PIB de 0,1pp no último trimestre de 2016 para 6,8%. Para o ano como um todo, o PIB desacelerou de 6,9% em 2015 para 6,7% em 2016.

O crescimento mais lento na China e a transição e rebalanceamento em curso, de uma economia baseada no investimento para o consumo e da indústria para os serviços, continuou a afectar negativamente um conjunto de economias com exposição à economia chinesa por via de uma desaceleração da agregada.

O crescimento anémico na África do Sul, a contracção da actividade na Nigéria, e a forte desaceleração em Angola contribuíram para um menor crescimento na África Subsaariana, de 3,4% em 2015 para 1,6% em 2016.

A forte dependência nas exportações de petróleo na Nigéria e em Angola e a fraca diversificação continuaram a afectar negativamente aquelas economias.

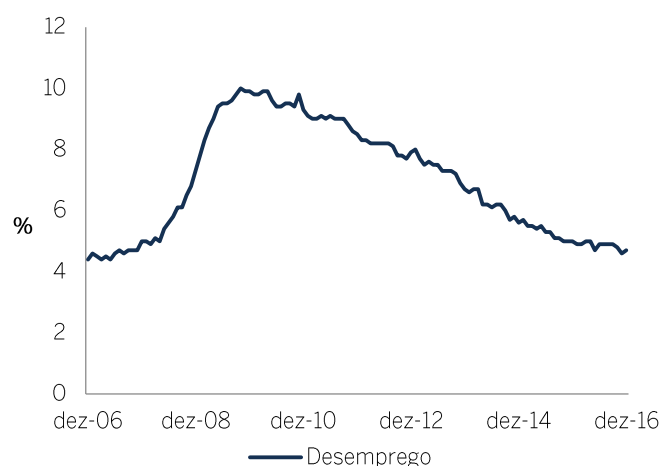
ENQUADRAMENTO MUNDIAL

Na África do Sul, o crescimento anémico está em grande medida associado à conjuntura global, mas também traduz factores domésticos de natureza estrutural e política.

Uma característica do fraco crescimento a nível global tem sido uma lenta redução do desemprego, um dos legados da crise económica e financeira de 2008/09.

Ainda assim, tem-se observado melhorias em algumas economias, como o caso dos EUA, onde a taxa de desemprego caiu 0.3 pontos percentuais (pp), de 5% em Dez 2015 para 4.7% em Dez 2016, um nível que permite considerar que a economia muito provavelmente se encontra próxima do pleno emprego.

Taxa de Desemprego nos Estados Unidos da América (EUA)



Fonte: U.S. Dep. of Labor - Bureau of Labor Statistics

Na Zona-Euro, a taxa de desemprego caiu 0.9pp para 9.6% a/a em Dez 2016, de 10.5% a/a em igual período de 2015.

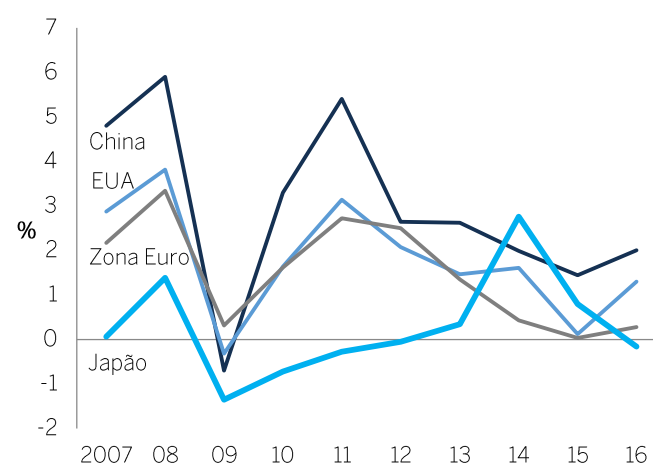
Neste contexto de fraco crescimento global, a inflação manteve-se abaixo do objectivo para um número significativo de economias, o que em 2016 permitiu a manutenção de políticas monetárias acomodativas.

Dados mais recentes indicam que em algumas economias a inflação começa a aproximar-se do objectivo, o que pode obrigar a adopção de políticas monetárias menos acomodativas.

Nos EUA, a inflação homóloga subiu para 2.1% a/a em Dez 2016, de 0.7% a/a em Dez 2015, com a média anual a aumentar de 0.1% em 2015 para 1.3% em 2016.

A Zona Euro registou uma inflação homóloga de 1.1% a/a em Dez 2016, após 0.2% a/a em Dez 2015. Dados preliminares de Jan 2017 indicam um aumento substancial para 1.8% a/a, devido essencialmente à subida de preços na classe da energia.

Inflação Média Anual



Fonte: Standard Bank Research

A China também observou uma aceleração da inflação homóloga em Jan 2017 para 2.5% a/a, reflectindo alguma pressão nos preços dos alimentos, após ter-se situado em 2.1% a/a em Dez 2016 e 1.6% a/a em Dez 2015.

Com uma inflação baixa e a aumentar marginalmente, de 0.2% a/a em Dez/15 para 0.3% a/a em Dez 2016, o Banco Central do Japão, muito provavelmente irá manter uma política monetária não convencional por mais tempo, para combater o risco de deflação.

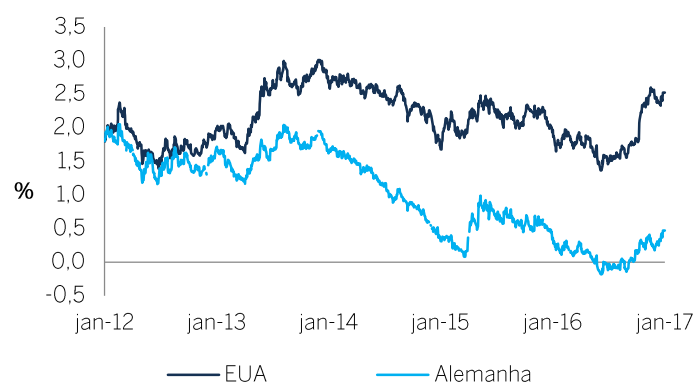
ENQUADRAMENTO MUNDIAL

Nos EUA, a normalização da política monetária tem sido gradual, com um aumento de 25 pontos base (pb) na taxa de juro dos fed funds em Dez 2015 e outro de igual magnitude em Dez 2016, para uma banda de variação entre 0.5% e 0.75%.

A materializar-se o estímulo fiscal contido na promessa eleitoral de Donald Trump, os EUA poderão experimentar uma subida mais rápida da inflação.

De facto, o recente aumento dos yields dos títulos do Tesouro norte-americano já reflecte expectativas de uma aceleração da inflação.

Yields das Obrigações a 10 anos (EUA vs. Alemanha)

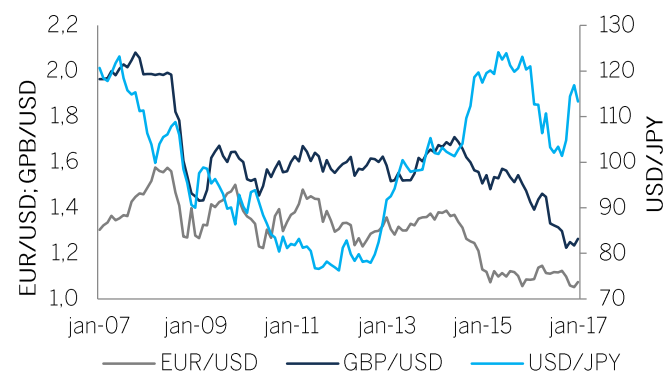


Fonte: Reuters; Standard Bank Research

A nossa expectativa é de que a Reserva Federal (Fed) efectue três aumentos na taxa de juro dos fed funds de 25pb cada ao longo de 2017, o que tem pode gerar pressões adicionais para apreciação do Dólar.

Ao longo de 2016, o Dólar manteve-se relativamente forte, o que gerou pressões inflacionárias para um conjunto de economias dependentes da exportação de matérias-primas, sobretudo em África, onde a depreciação das suas moedas foi inevitável para dar continuidade ao ajustamento das suas balanças de pagamentos à queda das receitas de exportação e dos fluxos de investimento.

Taxas de Câmbio



Fonte: Reuters; Standard Bank Research

	2012	2013	2014	2015	2016
Câmbios, fim de período					
EUR/USD	1,3	1,4	1,2	1,1	1,1
GBP/USD	1,6	1,7	1,6	1,5	1,2
USD/JPY	86,8	105,3	119,7	120,3	116,9
USD/CNY	6,2	6,1	6,2	6,5	7,0
USD/ZAR	8,5	10,5	11,6	15,5	13,7
Variação % anual					
EUR/USD	2,0	4,2	-12,0	-10,2	-3,2
GBP/USD	4,6	1,9	-5,9	-5,4	-16,3
USD/JPY	12,7	21,4	13,7	0,5	-2,8
USD/CNY	-1,0	-2,8	2,5	4,6	7,0
USD/ZAR	27,8	24,1	10,2	33,8	-11,2

Fonte: Reuters; Standard Bank Research

Nas regiões afectadas pelo fenómeno – EL Niño, a prevalência de uma prolongada seca em 2016 traduziu-se num aumento do preço dos alimentos que também contribuiu para o aumento de pressões inflacionárias.

Outro factor que contribuiu para pressões inflacionistas nalgumas das economias exportadoras de petróleo foi uma maior lentidão nos esforços para a consolidação fiscal, que resultou em défices fiscais consideráveis.

No geral, em 2016, as economias dependentes da exportação de *commodities*, incluindo o petróleo, continuaram afectadas por uma conjuntura mundial caracterizada por preços relativamente baixos e fraca procura.

ENQUADRAMENTO MUNDIAL

A desaceleração do crescimento económico na China, apesar de gradual, tem um impacto negativo sobre a procura agregada mundial e sobre o comércio internacional.

Estimativas do FMI sugerem que a desaceleração do comércio de internacional de bens e serviços foi mais acentuada para o grupo das economias avançadas quando comparadas com os mercados emergentes e as economias em desenvolvimento.

Variação Anual Percentual

	2014	2015	2016*	2017*
Comércio mundial de bens e serviços				
Volume	3,8	2,6	2,3	3,8
Deflator de preço em USD	-1,8	-13,2	-2,8	2,5
Volume de exportações de bens e serviços				
Economias avançadas	3,8	3,6	1,8	3,5
Mercados emergentes e em desenvolvimento	3,5	1,3	2,9	3,6
Volume de importações de bens e serviços				
Economias avançadas	3,8	4,2	2,4	3,9
Mercados emergentes e em desenvolvimento	4,5	-0,6	2,3	4,1
Comércio mundial de bens				
Volume	3,2	2,4	2,3	3,8
Deflator de preço em USD	-2,5	-14,4	-3,7	2,6
Volume de exportações de bens				
Economias avançadas	3,4	3,4	1,7	3,5
Mercados emergentes e em desenvolvimento	2,8	1,1	3,0	3,4
Exportadores de petróleo	-0,2	1,7	2,7	2,2
Não exportadores de petróleo	4,1	0,9	3,1	3,7
Volume de importações de bens				
Economias avançadas	3,5	3,9	2,4	4,1
Mercados emergentes e em desenvolvimento	2,8	-0,2	2,5	3,9
Exportadores de petróleo	1,5	-8,1	-2,6	4,4
Não exportadores de petróleo	3,1	1,7	3,6	3,8

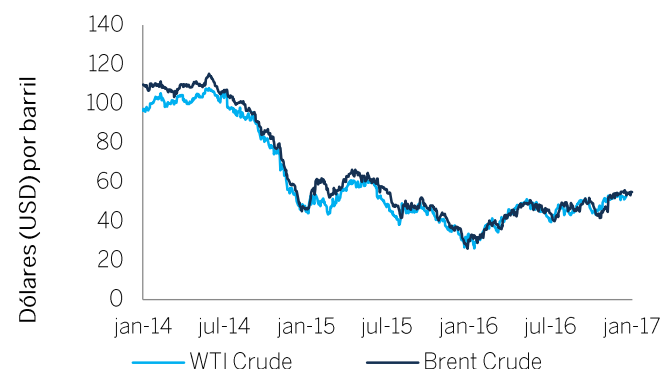
Fonte: IMF WEO Report Oct2016

Nota: (*) previsão

A melhoria no preço de alguns *commodities* na segunda metade de 2016, com destaque para os metais, o carvão e o petróleo melhora as perspectivas para 2017 para as economias exportadoras.

O pressuposto básico para 2017 é de uma relativa estabilidade no preço dos *commodities* em torno dos níveis do fecho de 2016.

Preços do Petróleo



Fonte: Reuters; Standard Bank Research

No caso concreto do petróleo, apesar do acordo histórico de 2016 alcançado pela OPEP para cortar a produção no sentido de reduzir o excesso de oferta e estabilizar o preço, espera-se que a produção nos EUA continue a aumentar, o que pode comprometer o esperado encontro entre as curvas de procura e oferta, impedindo uma subida mais acentuada de preços.

Assim, o Standard Bank de Angola pretende projectar para 2017 uma média anual em torno dos 55 Dólares por barril (USD/bbl), um crescimento de cerca de 28% em relação aos preços médios observados em 2016.

Em 2016, o preço médio de referência do petróleo fixou-se em 43.3 USD/bbl na Europa (Brent Crude) e em 43.7 USD/bbl nos EUA (WTI Crude), o que representa descidas nas cotações médias anuais de 17.3% e 10.3%, respectivamente, em relação ao ano anterior.

A queda nos preços médios do petróleo foi mais pronunciada em 2015, em torno dos 50%, na sequência do choque observado em meados de 2014.

ENQUADRAMENTO MUNDIAL

Considerando que na maioria dos casos, o ajustamento das economias exportadoras de *commodities* a um ambiente de preços baixos está avançado, estas poderão registar um maior crescimento a partir deste ano de 2017.

Depois de alguma volatilidade no início de 2016, os mercados accionistas parecem ter ganho alguma imunidade aos choques e riscos políticos. Em larga medida, a manutenção de uma política monetária acomodativa ao nível das economias avançadas e a confirmação de uma desaceleração menos acentuada da economia chinesa ajudaram a reduzir a volatilidade dos mercados.

Observou-se uma rápida recuperação dos mercados após a surpresa do voto de 23 de Junho de 2016, quando o Reino Unido decidiu pela sua saída da União Europeia (Brexit), apesar da incerteza relativamente ao impacto desta decisão sobre o futuro das trocas comerciais entre o Reino Unido e a União Europeia.

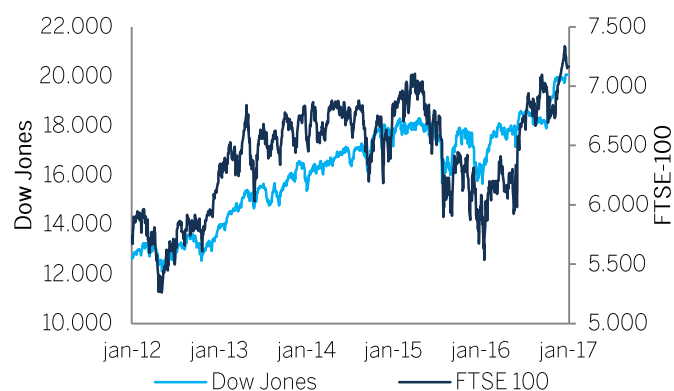
Mais recentemente, os mercados accionistas mantiveram-se firmes na sequência de um conjunto de medidas propostas pela Administração Trump, com o índice Dow Jones a ultrapassar o máximo histórico de 20,000.00 pontos, apesar das controvérsias geradas à volta de algumas dessas medidas, sobretudo as que apontam para o retorno do proteccionismo.

Os ataques terroristas, os conflitos militares, a emigração ilegal e o agravamento da crise de refugiados também marcaram o ano 2016.

Observou-se igualmente um aumento do populismo e da incerteza política, que se reflectiu na surpresa do voto a favor do Brexit e na vitória de Donald Trump nas eleições presidenciais de 8 de Novembro nos EUA.

O Banco considera que um possível retorno ao proteccionismo nos EUA constitui um dos riscos mais importantes a ter em conta em 2017, que a materializar-se pode ter implicações negativas sobre o comércio internacional e sobre o crescimento da economia mundial.

Índices Accionistas



Fonte: Reuters; Standard Bank Research

ENQUADRAMENTO ANGOLANO

ACTIVIDADE ECONÓMICA: ESPERA-SE UMA MELHORIA MARGINAL NO CRESCIMENTO DO PIB

Em 2016 a economia angolana continuou afectada por uma conjuntura internacional adversa, caracterizada por preços do petróleo relativamente baixos e voláteis, chegando a atingir mínimos de USD28 bbl na primeira metade do ano, com uma recuperação na segunda metade do ano, na sequência do acordo histórico da OPEP para cortar a produção e limitar o excesso de oferta no mercado.

A nível doméstico, apesar da relativa estabilidade cambial, o mercado continuou afectado pelas restrições na oferta de divisas, condicionando o desempenho da actividade e pelo aumento substancial da inflação que causou uma erosão do poder de compra com impacto negativo sobre a procura agregada.

No geral tem-se observado um ajustamento lento, tanto do lado monetário e cambial como do lado fiscal, o que de certa forma prolonga os efeitos negativos do choque dos preços do petróleo de meados de 2014.

Apesar dos esforços para a diversificação, a economia angolana continuou fortemente dependente das receitas do petróleo que se mantiveram muito abaixo dos níveis anteriores aos do choque dos preços do petróleo iniciado em 2014.

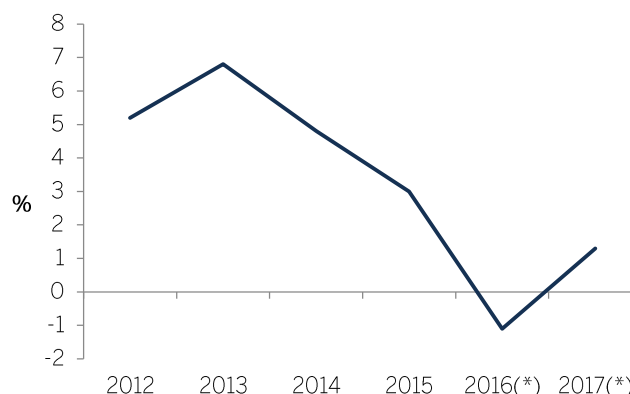
Neste contexto, o Executivo reviu em baixa a sua estimativa de produção e preço médio do petróleo para 2016, de 1,888.8 mil barris/dia e USD45 bbl para 1,793.4 mil barris/dia e USD40.9 bbl.

Dados divulgados recentemente pelo Ministério das Finanças indicam que a exportação de petróleo atingiu 631.7 milhões de barris (1,730.6 mil barris/dia), a um preço médio anual de USD40.4 bbl, ambos abaixo do previsto no Orçamento Geral do Estado (OGE) revisto.

Ao rever o OGE, o Executivo reviu também em baixa as suas projecções de crescimento real do PIB para 2016 de 3.3% para 1.1%, com uma queda no crescimento real do PIB petrolífero de 4.8% para 0.8% e uma desaceleração do crescimento real do PIB não petrolífero de 2.7% para 1.2%.

Na sua mais recente avaliação da economia angolana, no âmbito da consulta ao abrigo do Artigo IV, concluída em Janeiro de 2017, o Fundo Monetário Internacional (FMI) considera que o PIB angolano estagnou em 2016, com uma variação anual de zero por cento, após um crescimento de 3% em 2015, como resultado de um menor crescimento do PIB petrolífero de 6.4% em 2015 para 0.8% em 2016 e de uma contracção do PIB não petrolífero de 0.4%, após um crescimento de 1.6% no ano anterior.

Evolução Anual do PIB



Fonte: Ministério das Finanças; Standard Bank Research

Nota: (*) estimativa/ previsão

A nossa expectativa é de que o PIB acelere para 1.3% em 2017, que coincide com as projecções do FMI, depois de uma contracção esperada de 1.1% em 2016, uma projecção menos optimista do que a do Ministério das Finanças que considera uma aceleração do PIB para 2.1% em 2017.

Um conjunto de factores poderá contribuir para uma aceleração do crescimento em 2017, incluindo um aumento da capacidade de produção do petróleo.

Num ano com eleições agendadas para o mês de Agosto, espera-se um aumento da despesa governamental de investimento em infra-estruturas e no desenvolvimento social e um maior estímulo governamental ao sector não petrolífero, sobretudo para os sectores da agricultura, manufactura e electricidade.

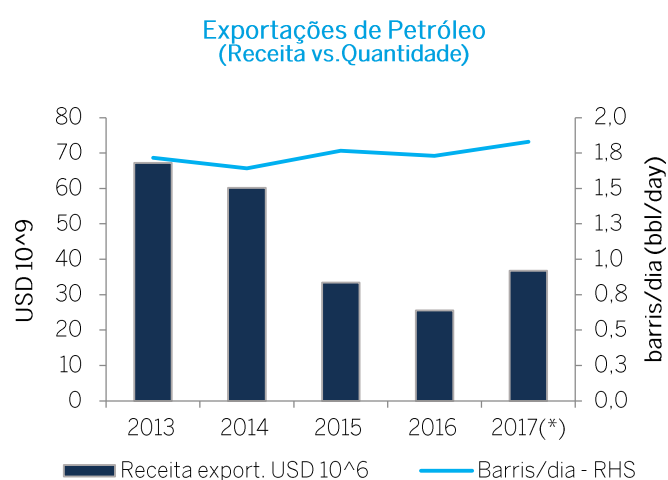
Apesar de se esperar que a inflação se mantenha a dois dígitos, espera-se que continue a desacelerar, o que pode ter impacto positivo sobre a despesa do consumidor e sobre a procura agregada.

ENQUADRAMENTO ANGOLANO

Também esperamos que o Banco Nacional de Angola (BNA) continue a aumentar gradualmente a oferta de divisas ao mercado, o que deverá melhorar as perspectivas para o sector não-petrolífero.

A expectativa de aumento da receita petrolífera no contexto de um aumento na produção e de uma melhoria no preço também deverá suportar a recuperação da economia, ainda que de forma gradual.

O Executivo projecta para 2017, uma produção petrolífera de 664.7 mil bbl (1.82 milhões de barris por dia), e um preço médio de USD46 bbl, o que nos parece razoável.



Fonte: Ministério das Finanças; Standard Bank Research
Nota: (*) estimativa/previsão

Apesar da queda da contribuição do petróleo para o PIB nos últimos anos, de cerca de 35% do PIB em 2014 para um nível esperado abaixo de 20% em 2017, este contribui com cerca de 97% para as receitas de exportação e com as receitas fiscais petrolíferas a contribuir com cerca de 50% para o total da receita fiscal.

Desta forma, o sector petrolífero continua a influenciar substancialmente a actividade económica em Angola.

SECTOR EXTERNO: PROVÁVEL AUMENTO DO DÉFICE DA CONTA CORRENTE DA BALANÇA DE PAGAMENTOS E DESVALORIZAÇÃO

A nossa expectativa é de que o défice da Conta Corrente da Balança de Pagamentos aumente ligeiramente em 2017 para 4.4% do PIB, de um nível esperado de 4.2% em 2016.

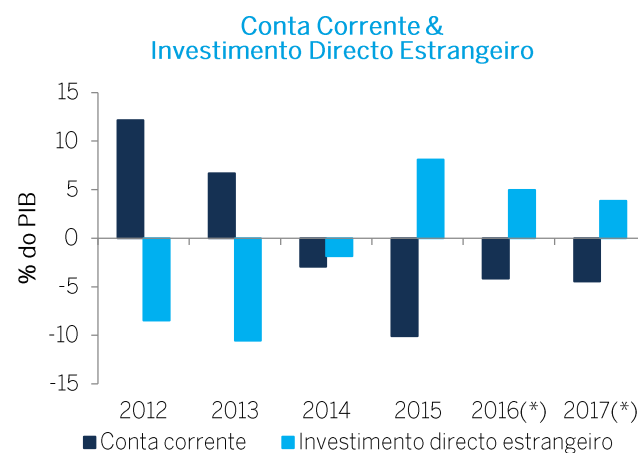
Apesar de esperarmos uma melhoria marginal no desempenho das exportações em 2017, devido essencialmente a melhores perspectivas de preço do que o observado em 2016, também esperamos um aumento das importações associado às despesas relacionadas com o investimento em infra-estruturas e com as eleições.

A produção de petróleo muito provavelmente irá atingir uma média em torno dos 1.83m bpd (milhões de barris por dia) em 2017, de níveis de 1.73m bpd e 1.77m bpd observados em 2016 e 2015, respectivamente.

De acordo com a OPEP, a produção angolana de petróleo desacelerou para 1.65m bpd, o que deve reflectir algum esforço para cumprir com o acordo para o corte de produção alcançado no último trimestre de 2016.

O investimento directo estrangeiro registou em 2015 entradas líquidas de USD8.2 biliões, invertendo a tendência de saídas líquidas observadas nos cinco anos anteriores, que resultaram, entre 2010 e 2014, em saídas líquidas acumuladas de USD34.8 biliões.

Espera-se que a entrada líquida de investimento directo estrangeiro se mantenha mínima em 2017, em torno dos 5% do PIB, o que associado a desembolsos de empréstimos externos deverá manter a conta financeira em território positivo.



Fonte: Ministério das Finanças; Standard Bank Research
Nota: (*) estimativa/previsão

ENQUADRAMENTO ANGOLANO

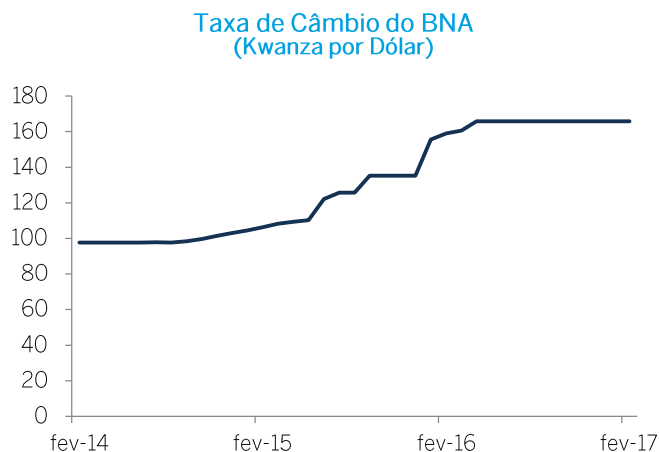
Ainda assim, esperamos uma queda nas reservas internacionais brutas para USD21.7 biliões em Dez 2017, de um nível de fecho de USD24.4 biliões em 2016, estável em relação ao saldo de fecho de 2015.



Fonte: Banco Nacional de Angola; Standard Bank Research
Nota: (*) estimativa/previsão

A decisão do Executivo angolano de não avançar com um programa de apoio financeiro do FMI em Junho de 2016 limitou de certa forma as opções de financiamento da economia. É provável um retorno ao financiamento do FMI, após as eleições.

O câmbio do Kwanza em relação ao Dólar manteve-se estável desde Abril de 2016, em torno dos USD/AOA 165.9 após uma última grande desvalorização de 15% em Janeiro de 2016.



Fonte: Banco Nacional de Angola; Standard Bank Research

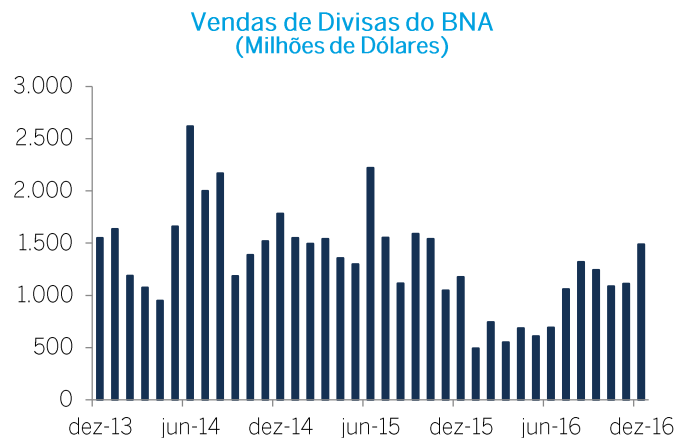
Não esperamos que o BNA adopte imediatamente um regime cambial mais flexível, sobretudo antes das eleições.

Considerando que o BNA continua preocupado com o efeito da desvalorização cambial sobre a inflação, e sobre o consequente aumento dos custos com o serviço da dívida, mantem-se ainda a incerteza em relação à política cambial.

Ainda assim, consideramos ser provável uma desvalorização cambial, com a nossa expectativa em torno dos 11.5% para USD/AOA 185 no final de 2017.

Em 2016 as vendas de divisas do BNA totalizaram cerca de USD11.1 biliões, uma queda anual de 37% em relação a 2015, após um corte de 9% em 2015 comparativamente a 2014.

Na segunda metade de 2016, o BNA aumentou as vendas de divisas, para uma média mensal de USD1.2 biliões, praticamente o dobro da média do primeiro semestre, de USD630 milhões. A maior parte dos valores foi alocado directamente às empresas, com uma menor parte vendida em leilão aos bancos comerciais. Apesar deste aumento das vendas no segundo semestre de 2016, é muito provável que exista ainda um *backlog* da procura, um pouco abaixo dos USD5 biliões.



Fonte: Banco Nacional de Angola; Standard Bank Research

A diferença entre o câmbio oficial e o paralelo continua elevada, apesar de uma forte redução do câmbio de rua desde Junho, de um pico de perto de 650 para um nível em torno dos USD/AOA 380, o que indica que se mantém a pressão para uma desvalorização.

ENQUADRAMENTO ANGOLANO

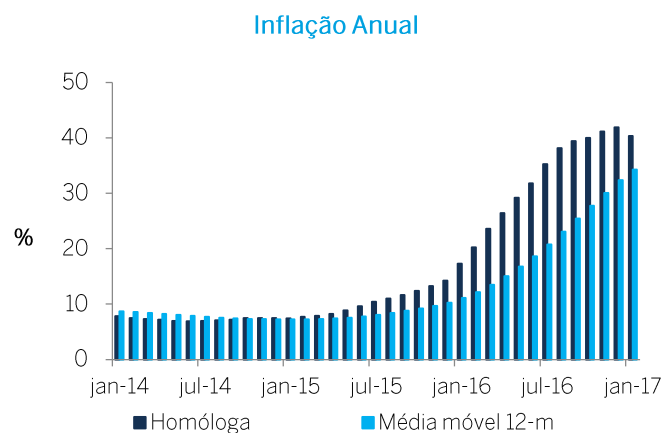
POLÍTICA MONETÁRIA: AS TAXAS DE JURO DE REFERÊNCIA DO BNA PODEM MANTER-SE INALTERADAS

A nossa expectativa é de que a taxa de juro dos Bilhetes do Tesouro (BT) e das obrigações continue a subir à medida que o Governo acelera a sua despesa de investimento.

Ainda assim, muito provavelmente o BNA irá manter inalteradas as suas taxas de juro de referência. Notou-se em 2016, uma forte resistência nas taxas de juro do BNA, apesar da aceleração da inflação.

A inflação, medida pelo IPC da Cidade de Luanda, fechou o ano 2016 ao nível de 41.9% ano a ano (a/a), uma forte aceleração em relação ao nível de fecho de 2015 de 14.3% a/a, que resultou na subida da média anual de 10.3% em 2015 para 32.4% em 2016.

Dados referentes a Janeiro de 2017 indicam uma ligeira desaceleração da inflação homóloga para 40.4% a/a mas com os efeitos de base a aumentarem a média móvel de 12 meses, de 32.4% em Dezembro de 2016 para 34.3% em Janeiro de 2017.



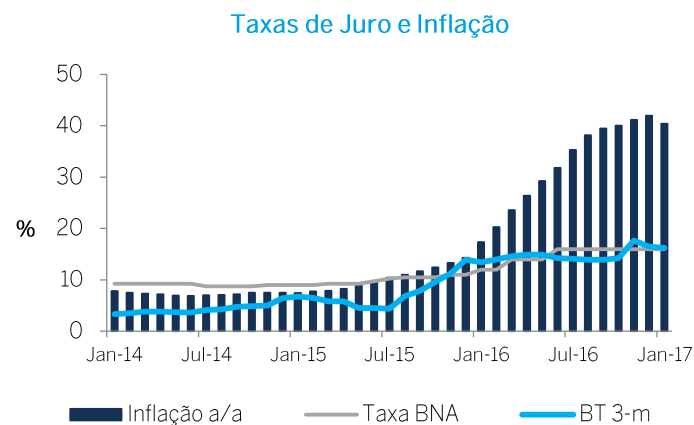
Fonte: Instituto Nacional de Estatística; Standard Bank Research

Apesar da aceleração marginal da inflação mensal em Janeiro para 2.3% mês a mês (m/m), de 2.2% m/m em Dezembro, espera-se que esta se situe este ano muito abaixo da média 3% m/m observada em 2016.

Muito provavelmente a aceleração da inflação já incorpora o impacto dos câmbios do mercado paralelo. Consideramos que o aumento das vendas de divisas pelo BNA tem ajudado a conter as pressões inflacionistas e mantemos uma expectativa de que a inflação desacelere este ano para 17.1% a/a, um nível ligeiramente superior aos 15.2% a/a previstos no OGE 2017.

Em 2016, o BNA aumentou três vezes a sua taxa básica de juro (Taxa BNA) no total de 500 pontos base (pb), mantendo-a inalterada em 16% desde Junho.

As taxas de juro da facilidade permanente de cedência de liquidez (FPCL) e da facilidade permanente de absorção de liquidez a 7 dias (FPCA), mantiveram-se inalteradas desde Junho em 20% e 7.25%, respectivamente. O rácio de reservas obrigatórias também manteve-se estável em 30%.



Fonte: Banco Nacional de Angola; Standard Bank Research

Apesar de considerarmos que a política monetária irá manter-se restritiva em 2017, é pouco provável que o BNA aumente as suas taxas de juro. Espera-se que o BNA privilegie as operações de mercado aberto para influenciar o ritmo de crescimento dos agregados monetários.

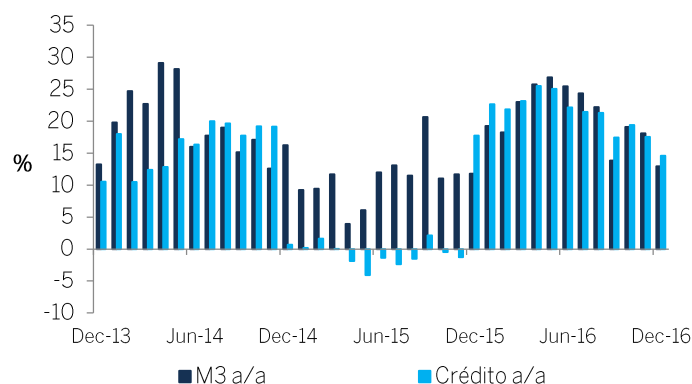
Estimativas preliminares do BNA indicam que a base monetária ampla registou uma contracção de 7.2% a/a em Dezembro de 2016, contra uma expansão de 6% a/a em igual período de 2015.

ENQUADRAMENTO ANGOLANO

Esta evolução deveu-se essencialmente a uma contracção da base monetária restrita, de 8.9% a/a em 2016 após uma expansão de 31.8% a/a em 2015, que traduz uma contracção das reservas bancárias de 11% a/a em 2016 contra uma expansão de 46.3% em 2015, ano em que se observou um aumento substancial do coeficiente de reservas obrigatórias.

Os meios totais de pagamento (massa monetária, M3) saldaram-se em AOA 6,450.5 biliões em Dezembro de 2016, o que corresponde a um crescimento anual de 12.9% a/a, uma ligeira aceleração em relação aos 11.8% a/a registados em igual período de 2015.

Varição Anual dos Agregados Monetários



Fonte: Banco Nacional de Angola; Standard Bank Research

O crescimento relativamente estável do M3 é explicado pela desaceleração da expansão das notas e moedas em circulação de 12.1% a/a em 2015 para 1.2% a/a em 2016 que foi compensada pela aceleração do crescimento dos depósitos em moeda nacional de 14.7% para 15.7% a/a e pelo aumento do crescimento dos depósitos em moeda externa de 6.4% para 10.2% a/a, com estes a reflectirem em certa medida o impacto da desvalorização anual do Kwanza de 22.6% a/a.

O crédito à economia saldou-se em AOA 3,976.3 biliões em Dezembro de 2016, o que representa uma desaceleração marginal do crescimento para 17.5% a/a, de 17.7% a/a em Dezembro de 2015.

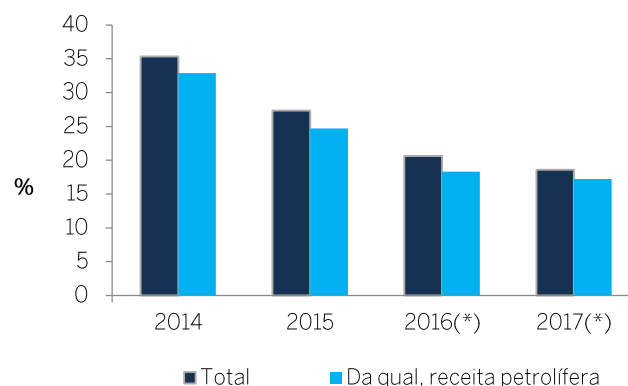
Observou-se um crescimento do crédito em moeda nacional estável de 14.8% a/a para um saldo de AOA 2,893.8 milhões, contra 14.7% a/a em igual período de 2015, com a expansão do crédito à economia denominado em moeda externa a desacelerar de 26.7% a/a em 2015 para 14% a/a.

POLÍTICA FISCAL: O DÉFICE ORÇAMENTAL PODERÁ PRESSIONAR A DÍVIDA PÚBLICA E OS YIELDS

O Orçamento Geral do Estado (OGE) continua fortemente dependente da receita petrolífera, apesar da tendência decrescente no seu peso, de 67.1% do total da receita em 2014 para 49.8% no OGE 2017.

O Executivo prevê um crescimento nominal da receita fiscal de 5.3% em 2017 para AOA 3,667.8 biliões (o que corresponde a USD22.1 biliões ao câmbio actual) ou 18.6% do PIB, contra 20.6% do PIB em 2016.

Receita Fiscal (% do PIB)

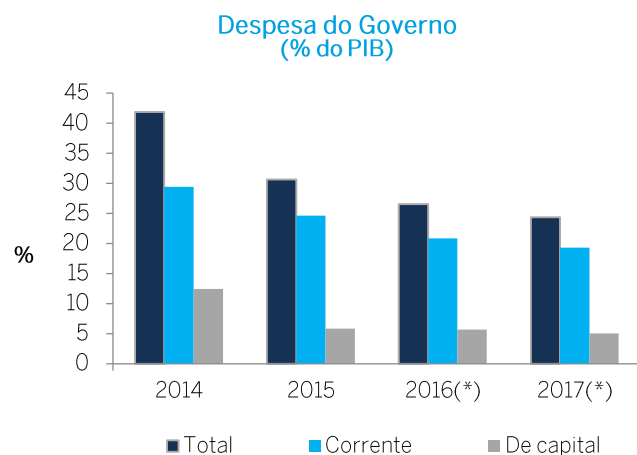


Fonte: Ministério das Finanças; Standard Bank Research
Nota: (*) estimativa/previsão

Dados preliminares relativos ao desempenho fiscal de 2016 indicam que a receita petrolífera atingiu AOA 1,308.3 biliões (equivalentes a USD7.9 biliões ao câmbio actual), 14.8% abaixo do objectivo de AOA 1,353.5 biliões contido no OGE revisto de 2016, o que obriga a um esforço acrescido para que a meta de 2017 seja alcançada.

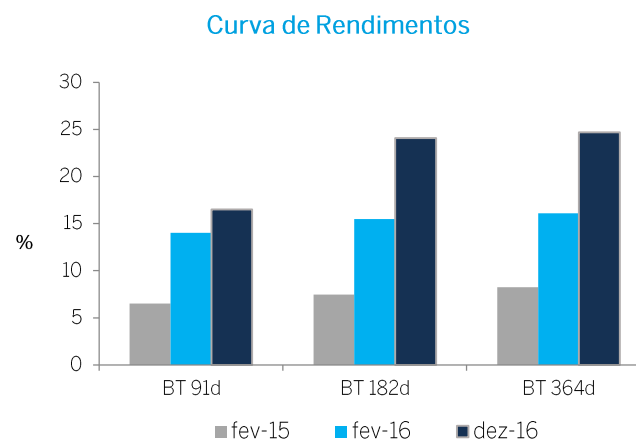
ENQUADRAMENTO ANGOLANO

Nota-se claramente um esforço para contenção da despesa total, orçamentada em AOA 4.807.8 biliões (c.USD29 biliões) ou seja 24.3% do PIB contra 41.9% em 2014.



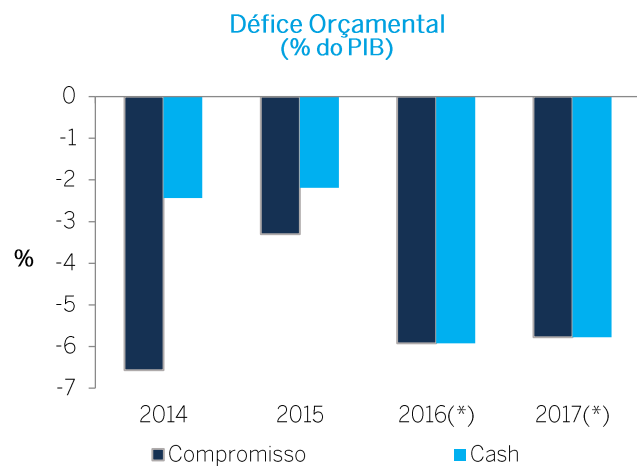
Fonte: Ministério das Finanças; Standard Bank Research
Nota: (*) estimativa/previsão

Ao longo de 2016, as taxas dos títulos do juro tesouro permaneceram relativamente rígidas, reflectindo de certa forma, alguma relutância do BNA em aumentar as suas taxas de juro, apesar da aceleração da inflação.



Fonte: Banco Nacional de Angola; Standard Bank Research

Ainda assim, o défice fiscal (compromisso) reduz apenas 0.8 pontos percentuais, de 6.6% em 2014 para 5.8% em 2017 o que pode continuar a pressionar a dívida pública.



Fonte: Ministério das Finanças; Standard Bank Research
Nota: (*) estimativa/previsão

Os yields dos Bilhetes do Tesouro a 3 meses fecharam o ano 2016 ao nível de 16.5%, após terem tocado temporariamente o nível de 20%.

Considerando que o acesso ao financiamento externo deverá permanecer limitado, espera-se um aumento da dívida pública doméstica, o que deverá pressionar para cima o *yield* dos Bilhetes do Tesouro e das Obrigações do Tesouro.



O STANDARD BANK DE ANGOLA

Confiança e solidez fruto da proximidade alcançada junto dos seus Clientes e de uma longa experiência no sector e em África.

“DOING THE RIGHT BUSINESS IN THE RIGHT WAY”

O Standard Bank de Angola, S.A. (adiante abreviadamente designado por “Standard Bank de Angola” ou “Banco”) é uma sociedade de direito Angolano, com sede social em Talatona, Luanda, que iniciou a sua actividade em 27 de Setembro de 2010.

O Banco dedica-se ao exercício da actividade bancária nos termos permitidos e definidos por lei, através da obtenção de recursos de terceiros sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, juntamente com seus recursos próprios, na concessão de empréstimos, depósitos no Banco Nacional de Angola, aplicações em instituições de crédito, aquisição de títulos e em outros activos.

Adicionalmente presta ainda outros serviços bancários e realiza diversos tipos de operações em moeda estrangeira.

O Standard Bank é um Grupo Financeiro com mais de 150 anos de história que tem o objectivo de impulsionar o desenvolvimento do continente Africano e, conseqüentemente, contribuir para o crescimento do mercado Angolano, respeitando os valores e princípios em que a sua sólida estrutura organizacional assenta.

Colocando os seus Clientes e Parceiros no centro da sua actividade, e em linha com realidades de risco, regulação, tecnologia e concorrência que moldam o panorama financeiro em África, o Banco aposta na diversificação da sua oferta, no investimento em operações, sistemas e infra-estruturas e na criação de um impacto positivo junto das comunidades locais, investindo de forma crescente e continuada na responsabilidade social corporativa em Angola.

Para a operacionalidade dos seus objectivos, o Standard Bank de Angola rege-se por diversos pilares estratégicos que se materializam em princípios e valores que serão apresentados seguidamente.

QUEM SOMOS

ESTRUTURA ACCIONISTA

O capital social do Banco, equivalente em Kwanzas (AOA) a 100 Milhões de Dólares Norte-Americanos (USD) encontra-se repartido por 4 accionistas minoritários, *i.e.*, pessoas individuais fiduciárias do Grupo Standard Bank, e por 2 accionistas maioritários, designadamente, o Standard Bank Group Limited, e a AAA Activos Limitada* com 51% e 49%, respectivamente.

O accionista maioritário do Banco é o grupo financeiro com maior expressão no continente Africano e, para além da sua forte presença na região subsariana, posiciona-se também de forma estratégica em vários países fora do continente Africano.

*O accionista AAA Activos Lda. está em processo de venda da sua participação social.

ÓRGÃOS SOCIAIS

O Standard Bank de Angola adoptou um modelo de Governação Corporativa adequado aos seus processos organizativos, à sua gestão corrente e aos riscos inerentes à sua actividade, implementando uma estrutura coerente de gestão de risco.

No modelo de governação do Banco a administração é exercida pelo Conselho de Administração que procura equilibrar o seu papel de supervisão de risco e orientação estratégica com a necessidade de garantir o cumprimento de requisitos regulamentares, sendo a Comissão Executiva e os Comités do Conselho de Administração responsáveis pela delegação de poderes.

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente:
Natacha Sofia da Silva Barradas
Secretária:
Djamila Pinto de Andrade

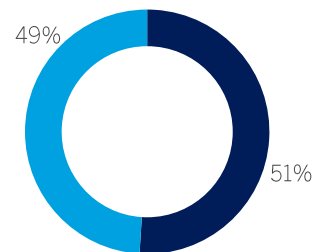
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente:
Dominic Bruynseels
Administradores:
António Caroto Coutinho
Luis Miguel Fialho Teles
Octávio Castelo Paulo
Marius Wait

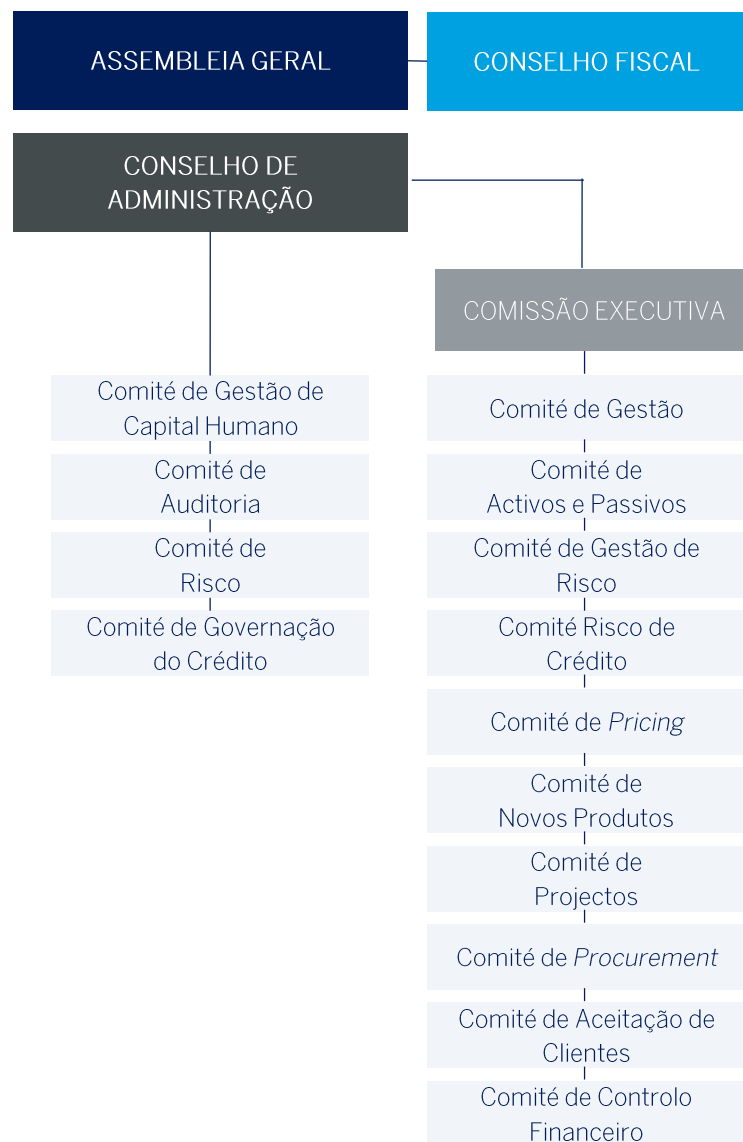
CONSELHO FISCAL

Presidente:
Sergio Eduardo Sequeira Serrão
Vogais:
Alberto Manuel Freitas da Silva
Miguel da Silva Alves

ESTRUTURA ACCIONISTA DO STANDARD BANK DE ANGOLA



■ Standard Bank Group Limited ■ AAA Activos, Lda.



QUEM SOMOS

MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Dominic Bruynseels, de nacionalidade Britânica, licenciado em História e com MBA na *Henley Management School*, no Reino Unido, assume actualmente o cargo de Presidente do Conselho de Administração (PCA) do Standard Bank de Angola. Acumula ainda a função de Presidente Regional de África Ocidental no Standard Bank Group.

Com mais de 25 anos de experiência no sector financeiro, já desempenhou funções de liderança na área de governação em empresas do sector bancário, de gestão de fundos e de grupos industriais.

FUNÇÕES ANTERIORES:

- CEO no Banco *Commerciala Romana* na Roménia;
- Administrador Executivo Sénior no Barclays (Mercados Emergentes) no Dubai;
- Administrador no Barclays África & *Middle East* em Londres e em Joanesburgo.



António Caroto Coutinho, de nacionalidade Moçambicana, assume a função de Presidente da Comissão Executiva do Standard Bank de Angola.

Licenciado em Comércio (Contabilidade) pela Universidade de Pretória na África do Sul com formação em gestão pela *Henley Management College*, no Reino Unido, e formação de Executivos na Universidade de *Harvard*, em *Cambridge MA*, nos EUA, é um executivo internacional com experiência comprovada na gestão de instituições financeiras e sistemas bancários.

FUNÇÕES ANTERIORES:

- CEO no Standard Bank Moçambique;
- Presidente da InterBancos, Sociedade Interbancária de Serviços (ATMs, POS e Interconectividade);
- Presidente do Conselho de Administração da *World Vision* Moçambique.



Luís Miguel Fialho Teles, de nacionalidade Portuguesa, desempenha actualmente a função de Administrador Executivo do Standard Bank de Angola e é também responsável regional pela Direcção de Grandes Empresas e Banca de Investimento do Standard Bank Group.

É licenciado em Gestão e Administração de empresas pela Universidade Católica Portuguesa e MBA em Gestão pela Universidade Nova de Lisboa.

FUNÇÕES ANTERIORES:

- Director Coordenador da Direcção de Grandes Empresas e Banca de Investimento no Standard Bank de Angola, S.A.;
- Director de Banca de Investimento no Standard Bank de Angola, S.A.;
- Director de *Project & Structured Finance* no Banif- Banco de Investimento, S.A.;
- Director Adjunto de *Advisory Services* no Depfa Bank plc em Londres;
- Assistente de Direcção na Direcção de *Corporate Finance* do Banco Efisa, S.A.;
- Técnico na *Korea Trade Investment Promotion Agency* na República da Coreia.

QUEM SOMOS

MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Marius Wait, de nacionalidade Sul-Aficana, desempenhou a função de Administrador Executivo no Standard Bank de Angola. É formado na Universidade da África do Sul – Pretória, na qual integrou um Programa Executivo Avançado.

FUNÇÕES ANTERIORES:

- Director da Banca de Retalho e Pequenas e Médias Empresas no Standard Bank de Angola.



Octávio Manuel de Castro Castelo Paulo, de nacionalidade Angolana, actualmente desempenha a função de Administrador não Executivo independente no Standard Bank de Angola e Sócio da Sociedade Rebelo de Sousa & Advogados Associados, RL.

É Licenciado em Direito pela Universidade Lusíada de Lisboa.

FUNÇÕES ANTERIORES:

- Assessor do Secretário de Estado dos Transportes (Portugal);
- Assessor do Secretário de Estado da Habitação e Comunicações (Portugal);
- Advogado dos CTT - Correios e Telecomunicações de Portugal, S.A. e da Portugal Telecom, S.A.;
- Membro da Direcção do Instituto Português de *Corporate Governance*;
- Membro do Conselho Fiscal e Presidente/Secretário de várias sociedades comerciais, algumas cotadas na NYSE *Euronext Lisbon*.

ONDE ESTAMOS

Com 150 anos de história, o Grupo Standard Bank está presente em 20 países do continente Africano, afirmando-se como o Banco com maior expressão neste continente.

Adicionalmente, o Grupo posiciona-se ainda nos principais mercados financeiros internacionais, nomeadamente, Nova Iorque, Londres, São Paulo, Dubai e Pequim.

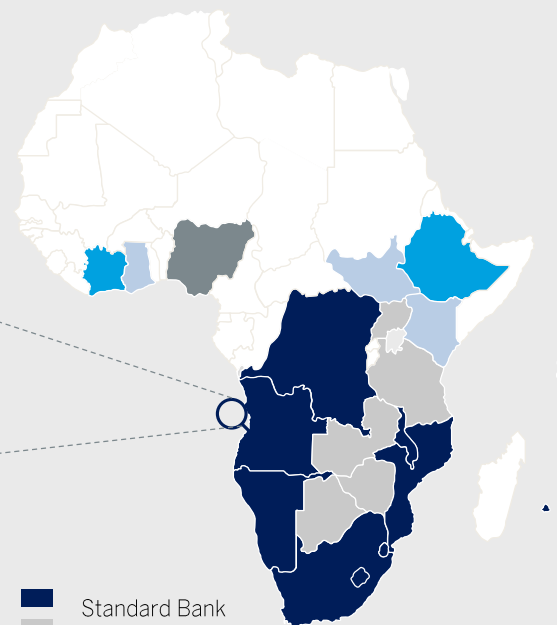
Em Angola, o Standard Bank de Angola encontra-se presente em 7 províncias Angolanas e conta com um total de 19 Agências, 3 centros de empresa, 2 *suite private* e 3 postos de atendimento.

Em conformidade com a sua estratégia de crescimento, o Banco tem o objectivo de alargar a sua presença em Angola nos próximos anos, tanto em Luanda como nas restantes províncias.

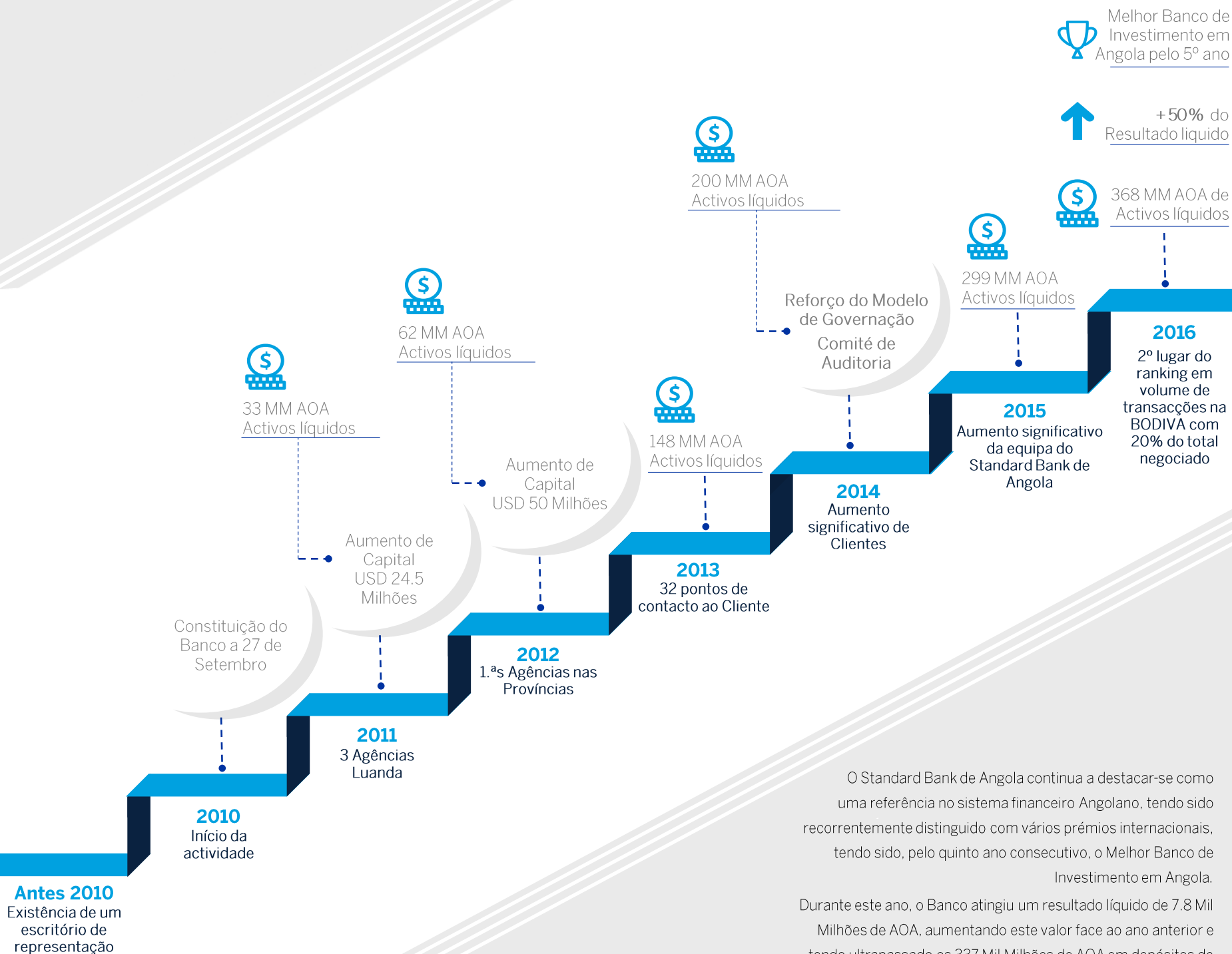
Ainda no âmbito da estratégia do Banco, destaca-se a aposta nos canais digitais (*internet banking e mobile banking*) com a adopção de tecnologias inovadoras que estão em linha com a estratégia *digitization* definida pelo Grupo Standard Bank. Desta forma o Standard Bank de Angola pretende destacar-se de forma competitiva, enquanto instituição financeira inovadora.

PRESENÇA DO GRUPO STANDARD BANK EM ÁFRICA

PRESENÇA DO STANDARD BANK DE ANGOLA EM ANGOLA



MARCOS HISTÓRICOS



O Standard Bank de Angola continua a destacar-se como uma referência no sistema financeiro Angolano, tendo sido recorrentemente distinguido com vários prémios internacionais, tendo sido, pelo quinto ano consecutivo, o Melhor Banco de Investimento em Angola.

Durante este ano, o Banco atingiu um resultado líquido de 7.8 Mil Milhões de AOA, aumentando este valor face ao ano anterior e tendo ultrapassado os 337 Mil Milhões de AOA em depósitos de Clientes. Ao longo de 2016 o Banco alcançou ainda um sólido rácio de solvabilidade (27%), aumentou a sua margem financeira em 74% e diminuiu o seu *cost-to-income* para 59%.

MISSÃO

Prestar serviços financeiros de excelência aos seus Clientes e investir no crescimento da economia Angolana.

VISÃO

Ser o líder nos serviços financeiros em Angola e África, através da excelência do serviço e da inovação, de forma a trazer valor acrescentado a todos os nossos *stakeholders* e fazer a ligação entre África e o resto do mundo.

VALORES

- Servir os nossos Clientes;
- Desenvolver os nossos Colaboradores;
- Criar valor para os nossos Parceiros;
- Ser proactivo;
- Trabalhar em equipa;
- Elevar constantemente a fasquia;
- Privilegiar o respeito mútuo;
- Defender os mais altos níveis de integridade.

COMO CRIAMOS VALOR



PRINCIPAIS RISCOS DECORRENTES DA ACTIVIDADE

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de estratégia e reputacional
- Risco de taxa de juro
- Risco operacional

COMO CRIAMOS VALOR

PRODUTO BANCÁRIO

-

CUSTOS

=

RESULTADO LÍQUIDO

1 JUROS E RENDIMENTOS E IMPARIDADES DE CRÉDITO

Concedemos crédito aos Clientes de acordo com o seu apetite de risco, dentro dos limites do capital disponível e do ambiente regulamentar em que opera. Desta forma criamos activos para o Banco, os quais geram juros e rendimentos ao longo do tempo.



2 JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Captamos recursos de Clientes sob a forma de depósitos para aplicar em crédito a Clientes, incorrendo em juros e encargos similares ao longo do tempo.



3 RESULTADOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FINANCEIROS

Presta serviços e disponibiliza produtos de Banca Transaccional e Assessoria Financeira aos seus Clientes, com base na experiência e conhecimento de mercado.



4 RESULTADOS DE NEGOCIAÇÃO

Oferece o acesso ao mercado cambial e a produtos de cobertura de risco para apoiar os Clientes na gestão dos riscos inerentes às suas actividades, nomeadamente risco cambial e risco de taxa de juro.



5 CUSTOS COM PESSOAL

Investe no desenvolvimento e retenção das suas pessoas, de forma a executar a sua estratégia e acrescentar valor aos Clientes.



6 CUSTOS DE ESTRUTURA

Investe nos sistemas e processos, no sentido de aumentar o nível de eficiência e a oferta de produtos e serviços de excelência para os seus Clientes.



PRINCIPAIS RISCOS DECORRENTES DA ACTIVIDADE



Risco de crédito



Risco de liquidez



Risco de estratégia e reputacional



Risco de taxa de juro



Risco operacional

ESTRUTURA DE NEGÓCIO

CLIENTE. COMPROMISSO. INOVAÇÃO. EXCELÊNCIA

O Standard Bank de Angola é uma instituição financeira que coloca o Cliente no centro da sua actividade, estabelecendo um forte compromisso com a satisfação das suas necessidades.

Através da sua oferta de produtos e serviços financeiros, com a procura incessante da excelência na prestação dos seus serviços e com a potencialização das suas vantagens competitivas enquanto instituição financeira universal, o Standard Bank de Angola pretende posicionar-se como o parceiro de eleição dos seus Clientes em todos os momentos.

Focado tanto no sector de Particulares e Empresas, como no sector de Grandes Empresas o Banco tem como missão diária providenciar soluções financeiras inovadoras e eficazes, adaptadas aos seus Clientes, por forma a garantir um serviço consistente e fiável.

PRINCIPAIS SEGMENTOS DE NEGÓCIO

PERSONAL & BUSINESS BANKING (PBB)	Banca de Particulares	PARTICULARES E EMPRESAS Prestação de serviços bancários e outros serviços financeiros a Clientes Particulares e Pequenas e Médias Empresas.
	Banca de Empresas	
	Desenvolvimento de Negócio e Oferta a Clientes	
CORPORATE & INVESTMENT BANKING (CIB)	Banca de Investimento	GRANDES EMPRESAS Prestação de serviços bancários transaccionais, assessoria financeira, soluções cambiais e gestão de risco a grandes empresas e Instituições Financeiras nacionais, internacionais e do sector público.
	Mercado de Capitais	
	Banca Transaccional	

*PERSONAL
& BUSINESS
BANKING (PBB)*



“Nas actuais condições de mercado, a nossa principal prioridade passa por redefinir a experiência do Cliente com base no cumprimento das suas necessidades e expectativas.

Procuramos providenciar produtos bancários simples e eficientes através de múltiplos canais de distribuição, nomeadamente o canal de mobile e internet banking, impulsionados pelo contínuo avanço tecnológico”.

VISÃO GERAL

O Standard Bank de Angola posiciona-se como um Banco sólido e diferenciador, num mercado cada vez mais exigente.

Em linha com a estratégia global do Banco, o segmento de *Personal and Business Banking* (PBB) adopta um modelo de negócio que privilegia o Cliente, procurando construir relacionamentos de longo prazo e oferecer um serviço de excelência, com soluções inovadoras e individualizadas que se enquadrem nas exigências do Cliente.

Adoptando rigorosos *standards* internos de qualidade de serviço, o segmento aposta no investimento em canais digitais de modo a permitir uma eficiente execução de transacções e um acesso simplificado à gama de serviços colocados à disposição do Cliente.

O segmento de PBB procura actuar de modo transversal, apoiando o Cliente tanto nas suas actividades transaccionais mais simples como nas mais sofisticadas exigências financeiras.

Este segmento encontra-se organizada em Banca de Particulares e Banca de Empresas (que inclui Pequenas e Médias Empresas). Transversalmente, existe ainda uma área de Desenvolvimento de Negócio e Oferta a Clientes responsável por garantir o alinhamento da estratégia de negócio do Banco e a sua operacionalização.



A OFERTA DO BANCO



Emissão de cartões de débito e crédito e serviços de Terminais de Pagamento Automático (TPAs) para comerciantes.



Financiamentos (habitação, automóvel e consumo), produtos estruturados e soluções diferenciadoras de curto prazo e médio/longo prazo para Particulares e Empresas.



Depósitos a prazo, contas-poupança, contas de investimento para Particulares e Empresas, em moeda nacional e estrangeira.



Seguros de curto e longo prazo para Particulares (vida, saúde, automóvel, viagem, imóveis, multi-riscos e planos de protecção a despedimentos colectivos) e Empresas (colectivo de saúde, transporte, activos, imóveis e acidentes de trabalho).



Produtos transaccionais de comércio internacional, operações cambiais, de pagamentos e soluções de gestão de liquidação.

ÁREAS DE FOCO EM 2016



EXPERIÊNCIA DO CLIENTE

Proporcionar um serviço de excelência que garanta total qualidade e satisfação, um atendimento personalizado e uma relação de proximidade e compromisso com o Cliente foram os vectores orientadores da actividade do Standard Bank de Angola em 2016.

Neste sentido o Banco definiu práticas internas para melhorar a qualidade de serviço e a experiência do Cliente, nomeadamente, a implementação de um vasto programa de formação que visou formar e capacitar as suas equipas.

DIGITALIZAÇÃO

A melhoria dos sistemas internos do Banco representou um vector de acção importante ao longo de 2016. Esta actuação tornou-se essencial para assegurar que o Banco dispõe dos meios necessários para alcançar o objectivo de criar uma vasta oferta de soluções digitais e inovadoras até 2018.

Complementarmente, o lançamento do projecto piloto de uma Agência digital visou sensibilizar e incentivar os Clientes para a utilização de canais digitais (*tablets, mobile e internet banking*).



EFICIÊNCIA DOS PROCESSOS

O Standard Bank de Angola realizou uma revisão do seu catálogo de processos em 2016, por forma a responder aos desafios lançados quer ao nível da melhoria da qualidade do serviço ao Cliente quer às iniciativas de digitalização dos diferentes meios.

Complementarmente, automatizaram-se diversos processos de negócio com o objectivo de reduzir a margem de erro e incrementar os níveis de eficiência operacional, tais como o *workflow* de pagamentos, incluindo o pagamento de salários.

Em 2017 serão desenvolvidos ou aperfeiçoados outros sistemas, nomeadamente o *workflow* de abertura de contas-empresa.



ÁREAS DE FOCO EM 2016

REVISÃO DA OFERTA

O Banco realizou, ao longo de 2016, diversos esforços e acções para responder às rápidas alterações das necessidades dos Clientes, nomeadamente:

- Reabertura da utilização de cartões de crédito Gold no estrangeiro;
- Lançamento do cartão *Platinum*;
- Reactivação da base de produtos.

Com a revisão da sua oferta e catálogo de produtos, o Standard Bank de Angola pretendeu responder de forma assertiva às necessidades dos actuais Clientes e, simultaneamente, promover a captação de novos Clientes que é um dos objectivos estratégicos para o ano de 2017.



GESTÃO DO RISCO

Ao longo do exercício de 2016, o Standard Bank de Angola manteve a gestão do risco como um dos seus principais focos.

A Administração do Standard Bank de Angola demonstra uma vez mais o seu compromisso com o cumprimento das regras de PBC/FT, através do Comité de Aceitação de Clientes (*High Risk Committee*).

A execução de processos e controlos rigorosos de conhecimento profundo dos seus Clientes, *i.e.*, *Know Your Customer* (KYC) foi essencial para garantir o cumprimento regulatório e os princípios de gestão de risco vigentes no Banco e no Grupo Standard Bank.



SEGMENTOS-CHAVE

De entre os diversos segmentos existentes, a área privilegia os segmentos de Particulares e Empresas concentrando-se, maioritariamente, em Clientes com rendimentos médios e elevados.

Ao longo do ano de 2016 iniciou-se a aposta no segmento de Pequenas e Médias Empresas (PMEs), passando por um processo de reestruturação da área e revisão do modelo de negócio.

O Banco continuou a investir no conhecimento pormenorizado dos seus Clientes de modo a conseguir fortalecer as relações criadas e a fomentar novas relações comerciais.



DESEMPENHO 2016

A Banca de Retalho no Standard Bank de Angola manteve, em 2016, a trajetória de crescimento que tem vindo a desenhar nos últimos anos, tendo o seu produto bancário aumentado 19%, comparativamente com o ano anterior, fixando-se num total de 6.852 Milhões de AOA.

Este resultado traduz a aposta assertiva nos segmentos de Clientes prioritários, que conjugada com os critérios prudentes de concessão de crédito e gestão de risco permitiram atingir resultados positivos, operando num enquadramento macroeconómico adverso num ano de erosão da base de Clientes activos.

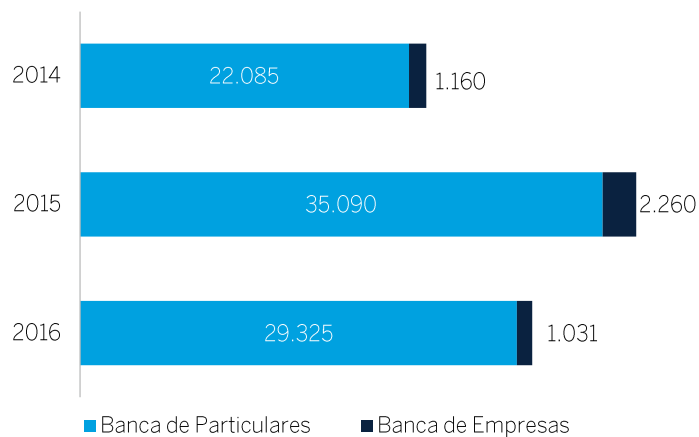
Destaca-se que, a diminuição da base de Clientes activos foi compensada pelo aumento do envolvimento bancário dos Clientes existentes, o qual se traduziu num crescimento do total de depósitos.

Finalmente, o crescimento dos depósitos, contrabalançado com o abrandamento da concessão de crédito, resultou numa diminuição do rácio de transformação do segmento de PBB de 19% para 15% em 2016.

CLIENTES

A nível global, a base de Clientes PBB registou um decréscimo de 19%, tendo fechado o ano de 2016, com uma base de 30.356 Clientes activos, em resultado da diminuição verificada no segmento Particulares fruto de um contexto macroeconómico adverso.

BASE DE CLIENTES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO



6.852 Milhões
de AOA
PRODUTO BANCÁRIO

↑ +19%

30.356 CLIENTES
ACTIVOS EM 2016

↓ -19%

57.383 MILHÕES DE AOA
RECURSOS DE CLIENTES
EM 2016

↑ +4%

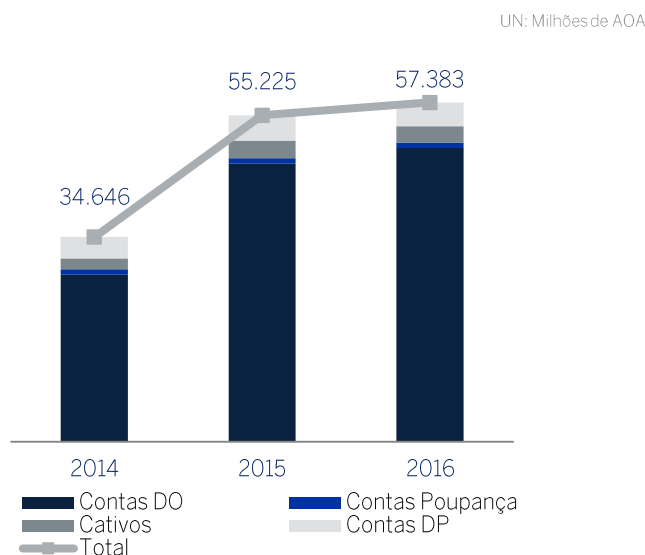
DESEMPENHO 2016

DEPÓSITOS

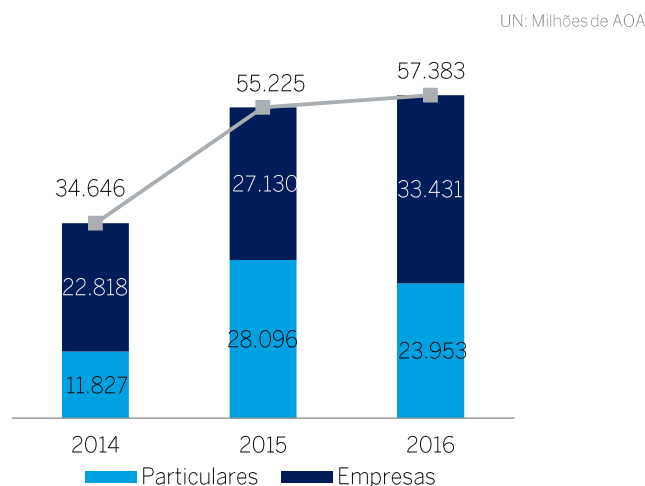
Os recursos de Clientes PBB registaram em 2016 uma subida de 4% impulsionados, maioritariamente, pelo crescimento dos depósitos à ordem no segmento de Empresas, tendo o montante total de depósitos atingido 57.383 Milhões de AOA, que comparam com 55.225 Milhões de AOA no ano anterior.

Registou-se um aumento dos saldos médios por Cliente, embora o número total de Clientes tenha sofrido um decréscimo.

EVOLUÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DE DEPÓSITOS POR PRODUTO

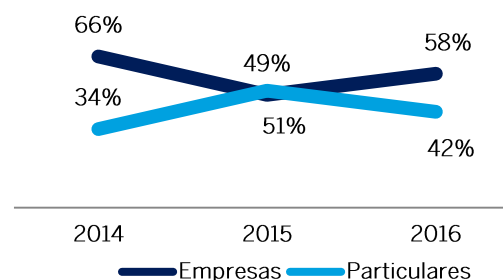


EVOLUÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DE DEPÓSITOS POR SEGMENTO DE CLIENTE



Relativamente à evolução dos depósitos por segmento, em 2016 verificou-se um aumento de 23% no envolvimento com o Banco, no segmento Empresas, representando assim 58% do total de depósitos da Banca de Retalho. Consequentemente, o segmento de Particulares demonstrou uma trajetória contrária, ainda assim mantendo um envolvimento superior ao verificado em 2014.

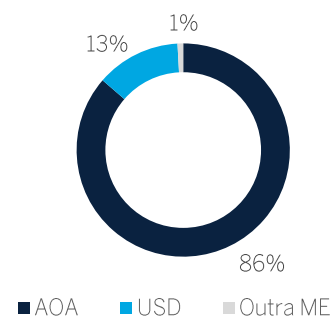
EVOLUÇÃO DOS DEPÓSITOS POR SEGMENTO DE CLIENTES



Analisando a distribuição dos depósitos efectuados em função da moeda contratada, verificou-se a manutenção da concentração dos depósitos realizados na moeda nacional, embora o seu valor percentual tenha sofrido um decréscimo face a 2015.

Ainda que comparando com o ano anterior se tenha registado um ligeiro aumento (aproximadamente 4%) do peso dos depósitos em moeda estrangeira, este efeito reflete maioritariamente a desvalorização cambial da moeda nacional face ao dólar Norte Americano (22,6%), dado que, os valores na sua moeda original diminuíram.

DISTRIBUIÇÃO DE DEPÓSITOS POR MOEDA EM 2016



Em 2016, os Clientes do Banco efectuaram depósitos em moeda estrangeira num montante de 114 Milhões de USD e levantamentos / pagamentos no montante de 90 Milhões de USD, evidenciando o compromisso do Standard Bank de Angola para com os seus Clientes na movimentação das suas contas em moeda estrangeira, sem qualquer tipo de restrição desde que no cumprimento da lei e normas vigentes, e a sua solidez na gestão de liquidez em moeda estrangeira.

DESEMPENHO 2016

CARTEIRA DE CRÉDITO

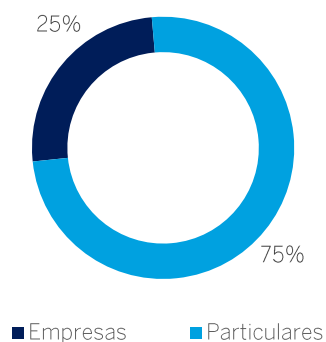
De um modo geral, após uma reavaliação das condições de mercado e do risco de crédito vigente, manteve-se a desaceleração do ritmo de concessão de crédito, estando a maior fatia da carteira de crédito alocada ao segmento de Particulares (75%). De entre os diversos produtos de crédito que compõem a oferta do Banco, e comparando com o ano anterior, verificaram-se crescimentos ao nível dos descobertos (+6%), *leasing* (+3%) e crédito habitação (+2%).

O crescimento dos depósitos, contrabalançado com o abrandamento da concessão de crédito, resultou numa diminuição do rácio de transformação do segmento de PBB de 33% para 21% em 2016.

Em termos de desembolsos em 2016 (excluindo descobertos), o segmento de Empresas representou 42%, reflectindo a aposta neste segmento.

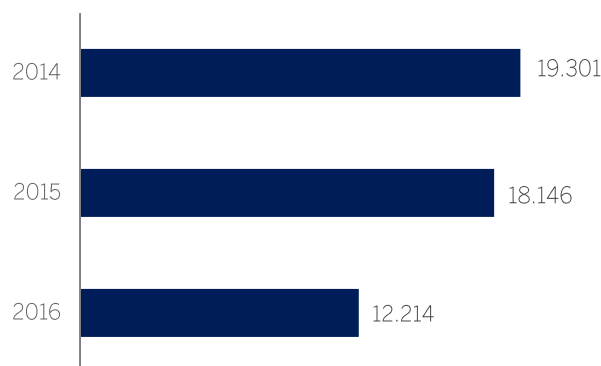
Em 2016 o Banco continuou a reforçar as imparidades para a sua carteira de crédito que se traduziu num rácio de cobertura de imparidades de 12%, para fazer face ao aumento de crédito vencido em resultado do ambiente macroeconómico local.

DISTRIBUIÇÃO DA CARTEIRA DE CRÉDITO POR SEGMENTO DE CLIENTE

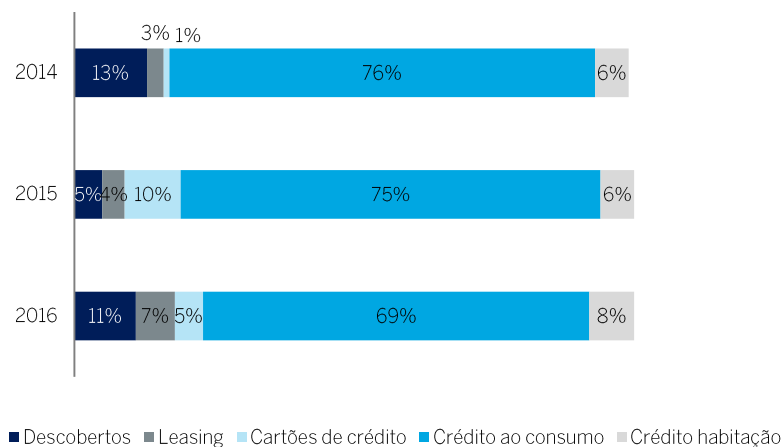


EVOLUÇÃO DO CRÉDITO CONCEDIDO

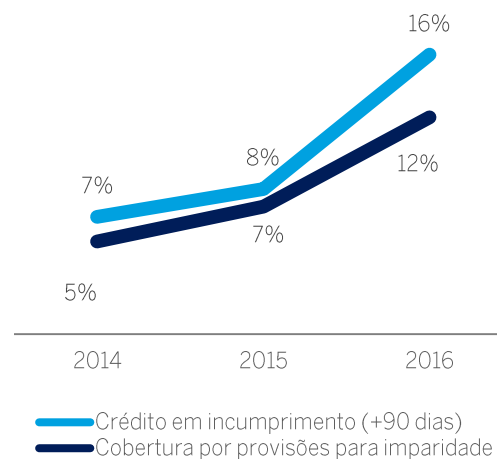
UN: Milhões de AOA



Evolução dos produtos de crédito



Qualidade da carteira de crédito



DESEMPENHO 2016

CARTÕES, ATMS E TPAS

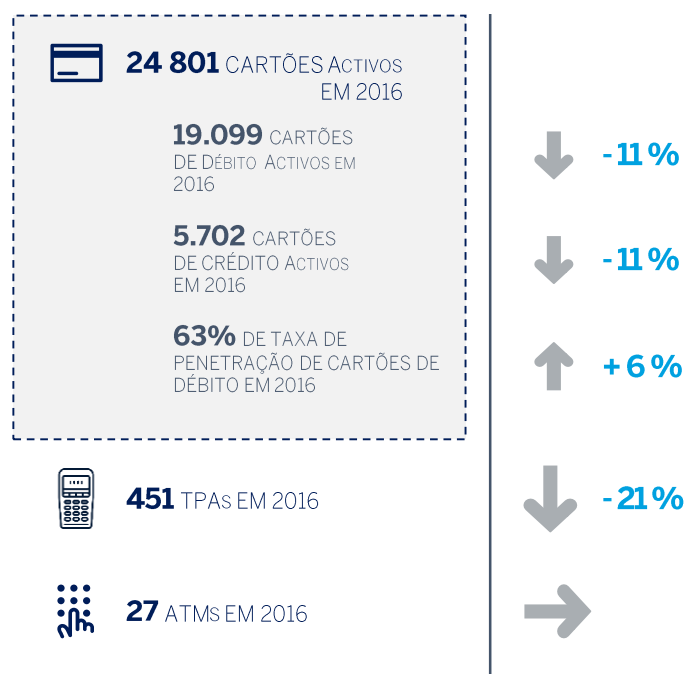
Em resultado de diversos factores, nomeadamente, erosão da base de Clientes, revisão dos critérios de concessão de crédito e contexto marcoeconómico, o número de cartões activos diminuiu 11%, em 2016, fixando-se em 24.801 cartões.

Os cartões de débito activos registaram uma diminuição de 11%, fechando o ano com 19.099 cartões activos, ainda que com uma melhoria de 6% na taxa de penetração (Peso do número de cartões activos *versus* o número de Clientes activos) fixando-se em 63%.

O número de cartões de crédito activos decresceu, igualmente, 11% face ao ano homólogo, este decréscimo resulta maioritariamente dos limites de transacionalidade impostos pelo Standard Bank de Angola na movimentação de divisas no exterior, em resultado das políticas adoptadas de gestão de liquidez em moeda estrangeira.

O número de TPAs activos sofreu um decréscimo de 21%, contudo, o número médio mensal de transacções efectuadas através de TPAs registou um aumento de 15% fruto da crescente utilização destes terminais por parte dos Clientes.

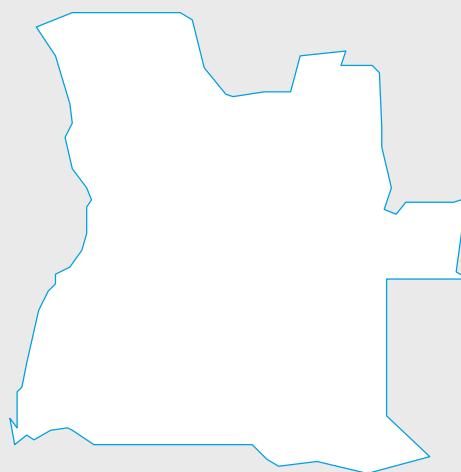
Os 27 ATMs existentes em 2015 mantiveram-se no ano de 2016.



CANAIS DE DISTRIBUIÇÃO

Manter a proximidade aos seus Clientes e maximizar a eficiência operacional na resposta a todas as suas necessidades e solicitações impera enquanto propósito do Standard Bank de Angola.

Em termos de canais físicos de distribuição, o *footprint* do Banco encontra-se bem posicionado, contando com uma rede comercial e de postos de atendimento composta por com 19 agências, 3 centro de empresa, 2 *suite private* e 3 postos de atendimento no território Angolano. Neste sentido, o Banco procura no seu dia-a-dia gerir proactivamente o equilíbrio entre os riscos e receitas associados a cada um dos canais de distribuição existentes, garantindo, contudo, que é cada vez mais a primeira escolha dos seus Clientes a quando da realização de transacções financeiras.



CANAIS PRINCIPAIS



REDE COMERCIAL

19 AGÊNCIAS

3 CENTROS DE EMPRESA

2 SUITE PRIVATE



POSTOS DE ATENDIMENTO NO CLIENTE

3 ON-SITE TELLERS

CANAIS COMPLEMENTARES



CALL CENTER

REDE COMERCIAL

O Standard Bank de Angola dispõe de uma rede de 19 agências em Angola, 3 centros de empresa, 2 *suite private*.

Ao longo do ano de 2016, o Banco decidiu rever a sua rede de agências, direcionando-a para locais considerados estratégicos, em linha com as suas ambições de futuro. Neste sentido, procedeu-se ao encerramento de 4 agências e à abertura de uma nova agência localizada na superfície comercial *Shoprite* em Viana.

POSTOS DE ATENDIMENTO NO CLIENTE

ON-SITE TELLERS

Com o objectivo de se aproximar dos seus Clientes, o Standard Bank de Angola aumentou em 2016 o número *on-site tellers* i.e., balcões simplificados localizados nas instalações do Cliente. Desta forma, passaram a existir 3 postos de atendimento, estando o novo posto localizado nas instalações de empresa multinacional de transportes marítimos.

A abertura deste posto de atendimento contribuiu para o crescimento do número de transacções e dos volumes de numerário recolhido.



1.684
TRANSACÇÕES
MENSAIS EM 2016



+ 44 %



912 MILHÕES DE AOA
EM TRANSACÇÕES
REALIZADAS EM 2016



+ 151 %

Esta evolução evidencia o claro sucesso da estratégia do Banco com a implementação deste canal.

PARA 2017...

Os principais objectivos do Banco para 2017 prendem-se com:

- Continuar a reduzir o número de operações manuais e contribuir para o aumento do número de transacções electrónicas;
- Consolidar as soluções implementadas em Clientes do sector petrolífero, por forma a manter a reputação de referência neste sector.

SERVIÇO DE CCTV

O serviço de CCTV implementado em 2014, é um serviço inovador e diferenciador que permite aos Clientes visualizarem as contagens de numerário efectuadas, através de uma câmara, evitando a necessidade de estarem fisicamente presentes.

Com este serviço, caso se verifique uma disparidade do valor contado pelo Banco face ao valor entregue pelo Cliente, não é necessário que o Cliente se dirija ao Banco podendo, alternativamente, consultar uma gravação com a contagem efectuada.

O ano de 2016 assumiu-se como um ano de solidificação deste serviço, através da sua gestão eficiente e da revisão do modelo de comissões aplicado. Ao longo do ano, foram realizados uma média mensal de 2.305 transportes de valores que totalizam uma volume médio mensal transportado, de 6.438 Milhões de AOA.



2.305 TRANSPORTES
MENSAIS EM 2016



+ 15 %



6 438 MILHÕES DE AOA
EM VALORES MENSAIS
TRANSPORTADOS EM 2016



+ 23 %

FACTURAÇÃO E PAGAMENTO

O Standard Bank de Angola, numa parceria com a EMIS, oferece aos seus Clientes uma solução integrada entre os Terminais de Pagamento Automático (TPA) e as máquinas registadoras dos seus Clientes com o intuito de reduzir os riscos de reconciliação entre a facturação e pagamentos recebidos.

Para os Clientes do sector de bens de grande consumo esta solução revela-se bastante útil, permitindo eliminar o risco operacional subjacente às operações realizadas.

CALL CENTER

A linha de atendimento do Standard Bank de Angola – 923 190 888 – consegue aproximar o Banco dos seus Clientes e aumentar a eficácia no tratamento de reclamações e pedidos de informação que recebe diariamente.

Os serviços de atendimento ao Cliente do Banco são providenciados por uma empresa externa que, a 31 de Dezembro de 2016, integrava um total de 15 Colaboradores (13 operadores de *call center* e 2 supervisores).

No primeiro trimestre de 2016, o *call center* registou um elevado número de chamadas, levando o Banco a aumentar, em Abril de 2016, o número de operadores e a reorganizar horário de atendimento ao Cliente.

Dada a grande afluência de chamadas em horário de pico foram adicionados à equipa 2 operadores de *call center* e o horário foi revisto, passando a funcionar da seguinte forma:

Dias	Horário	Nº de operadores
Seg -Sex	08H00 - 14H00	7
	14H00 - 20H00	5
Sábados	08H00- 13H00	2
	13H00 - 18H00	2
Domingos	08H00- 13H00	2
	13H00 - 18H00	2

Esta alteração permitiu uma melhoria do serviço de atendimento ao Cliente, tendo sido registado ao longo do ano um total de 46.501 chamadas em 2016.

Note-se que os principais motivos dos contactos recebidos ao longo do ano estiveram relacionados com consulta de saldo, pedido de informações de conta e activação e *status* dos cartões de crédito.



ESTRATÉGIA PARA 2017

Em 2017 o segmento de PBB do Standard Bank de Angola pretende continuar a investir nos seus Clientes, satisfazendo as suas necessidades e proporcionando-lhes experiências exclusivas.

Outro dos pilares da estratégia do Banco passa pelo investimento em canais digitais. Permitir a eficiente execução de transacções e o acesso simplificado à gama de serviços disponibilizados pelo Banco, nomeadamente *mobile* e *internet bankings* são objectivos primordiais para 2017.

Paralelamente, a captação de depósitos em segmentos específicos e a contínua gestão de risco mantêm-se como pilares-chave da actividade durante o próximo ano.

A ESTRATÉGIA DE CRESCIMENTO DO SEGMENTO DE PBB PARA 2017 ASSENTA NOS SEGUINTE VECTORES:

01

REFORÇAR A PRESENÇA DIGITAL

A revolução digital continua a transformar o panorama competitivo. O acesso a serviços no imediato é uma realidade actual. Neste sentido, o Standard Bank de Angola vai procurar oferecer canais integrados, inovadores e convenientes que satisfaçam as necessidades dos seus Clientes.

Adicionalmente, o Banco pretende investir no incremento da estabilidade da sua plataforma de *mobile banking*, melhorando ainda o rácio de processamento de transacções em *real-time*, bem como na reconstrução da plataforma de *internet banking*.

O desenvolvimento destas diversas iniciativas irá melhorar a rapidez, exactidão e capacidade de resposta do Banco, facilitando e privilegiando a sua interacção com os Clientes.

02

INVESTIR EM SEGMENTOS-CHAVE

Em 2017, o PBB irá rever, desenvolver e aprimorar as propostas de valor disponibilizadas aos Clientes dos segmentos de Particulares e Empresas, de forma a abordar as suas necessidades assim como melhorar os serviços, para posicionar-se como o Banco de referência deste segmento no mercado Angolano.

03

PROVIDENCIAR A MELHOR EXPERIÊNCIA AO CLIENTE

As equipas do segmento de PBB pretendem, em 2017, seguir um conjunto de princípios que visam garantir uma experiência única aos seus Clientes. Criar uma relação de proximidade, manter o compromisso e o apoio ao Cliente, incutir um sentido de urgência na prestação de serviços e agir de forma transparente revelam-se práticas essenciais para acrescentar valor à experiência do Cliente.

Entre outras iniciativas, em 2017 o Banco irá melhorar o seu *call center* tornando-o mais eficiente e eficaz.

04

QUALIFICAR E CAPACITAR OS COLABORADORES

Investir e construir uma forte capacidade de liderança com o intuito de criar um ambiente, cultura e identidade que permita que os Colaboradores do Banco cresçam, torna-se crucial para cumprir com as necessidades e expectativas dos seus Clientes.

05

MANTER A GESTÃO DO RISCO PRUDENTE

O Standard Bank de Angola assume-se como um Banco diligente e onde o risco é gerido de forma prudente. Será dado especial ênfase aos controlos operacionais e processuais, mantendo o foco nos modelos de governação e gestão do risco de crédito.

QUALIDADE DE ATENDIMENTO AO CLIENTE

O foco permanente do Standard Bank de Angola consiste na melhoria contínua da qualidade do serviço prestado no atendimento ao Cliente, de forma a proporcionar uma experiência de excelência.

De um modo geral, um bom atendimento ao Cliente traduz-se numa maior satisfação por parte do Cliente e, consequentemente, contribui para a criação de relações duradouras entre o Banco e os seus Clientes.

Como tal, o atendimento ao Cliente apresenta-se como uma área fulcral que tem merecido uma atenção relevante por parte do Banco.

Os Colaboradores do Banco que contactam directamente com o Cliente são responsáveis por promover a imagem e valores do mesmo, sendo deste modo crucial a sua formação e capacitação.

Por considerar este tema de extrema importância, o Banco iniciou um processo de melhoria da área de Atendimento ao Cliente ao longo de 2016 que se prevê que esteja totalmente finalizada até ao 3º trimestre de 2017.

Este processo foca-se em diversas actividades passando, entre outras, pela integração transversal da área de Atendimento ao Cliente, pela revisão do manual de procedimentos internos e pela administração de formações internas.

A preocupação do Banco na melhoria contínua da satisfação do Cliente conjugada com as rigorosas práticas de qualidade implementadas pelo Grupo Standard Bank deram origem à implementação de um inquérito de satisfação interno. Paralelamente, também a própria Entidade Reguladora (Banco Nacional de Angola) manifestou a sua preocupação face à qualidade do serviço prestado aos Clientes do sector financeiro angolano em geral através da publicação do Aviso nº 12/ 16 em Diário da República.

ESTRATÉGIA 2016/ 2017



QUALIDADE DE ATENDIMENTO AO CLIENTE

Ao longo de 2016, e tal como tem sido hábito, o Standard Bank de Angola realizou um inquérito de satisfação aos Clientes que permitiu identificar os principais *gap* e áreas de melhoria neste âmbito, impulsionando a optimização dos seus processos internos.

Neste sentido, o Banco decidiu fortalecer os seus processos internos, procurando garantir o cumprimento dos prazos definidos internamente.

A revisão da estrutura orgânica do Banco levou a que a área de Atendimento ao Cliente do Standard Bank de Angola, tenha passado a reportar directamente ao CEO, por oposição a reportar unicamente ao segmento de negócio de PBB, conforme acontecia em 2015. Esta alteração teve como principal objectivo, tornar a área transversal ao Standard Bank de Angola, demonstrando, deste modo, a constante preocupação do Banco com os seus Clientes.

Neste âmbito, em 2016, o Banco Nacional de Angola manifestou igualmente a sua preocupação face à qualidade do serviço prestado ao Cliente por parte das instituições financeiras Angolanas, tendo publicado em Diário da República o Aviso nº 12/ 16 que visou, entre outros temas:

- Divulgar os procedimentos necessários a adoptar pelas instituições financeiras em caso de reclamação;
- Diminuir os prazos de resolução e resposta a uma reclamação;
- Rever a política de reporte de reclamações efectuadas através do livro de reclamações;

Neste sentido, o Banco definiu diferentes planos de acção junto das principais áreas tendo ao longo do 2º semestre de 2016, iniciado a implementação de um projecto interno transversal a todos Colaboradores para a melhoria do processo de atendimento ao Cliente, prevendo-se que seja totalmente implementado ao longo do exercício de 2017.

Deste processo fazem parte as seguintes acções:

CONCEPÇÃO DA ÁREA DE CUSTOMER EXPERIENCE MANAGEMENT (CEM)

Para uma melhor gestão e um melhor controlo de reclamações, foi desenvolvida a área de CEM que visa incentivar os Colaboradores do Banco a reportar as situações detectadas.

Através desta área, é efectuada uma análise detalhada dos processos e procedimentos que geraram cada reclamação e, sempre que necessário, os processos são redesenhados de modo a evitar que exista reincidência das ocorrências.

Para tal é utilizada uma ferramenta específica que permite uma gestão mais eficiente e uma mais rápida resolução das reclamações dos Clientes.

REVISÃO DO MANUAL DE PROCEDIMENTOS

Em Dezembro de 2016, o Banco efectuou uma revisão ao seu manual de procedimentos internos de modo a que os processos referentes à qualidade e atendimento ao Cliente fossem adaptados em conformidade com as alterações regulamentares impostas pelo Banco Nacional de Angola.

Neste âmbito, o Standard Bank de Angola definiu novas regras para a utilização do livro de reclamações e determinou prazos ambiciosos para dar resposta às reclamações do Cliente.

IMPLEMENTAÇÃO DE UM DASHBOARD DE QUALIDADE DE SERVIÇO

O desenvolvimento de um *dashboard* diário com os dados das reclamações recebidas pelos Clientes foi implementado também no último mês do ano. Este *dashboard* tem como objectivo reportar aos directores das áreas do Banco o volume de reclamações recebidas e o respectivo tratamento dado a estas reclamações, aumentando deste modo, o compromisso no tratamento das mesmas.

ADMINISTRAÇÃO DE FORMAÇÕES INTERNAS

A área de Qualidade de Atendimento, em conjunto com a equipa de Formação e Desenvolvimento de Talentos, definiu formações especializadas e acções de renovação de conhecimentos dirigidas a todas as equipas do Banco.

No âmbito deste projecto está prevista uma formação com o objectivo de reforçar a importância do atendimento ao Cliente e instruir os Colaboradores para os procedimentos necessários no âmbito de uma reclamação ou de um pedido de esclarecimento.

Adicionalmente, o Banco prevê ainda implementar um inquérito de pesquisa interna sobre a qualidade de atendimento ao Cliente.

CORPORATE & INVESTMENT BANKING (CIB)



PAUL RICHARDS
DIRECTOR CIB

“Seis anos após a abertura do Standard Bank de Angola, o segmento de negócio de Corporate and Investment Banking continua a registar um crescimento considerável e desempenha um papel cada vez mais importante naquele que é um mercado-chave para o Grupo Standard Bank.

Numa indústria em constante transformação e cada vez mais competitiva, valorizamos a nossa capacidade em ter conseguido aproveitar a história, reputação e força da nossa Marca que, uma vez consolidada, resulta na confiança dos nossos Clientes. Neste sentido, poder dar aos nossos Clientes o conforto e a segurança, tão necessários em tempos de incerteza, é o nosso maior motivo de orgulho.

Corresponder às necessidades diárias dos nossos Clientes e continuar a apostar numa economia vibrante, assume-se como o nosso maior desafio.”

VISÃO GERAL

O segmento de *Corporate and Investment Banking* (CIB) do Standard Bank de Angola dispõe de uma gama alargada de produtos e um serviço de excelência direccionado para as necessidades das grandes empresas nacionais e multinacionais que operam no mercado Angolano.

O segmento de CIB coloca o seu foco em Clientes estratégicos, garantindo um relacionamento próximo e consistência no serviço prestado. Neste sentido, pretende manter o posicionamento junto dos seus Clientes, capacitar os seus Colaboradores e desenvolver serviços e produtos inovadores baseados em processos eficientes.

O Banco dispõe de uma equipa de gestores especializados nos sectores relevantes da economia Angolana, como Petróleo e Gás, Energia e infra-estruturas, Clientes Chineses, Indústria e sector de Grande Consumo, bem como equipas especializadas nos vários produtos e serviços financeiros.

Para as empresas multinacionais que operam em Angola, em especial no sector petrolífero, o Standard Bank de Angola continua a ser considerado como o Banco preferencial, reflectindo, deste modo, a exigência e rigor que coloca em todas as suas actividades.

A sua capacidade de interligar mercados Africanos e internacionais, complementada por uma sólida reputação e conhecimento especializado dos vários produtos, colocam o Banco numa posição competitiva única em Angola.

CORPORATE & INVESTMENT BANKING

Banca de Investimento	Mercado de Capitais	Banca Transaccional
Financiamento	Trading	Produtos e Serviços Transaccionais
Advisory	Mercado monetário e derivados	

A OFERTA DO BANCO



Estruturação financeira, concessão de empréstimos de médio e longo prazo, *Leveraged & Acquisition Finance*, *Project Finance* e Financiamento imobiliário.

Avaliações de empresas, fusões e aquisições, dívida de mercado de capitais, capital *raisings* e assessoria de rating.

Instrumentos de dívida pública (bilhetes do tesouro, obrigações do tesouro e títulos do Banco Central) e mercado cambial.

Mercado monetário, mercado cambial, taxa de juro, *global markets research*.

Soluções integradas e inovadoras de pagamento e transferência, produtos para gestão de fluxos de tesouraria, incluindo soluções de financiamento de curto prazo, *Trade Finance*, garantias bancárias e recolha de valores.

DESEMPENHO 2016

O segmento de CIB teve um desempenho notável no ano de 2016 que se reflecte na trajectória positiva evidenciada pela grande maioria dos indicadores analisados, apesar do contexto macroeconómico adverso da economia Angolana.

Os resultados obtidos por este segmento nos últimos anos reflectem o óptimo desempenho em termos de resultados de intermediação financeira e o foco na optimização da eficiência organizacional, promovendo uma alocação eficiente de recursos financeiros e uma redução dos custos directos, suportando desta forma o crescimento do segmento de CIB.

Ao longo de 2016 registou-se um aumento na rentabilidade e *performance* deste segmento com um crescimento do produto bancário em 21%, confirmando o posicionamento competitivo que o Banco ocupa no mercado financeiro Angolano, no segmento de Grandes Empresas e Banca de Investimento.

Adicionalmente, destaca-se em 2016, a insignificante proporção de operações em incumprimento e a manutenção da trajectória decrescente do rácio *cost-to-income*.

CLIENTES E PRODUTO BANCÁRIO

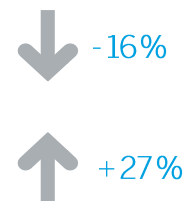
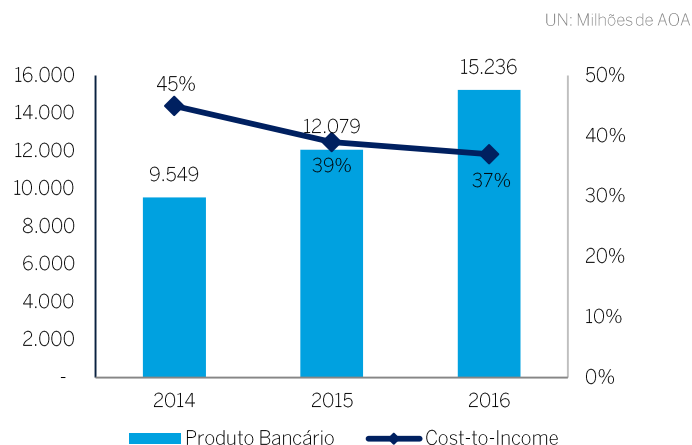
O total de depósitos de Clientes do segmento CIB apresentou um crescimento significativo de 27%, totalizando 280.346 Milhões de AOA.

O produto bancário registou um crescimento assinalável de 21% relativamente ao ano de 2015. O rácio *cost-to-income* manteve a trajectória decrescente traçada nos últimos anos, passando de 45% em 2014 para 37% em 2016.

Estes indicadores reflectem a clara confiança dos Clientes, bem como a credibilidade e solidez do Standard Bank de Angola no mercado Angolano.



EVOLUÇÃO DO PRODUTO BANCÁRIO E DO COST-TO-INCOME



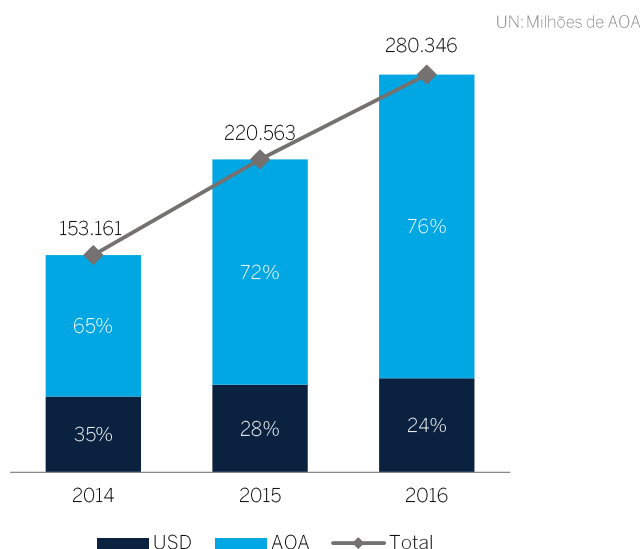
DESEMPENHO 2016

DEPÓSITOS

Os recursos de Clientes CIB registaram em 2016 uma subida de 27%, tendo-se fixado em 280.346 Milhões de AOA, que comparam com 220.563 Milhões de AOA no ano anterior.

O crescimento dos recursos de Clientes foi suportado pelo aumento de depósitos em AOA, em linha com a trajectória desenhada nos últimos 3 anos. Os depósitos em moeda estrangeira têm evidenciado um crescimento moderado, impactando consequentemente no seu peso face ao total de depósitos deste segmento.

Evolução dos depósitos por moeda



O volume de depósitos por produto aumentou de forma transversal em todas as tipologias ao longo dos últimos 3 anos, sendo que, a rubrica “Outros depósitos” foi a que mais cresceu.

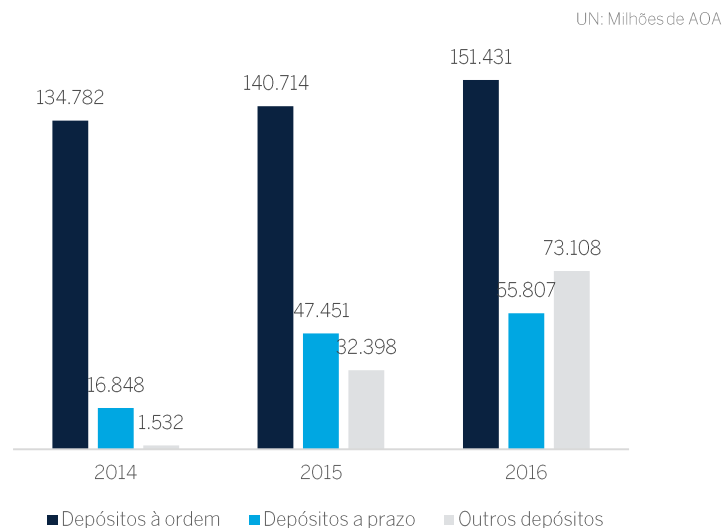
Na rubrica de “Outros depósitos” incluem-se os montantes depositados por Clientes que se encontram cativos para garantia de crédito concedido, para garantia de cartas de crédito ou cobertura de pedidos de operações cambiais. Esta rubrica registou um crescimento percentual de 126% comparando com o ano anterior, passando de 32.398 para 73.108 Milhões de AOA. Finalmente, destaca-se o peso que esta rubrica teve em 2016, de 26% no total de depósitos captados pelo segmento de CIB, quando em 2014, representava apenas 1%.

Os depósitos a prazo representaram em 2016, 20% do total de depósitos captados por este segmento, fixando-se em 55.807 Milhões de AOA, o que permitiu evidenciar um crescimento de 18% face ao ano de 2015, tendo aumentado a sua captação em 8.356 Milhões de AOA.

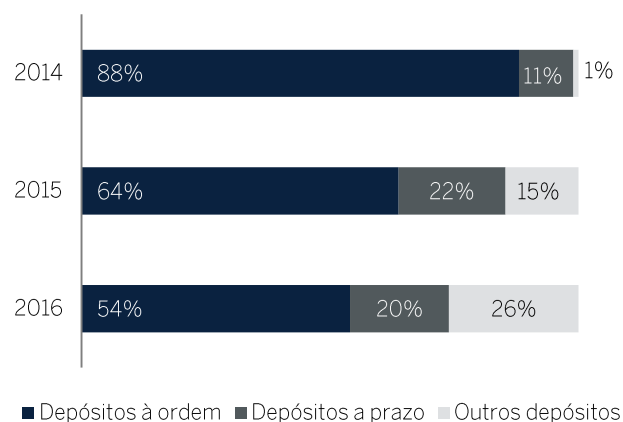
Relativamente aos depósitos à ordem, verificou-se também um crescimento de 140.714 para 151.431 Milhões de AOA, representando um aumento de 8% face ao ano anterior.

Quando analisado o peso que os depósitos à ordem têm no total de recursos de Clientes do segmento de CIB, verifica-se que este tem diminuído nos últimos 3 anos, passando de 88% em 2014 para 54% em 2016.

Volume de depósitos por tipologia



Peso dos depósitos por tipologia



DESEMPENHO 2016

CARTEIRA DE CRÉDITO

O crédito concedido aos Clientes do segmento de CIB registou um crescimento de 13% suportado numa política de gestão de risco criteriosa, que aposta em crédito de elevada qualidade.

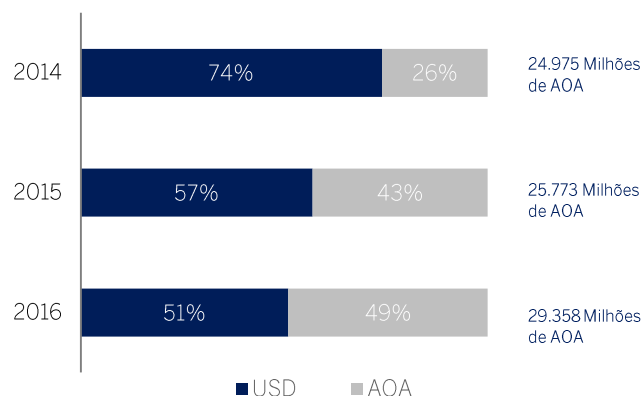
Tendo em conta o actual contexto económico, favorável ao crescimento do nível de incumprimento, o Banco revê regularmente as suas políticas de concessão de crédito ao nível da análise de risco dos Clientes e das garantias recebidas, em linha com o apetite ao risco de crédito definido para este segmento.

Em 2016 a composição da carteira de crédito por moeda manteve a tendência registada no ano anterior, tendo o peso das operações de crédito concedido em moeda estrangeira reduzido de 57%, em 2015, para 51% em Dezembro de 2016.

Não obstante a trajectória descendente do crédito concedido em moeda estrangeira, a qual se prevê que acentue com o vencimento ou reembolso das operações actualmente em curso, em 2016 verificou-se um ligeiro aumento líquido da exposição em moeda estrangeira, resultado da participação na quinta operação de *Pre-Export Finance* da Sonangol Finance Limited, com o desembolso de 30 Milhões de USD.



Estrutura do crédito por moeda



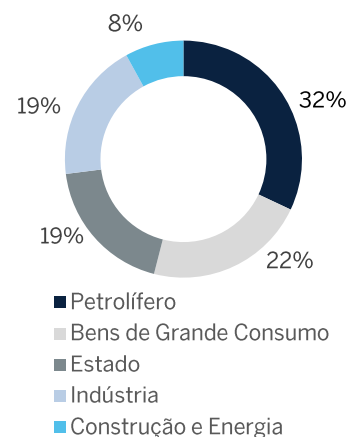
Durante o ano de 2016 a área de CIB manteve o nível de qualidade da sua carteira de crédito concedido, verificando-se uma diminuição do crédito vencido, o que reflecte uma gestão de risco adequada e alinhada com o contexto económico actual.

Consequentemente, ao longo do ano de 2016 foi registada uma proporção insignificante de operações em incumprimento no segmento de CIB, tendo o nível de provisionamento deste segmento passado de 2% em 2015 para cerca de 1,2% em 2016.

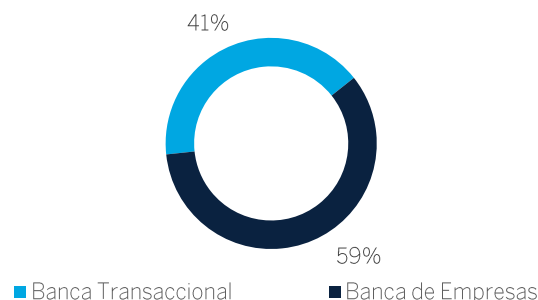
Em 31 de Dezembro de 2016, as operações de crédito deste segmento de negócio distribuíam-se pelos Clientes dos principais sectores da economia Angolana, havendo uma maior concentração, ainda que não significativa, no sector petrolífero.

Por outro lado, o crédito de curto prazo concedido pela Banca Transaccional, sobretudo linhas de descobertos autorizados, evidenciou um crescimento de 73% permitindo registar um peso de 41% desta unidade de negócio. O foco foram sobretudo os Clientes importadores do sector de Bens de Grande Consumo.

Distribuição da carteira de crédito por sector



Distribuição da carteira de crédito por unidade de negócio



DESEMPENHO 2016

BANCA DE INVESTIMENTO

Durante o ano de 2016, o Standard Bank de Angola participou em várias operações com entidades privadas em Angola tendo completado 4 operações de crédito em moeda local para grandes Clientes que totalizaram cerca de 50 Milhões de USD.

Em 2016, o Standard Bank de Angola participou em mais uma das operações de *Pre-Export Finance* da Sonangol Finance Limited, com o desembolso de 30 Milhões de USD. O Grupo Standard Bank muito se orgulha de ter apoiado o Grupo Sonangol nas últimas cinco operações *Pre-Export Finance*, e tem um grande interesse em continuar a participar neste tipo de operações, de forma a continuar a desenvolver um relacionamento próximo com o Grupo Sonangol, podendo desta forma contribuir para o crescimento continuado da economia Angolana.

Adicionalmente o Banco prestou serviços de assessoria financeira a vários Clientes destacando-se operações de Fusões e Aquisições (M&A) e assessoria a projectos de investimento externo significativos, estando a conclusão destas transacções previstas para o período de 2017 e 2018.

A colaboração activa com a Comissão de Mercado de Capitais (CMC) no âmbito dos seus projectos de desenvolvimento de instrumentos financeiros e mercados de capitais alternativos aos existentes, foi outra das actividades da Direcção de Banca de Investimento, fomentando a relevância do Standard Bank de Angola no desenvolvimento do mercado de capitais Angolano.

TRADE FINANCE

O Standard Bank de Angola aprovou em 2016 operações de Créditos e Remessas Documentárias para Clientes do segmento de CIB no montante total de 1.606 Milhões de AOA, comparativamente com 6.607 Milhões de AOA em 2015, em resultado de uma conjuntura económica adversa nos últimos anos, designadamente, a escassez de moeda estrangeira que limita a capacidade do Banco para a emissão de Créditos e Remessas Documentárias dentro dos limites de exposição cambial definidos pelo Banco Nacional de Angola.

Em 2016 o segmento de CIB aumentou o volume de garantias prestadas para suporte de operações de importação e para execução de contratos. Em 31 de Dezembro de 2016, o valor das garantias prestadas a Clientes deste segmento ascendia a 9.209 Milhões de AOA (3.160 Milhões de AOA em 2015).

MERCADO DE CAPITAIS

O Standard Bank de Angola encontra-se numa posição única para fornecer serviços e gestão de risco de liquidez com foco no Cliente, fruto do seu sólido conhecimento de mercados emergentes, em particular de mercados Africanos.

Como passo relevante da estratégia do Banco, em especial do segmento de Grandes Empresas e Banca de Investimento, o Standard Bank de Angola registou-se na Comissão do Mercado de Capitais (“CMC”) no início de 2015 como Sociedade Distribuidora de Valores Mobiliários, sendo o 7º membro da CMC inscrito como agente de intermediação.

A posição do Banco enquanto agente de Intermediação Financeira foi consolidada com a sua inscrição como membro de negociação da bolsa de valores de Angola (BODIVA), com a possibilidade de actuar nos mercados regulamentados em nome próprio e, como intermediário na execução de ordens de terceiros.

Durante o ano de 2016 o Banco participou de forma activa na dinamização dos leilões de títulos do Ministério das Finanças, quer através da aquisição de títulos para a carteira própria do Banco quer através da intermediação na compra e venda de títulos para os seus Clientes, tendo intermediado 72.958 Milhões de AOA em títulos de dívida soberana com os seus Clientes.

Destaca-se que, o volume de negociação do Standard Bank de Angola representou 20% do montante total negociado pelos membros da BODIVA em 2016.



INTERMEDIOU **72.958 MILHÕES DE AOA**
EM TÍTULOS DE DÍVIDA SOBERANA



VOLUME DE NEGOCIAÇÃO DE **20%**
DO TOTAL NEGOCIADO PELOS MEMBROS DA BODIVA

Para 2017 prevê-se ainda um maior dinamismo na actividade de intermediação financeira, de forma a dar resposta aos Clientes do Banco com soluções de investimento e liquidez, que facilitem a aquisição de títulos de dívida pública, bem como a colocação de títulos de dívida no mercado nacional.

DESEMPENHO 2016

MERCADO CAMBIAL

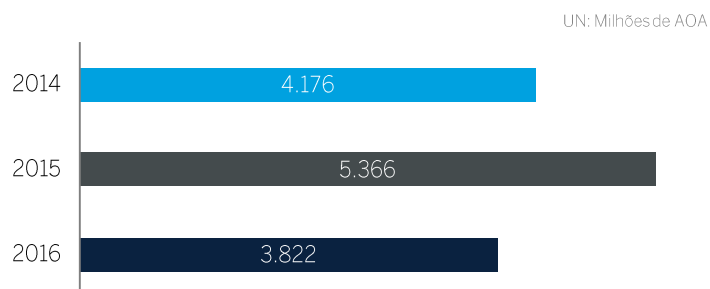
Durante o ano de 2016 a Direcção de Mercado de Capitais do Standard Bank de Angola movimentou mais de 807 Milhões de USD em transacções no mercado cambial, o que representa uma redução acentuada face ao ano anterior, em que tinham sido movimentados mais de 1,8 Mil Milhões de USD.

Esta redução resulta da menor alocação de moeda estrangeira por parte do Banco Nacional de Angola que em 2016 alocou ao Standard de Bank de Angola um total de 461 Milhões de USD em moeda estrangeira (USD e EUR), o que compara com uma alocação superior a 1,3 Mil Milhões de USD em 2015.

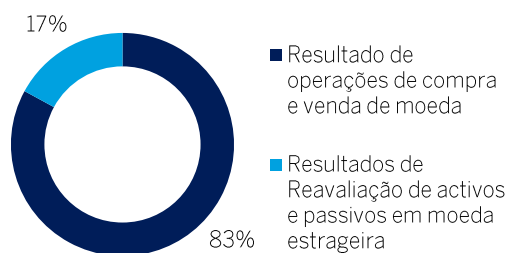
Contudo, e apesar do clima cambial de maior volatilidade, os resultados das operações cambiais do Banco em 2016 ascenderam a 3.822 Milhões de AOA.

De referir ainda que os resultados em operações cambiais são na sua maioria provenientes de operações de compra e venda de moeda.

Evolução dos resultados em operações cambiais



Composição dos resultados em operações cambiais



O MERCADO CAMBIAL EM ANGOLA

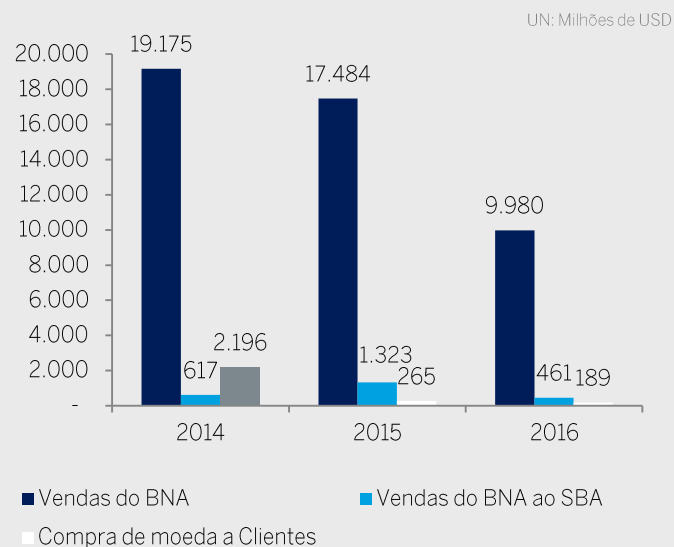
O declínio dos preços do petróleo nos últimos anos teve um impacto significativo nas receitas do Estado em 2015 e 2016, traduzindo-se numa menor disponibilidade de moeda estrangeira no mercado.

Consequentemente, as vendas de moeda estrangeira pelo Banco Nacional de Angola aos Bancos Comerciais foram controladas, existindo menor número de leilões comparativamente com o ano anterior e um maior volume de alocações directas. Dos 9.980 Milhões de AOA vendidos pelo Banco Nacional de Angola em 2016 apenas 1.041 Milhões de AOA foram vendidos em Leilões.

Durante 2016, a maioria dos bancos locais perdeu a sua capacidade de liquidar pagamentos em moeda estrangeira, depois dos principais bancos correspondentes terem deixado de fazer a compensação de USD para pagamentos para dentro e para fora de Angola. [Regista-se que ao contrário da generalidade do mercado, o Standard Bank de Angola manteve aberta a relação com o seu Banco correspondente, e consequentemente, a sua capacidade de transaccionalidade em USD manteve-se intacta.](#)

O Banco Nacional de Angola, em consequência das dificuldades sentidas pelos Bancos relativamente à compensação de USD, iniciou a venda de EUR aos Bancos Comerciais a uma taxa superior à de mercado, comprimindo e muitas vezes eliminando, as margens dos Bancos. [Destaca-se, que o Standard Bank de Angola já formalizou junto do Banco Nacional de Angola, o pedido de disponibilização de moeda norte americana em detrimento da moeda europeia.](#)

Evolução do mercado cambial





ESTRATÉGIA PARA 2017

Optimizar o valor acrescentado junto dos seus Clientes é a estratégia primordial do segmento de negócio do CIB para 2017.

Este segmento pretende criar parcerias com os Clientes e reconhecer as suas necessidades reais, comprometendo-se a introduzir mais urgência e compromisso na resposta ao Cliente.

Para tal, o Standard Bank de Angola pretende investir nos seus Colaboradores, capacitá-los e reconhecer a sua contribuição promovendo um ambiente de colaboração e conectividade.

Simultaneamente, o investimento em sistemas e na revisão e automatização de processos revela-se fundamental para que o Banco consiga providenciar uma melhor experiência ao Cliente.

Face à volatilidade do ambiente de risco de crédito o Standard Bank de Angola prevê manter uma gestão prudente e conservadora.

A ESTRATÉGIA DE CRESCIMENTO DO SEGMENTO DE CIB PARA 2017 ASSENTA NOS SEGUINTE PILARES:

01

PROVIDENCIAR A MELHOR EXPERIÊNCIA AO CLIENTE

O segmento de CIB pretende oferecer um serviço de excelência aos seus Clientes, executado de forma consistente e com um nível de falhas praticamente nulo. Neste sentido pretende disseminar a cultura de foco no Cliente, introduzindo novos produtos de valor acrescentado para o ecossistema dos Clientes.

02

QUALIFICAR E CAPACITAR OS COLABORADORES

Contratar os melhores profissionais do mercado, implementar um plano de formação e desenvolvimento efectivo e promover um ambiente de liderança e *mentoring* são algumas das estratégias pensadas para 2017 por forma a investir ao máximo nos Colaboradores do segmento de negócio de CIB.

03

INVESTIR EM SISTEMAS E PROCESSOS

Criar um sistema robusto, escalável e flexível, dimensionado para o futuro do Standard Bank de Angola constitui um elemento-chave na estratégia do próximo ano. O Banco pretende automatizar os seus principais processos (pagamentos, crédito, abertura de conta, venda de moeda e *internet banking*) e, rever e redesenhar todos os processos na perspectiva do Cliente, maximizando a sua eficiência.

04

MANTER UMA GESTÃO DO RISCO PRUDENTE

Gerir proactivamente o risco de crédito, manter o rácio de perdas por incumprimento dentro do apetite de risco definido, manter as perdas operacionais com um nível mínimo e garantir o cumprimento de toda a regulamentação e legislação aplicável revela-se uma prática recorrente do Banco que se pretende manter no exercício de 2017.

05

CAPITALIZAR RESULTADOS

Aumentar a base de Clientes e o seu envolvimento através da captação de depósitos e aumento da transaccionalidade, manter o rácio *cost-to-income* inferior a 40% e obter um crescimento sustentável do produto bancário são alguns dos objectivos do segmento de CIB para 2017. Adicionalmente, assegurar uma margem financeira superior aos custos fixos e diversificar as fontes de rendimento, assumem-se como elementos preponderantes na execução da estratégia do Standard Bank de Angola para 2017.

ATÉ 2020 O BANCO ASPIRA SER LÍDER NO SEGMENTO DE GRANDES EMPRESAS E BANCA DE INVESTIMENTO E TENCIONA OBTER RESULTADOS ANUAIS COM CRESCIMENTOS SUPERIORES A 10%.

CAPITAL HUMANO



KHONDE MAKUALA
DIRECTOR DE CAPITAL HUMANO

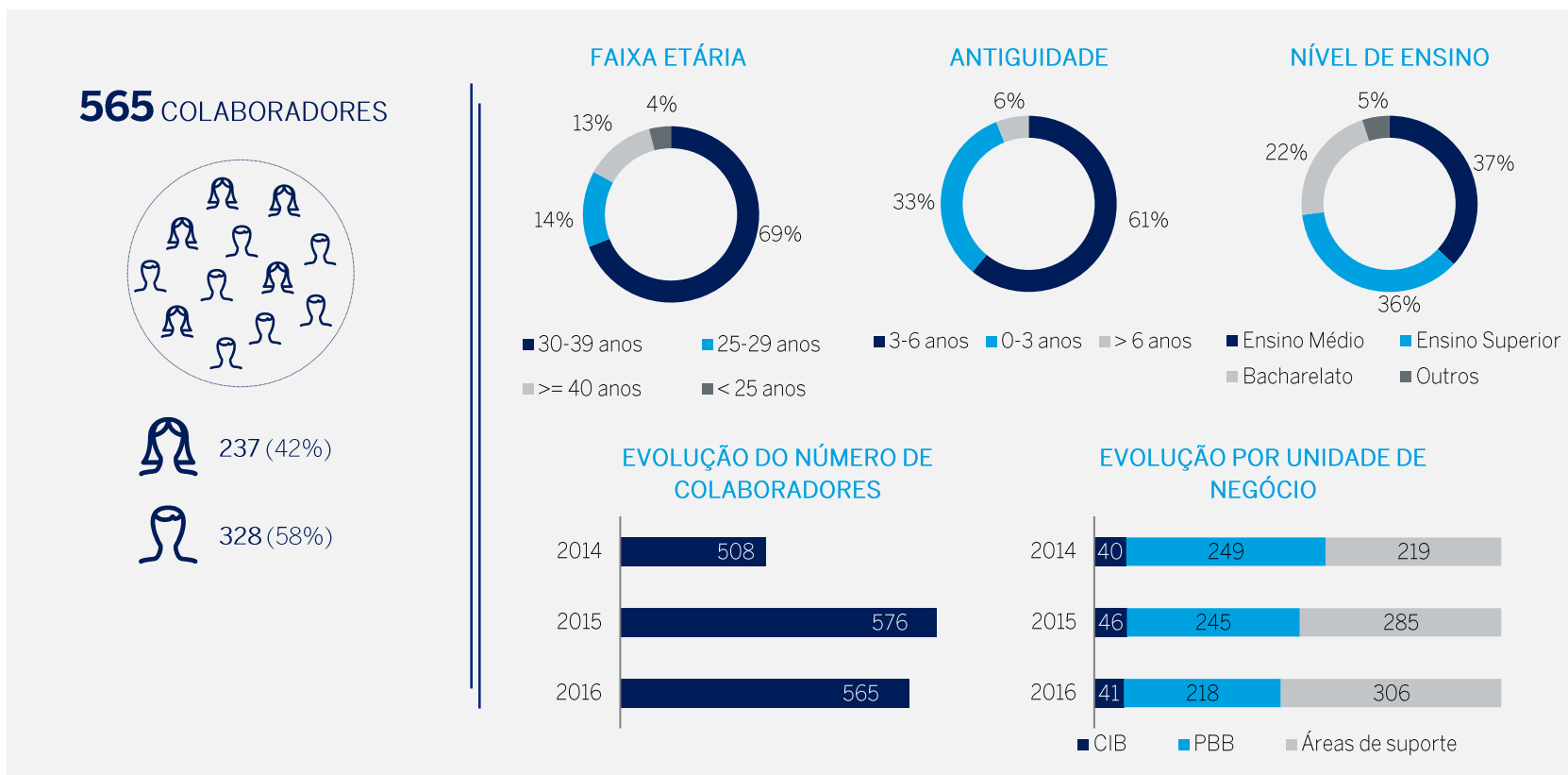
“Acreditamos que os nossos Colaboradores são o factor crítico de sucesso do Standard Bank de Angola e que através da partilha de valores e da criação de uma identidade colectiva, conseguimos oferecer uma experiência única ao Cliente.

No Standard Bank de Angola promovemos uma cultura de exigência e rigor na execução do nosso dia a dia, em que cada um de nós é desafiado a contribuir com o seu melhor para a concretização de objectivos individuais e globais. Estamos simultaneamente satisfeitos por ter implementadas práticas de trabalho justas e respeitadoras dos direitos dos nossos Colaboradores, fazendo com que estes se sintam orgulhosos por trabalhar no Banco.

Acreditamos que o esforço, o talento e desempenho devem ser reconhecidos e premiados através de planos de remuneração atractivos e de progressão de carreira que se coadunem com o ambiente desafiante em que vivemos.

No Standard Bank de Angola, capacitamos as nossas equipas com as competências e ferramentas tecnológicas adequadas ao nosso compromisso, de colocar os nossos Clientes no centro de tudo o que fazemos.”

CARACTERIZAÇÃO DO CAPITAL HUMANO DO STANDARD BANK DE ANGOLA



Em linha com as orientações estratégicas traçadas para o mercado Angolano, o Standard Bank de Angola manteve a sua aposta na contínua atracção e retenção de novos talentos, por forma a criar equipas com competências multidisciplinares, compostas principalmente por jovens profissionais, como facilmente se constata através da caracterização do capital humano, apresentado acima.

Em 31 de Dezembro de 2016, o quadro de pessoal era composto por 565 Colaboradores, tendo-se apenas registado um ligeiro decréscimo (de 11 Colaboradores) no total do quadro de pessoal do Banco.

Uma análise mais pormenorizada revela que, o Banco possuía no final do ano uma estrutura por género equilibrada, composta por 42% de Colaboradores do género feminino e, conseqüentemente, 58% do género masculino. Destes, verifica-se que, 83% têm idades compreendidas entre 25 e 39 anos e que em termos de antiguidade no Banco, 94% dos Colaboradores têm até 6 anos de experiência, o que comprova a clara aposta do Standard Bank de Angola na construção de uma equipa jovem, capaz de aportar o dinamismo necessário no seu dia a dia, para responder aos diversos desafios do mercado.

Aproximadamente 60% do total do efectivo do Banco possui curso superior ou frequência universitária. Destacando-se, o importante papel que as parcerias com universidades nacionais têm na identificação e integração dos candidatos, no processo de recrutamento do Banco.

Em função das competências dos Colaboradores e das necessidades das diferentes áreas, o Standard Bank de Angola procura realizar uma alocação do seu quadro de pessoal que possibilite a geração de valor e, conseqüentemente, garantir o sucesso nos resultados a que se propõe atingir. Sendo que, no final de 2016, existia uma distribuição equitativa (46% vs. 54%) entre os segmentos de negócio (CIB e PBB) e as áreas de suporte.

Em 2016 o Standard Bank de Angola foi nomeado para o Melhor Programa de Capital Humano nos Prémios Sirius.

A DIRECÇÃO DE CAPITAL HUMANO

A Direcção de Capital Humano (DCH) do Standard Bank de Angola é responsável pelas políticas, processos e práticas de gestão de pessoas, servindo como órgão de consulta e aconselhamento dos Órgãos de Gestão do Banco nas questões de capital humano. Esta Direcção desenvolveu estratégias relativas ao capital humano alinhadas com a estratégia de negócio e conduziu diversas iniciativas que pretendem apoiar as unidades de negócio, na prossecução dos seus objectivos.

A DCH foca-se na qualidade de serviço, mantendo uma abordagem balanceada entre o desenvolvimento de soluções criativas na resolução das questões do dia a dia e os objectivos de longo prazo do Banco.

Entre outros, a DCH tem como principais responsabilidades e objectivos:

- Gerir o processo de recrutamento do Standard Bank de Angola, nomeadamente, contratação de novos Colaboradores, preenchimento de vagas em aberto, gestão da saída de Colaboradores;
- Desenvolver e reter os Colaboradores do Banco, através da gestão da formação de Colaboradores, da gestão de talentos, da definição de planos para retenção e/ou sucessão de Colaboradores;
- Monitorizar o processo de avaliação de desempenho e de atribuição de bónus aos Colaboradores;
- Gerir o processo de remuneração e benefícios, nomeadamente, processamento de salários e subsídios, bem como de atribuição de benefícios aos Colaboradores.

Neste sentido ao longo de 2016, a Direcção manteve assim, a par da estratégia delineada pelo Banco, a sua forte aposta no capital humano, investindo de forma contínua na formação e desenvolvimento dos seus Colaboradores, proporcionando um ambiente de trabalho gratificante com oportunidades de crescimento pessoal e profissional, suportadas por uma estratégia de remuneração muito competitiva.

Através das políticas e programas detalhadas seguidamente, pretendeu-se desenvolver profissionais talentosos, comprometidos com a excelência, cujos resultados do trabalho suportam e reforçam a solidez e rentabilidade do Standard Bank de Angola.

POLÍTICAS DE CAPTAÇÃO E RETENÇÃO

RECRUTAMENTO E SELECÇÃO

No sentido de recrutar profissionais com elevados níveis de qualificação, o Standard Bank de Angola efectua o seu processo de recrutamento mediante rigorosos critérios de selecção.

Este processo tem uma periodicidade variável, uma vez que é efectuado à medida das necessidades do Banco.

Em regra, o recrutamento pode ser efectuado por 3 vias distintas, nomeadamente:

- **Recrutamento externo para funções juniores:** caso exista a necessidade de integrar na equipa do Banco um Colaborador júnior e sem qualquer experiência na área. Este formato de recrutamento tem sido mais recorrente dada a determinação do Banco em criar uma equipa jovem;
- **Recrutamento interno para funções seniores:** caso exista uma vaga para uma função mais sénior que requeira experiência numa área específica, o Banco recorre, numa primeira instância, aos seus Colaboradores internos e identifica se algum se adequa à função procurada;
- **Recrutamento externo para funções seniores:** caso não tenha conseguido, através do recrutamento interno, alocar um Colaborador interno à função sénior procurada, o Banco acciona posteriormente o processo de recrutamento externo.

O Banco recorre a diversas fontes e meios de recrutamento, nomeadamente:

Recrutamento interno	Recrutamento externo
<ul style="list-style-type: none">- Base de dados interna de mapeamento de Colaboradores do Banco.	<ul style="list-style-type: none">- Feiras de emprego em universidades Angolanas;- Meios de comunicação (Jornal de Angola);- Plataformas digitais (<i>LinkedIn</i>);- Empresas externas de recrutamento.

POLÍTICAS DE CAPTAÇÃO E RETENÇÃO

FORMAÇÃO

Fruto da aposta numa equipa jovem e do Banco colocar o Cliente no centro da sua actividade, torna-se imperativo o investimento do Standard Bank de Angola na formação e capacitação dos seus Colaboradores. Neste sentido, ao longo de 2016 foram administrados 109 cursos de formação, perfazendo um total de 2.096 horas e que abrangeram um total de 555 Colaboradores.



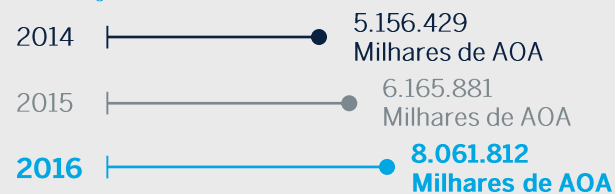
De entre as formações administradas aos Colaboradores do Banco, destaca-se que:

- 38% foram direccionadas para o programa de talentos internos do Banco;
- 8% foram dedicadas a temas de *compliance* e fraude.

CUSTOS COM FORMAÇÃO EM 2016



EVOLUÇÃO DE CUSTOS COM PESSOAL



A preocupação do Banco com os seus Colaboradores reflecte-se na crescente evolução dos custos com pessoal registada nos últimos anos. Para além do investimento em formação, o Standard Bank de Angola proporciona remunerações muito competitivas aos seus Colaboradores, as quais têm um peso significativo no montante total dos custos com pessoal incorridos, nomeadamente, 62% em 2016.

DESEMPENHO E AVALIAÇÃO

Para garantir a implementação da estratégia definida pelo Banco, a DCH procura desenvolver diversos princípios que constituem uma mais valia para o desempenho individual dos Colaboradores, designadamente:

- Foco na entrega dos resultados;
- Melhoria contínua;
- Incentivos motivacionais.

Neste sentido, a gestão do desempenho torna-se crucial para a concretização do negócio do Standard Bank de Angola, havendo para tal, um programa de avaliação de desempenho que visa assegurar que todas as unidades de negócio se encontram alinhadas com as prioridades e objectivos definidos pelo Conselho de Administração.

Para que todos os Colaboradores estejam esclarecidos sobre os objectivos que devem cumprir, o processo de avaliação de desempenho contempla uma primeira fase que passa pelo estabelecimento de objectivos de negócio, tanto de equipa como individuais, bem como pelas expectativas comportamentais do Colaborador.

Posteriormente, é realizada uma monitorização e acompanhamento do desempenho do Colaborador, garantido um apoio contínuo através da comunicação regular de *feedback*, tanto à equipa como ao próprio Colaborador.

Finalmente, o Banco efectua uma revisão do desempenho alcançado, tanto a nível individual como de equipa, que culmina num resultado de avaliação que terá influência na remuneração de cada Colaborador.

POLÍTICAS DE CAPTAÇÃO E RETENÇÃO

PLANOS DE CARREIRA E SUCESSÃO

A integração dos melhores talentos contribui de uma forma inegável para o sucesso de uma instituição rentável. Como tal, o Banco investe no desenvolvimento da carreira dos Colaboradores planeando, de forma personalizada, as suas oportunidades de crescimento.

A implementação de planos de carreira e sucessão visa potenciar e valorizar as competências técnicas de cada Colaborador, sendo o desempenho consistente e de alta qualidade um pré-requisito para o progresso. Os colaboradores considerados como *top performers* e que demonstrem potencial de sucessão estão no centro das prioridades do Capital Humano, por forma a dar continuidade ao crescimento e sucesso do Banco.

Assim sendo, todos os Colaboradores do Banco efectuem um plano de sucessão que identifica as potenciais ambições e oportunidades de sucessão, bem como o seu plano de formação e desenvolvimento.

Destaca-se que em 2016, foram identificados pelo Banco 89 Colaboradores com potencial sucessão, para assumir cargos relevantes na instituição, dando assim continuidade aos projectos do Standard Bank de Angola.

BENEFÍCIOS

O Standard Bank de Angola acredita que o bem estar dos Colaboradores deve ser estimulado e reconhecido. Deste modo, efectua um investimento anual significativo, de forma a proporcionar as melhores condições aos seus Colaboradores. Uma das medidas concretas que foram preconizadas ao longo de 2016, para materializar este objectivo do Banco foi o *upgrade* do plano de Seguro de Saúde para todos os Colaboradores e respectivos agregados familiares, permitindo aumentar os serviços disponibilizados e a rede de prestadores credenciados a que têm acesso.

Paralelamente, o Banco implementou diversos subsídios compensatórios (subsídio de custo de vida, subsídio para os técnicos de caixa, cobertura em caso de funeral, pagamento do 14º mês, entre outros), como forma de premiar e reconhecer o esforço de todos na prossecução de objectivos comuns.

PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO

Durante o ano de 2016 a DCH desenvolveu e/ou esteve envolvida em diversos projectos para melhorar os serviços de gestão de pessoal e de prestação de serviço a todos os Colaboradores.

PROGRAMA DE ACOLHIMENTO PARA NOVOS COLABORADORES

No programa de integração de novos Colaboradores é dada a oportunidade de conhecer a cultura, o modelo organizativo e o *modus operandi* do Banco, facilitando uma melhor adaptação dos recém-Colaboradores.

Ao longo de 2016 foi desenvolvido o *Employee Cycle Project*, um programa que veio melhorar o processo de *on-boarding* dos Colaboradores.

PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO E MENTORING PARA ESTAGIÁRIOS

O programa de integração e acompanhamento para jovens recém-licenciados tem 12 meses de duração e permite a rotatividade por várias áreas do Banco. O estagiário tem um mentor que o acompanha durante todo o período de estágio, definindo objectivos, avaliando e alinhando o seu desempenho ao longo do estágio.

PROGRAMA DE IDENTIFICAÇÃO DE TALENTOS INTERNOS

O Standard Bank de Angola tem implementado um programa de identificação de talentos que avalia o desempenho e o potencial dos Colaboradores.

Em 2016, foram identificados 68 Colaboradores como potenciais talentos do Banco, os quais participaram em formações de especialidade, sendo expostos a experiências desafiantes.

PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO

PROGRAMA 70:20:10

O Banco acredita que 70% da aprendizagem dos Colaboradores decorre dos desafios profissionais que encara ao longo da sua rotina diária, 20% correspondem à aprendizagem construída pela interacção com as demais pessoas e 10% referem-se à formação complementar recebida.

O programa 70:20:10 tem como objectivo criar um ambiente laboral convidativo à troca de ideias e à partilha de informação no local de trabalho, através de *coaching* e *training on the job*.

PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO NA ACADEMIA DE LIDERANÇA DO GRUPO

O Grupo Standard Bank tem diversos programas para promover junto dos seus Colaboradores o desenvolvimento de *skills* de gestão e liderança.

Destes programas destacaram-se em 2016: Fundamentos de Liderança, Princípios de Liderança, Princípios de Gestão, Liderança de Equipas, Liderança Executiva, Desenvolvimento da Liderança e Excelência na Gestão, Liderança Estratégica e Mulheres na Liderança.

Adicionalmente foi realizado um workshop interactivo, baseado no livro *Drive* de Daniel Pink, com o objectivo de perceber as principais motivações e práticas para melhorar a *performance* dos Colaboradores.

PROGRAMA DE NACIONALIZAÇÃO

O crescimento do Standard Bank de Angola tem gerado numerosas oportunidades de crescimento interno para os Colaboradores nacionais, promovendo desta forma uma saudável evolução profissional em termos de responsabilidades e funções.

Neste sentido, por forma a destacar e valorizar o talento Angolano, o Banco procura atribuir cargos de gestão a nacionais qualificados. O Standard Bank de Angola conta com vários profissionais não expatriados em lugares chave de liderança, nomeadamente, *Chief Operations Officer* (COO), Director da área Jurídica, Director da área de *Compliance*, Director da área de Auditoria, Director da área de *Business Banking*, Director da área de *Governance*, Director da área de Marketing, Director da área de Contabilidade, Director de Risco Operacional e Director de TPS.

Finalmente, destaca-se que os Colaboradores que apresentam maior potencial de para assumir cargos de gestão, são integrados num programa de formação acelerada.

PROGRAMA DE MOBILIDADE INTERNACIONAL DE QUADROS ANGOLANOS

O objectivo deste programa é permitir que quadros do painel de talento Angolano possam passar períodos de 12 a 24 meses deslocados em países onde o Standard Bank está presente, por forma a otimizar as suas competências, experiência e integração na cultura do Grupo, para que no regresso a Angola possam assumir cargos de maior responsabilidade.

Em 2016, este programa foi integrado por 4 Colaboradores, estando um deles deslocado em Beijing, China, e os restantes em Joanesburgo, África do Sul.

DESLOCAÇÕES A ÁREAS DE EXCELÊNCIA DO GRUPO STANDARD BANK

O programa de intercâmbio de Colaboradores entre as diferentes geografias do Grupo tem como principal objectivo a partilha de experiências e práticas, que resultem na optimização de tarefas e na elevação de níveis de desempenho.

MARCA

CONFIANÇA, SOLIDEZ E A LONGA EXPERIÊNCIA NO SECTOR SÃO CRITÉRIOS QUE NOS FAZEM APROXIMAR DOS CLIENTES.

Em 2016 o Standard Bank de Angola desenvolveu um conjunto significativo de acções de Marketing e Comunicação que tiveram como objectivo reforçar o posicionamento da Marca atribuindo especial destaque aos factores distintivos enquanto Banco, nomeadamente, a solidez, a experiência no sector e a proximidade juntos dos Clientes.

Em linha com a política seguida nos anos anteriores, o Banco pretendeu ainda, através destas acções, reforçar o sentido de identidade nacional e capitalizar a imagem enquanto instituição financeira consistente e credível.

O património de mais de 150 anos, a paixão por África e o compromisso perante os Clientes, apresentaram-se como pilares preponderantes da Marca.

A realização de inúmeras acções de comunicação – desde campanhas *mass media* divulgadas em diversos meios de comunicação, à criação e reformulação de produtos – permitiram ao Banco reforçar o posicionamento de solidez e consistência, destacando-se cada vez mais como o melhor parceiro para os Clientes.



CAMPANHA SOLIDEZ

O Standard Bank de Angola procurou reforçar a imagem de instituição financeira de elevada solidez, promovendo a confiança dos agentes económicos e identificando-se como parceiro ideal em tempos de maior adversidade económica.

CAMPANHA ÁFRICA É A NOSSA TERRA

Para reforçar a identidade do Grupo Standard Bank, enquanto Banco com a maior expressão no continente Africano (presença em 20 países Africanos) foi criado um anúncio de televisão institucional que enfatizou a capacidade de acompanhamento dos Clientes e Parceiros suportando-os e garantindo que estes têm acesso às oportunidades de crescimento proporcionadas pelas economias Africanas.



PRODUTOS



SEGURO VIVAMAIS

O lançamento do seguro de saúde VivaMais, permitiu ao Banco promover um aumento relevante da oferta de produtos.

Com este novo produto, o Standard Bank de Angola procura garantir que os Clientes dispõem de produtos adequados às necessidades do dia-a-dia.

CONCURSO VISA GOLD 2016

Com o objectivo de incentivar o uso doméstico do cartão de crédito no mercado Angolano, o Standard Bank de Angola realizou um sorteio que premiou 10 dos utilizadores do cartão de Crédito Visa Gold com 100.000 AOA.



REBRANDING DOS PRODUTOS POUPANÇA

O Standard Bank de Angola, efectuou um rebranding nos produtos de poupança com o objectivo de se aproximar ainda mais dos Clientes.

Renovar a gama de produtos e reposicionar a oferta do Banco através de uma comunicação centrada no Cliente foram os propósitos principais desta acção.

EVENTOS E PATROCÍNIOS



REALIZAÇÃO DE DIVERSOS EVENTOS PARA CLIENTES

Com o intuito de estreitar relações entre Clientes de diversos segmentos, o Banco organizou múltiplos eventos ao longo de 2016. De entre os eventos realizados destacam-se:

- *Cocktails* efectuados nas diversas agências do Banco;
- Organização de um evento específico para Clientes CIB;
- Conferência Transregional para África Ocidental;
- Convite para assistir um jogo de Rugby na África do Sul;
- Convite para assistir ao *Cape Town Jazz Festival* na África do Sul;

A participação de Clientes nestes eventos permitiu não apenas a aproximação à Marca, mas também uma maior interacção entre os diversos segmentos, facilitando a criação de oportunidades de negócio entre si.

Adicionalmente, permitiu ao Standard Bank de Angola conhecer as necessidades e expectativas dos Clientes por forma a adequar os serviços e oferta.

EVENTOS E PATROCÍNIOS

EVENTOS PARA COLABORADORES

No Standard Bank de Angola, os Colaboradores são o activo mais importante. Neste sentido, realizaram-se diversos eventos internos que visaram promover o conceito de família e permitiram fomentar a união entre todos.

Entre outros, destacam-se o evento de final do ano, onde os Colaboradores se juntaram para festejar mais um ano de sucesso e o evento *Mark of Excellence* que teve como objectivo reconhecer o esforço, dedicação e *performance* dos Colaboradores no desempenho das suas funções.



PATROCÍNIO USACC

O Standard Bank de Angola, patrocina a Câmara de Comércio Estados Unidos - Angola (USACC), entidade que promove a interacção entre empresas americanas dos mais variados sectores de actividade e dimensão e empresas Angolanas.

PATROCÍNIO DE EVENTOS

Em parceria com a empresa Vinhos da África do Sul, o Standard Bank de Angola, patrocinou um evento corporativo que visou estreitar relações com Clientes de diferentes sectores empresariais do país.



“WE WORK TO BECOME A FIRST-CLASS DIGITAL BANK IN ANGOLA”

Numa era digital com mudanças constantes nas necessidades dos Clientes, o Standard Bank de Angola sentiu o dever de iniciar um processo de adopção de tecnologias inovadoras, destacando-nos de forma competitiva enquanto instituição financeira.

O Cliente está no centro de tudo o que fazemos e o objectivo principal desta etapa de transformação digital passa por garantir a estabilidade, disponibilidade e funcionamento eficiente dos sistemas bancários. Neste sentido, ao longo de 2016 iniciou-se a implementação de um processo de melhoria através, maioritariamente, de alterações nos sistemas de informação, o qual se irá materializar de forma mais expressiva ao longo do exercício de 2017.

Em linha com a estratégia de *digitization* definida pelo Grupo Standard Bank, a introdução de produtos e serviços digitais revolucionadores faz parte de um programa de transformação do Banco que se considera ter uma enorme magnitude e impacto na actividade do Banco, com reflexo na satisfação dos Clientes.

O objectivo é reformular radicalmente a capacidade digital, oferecendo soluções inovadoras aos Clientes que lhes proporcionem uma experiência excepcional, exclusiva e adaptada às suas necessidades.

Em 2017, o Banco prosseguiu com a sua estratégia de melhoria dos seus sistemas, visando a sua sustentabilidade e continuidade sem interrupções dos sistemas, irá efectuar o *upgrade* do *Core Banking System* do Banco para uma versão mais actualizadas e com funcionalidades inovadoras, reflectindo o investimento na melhoria interna e na a satisfação dos Clientes.

Pilares da estratégia de *digitization*

1. Qualidade de serviço	2. Resposta ao mercado	3. Acessibilidade	4. Sustentabilidade
Alcançar melhorias contínuas na qualidade de serviço ao Cliente em termos de disponibilidade, fiabilidade, confiança e segurança.	Alavancar tecnologias inovadoras e novas formas de trabalhar para alcançar níveis mais elevados de agilidade, flexibilidade e capacidade de resposta.	Gerir custos através do desenvolvimento de soluções tecnológicas e da incorporação do pragmatismo comercial, promovendo simultaneamente a proximidade junto do Cliente.	Tornar a sustentabilidade tecnológica um fundamento da excelência na experiência Cliente.

CANAIS DIGITAIS

A utilização de canais digitais ganha cada vez mais importância na estratégia do Standard Bank de Angola, dada a crescente importância da inovação junto da população.

O Standard Bank de Angola pretende destacar-se enquanto instituição financeira digital nos serviços bancários em Angola oferecendo soluções inovadoras que respondam às necessidades e exigências dos Clientes.

O principal foco do Banco é aumentar a utilização de canais digitais, quer para promover a estratégia corporativa (redes sociais), quer para melhorar o processo transaccional (*internet banking e mobile banking*).

Também em 2016 foi criado o primeiro balcão digital, que permitiu diminuir o tempo de espera no atendimento e, conseqüentemente, uma maior satisfação do Cliente.

“

LIDERAR PELA INOVAÇÃO

Com o investimento em tecnologias de informação estamos a acelerar a criação de valor, fortalecendo a capacidade de adaptação a um ambiente em rápida mudança e pela melhoria contínua do serviço prestado ao Cliente”

Standard Group Vision

INTERNET BANKING

Actualmente, está disponível o *website* www.standardbank.co.ao que permite aos Clientes, para além da consulta de informação institucional sobre o Banco, aceder a alguns serviços através das plataformas integradas, nomeadamente:

Arc IB: plataforma electrónica integrada no *website* do Banco direccionada para Clientes Particulares. Esta plataforma tem as seguintes funcionalidades:

- Consulta de saldos e movimentos da conta;
- Consulta de empréstimos realizados;
- Consulta de dados de cartões;
- Realização de transferências;
- Criação de alertas (via SMS ou *e-mail*).

Netplus: plataforma electrónica integrada no *website* do Banco direccionada para Clientes Empresa. Esta plataforma tem as seguintes funcionalidades:

- Consulta de saldos e movimentos da conta;
- Consulta de empréstimos realizados;
- Consulta de dados de cartões;
- Realização de transferências;
- Criação de alertas (via SMS ou *e-mail*);
- Pagamento de impostos *online*;
- Realização de pagamentos múltiplos.

Para realizar as operações acima elencadas o Cliente necessita apenas de introduzir os códigos de utilizador (entregues pelo gestor da agência e enviados por *e-mail*) e efectuar o *login* na página.

Ao longo de 2016 registou-se um aumento na utilização destas plataformas por parte dos Clientes do Banco, tendo sido verificado, face ao ano anterior, um crescimento de 37% no número de utilizadores da plataforma Arc IB e um incremento de 37% na plataforma NetPlus.

CANAIS DIGITAIS

MOBILE BANKING

Paralelamente às soluções de *internet banking*, o Banco investiu ainda em aplicações *mobile banking* com o intuito de acompanhar a crescente aceitação deste canal digital por parte dos seus Clientes.

Com a aplicação *mobile* disponível tanto para o sistema operativo iOS (*SB Angola Mcommerce*) como para o sistema operativo Android (*Standard Bank de Angola Mobile*) os Clientes do Standard Bank de Angola têm a possibilidade de aceder 24h por dia aos seus dados bancários no telefone e de realizar as seguintes operações com o máximo conforto e acessibilidade:

- Consulta de saldos e movimentos da conta;
- Consulta de empréstimos realizados;
- Consulta de dados de cartões;
- Realização de transferências.

TRANSACÇÕES

A redução do número de transacções presenciais, compensada pelo aumento da utilização dos canais digitais foi um dos principais objectivos do Standard Bank de Angola para 2016, que se mantém para os próximos anos. O Standard Bank de Angola pretende que num futuro próximo o Cliente consiga ter acesso *online* à quase totalidade dos serviços prestados pelo Banco, promovendo desta forma uma maior comodidade e facilidade nas interacções entre o Cliente e o Banco.

Durante o ano de 2016, o montante de transacções realizadas através de canais digitais aumentou significativamente. A adopção destes canais digitais teve um grande impacto no número e no montante de transacções efectuadas ao longo do ano, tendo o montante médio de transacções realizadas através de canais digitais registado 365 Mil Milhões de AOA (face a 188 Mil Milhões de AOA em 2015).



365 MIL MILHÕES DE AOA
EM TRANSACÇÕES EM
CANAIS ELECTRÓNICOS



+194 %

REDES SOCIAIS

O ano de 2016 foi um ano de grande aposta nas redes sociais, com o Banco a manter uma presença de uma forma activa na página de *Facebook*. Como resultado, o Standard Bank de Angola registou um crescimento de 319% em número de seguidores, sendo o alcance (número de pessoas alcançadas por publicação) acima de 3000%.

Adicionalmente, foi também dado especial destaque à rede social *LinkedIn* de forma a promover a nossa identidade corporativa do Banco e dinamizar o processo de recrutamento de Colaboradores.



+ 319 %
SEGUIDORES



DINAMIZAÇÃO
DO PROCESSO DE
RECRUTAMENTO

**APOSTA NAS
REDES SOCIAIS**

CANAIS DIGITAIS

REFORÇO E MELHORIA DOS SISTEMAS

Durante o ano de 2016, o Banco manteve o investimento nos Sistemas de Informação, enquanto pilar de transformação e inovação iniciando o desenvolvimento de um processo tecnológico revolucionador.

Projectado para potenciar serviços financeiros digitais capazes de se adaptar continuamente às necessidades do Cliente, a implementação de um processo tecnológico e de inovação no Standard Bank de Angola, pretende aumentar os níveis de flexibilidade e agilidade na oferta dos serviços do Banco, e melhorar significativamente o relacionamento do Banco com o Cliente.

Em 2016, o investimento na área de tecnologia focou-se em diversas oportunidades, nomeadamente:

- Melhoria das funcionalidades e especificidades dos cartões de crédito Visa Gold, lançados em 2015;
- Criação do cartão de crédito *Platinum*, um *upgrade* ao cartão Visa Gold com mais vantagens para o Cliente;
- Criação de um *workflow* interno para gestão de pagamentos (interbancários ou internacionais) e de pedidos de cartão de crédito. Este *workflow* permitiu diminuir o nível de burocracia envolvido nos processos de pagamento e crédito, permitindo, por exemplo, a aprovação de crédito a Clientes em 24h;
- Melhoria nas infra-estruturas virtuais do Banco, que permitem aumentar a eficácia dos controlos efectuados;
- Implementação de um projecto de *Know Your Customer* (KYC) com o objectivo de criar um repositório digital mais eficiente. Os dados de KYC passaram a estar integrados no *workflow* de abertura de conta, garantindo, deste modo, a concentração de informação do Cliente num único repositório digital;
- Implementação do projecto SWIFT Standards que teve como objectivo garantir a conformidade dos processos internos com as regras internacionais definidos pela *Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication* (SWIFT);
- Melhoria das soluções SWIFT e *Host-to-Host* do sector empresarial que, conseqüentemente, apresentaram aumentos significativos em termos de utilizadores e transacções:
 - **SWIFT** – o número de utilizadores (10) e montante das transacções realizadas em 35%.
 - **Host to Host** – aumento do número de utilizadores (5 para 6) e aumento do montante das transacções realizadas em 462%.
- *Upgrade* das linhas de comunicação, *i.e.*, a largura da banda de comunicação do Banco foi aumentada de 2MB para 4Mb;
- Melhoria dos sistemas de segurança do Banco que, entre outras medidas, consistiu na realização de um teste de segurança para o acesso à plataforma de *internet banking*;
- Manutenção da solução de reconciliação entre facturação e pagamentos recebidos entre os terminais de pagamento automático (TPA) e as máquinas registadoras dos Clientes Empresa;
- Desenvolvimento de uma solução que permitiu que os Clientes Empresa tenham máquinas de contagem de dinheiro e depósito, facilitando o processo de contagem de valores na nossa tesouraria central do Banco.

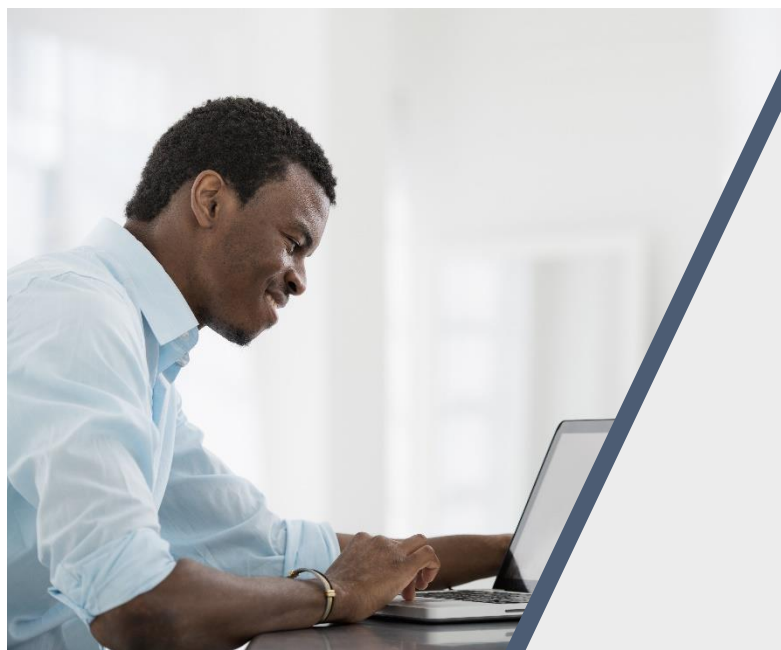
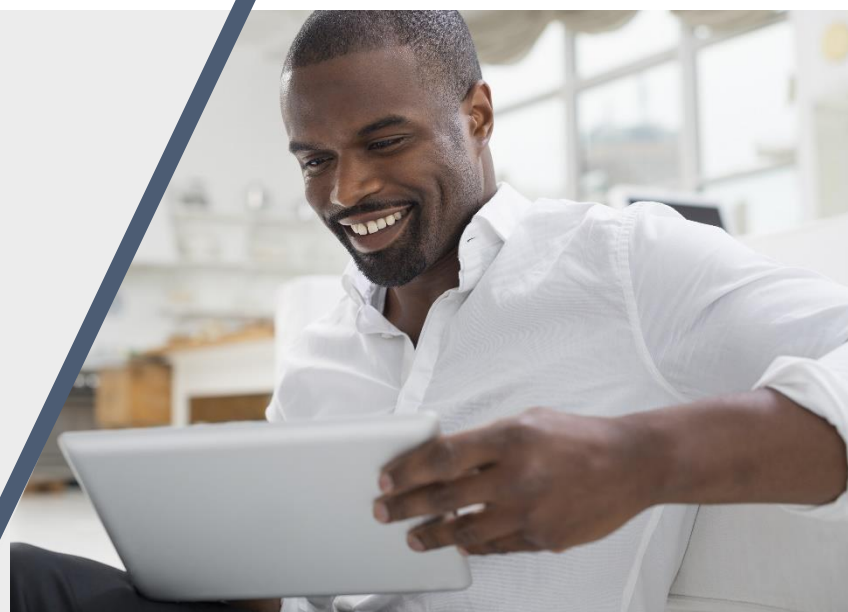
OBJECTIVOS PARA 2017

Manter a estratégia de reduzir o número de operações manuais, aumentar o acesso, a proximidade e o conforto, reduzindo a necessidade de deslocações físicas às agências através do desenvolvimento e melhoria das plataformas de *internet* e *mobile banking*, são os principais focos do Standard Bank de Angola para 2017 de forma a potenciar a satisfação dos seus Clientes.

MOBILE BANKING

Com o objectivo de melhorar de forma contínua os serviços disponibilizados e aumentar o número de transacções *mobile*, as funcionalidades da aplicação serão revistas por forma a contemplar as melhorias já identificadas para as plataformas de *internet banking*, designadamente:

- Visualização e alteração do perfil do Cliente;
- Realização de depósitos;
- Gestão de contas *saving*;
- Realização de pagamentos a beneficiários;
- Especificação dos limites de transacções;
- Realização de pedidos de esclarecimento através de um *chat online*;
- Acesso a reportes de *performance*.



INTERNET BANKING

As plataformas Arc IB e Netplus já existentes serão parcialmente substituídas pelas plataformas *e-banking* e *business online (BOL)*, respectivamente. Com o intuito de melhorar o serviço de *internet banking* estas plataformas contemplarão, entre outras, o desenvolvimento das seguintes funcionalidades:

- Visualização e alteração do perfil do Cliente;
- Realização de depósitos;
- Gestão de contas *saving*;
- Realização de pagamentos a beneficiários;
- Especificação dos limites de transacções;
- Realização de pedidos de esclarecimento através de um *chat online*;
- Acesso a reportes de *performance*.

OBJECTIVOS PARA 2017

Para além da forte aposta nos canais de *internet banking* e *mobile banking*, será implementado ao longo de 2017 um conjunto de outras soluções inovadoras, nomeadamente:

01

Criação de um sistema de gestão de reclamações (*Query Management System*)

03

Criação de um *workflow* para abertura de conta para Clientes Empresa

06

Desenvolvimento de mecanismos *Disaster Recovery* (*firewall upgrade* e optimização da largura de banda)

02

Melhoria do *workflow* interno de gestão de pagamentos e de pedidos de cartão de crédito

04

Implementação de pagamento de serviços através das ligações *Host-to-Host* com os sistemas da EMIS

07

Implementação de soluções locais de *One Time Password* (OTP)

05

Criação e implementação de uma aplicação de *Slide Pay*

08

Redesenho das soluções ATM existentes

09

Implementação do programa *Office 365* do *Windows* que providenciará serviços de nuvem



GOVERNAÇÃO CORPORATIVA

Estrutura e políticas adaptadas à actividade e ao mercado em que o Standard Bank de Angola se insere, garantindo uma comunicação e alinhamento transversal à estrutura do Banco.



ANTÓNIO COUTINHO
CHIEF EXECUTIVE OFFICER (CEO)



DOMINIC BRUYNSEELS
PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (PCA)



OCTÁVIO PAULO
ADMINISTRADOR NÃO EXECUTIVO INDEPENDENTE

“Os princípios orientadores que regem o modelo de Governação Corporativa do Standard Bank de Angola foram definidos em conformidade com os requisitos exigidos pelo Banco Nacional de Angola e alinhados com a estratégia do Grupo Standard Bank.

O Standard Bank de Angola privilegia uma clara divisão de responsabilidades, assente numa estrutura coerente, em que o Conselho de Administração do Banco procura equilibrar o seu papel de supervisão de risco e de orientação estratégica com a necessidade de garantir o cumprimento de requisitos regulamentares. O Banco prevê simultaneamente uma delegação de poderes na Comissão Executiva e em Comitês (internos) do Conselho de Administração, mantendo sempre este Órgão o controlo efectivo e a responsabilidade final em todas as decisões.”

PRINCÍPIOS ORIENTADORES

O Standard Bank de Angola definiu um modelo de Governação Corporativa assente numa estrutura coerente de controlo interno, alinhado com as políticas e processos de gestão de risco e com a estratégia de negócio definida para o Banco.

Com a publicação dos Avisos n.º 1 e n.º 2 /2013, de 19 de Abril, o Banco Nacional de Angola veio estabelecer os pilares fundamentais da Governação Corporativa no que diz respeito a instituições financeiras, definindo um conjunto de práticas e processos no âmbito da estrutura de capital, estratégia, modelo de organização societária, transparência das estruturas orgânicas, políticas de gestão de risco, de remuneração e de conflito de interesses.

Privilegiando a clara divisão de responsabilidades, o Conselho de Administração do Banco procura equilibrar o seu papel de supervisão de risco e de orientação estratégica com a necessidade de garantir o cumprimento de requisitos regulamentares.

Os princípios orientadores que regem o modelo de Governação Corporativa do Standard Bank de Angola foram definidos em conformidade com os requisitos exigidos pelo Banco Nacional de Angola e alinhados com a estratégia do Grupo Standard Bank. Como tal, o Banco procurou definir responsabilidades hierárquicas, estabelecer processos de monitorização, fiscalização e *compliance*, promovendo a transparência e a responsabilização da gestão do Banco enquanto princípios orientadores do modelo. Desta forma, é garantida a manutenção de melhores práticas e assegurado o equilíbrio de direitos entre accionistas, prestação de contas, ética e a sustentabilidade do negócio.

O modelo de Governação Corporativa do Standard Bank de Angola prevê a delegação de poderes na Comissão Executiva e em Comitês (internos) do Conselho de Administração, mantendo sempre este Órgão o controlo efectivo e a responsabilidade final em todas as decisões.

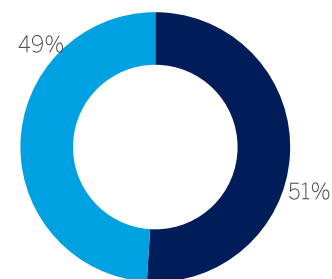
De forma a cumprir com os Avisos acima mencionados, o Conselho de Administração do Banco tem vindo a submeter ao Banco Nacional de Angola, a Dezembro de cada ano, relatórios anuais sobre a Governação Corporativa e eficácia do Sistema de Controlo Interno, onde se inclui o parecer do Auditor Externo e do Conselho Fiscal.

ESTRUTURA ACCIONISTA

O Standard Bank de Angola foi autorizado a operar pelo Banco Nacional de Angola no dia 9 de Março de 2010, tendo iniciado a sua actividade operacional a 27 de Setembro de 2010.

O capital social do Banco, equivalente ao custo histórico, em AOA, a 100 Milhões de USD, encontra-se repartido por 4 accionistas minoritários, *i.e.*, pessoas individuais fiduciárias do Grupo Standard Bank, e por 2 accionistas maioritários, designadamente, o *Standard Bank Group Limited*, e a *AAA Activos Limitada** com 51% e 49%, respectivamente.

*O accionista AAA Activos Lda. está em processo de venda da sua participação social.



■ Standard Bank Group Limited ■ AAA Activos, Lda.

ESTRUTURA DE GOVERNAÇÃO CORPORATIVA



ÓRGÃOS SOCIAIS

Os membros dos Órgãos Sociais do Banco respeitam uma conduta pautada por rigorosos deveres de confidencialidade e sujeita a um conjunto de regras que visam prevenir a existência de conflitos de interesses ou situações de abuso de informação privilegiada. Deles fazem parte profissionais com elevada competência técnica, experiência profissional e idoneidade moral.

A estrutura de Governação Corporativa do Standard Bank de Angola segrega as funções e responsabilidades entre os diversos Órgãos Sociais do Banco, nomeadamente, a Assembleia Geral, o Conselho de Administração, a Comissão Executiva e o Conselho Fiscal.

ASSEMBLEIA GERAL

A Assembleia Geral é o Órgão Social constituído por todos os accionistas do Standard Bank de Angola e o seu funcionamento é regulado pelos estatutos do Banco.

A Mesa da Assembleia Geral é constituída por um Presidente e um Secretário, mandatados por 4 anos, entre 2014 e 2018.

ÓRGÃOS SOCIAIS

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração do Standard Bank de Angola é o Órgão decisório máximo, com a responsabilidade última pelo controlo dentro dos limites impostos por Lei e pelos Estatutos do Banco.

Actualmente é composto por 5 membros, incluindo o Presidente, 3 Administradores executivos e 1 Administrador não executivo.

Os membros do Conselho de Administração são nomeados em Assembleia Geral por períodos de 4 anos.

Os administradores têm acesso irrestrito à equipa de gestão e às informações sobre o Banco, bem como, aos recursos necessários para desempenharem as suas responsabilidades.

COMISSÃO EXECUTIVA

A Comissão Executiva compreende todos os poderes de gestão necessários ou convenientes para o exercício da actividade bancária nos termos e com a extensão com que a mesma é configurada no Mandato deste Órgão e na Lei.

Esta Comissão foi criada com o intuito de garantir o correcto acompanhamento do exercício da actividade bancária pelo Conselho de Administração, através da delegação dos poderes de gestão, dentro dos limites estipulados por Lei e pelos Estatutos do Banco.

A Comissão Executiva é composta por 3 Administradores executivos, sendo o seu Presidente o Dr. António Coutinho nomeado por deliberação do Conselho de Administração, datada de 19 de Janeiro de 2015.

Para além dos seus membros efectivos, são também convidados para as reuniões da Comissão Executiva, os directores das áreas relevantes, com vista a um acompanhamento eficaz da gestão corrente.

CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal é o Órgão Social com a função de fiscalizar a Administração do Banco, zelar pela observância da Lei e dos Estatutos e verificar os registos contabilísticos e financeiros do Standard Bank de Angola.

O Conselho Fiscal actualmente é composto por 3 membros nomeados para um mandato de 4 anos e o seu funcionamento e composição regem-se pelo disposto em legislação aplicável e pelos Estatutos do Banco.

AUDITOR EXTERNO

A fiscalização externa do Banco actualmente é assegurada pela empresa de auditoria KPMG Angola, bem como pelas Entidades de Supervisão Angolanas.

Em conformidade com as orientações do Grupo e da regulamentação aplicável, designadamente o Aviso do Banco Nacional de Angola n.º 4/2014, de 22 de Abril de 2014, o Standard Bank de Angola acautela a independência e a objectividade dos seus auditores externos através da selecção de empresas de auditoria com reconhecimento internacional cumprindo com os requisitos internos de independência e sua rotatividade a cada 4 anos.

A KPMG é o auditor externo do Banco, desde o exercício de 2014.

ÓRGÃOS SOCIAIS

COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: **Natacha Sofia da Silva Barradas** (nomeada em 2014)

Secretária: **Djamila Pinto de Andrade** (nomeada em 2014)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: **Dominic Bruynseels** (nomeado em 2012)

Administradores: **António Caroto Coutinho** (nomeado em 2010)

Luis Miguel Fialho Teles (nomeado em 2014)

Octávio Castelo Paulo (nomeado em 2015)

Marius Wait (nomeado em 2016)

COMISSÃO EXECUTIVA

Presidente: **António Caroto Coutinho** (nomeado em 2015)

Administradores

Executivos: **Luís Miguel Fialho Teles** (nomeado em 2015)

Marius Wait (nomeado em 2016)

CONSELHO FISCAL

Presidente: **Sérgio Eduardo Sequeira Serrão** (nomeado em 2015)

Vogais: **Alberto Manuel Freitas da Silva** (nomeado em 2010)

Miguel da Silva Alves (nomeado em 2013)

COMITÉS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

COMITÉ DE AUDITORIA

O Comité de Auditoria é composto por 1 Administrador não executivo e 1 membro do Conselho Fiscal e tem como convidados permanentes o Presidente da Comissão Executiva, o Director de Auditoria Interna, o Director de Risco, o *Compliance Officer*, o Director Jurídico, o *Chief Financial Officer* (CFO) e os auditores externos.

Reúne-se de forma ordinária no mínimo quatro vezes ao ano e tem como principais competências:

- Auxiliar no cumprimento das obrigações relativas à salvaguarda de activos e avaliação do Sistema de Controlo Interno;
- Assegurar que os riscos inerentes à actividade do Banco são adequadamente geridos e monitorizados;
- Analisar a situação financeira do Banco;
- Realizar recomendações ao Conselho de Administração relativas a assuntos de natureza financeira, risco, controlo interno, fraudes e riscos informáticos relevantes, assegurando uma comunicação eficaz entre o Conselho de Administração, a equipa de gestão, os auditores internos, os auditores externos e as Entidades Reguladoras.

COMITÉ DE GESTÃO DE CAPITAL HUMANO

Por deliberações do Conselho de Administração de 24 de Outubro de 2014 e de 19 de Janeiro de 2015, foi aprovada a criação e o Mandato do Comité de Gestão de Capital Humano, composto por 3 Administradores, incluindo, pelo menos, 1 Administrador não executivo independente e presidido pelo Presidente da Comissão Executiva. Adicionalmente, o Director do segmento de PBB e do Director de Capital Humano podem estar presentes enquanto convidados.

Este Comité reúne-se semestralmente e tem as seguintes competências:

- Analisar e aprovar a Política de Remuneração do Banco e zelar pela nomeação, avaliação e remuneração dos Colaboradores;
- Gerir a componente de Recursos Humanos nas suas várias vertentes, nomeadamente na definição de políticas e procedimentos;
- Nomear directores;
- Acompanhar a componente da avaliação de desempenho;
- Definir as políticas de recrutamento e contratação do Banco.

COMITÉS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

COMITÉ DE RISCO

O Comité de Risco é composto por 1 Administrador não-executivo, independente, e integra os administradores executivos responsáveis pelas funções de controlo interno e das áreas de negócio.

Fazem ainda parte deste Comité, enquanto convidados permanentes, o *Chief Financial Officer* (CFO), o Director de Risco, o Director de Operações, o Director do segmento de PBB, o Director do segmento de CIB, o *Compliance Officer* e os responsáveis pelas áreas de Mercado de Capitais e Sistemas de Informação.

O Comité de Risco reúne com uma periodicidade mínima trimestral e tem como principais competências:

- Assegurar a qualidade, integridade e fiabilidade da gestão de risco;
- Aconselhar o Conselho de Administração quanto à estratégia de risco;
- Supervisionar a implementação da estratégia de risco;
- Supervisionar a função de gestão de risco.

COMITÉ DE GOVERNAÇÃO DE CRÉDITO

O Comité de Governação de Crédito é composto por todos os membros do Conselho de Administração sendo presidido pelo Presidente do Conselho de Administração.

Este Comité conta ainda com a participação, como convidados permanentes, dos directores dos segmentos de PBB e CIB e respectivos responsáveis pelas áreas de crédito de ambas as Direcções, bem como pelo Director de Risco do Banco.

O Comité de Governação de Crédito reúne-se com uma regularidade trimestral e tem como principais funções:

- Assegurar uma efectiva governação do crédito;
- Assegurar uma adequada gestão da carteira de crédito;
- Assegurar uma adequada monitorização de créditos concedidos;
- Assegurar um controlo efectivo do risco de crédito, incluindo o risco País.

COMITÉS DA COMISSÃO EXECUTIVA

COMITÉ DE GESTÃO

O Comité de Gestão é composto pelo Presidente da Comissão Executiva e pelos membros indicados pelos directores das respectivas Unidades de Negócio.

O Comité de Gestão reúne com uma periodicidade mensal e tem como principal competência impulsionar a implementação e execução das directrizes e projectos aprovados pela Comissão Executiva.

COMITÉ DE ACTIVOS E PASSIVOS

O Comité de Activos e Passivos é composto pelo Presidente da Comissão Executiva, pelo CFO, Director do segmento de CIB, Director do segmento de PBB, Director de Risco e responsável pela área de Mercado de Capitais.

O estabelecimento das linhas orientadoras da gestão do risco de liquidez, risco de taxa de juro e cambial é o principal objectivo deste Comité.

A periodicidade das reuniões do Comité de Activos e Passivos é mensal.

COMITÉ DE RISCO DE CRÉDITO

O Comité de Risco de Crédito é presidido pelo Director de Risco e tem ainda como membros o Presidente da Comissão Executiva, o Director do segmento de PBB, o Director do segmento de CIB e os respectivos responsáveis de Crédito destes dois segmentos.

O Comité de Risco de Crédito reúne com uma periodicidade mensal e tem como principais competências:

- Estabelecer e definir os princípios de assunção do risco de crédito e do quadro geral para uma identificação, avaliação, gestão consistente e unificada;
- Delegar responsabilidades aos subcomités e / ou indivíduos dentro de Mandatos definidos e autoridades delegadas.

COMITÉS DA COMISSÃO EXECUTIVA

COMITÉ DE GESTÃO DE RISCO

O Comité de Gestão de Risco é presidido pelo Presidente da Comissão Executiva e tem ainda como membros *Chief Financial Officer* (CFO), o Director do segmento de CIB, o Director do segmento de PBB, o Director de Risco, o *Compliance Officer*, o Director de Operações, o Director de Capital Humano, o Director Jurídico e os responsáveis de área de Banca Transaccional, Sistemas de Informação e Risco Operacional.

O Comité de Gestão de Risco reúne-se mensalmente e tem como principais funções:

- Formular estratégias de risco;
- Desenvolver políticas de gestão de risco para aprovação do Conselho de Administração obedecendo aos requisitos regulamentares vigentes;
- Adoptar os princípios corporativos e código de boas práticas bancárias por forma a promover a adequada gestão de risco;
- Rever e avaliar o ambiente de controlo do Banco, incluindo (mas não se limitando) ao quadro de risco;
- Garantir que a integridade dos sistemas de controlo de risco, políticas, procedimentos, processos e estratégias são geridos de forma eficaz e em linha com os níveis de risco aprovados pela Administração.

COMITÉ DE PRICING

O Comité de *Pricing* é presidido pelo CFO e tem ainda como membros os Directores dos segmentos de CIB e PBB, pelo *Compliance Officer*, pelo Director de Risco e pelos responsáveis de área de Sistemas de Informação, Mercado de Capitais, Banca Transaccional, Desenvolvimento de Negócio e Banca de Investimento.

Este Comité reúne com uma periodicidade trimestral, sendo que a sua principal função passa por definir e rever a estratégia de *pricing* do Banco, tendo em conta os produtos e segmentos em que o Banco se pretende posicionar, a análise da concorrência e outras condicionantes do mercado.

COMITÉ DE NOVOS PRODUTOS

O Comité de Novos Produtos reúne mensalmente e tem como principal objectivo a avaliação e aprovação de novos produtos, canais e propostas de serviços.

Este Comité é presidido pelo CFO e tem como membros os Directores dos segmentos de CIB e PBB, o Director de Operações, o *Compliance Officer*, o Director Jurídico, o Director de Risco e os responsáveis pelas áreas de Sistemas de Informação, de Produtos e Desenvolvimento de Negócio.

COMITÉ DE PROJECTOS

O Comité de Projectos é presidido pelo Presidente da Comissão Executiva, tendo ainda como membros o Responsável da área de Gestão de Projectos, pelo Director de Operações, pelo Director do segmento de PBB, pelo Director do segmento de CIB, pelo CFO, pelo Director de Risco e pelo Director de Auditoria Interna e pelo responsável de área de Sistemas de Informação.

O Comité reúne-se todos os meses e tem como principais objectivos:

- Garantir o alinhamento do investimento nas áreas de Sistemas de Informação e de negócio, com as iniciativas estratégicas adoptadas pelo Standard Bank de Angola. Posteriormente, e se for pertinente, este alinhamento deve ser efectuado com o Grupo Standard Bank.
- Garantir que os projectos são executados de acordo com os parâmetros acordados em termos de qualidade, custo, âmbito e prazos e que eventuais desvios aos parâmetros estabelecidos são adequadamente geridos e aprovados.

COMITÉS DA COMISSÃO EXECUTIVA

COMITÉ DE *PROCUREMENT*

O Comité de *Procurement* é presidido pelo *Chief Financial Officer* (CFO), tendo ainda como membros os Directores de Operações e Sistemas de Informação, Jurídico, dos segmentos de PBB e CIB, pelo Director de Risco e pelo Gestor de *Procurement*.

O Comité reúne com uma periodicidade mínima mensal e tem como principais objectivos:

- Aprovar as propostas de adjudicação de bens e serviços de terceiras partes de acordo com os objectivos do Banco a curto, médio e longo prazo;
- Assegurar que todas as propostas, alterações aos contratos e reclamações são resolvidas seguindo um procedimento justo e imparcial e que todas as propostas são sujeitas a uma avaliação adequada;
- Assegurar o alinhamento das estratégias de contratação e de celebração de contratos com os objectivos do negócio.

COMITÉ DE ACEITAÇÃO DE CLIENTE

O Comité de Aceitação de Cliente é presidido pelo Presidente da Comissão Executiva, tendo ainda como membros o Director do segmento de PBB, pelo Director do segmento de CIB, pelo Director de Risco e pelo *Compliance Officer*.

Com reuniões semanais, este Comité tem como principais competências:

- Aprovar as relações com Clientes que possam ter implicações ao nível de risco reputacional para o Banco;
- Garantir que o processo de revisão é realizado para todas as relações relevantes, designadamente, Clientes categorizados como de alto risco para o Banco e Pessoas Politicamente Expostas.

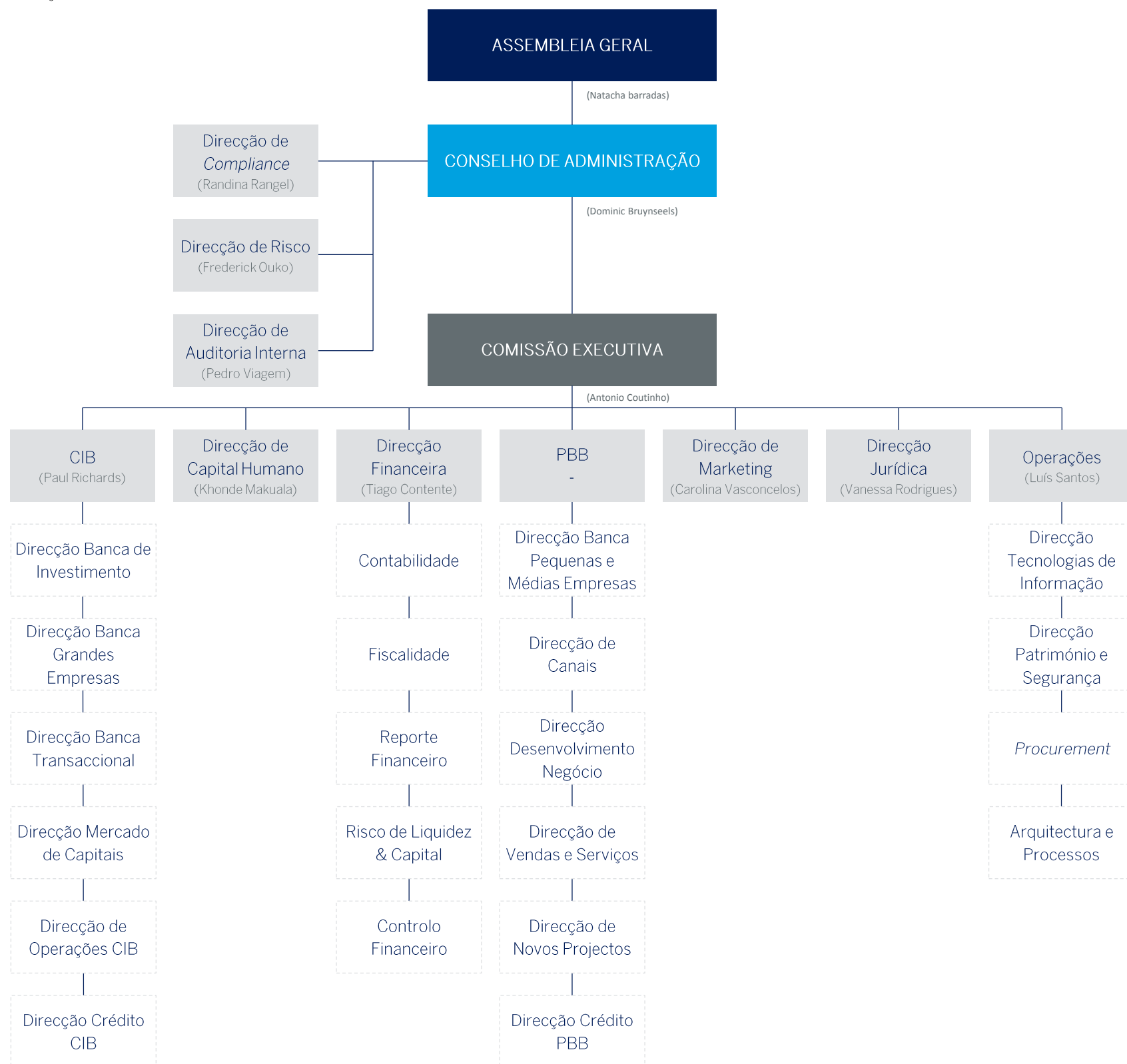
COMITÉ DE CONTROLO FINANCEIRO

O Comité de Controlo Financeiro (IFC) é presidido pelo CFO e tem ainda como membros permanentes o Director de Contabilidade, o Director de Risco, o Director de Operações, os Directores dos segmentos de CIB e PBB, o Director de Auditoria Interna, o Gestor de *Procurement*, o Gestor de Controlo Financeiro e os responsáveis da área de Sistemas de Informação.

O Comité de IFC reúne-se mensalmente e tem como principal objectivo avaliar a proporcionalidade, eficiência e adequação dos controlos internos financeiros do Banco e reduzir a tolerância para o risco operacional e financeiro.

ORGANOGRAMA

O organograma do Standard Bank de Angola assenta numa estrutura funcional que permite uma clara segregação de funções e responsabilidades por Direcção.



PRINCIPAIS POLÍTICAS

CÓDIGO DE ÉTICA E DE CONFLITO DE INTERESSES

O Standard Bank de Angola está empenhado em marcar a diferença no mercado Angolano, reconhecendo primazia aos interesses dos seus Clientes, e fazendo do dever de lealdade para com estes o pilar que define o seu modo de actuação.

Nestes termos, o Banco tem implementada uma política de Conflito de Interesses, que se rege pelos mais altos padrões éticos e deontológicos, procurando, por um lado, identificar, monitorizar e mitigar situações de potenciais conflitos de interesse, protegendo o Banco e os seus Colaboradores de eventuais danos reputacionais, e por outro lado, assegurar o estrito cumprimento com as Leis e regulamentos aplicáveis.

De forma a poder conduzir a sua actividade de forma coerente, foram identificadas directrizes comuns, tais como a visão de valores e a identidade da Marca Standard Bank, que implicam um quadro comum de tomada de decisões. Este quadro está definido com maior clareza no “Código de Ética”, que foi concebido para facilitar uma maior descentralização e a tomada de decisões de forma mais rápida e eficiente em todos os níveis do Banco.

Em linhas gerais os princípios norteadores da conduta do Standard Bank de Angola são as seguintes:

- Garantir diligência e competência profissional, devendo os trabalhadores pautar a sua conduta pelos mais altos padrões de lealdade e transparência;
- Garantir o cumprimento do dever de sigilo profissional;
- Proibir benefícios ilegítimos e abuso de posição.

TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Política em referência tem por objectivo estabelecer e definir o enquadramento de governação, gestão de risco e comunicação de transacções intragrupo e empréstimos a partes associadas e relacionadas.

POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

O Standard Bank de Angola não distribuiu quaisquer dividendos desde o início da sua actividade.

O Banco tem o forte compromisso de manter e consolidar a sua presença em Angola, optando na sua estratégia por não distribuir dividendos, antes utilizando os lucros anuais obtidos no reforço do seu investimento no país, entre outros, através da formação dos seus quadros.

O Conselho de Administração prevê poder iniciar a distribuição de dividendos a partir de 2018.

POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO E BENEFÍCIOS

A Política de Remuneração e Benefícios foi desenvolvida para assegurar o crescimento sustentável do Banco, bem como para oferecer boas oportunidades de remuneração e benefícios aos seus Colaboradores. O seu papel no Standard Bank de Angola é importante na contratação e retenção de quadros com grande capacidade de desempenho, visando, desta forma, garantir a motivação dos seus Colaboradores.

Para a realização e efectiva execução da política, são seguidos os seguintes princípios orientadores da recompensa:

- Cultura de responsabilidade e excelência, através do desempenho individual, competências adquiridas, capacidades técnicas e experiência demonstrada;
- Abordagem da remuneração com o objectivo de atrair e reter os Colaboradores-chave e motivar e premiar o desempenho de excelência;
- Valor do trabalho, que é definido pelo Banco com base nas capacidades, nomeadamente: (i) competência, (ii) capacidade técnica, (iii) experiência e desempenho e (iv) posição ocupada nos diferentes níveis organizacionais;
- Respeito pelos princípios de remuneração do mercado, de forma a garantir que as diferenças relativas ao valor de mercado são suportadas e justificadas e que as práticas de remuneração garantem níveis adequados de competitividade;
- Capacidade financeira da instituição;
- Garantia de remuneração (fundamentalmente no que se refere a benefícios), a qual se encontra dependente da contribuição dos Colaboradores para a concretização dos objectivos do Banco.

PRINCIPAIS POLÍTICAS

POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO E BENEFÍCIOS

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Administradores executivos

A Política de Remunerações seguida no Standard Bank de Angola para os membros da Comissão Executiva, assenta numa estrutura de composição remuneratória de componente fixa complementada por uma componente variável, determinada em função da conjugação de factores, tais como:

- Desempenho individual de cada administrador referente não apenas ao ano precedente mas à consistência de desempenho em anos anteriores;
- Desempenho geral do Banco;
- Respeito pelas regras e normativos inerentes à actividade desenvolvida pelo Banco, bem como pelo Código de Conduta.

Administradores não executivos e membros da mesa da assembleia geral

Os membros não executivos do Conselho de Administração (excepto o Administrador independente) e da Mesa da Assembleia Geral não são remunerados pelas funções exercidas.

O Administrador não executivo independente recebe uma remuneração fixa definida directamente pelos accionistas.

COMITÉ DE AUDITORIA E CONSELHO FISCAL

Os membros do Comité de Auditoria e do Conselho Fiscal são remunerados mediante um valor fixo por presença.

Não estando eleita uma Comissão de Remunerações, os valores desta remuneração são aprovados pelos accionistas através de deliberação da Assembleia Geral.

COMITÉ DE GESTÃO

Os membros do Comité de Gestão são remunerados de acordo com o desempenho das suas funções, sendo a sua remuneração composta por um valor fixo. Contudo, podem estar sujeitos a uma componente variável na sua remuneração.

Remunerações pagas em 2016

Em 2016, a remuneração global dos membros do Conselho de Administração, do Comité de Auditoria, do Conselho Fiscal e do Comité de Gestão atingiu os 501.737 Milhares de AOA, distribuídos nos seguintes termos:

UN: Milhares de AOA

	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	COMITÉ DE AUDITORIA	CONSELHO FISCAL	COMITÉ DE GESTÃO
REMUNERAÇÕES E OUTROS BENEFÍCIOS DE CURTO PRAZO	96.947	2.244	9.574	214.569
REMUNERAÇÕES VARIÁVEIS	104.055	-	-	33.089
BENEFÍCIOS DE LONGO PRAZO E OUTROS ENCARGOS SOCIAIS	33.235	-	-	8.024

PARECER DO COMITÉ DE AUDITORIA

1. SUMÁRIO DA ACTUAÇÃO DO COMITÉ DE AUDITORIA

O parecer seguinte é disponibilizado pelo Comité de Auditoria relativamente ao ano fiscal de 2016 do Standard Bank de Angola, em conformidade com os deveres de diligência e opinião inerentes ao seu Mandato.

A estrutura deste relatório segue, em linhas gerais, as directrizes para o qual o Comité se encontra mandatado, por forma a garantir a respectiva adequação e eficácia:

- Do desempenho dos Auditores Internos e Externos;
- Dos Sistemas de Controlo Interno do Banco, onde se incluem controlos financeiros, registos contabilísticos e relatórios de gestão;
- Do desempenho do próprio Comité de Auditoria.

Relativamente às suas funções, o Comité de Auditoria executou os seus deveres e responsabilidades durante o ano fiscal em concordância com o seu Mandato, respeitando os seus deveres de diligência em matérias de Auditoria Interna e Externa, Controlo Interno e práticas de reporte financeiro.

Durante o ano fiscal de 2016, o Comité de Auditoria reuniu-se de forma regular, através do seu Presidente, com o Director de Auditoria Interna, com o Director da área de PBB, com o Director da área de CIB, com o responsável do *Financial Crime Control* (FCC) e com outros Directores de 1º linha do Banco. O Comité de Auditoria, através do seu Presidente, reuniu-se também com os Auditores Externos.

Durante o ano fiscal sob revisão (2016), o Comité, entre outros temas, considerou os seguintes:

- **Em relação aos Auditores Externos e à Auditoria Externa:**
 - Aprovou o plano de auditoria para o ano de 2016;
 - Analisou os processos de auditoria e avaliou a efectividade da mesma;
 - Reuniu com os Auditores Externos e discutiu as conclusões materialmente relevantes.
- **Em relação aos reportes financeiros:**
 - Acompanhou a preparação das demonstrações financeiras anuais;
 - Reviu relatórios em termos da adequabilidade das provisões aos empréstimos em curso e aos de cobrança duvidosa;

- Verificou que os reportes financeiros anuais representavam de forma justa a posição financeira do Banco no final do ano fiscal, com base na opinião dos Auditores Externos;
- Verificou que os reportes financeiros anuais se encontravam em conformidade com as normas de relato financeiro, com base na opinião dos Auditores Externos;
- Reviu e discutiu o relatório de auditoria dos Auditores Externos.

- **Em relação ao Controlo Interno, Auditoria Interna e Controlo do Crime Financeiro:**

- Aprovou o plano de auditoria interna e avaliou a independência, efectividade e performance do departamento de Auditoria Interna;
- Considerou os relatórios dos Auditores Internos e Externos relativamente ao Sistema de Controlo Interno do Banco, incluindo os controlos financeiros internos e a manutenção do próprio sistema;
- Analisou os alertas levantados pelas diligências realizadas pelas equipas de Auditoria Interna, bem como as medidas correctivas adoptadas para colmatar os alertas identificados;
- Examinou a adequabilidade da *performance* da Função de Auditoria Interna e a adequabilidade dos recursos disponíveis, tendo considerado ambos como satisfatórios;
- Recebeu a garantia de uma correcta e apropriada manutenção dos registos contabilísticos do Banco;
- Discutiu temas importantes relativamente ao crime financeiro.

- **Em relação aos requisitos legais, regulamentares e de compliance:**

- Monitorizou a conformidade da aplicação da Lei nº12/15, de 17 de Junho, das Instituições Financeiras, bem como os diferentes Avisos emitidos pelo Banco Nacional de Angola, e outras legislações e políticas internas aplicáveis, bem como reviu relatórios de Auditoria Interna, dos Auditores Externos e o seu grau de compliance.
- Reviu o plano anual de Compliance.

PARECER DO COMITÉ DE AUDITORIA

Destaca-se que o Comité de Auditoria não recebeu reclamações relativas a temas contabilísticos, de auditoria interna, controlos financeiros internos, conteúdo dos reportes financeiros ou potenciais infracções à Lei.

- **Em relação à gestão de risco e às tecnologias de informação:**

- Analisou os relatórios referentes à gestão de risco, nomeadamente ao nível de risco de informação e risco cibernético, por forma a atestar a qualidade de reporte financeiro do Banco.

- **Em relação à coordenação das actividades de segurança, o Comité:**

- Analisou os planos e *outputs* do trabalho dos Auditores Externos e Internos, bem como o nível de compliance e o controlo do crime financeiro, tendo concluído que estes fornecem uma base sólida para endereçar os riscos financeiros materialmente relevantes que o negócio enfrenta.

2. TERMOS DE REFERÊNCIA PARA O MANDATO DE AUDITORIA INTERNA CONSIDERADOS E RECOMENDADOS AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO PARA APROVAÇÃO

A Auditoria Interna do Banco actua em concordância com o Manual de Actividades e Procedimentos da Auditoria Interna do Standard Bank de Angola. O referido manual foi preparado no âmbito do “*Group Internal Audit Charter*”. Não foram adoptados ou aprovados quaisquer termos formais de referência específicos à Auditoria Interna em Angola ou ao Mandato.

3. NOMES E QUALIFICAÇÕES DOS MEMBROS DO COMITÉ PARA O PERÍODO SOB REVISÃO

Durante o ano fiscal de 2016, o Comité de Auditoria foi composto por:

Octávio Manuel de Castro Castelo Paulo, de nacionalidade Angolana, actualmente desempenha a função de Administrador não Executivo independente no Standard Bank de Angola e Sócio da Sociedade Rebelo de Sousa & Advogados Associados, RL.

É Licenciado em Direito pela Universidade Lusíada de Lisboa.

Funções anteriores:

- Assessor do Secretário de Estado dos Transportes (Portugal);
- Assessor do Secretário de Estado da Habitação e Comunicações (Portugal);
- Advogado dos CTT - Correios e Telecomunicações de Portugal, S.A. e da Portugal Telecom, S.A.;
- Membro da Direcção do Instituto Português de *Corporate Governance*;
- Membro do Conselho Fiscal e Presidente/Secretário de várias sociedades comerciais, algumas cotadas na NYSE *Euronext Lisbon*.

Miguel da Silva Alves, de nacionalidade Portuguesa, actualmente desempenha a função de *Chief Financial Officer* (CFO) da ZAP (Portugal, Angola e Moçambique).

É Licenciado em Economia Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) e possui ainda um Mestrado em Controlo de Gestão e Performance pelo INDEG.

Funções anteriores:

- Controller Financeiro do Grupo Logoplaste;
- Auditor Financeiro na Deloitte Associados SROC, S.A.

PARECER DO COMITÉ DE AUDITORIA

4. NÚMERO DE REUNIÕES E ASSIDUIDADE

Durante o ano fiscal de 2016, o Comité de Auditoria reuniu quatro vezes.

Para além dos membros do Comité de Auditoria, as reuniões do Comité de Auditoria contaram com a presença do:

- Director de Auditoria Interna;
- Director de Compliance;
- Director de Risco;
- Director Jurídico;
- Director de Operações;
- *Chief Financial Officer* (CFO);
- Responsável do FCC.

As quatro reuniões contaram também com a presença do Presidente do Conselho de Administração e com dois Administradores Executivos, sendo um o CEO.

Foram ainda convidados a participar nas reuniões, os Directores responsáveis pelas áreas de CIB, PBB e Sistemas de Informação.

O Auditor Externo esteve também presente em duas das quatro reuniões.

5. DESCRIÇÃO DA RELAÇÃO DE TRABALHO COM O DIRECTOR DE AUDITORIA INTERNA

A relação do Comité de Auditoria com o Director de Auditoria Interna foi excelente.

As discussões realizadas foram positivas, transparentes e abertas. O Director de Auditoria Interna tem fornecido sempre ao Comité de Auditoria toda a colaboração requerida, tendo a mesma sido dispensada com um elevado nível de independência, profissionalismo e prontidão.

6. DECLARAÇÃO RELATIVA AO CUMPRIMENTO DAS RESPONSABILIDADES LEGAIS, REGULAMENTARES E OUTRAS

Tanto quanto é do seu conhecimento, o Comité de Auditoria tem cumprido as suas obrigações legais e regulamentares, bem como os seus deveres tal como emergem no Mandato.

7. DECLARAÇÃO RELATIVA À RECOMENDAÇÃO OU NÃO DO RELATÓRIO ANUAL PARA APROVAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Comité de Auditoria recomenda, para aprovação pelo Conselho de Administração, o relatório anual relativo ao ano fiscal de 2016.

8. OPINIÃO DO COMITÉ DE AUDITORIA

O Comité de Auditoria considera que:

- Tanto a *performance* dos Auditores Internos como dos Externos foi adequada, efectiva e realizada de modo independente da gestão executiva;
- Considerando os dados por si recolhidos, o Comité de Auditoria recomenda ao Conselho e, em particular, aos Directores Executivos, que se continue a prestar uma atenção especial ao controlo interno, nomeadamente no que diz respeito a (i) educação e formação dos Colaboradores, (ii) implementação e revisão dos Manuais e Procedimentos e (iii) cultura de risco em geral.
- O Comité de Auditoria tem tido uma *performance* em conformidade com as suas responsabilidades legais, regulamentares e de governação tal como se encontram estabelecidas no Mandato.



O QUE É A IFRS 9 ?

As Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) regulam as regras que o Banco deve cumprir na preparação das suas demonstrações financeiras. Actualmente, as IFRS exigem que os encargos por imparidade de crédito sejam reconhecidos apenas no momento em que ocorra um evento que desencaminha uma perda futura.

A norma IFRS 9 foi desenvolvida pela *International Accounting Standards Board* (IASB) e tem como objectivo substituir as actuais normas de relato contabilístico (IAS 39). Esta norma tem efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2018 e define as seguintes regras:

- Classificação e mensuração de activos financeiros;
- Contabilização de alterações no risco de crédito para determinados passivos financeiros.
- Cobertura para riscos financeiros.
- Imparidade de activos financeiros.

QUAIS AS PRINCIPAIS ALTERAÇÕES DA IFRS 9 FACE ÀS REGRAS ACTUAIS ?

A principal alteração da norma IFRS 9 é a alteração do cálculo de imparidade. Actualmente, a IAS 39 exige que as perdas sejam calculadas numa base de perdas incorridas, enquanto que a IFRS 9 exigirá que as perdas sejam calculadas com base de perdas esperadas. Esta alteração irá resultar no reconhecimento prévio de perdas por imparidade na vida de um activo. A incorporação de informação financeira prospectiva, a qual incorpora eventos futuros de provisionamento, difere das regras contabilísticas existentes que actualmente apenas dependem de acontecimentos que já ocorreram .

É importante salientar que os requisitos de imparidade aplicam-se, tal como acontece actualmente, aos activos de dívida que são posteriormente mensurados com base no custo amortizado. Estas regras também se aplicam a descobertos, cartões de crédito e empréstimos hipotecários.

Estes requisitos seguem as seguintes fases:

FASE 1: EXECUÇÃO DA CARTEIRA DE CRÉDITO

Esta fase inclui exposições em que não existiu nenhum evento padrão ou em que não se verificou um aumento significativo do risco de crédito desde a data da sua origem.

É exigido que se reconheça uma perda expectável de 12 meses, sendo a perda associada a padrões que se espera que surjam no espaço temporal de 12 meses.

FASE 2: AUMENTO SIGNIFICATIVO DA RISCO DE CRÉDITO

Esta fase inclui exposições com aumentos significativos de risco de crédito desde a sua data de origem.

É necessário que esta perda esperada seja reconhecida, sendo associada a padrões que surjam ao longo da vida de exposição do activo.

FASE 3: PADRÃO

Esta fase inclui activos de dívida que cumprem os critérios predefinidos, ou com padrões iminentes. O reconhecimento de uma perda para estes activos é também exigida.

QUANDO DEVE O BANCO ADOPTAR A NORMA IFRS 9 ?

A partir de 1 de janeiro de 2018, o Banco deve estar em conformidade com a norma IFRS 9.

A NORMA IFRS 9 VAI REDUZIR AS RESERVAS DO BANCO ?

Em comparação com os requisitos contabilísticos existentes, a IFRS 9 exige mais brevidade no cálculo de imparidade de um activo. Deste modo registar-se-ão maiores requisitos de imparidade no balanço do Banco passando esta diferença a ser reconhecida como um débito para as reservas remanescentes do Banco.

O IMPACTO DE ADOÇÃO DA NORMA IFRS 9 VAI SER SIGNIFICATIVO ?

Prevê-se que o impacto de adopção desta norma possa ser significativo para o Standard Bank de Angola, não estando no entanto o seu impacto determinado a esta data, uma vez que o modelo IFRS9 continua a ser desenvolvido e refinado. Por exemplo, pesquisas de mercado a este respeito sugerem o aumento das provisões totais de imparidade de balanço em 33% para o sector bancário sul-africano.



SISTEMA DE CONTROLO INTERNO E MODELO DE GESTÃO DE RISCO

Sistemas e modelos com critérios definidos, que garantem a solidez e sustentabilidade do Standard Bank de Angola.

SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

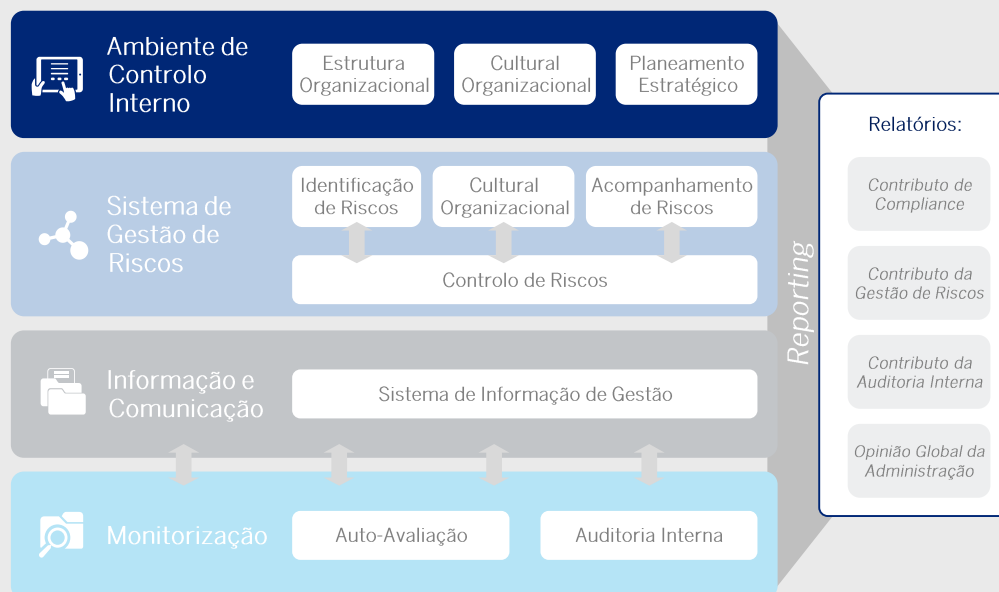
CONTROLO. SEGURANÇA. SOLIDEZ

A contínua melhoria do Sistema de Controlo Interno do Standard Bank de Angola, através do aumento da eficácia das políticas, processos e procedimentos de controlo permite ao Banco garantir uma maior robustez no desenvolvimento da sua actividade.

Adicionalmente, o Sistema de Controlo Interno do Standard Bank de Angola encontra-se alinhado com as melhores práticas internacionais, em concordância com os princípios estabelecidos no Aviso n.º 2/2013 do Banco Nacional de Angola. Deste modo e com o propósito de gerir e mitigar os potenciais riscos que possam surgir no decorrer da sua actividade, o Standard Bank de Angola detém um Sistema de Controlo Interno composto por três funções que definem as linhas de defesa do Banco.

As funções de Auditoria Interna, *Compliance* e Gestão de Risco, de forma articulada, identificam, avaliam, monitorizam e comunicam os potenciais riscos.

SISTEMA DE CONTROLO INTERNO



VISÃO GLOBAL DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

O Standard Bank de Angola continua a implementar processos e políticas no âmbito do Sistema de Controlo Interno de modo a acompanhar o crescimento da actividade e assegurar o cumprimento dos objectivos estratégicos e operacionais, salvaguardando a segurança da actividade.

Deste modo, os processos e políticas que têm vindo a ser implementados complementam as estratégias e sistemas de controlo interno do Standard Bank de Angola que em conjunto salvaguardam o seguinte:

- Garantir o cumprimento das normas e regulamentos;
- Proteger os activos do Banco;
- Prevenir e detectar fraudes e erros;
- Criar um sistema de reporte cada vez mais robusto;
- Assegurar o registo apropriado das transacções nos registos contabilísticos, que por sua vez permite a preparação de demonstrações financeiras fidedignas.

Pretende-se assim, alcançar um Sistema de Controlo Interno em conformidade com as melhores práticas internacionais, sendo este composto por um ambiente de controlo interno, um Sistema de Gestão de Risco e gestão de informação que seja alvo de uma monitorização e avaliação contínua.

Adicionalmente, as políticas e processos instruídos no âmbito do Sistema de Controlo Interno do Standard Bank de Angola, são consistentes e respeitam os princípios estabelecidos no artigo 5.º e certificam a realização dos objectivos estabelecidos no artigo 4.º, ambos do Aviso n.º 2/2013, de 19 de Abril, do Banco Nacional de Angola.

Neste sentido, o Sistema de Controlo Interno do Standard Bank de Angola encontra-se dividido em três funções distintas, em conformidade com o Aviso 2/2013 do Banco Nacional de Angola, que de forma eficaz asseguram que os riscos da actividade do Banco são adequadamente geridos e monitorizados.

As funções de Gestão de Risco e de *Compliance* actuam como segunda linha de defesa e a função de Auditoria Interna actua como terceira linha de defesa.

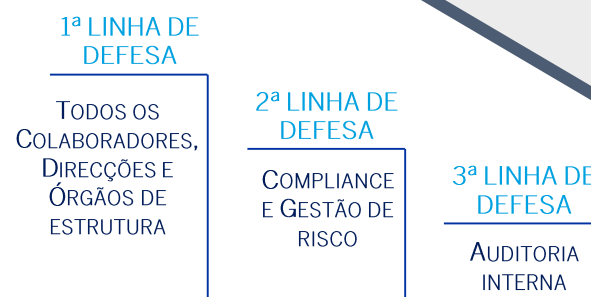
A primeira linha de defesa executa os controlos de primeiro nível, sendo estes controlos definidos, monitorizados e avaliados pela segunda linha de defesa. A terceira linha de defesa avalia a eficácia e adequação de todo o Sistema de Controlo Interno face à actividade do Standard Bank de Angola.

Nestes termos, por forma a garantir a independência e uma linha de reporte independente, as funções de controlo reportam ao Conselho de Administração, Comité de Auditoria, Comité de Risco e Comissão Executiva.



As funções e respectivos reportes asseguram o desenvolvimento e a melhoria contínua das actividades no âmbito do Sistema de Controlo Interno, aumentando a eficácia do Banco na minimização de potenciais perdas decorrentes de riscos.

Suportado por uma estrutura e cultura clara de controlo interno, o Sistema de Controlo Interno do Standard Bank de Angola coloca em prática as actividades de gestão de riscos de monitorização, comunicação e reporte, assegurando deste modo, a sustentabilidade da actividade, tendo por base uma melhoria permanente e contínua da sua prática.



FUNÇÃO DE AUDITORIA INTERNA

A missão da função de Auditoria Interna consiste em fornecer uma garantia independente e objectiva sobre a adequação da governação e eficácia dos controlos implementados para a gestão e mitigação dos riscos associados à actividade do Banco, bem como prestar serviços de “*advisory*” com vista à introdução de melhorias e ganhos de eficiência nos processos e procedimentos em vigor.

Esta função constitui parte integrante do processo de monitorização do Sistema de Controlo Interno, executando avaliações autónomas complementares sobre os controlos efectuados e identificando eventuais deficiências e recomendações, as quais são documentadas e reportadas.

A independência da função, em conformidade com os princípios de auditoria interna reconhecidos e aceites a nível internacional, é garantida através do reporte directo ao Comité de Auditoria do Banco, que é constituído por elementos independentes dos membros executivos do Conselho de Administração do Banco, complementado pelo reporte aos membros do Conselho de Administração. Adicionalmente a função de Auditoria Interna reporta igualmente ao Grupo de Auditoria Interna do Grupo Standard Bank com sede em Joanesburgo, África do Sul.

RESPONSABILIDADES



Avaliar os processos de governação do Banco, incluindo os princípios de ética e conduta em vigor, com vista à salvaguarda de activos, protecção da reputação do Banco e sustentabilidade do negócio e da organização.



Executar uma avaliação objectiva da efectividade da gestão do risco, do Sistema de Controlo Interno e da função de *Compliance*.



Verificar a existência de oportunidades de melhoria no processo de governação de risco.



Analisar e avaliar de forma contínua os processos das áreas de negócio e seus procedimentos de controlo.



Actuar como uma fonte de informação, quando apropriado, relativamente a situações de fraude, corrupção, comportamentos não éticos e irregularidades.

PLANO ANUAL DAS ACÇÕES DE AUDITORIA

O plano anual de auditoria é elaborado tendo por base os seguintes factores:

- i. Foco na avaliação de risco de cada um dos processos de forma a determinar quais serão incluídos no plano de auditoria anual, assegurando que todos os processos críticos ou aqueles identificados com elevado risco, são avaliados com uma periodicidade mínima anual;
- ii. Garantir que o plano de auditoria do Standard Bank de Angola está coordenado com o plano anual de auditoria do Grupo Standard Bank, bem como com a estratégia de negócio contribuindo para o esforço de cumprimento das metas estratégicas e garantindo que todos os desafios de *governance*, gestão de risco e Sistema de Controlo Interno associados são efectivos;
- iii. Garantir que o plano anual de auditoria segue um processo dinâmico e flexível na forma de endereçar novos negócios, processos e riscos emergentes, incluindo pedidos expressos da gestão decorrentes de preocupações específicas ou “*advisory*” relativamente à robustez e adequação de processos ou procedimentos implementados.

ACÇÕES DE ACOMPANHAMENTO

A equipa de Auditoria Interna efectua o acompanhamento regular das acções acordadas para resolução das constatações identificadas no decorrer das várias acções de auditoria, com o intuito de controlar o seu grau de implementação, apurar desvios e definir medidas correctivas quando necessário.

Durante o período compreendido entre 30 de Novembro de 2015 e 30 de Novembro de 2016 foram encerradas 112 constatações de auditoria e implementadas as respectivas recomendações propostas nos relatórios de Auditoria Interna.

FUNÇÃO GESTÃO DE RISCO

A função de Gestão de Risco do Banco, enquanto linha secundária de defesa, visa garantir uma gestão integrada dos diversos riscos a que o Banco se encontra exposto. O objectivo último da função é a de mitigar o impacto de eventos de risco internos ou externos na *performance* do Standard Bank de Angola.

GOVERNAÇÃO

De acordo com a estrutura do Standard Bank de Angola, a Direcção de Risco tem sob sua alçada directa o risco de crédito, risco de mercado, e risco operacional (incluindo risco reputacional, gestão de continuidade de negócios, risco de informação, gestão de coberturas, risco de *compliance*, e risco de fraudes). Os restantes riscos são geridos directamente por outras unidades do Banco, como a Direcção Financeira que gere o risco de liquidez, taxa de juro e de capital (TCM).

Ainda assim, a Direcção de Risco pode intervir em operações, projectos ou decisões onde exista potencial risco financeiro ou outro. Desta forma, a função de Risco é um membro activo e obrigatório nos Comités abaixo indicados que reportam à Comissão Executiva e ao Conselho de Administração.



RESPONSABILIDADES

A função Gestão de Risco define a estrutura de gestão de risco e políticas subjacentes, aprova os riscos assumidos pelo Banco, e proporciona uma visão objectiva e completa da eficácia da gestão de risco da primeira linha de defesa.

RESPONSABILIDADES



Elaborar/ recolher modelos, metodologias, dados e informação, interna e externa, fiáveis que deverão servir de suporte à tomada de decisão e avaliação de risco



Definir indicadores e limites de risco



Realizar mensurações periódicas dos diversos riscos do Banco, tanto numa perspectiva quantitativa como qualitativa



Realizar testes de esforço (*stress testing*)



Identificar debilidades no modelo de gestão de risco e formular e implementar as respectivas medidas correctivas



Documentar os processos associados à sua intervenção



Aconselhar as unidades de negócio e o Conselho de Administração em relação a políticas e práticas de gestão de risco a adoptar



Monitorizar o cumprimento dos limites definidos dos diversos riscos, bem como a efectivação do modelo de gestão de risco



Comunicar transversalmente o perfil de risco assumido, os riscos mais emergentes, bem como respectivas acções de mitigação



Elaborar documentos periódicos referentes ao perfil de risco e ao modelo de gestão de risco

FUNÇÃO DE COMPLIANCE

A nível interno, a função de *Compliance* reporta a três níveis, nomeadamente, (i) à Comissão Executiva, através da apresentação de relatórios mensais de actividade, (ii) ao Comité de Gestão de Risco, através da apresentação de relatórios mensais, (iii) ao Conselho de Administração, através da apresentação do relatório trimestral de actividades destinados ao Comité de Auditoria e ao Comité de Risco, ambos subcomités do Conselho de Administração. Adicionalmente, a função de *Compliance* reporta igualmente ao grupo de *Compliance* do Grupo Standard Bank.

Esta função foi estabelecida com o propósito de alinhar os processos e assegurar o cumprimento de normas e procedimentos por meio de um ambiente de controlo eficaz, além de preservar a boa reputação do Banco. A sua missão é a de zelar pelo cumprimento de leis, regulamentações, normas internas e ainda, o cumprimento dos mais altos padrões éticos. A consciencialização de implementação de uma cultura de *compliance* transversal à estrutura do Standard Bank de Angola é uma ferramenta fundamental para a prevenção de actividades e condutas que podem pôr em risco o Banco, os Clientes, os Colaboradores, os Parceiros e os Accionistas.

CULTURA DE COMPLIANCE

A cultura de *compliance* tem na sua base valores, entendimentos, assunções e comportamentos éticos que existem no Standard Bank de Angola.

O Banco Nacional de Angola e outras entidades Reguladoras, bem como, Entidades Externas, estão cada vez mais exigentes no que diz respeito à implementação de uma cultura de *compliance*. Nesta perspectiva, o Standard Bank de Angola tem demonstrado o seu compromisso com a manutenção de uma forte cultura em que é adoptada uma abordagem de tolerância "0" à não aderência às formações obrigatórias de *compliance*, assim como, ao cumprimento de políticas e procedimentos.

O Standard Bank de Angola governa-se por uma cultura de *compliance* e a sua implementação e gestão são visíveis através de:

- Acções de formação e sensibilização;
- Políticas e procedimentos internos implementados.

ACÇÕES DE FORMAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO

A formação e acções de sensibilização são as traves mestras para a implementação de uma cultura de *compliance* robusta, sendo estas de cariz obrigatório no Standard Bank de Angola.

O objectivo da sua aplicabilidade transversal tem na sua base a compreensão e conhecimento fundamentais necessários ao desempenho das responsabilidades dentro do Banco, sendo que as formações podem compreender diversos formatos, nomeadamente, via *e-learning*, presencialmente, auto-estudo e programas de indução.

FORMAÇÕES REALIZADAS VIA E-LEARNING EM 2016

 12 FORMAÇÕES


 500 COLABORADORES
ELEGÍVEIS EM MÉDIA POR
FORMAÇÃO

96
%
TAXA DE SUCESSO



FORMAÇÕES REALIZADAS PRESENCIALMENTE EM 2016

 9 FORMAÇÕES

 16 COLABORADORES
ELEGÍVEIS EM MÉDIA POR
FORMAÇÃO

84
%
TAXA DE SUCESSO



FORMAÇÕES REALIZADAS PELO BANCO NACIONAL DE ANGOLA VIA E-LEARNING EM 2016

 3 FORMAÇÕES

96
%
TAXA DE SUCESSO



FUNÇÃO DE COMPLIANCE

POLÍTICAS E MANUAIS

Por forma a garantir a eficiência efectiva requerida legalmente à função de *Compliance*, a mesma tem agregada à sua função um conjunto de políticas e manuais vigentes, tais como:

- Gestão de risco de *compliance*;
- Modelo de governação da Gestão de Risco de *Compliance*;
- Prevenção ao branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo;
- Gestão de conflito de interesses;
- Privacidade de dados;
- Controlo de abuso de mercado;
- Controlo de práticas anti-concorrenciais.

PREVENÇÃO DO BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS E FINANCIAMENTO DO TERRORISMO (PBC/FT)

Por forma a garantir a eficiência na execução da função e o cumprimento com os requisitos legais, os pilares destacados em seguida, sistematizam a linha de atuação do Banco no âmbito da PBC/FT:

- Aceitação de Clientes (*KYC – Know Your Customer*);
- Reporte de operações suspeitas e fora do comum;
- Formação e sensibilização;
- Monitorização e gestão de informação;
- Atribuição de responsabilidades aos vários intervenientes.

SISTEMAS OPERACIONAIS DE PBC/FT

O Banco dispõe de sistemas operacionais de suporte à Prevenção do BC/FT, que asseguram a filtragem de todos os Clientes e transacções, assim como uma monitorização contínua da actividade transaccional e comportamento dos Clientes.

Os sistemas de monitorização identificam, com base em parâmetros e cenários de risco pré-definidos, transacções e comportamentos potencialmente suspeitos, possibilitando uma atempada e efectiva detecção de actividades e transacções que possam configurar a prática de BC/FT.

SISTEMAS / PLATAFORMAS UTILIZADAS:

FILTRAGEM DE SANÇÕES	Nice Actimize	World Check	Accuity World Compliance	Safewatch
FILTRAGEM INTERNACIONAL DE PEP'S	Nice Actimize	World Check		
MONITORIZAÇÃO OPERAÇÕES SUSPEITAS	Nice Actimize			
MONITORIZAÇÃO CDD	Nice Actimize			Safewatch

KNOW YOUR CUSTOMER (KYC)

O Standard Bank de Angola tem implementada uma política rigorosa de *KYC*, que abrange o conhecimento do Cliente, da sua actividade e da origem dos respectivos fundos.

Para além de ser uma medida eficaz de combate às actividades de branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo, permite também ao Banco entender as obrigações e necessidades gerais dos seus Clientes.

O principal objectivo consiste em assegurar que todos os Clientes com os quais o Standard Bank de Angola estabelece uma relação de negócio são devidamente identificados e sujeitos a revisões periódicas com base no risco, cumprindo com as obrigações regulamentares estabelecidas.

PREVENÇÃO DO BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS E FINANCIAMENTO DO TERRORISMO (PBC/FT)

A adopção de medidas exigentes de KYC não tem por objectivo proibir potenciais Clientes de estabelecer uma relação comercial com o Banco ou de realizar operações, mas sim aplicar medidas que mitiguem os potenciais riscos de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo a que o Banco possa vir a ser exposto.

Uma abordagem baseada na monitorização do risco permite ao Banco concentrar-se nos Clientes e operações que potencialmente apresentam maior risco, possibilitando uma eficiente prevenção e detecção de operações ou actividades que possam configurar a prática de branqueamento de capitais ou financiamento do terrorismo. Tal não significa que os relacionamentos não identificados como sendo de risco alto sejam ignorados.

HIGH RISK COMMITTEE (HRC)

A Administração do Standard Bank de Angola demonstra uma vez mais o seu compromisso com o cumprimento das regras de PBC/FT, através do Comité de Aceitação de Clientes (HRC).

O Comité de Aceitação de Clientes visa analisar os Clientes de alto risco que possam ter um impacto na reputação do Banco. Nestes termos, este Comité, no acto de avaliação, tem a prerrogativa de aceitar o início e/ou manutenção da relação de negócio com determinado perfil de Cliente, bem como, decidir sobre o encerramento da relação de negócio.

Igualmente este Comité encontra-se com poderes para solicitar a revisão de processos e procedimentos afectos ao perfil de Clientes de alto risco, bem como propor alterações às políticas existentes, e ainda analisar e propor alterações aos sistemas em uso.

CLIENTES DE ALTO RISCO SUBMETIDOS AO HRC NO EXERCÍCIO DE 2016

Entende-se por Clientes de alto risco alvo de submissão ao Comité para o processo de abertura, revisão anual, Clientes Particulares e Empresas, nomeadamente:

- i. “PEPs” – Pessoas Expostas Politicamente, ou na sua gestão e/ou estrutura accionista / societária / beneficiário efectivo tenham PEPs;
- ii. Clientes com perfil transaccional incomum e/ou suspeito e/ou reportados à “UIF” – Unidade de Informação Financeira;
- iii. Clientes com perfil identificado nas Listas de Sanções.

Para o exercício de 2016, foram submetidos e avaliados pelo Comité, aproximadamente 166 Clientes tendo sido alvo de rejeição por incompatibilidade de regras de *compliance* aproximadamente 65.

MÉTODO DE CONTROLO DE SANÇÕES E PEPs (LISTAS INTERNACIONAIS DE SANÇÕES)

O Banco e o Grupo Standard Bank reconhecem o regime de sanções, ou seja, listas internacionais que abaixo são identificadas e efectua a monitorização contínua de Customer Due Diligence (CDD) através dos seus sistemas, tanto nos seus processos de abertura de conta, como a nível de pagamentos.

Para efeitos do processo, são reconhecidas as seguintes listas internacionais de PEPs:

- *HTM: Her Majesty's Treasury (UK);*
- *EU: European Union;*
- *OFAC: Office of Foreign Assets Control (US);*
- *UNSC: United Nations Security Council;*
- *MINEFI: French Ministry of Economics, Finances and Industry;*
- Lista Internacional de PEPs: Pessoas Expostas Politicamente.

Destaca-se que este reconhecimento não afasta a inclusão e reconhecimento de outra lista que o Estado Angolano venha a considerar.

PRINCIPAIS DESENVOLVIMENTOS EM 2016

Tendo em consideração os vários desenvolvimentos regulatórios, a Direcção de *Compliance* analisou o impacto regulatório e impulsionou as alterações necessárias às normas internas por forma a serem cobertas nos processos e consequentemente, entrarem para o fluxo de actividades do Banco, garantindo desta forma o seu cumprimento pelos vários intervenientes. Abaixo descrevem-se alguns projectos concluídos que foram despoletados pelas as recentes alterações legislativas ou por iniciativa da área.

- i. Revisão das condições gerais de abertura e manutenção de conta (**Aviso n.º 10/ 2016**);
- ii. Revisão da matriz de risco de Cliente (**Instrutivo n.º 24/2016**);
- iii. Revisão e validação do universo regulatório para o exercício 2016 (**Aviso n.º 2/2013**);
- iv. Elaboração da matriz regulatória de gestão de risco de *compliance* (**Aviso n.º 2/2013**);
- v. Elaboração de procedimento de gestão de Clientes de alto risco (**Aviso n.º 22/2012**);
- vi. Revisão das condições contratuais dos cartões de crédito *Gold e Platinum* (**Avisos n.º 10 e 14 /2016**);
- vii. Revisão do procedimento de venda de moeda estrangeira nas agências (**Aviso n.º 1/2016**);
- viii. Revisão do processo de custódia de títulos/disponibilidade de serviços (**Directiva n.º 4/DRO/DSC/DMA/2016**);
- ix. Reavaliação do reporte sobre reclamações (**Directiva n.º 4/DRO/DSC/DMA/2016**);
- x. Levantamento e análise dos produtos e serviços comercializados no Banco (**Aviso n.º 14/2016**);
- xi. Reporte de operações suspeitas
- xii. Validação de políticas de *compliance* para o exercício 2017;
- xiii. Gestão de presentes e entretenimentos recepcionados por Colaboradores;
- xiv. Gestão de actos comerciais externos.

OUTROS PROJECTOS RELEVANTES

Em baixo o detalhe de outros projectos relevantes (por tema), desenvolvidos e/ou suportados pela área de *Compliance* conjuntamente com outras áreas do Banco, nomeadamente:

1. Definição e manutenção do preçário;
2. Levantamento de cheques;
3. Depósito de cheques;
4. Levantamento numerário;
5. Depósito de numerário;
6. Depósitos de Clientes na Tesouraria Central;
7. Depósitos de valores no Banco Nacional de Angola;
8. Envio de valores para as agências (reforço de tesouraria);
9. Levantamento de valores no Banco Nacional de Angola;
10. Cancelamento e substituição de cartões;
11. Viso de cheques;
12. Abertura de conta Empresa;
13. Monitorização de cheques;
14. Reavaliação do manual/procedimento de serviços e reclamações;
15. Reavaliação e validação do conteúdo da formação de reclamações;
16. Interesses comerciais externos;
17. Reporte de operações suspeitas.

PRINCIPAIS ALTERAÇÕES LEGAIS E REGULAMENTARES EM 2016

ASSEMBLEIA NACIONAL

Lei n. 11/2016

Lei do Orçamento Geral do Estado para o ano de 2017

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA & ÓRGÃOS MINISTERIAIS

Decreto Ex. N.º 111/2016	Lista de Contribuintes em situação de irregularidade fiscal
Decreto Ex. N.º 435/2016	Cores dos Selos de Taxas de Circulação
Dec. Leg. Pres. n.º 1/2016	Regime Jurídico da Contribuição Especial sobre as Operações Bancárias
Decreto Presidencial n.º 107/2016	Regime Jurídico da Taxa dos Serviços de Limpeza
Decreto Presidencial n.º 214/2016	Estatuto Orgânico da Agência de Protecção de Dados
Decreto Presidencial n.º 234/2016	Regulamento sobre a obrigatoriedade de existência e disponibilização do livro de reclamações
Despacho n.º 496/2016	Taxa de Circulação
Despacho n.º 465/2016	Delegação de Poderes do Ministério das Finanças à AGT (<i>FATCA Authority</i>)
Despacho n.º 463/2016	SME – Limitação de Expediente Físico condicionado a remessa por parte de Missões Diplomáticas e Consulares

BANCO NACIONAL DE ANGOLA

Aviso n.º 1/2016	Estabelece os termos e condições a que deve obedecer a entrada e saída de moeda nacional e estrangeira, na posse de pessoas singulares residentes e não residentes cambiais
Aviso n.º 2/2016	Regula a metodologia de cálculo, estabelece o valor mínimo do Rácio de Solvabilidade Regulamentar (RSR) e define o âmbito e as características dos elementos integrantes dos fundos próprios Regulamentares
Aviso n.º 3/2016	Estabelece o requisito de fundos próprios Regulamentares que as instituições financeiras devem considerar no âmbito dos risco de crédito e risco de crédito de contrapartes
Aviso n.º 4/2016	Estabelece os requisitos de fundos próprios Regulamentares que as instituições financeiras devem considerar no âmbito do risco de mercado e de crédito de contraparte na carteira de negociação
Aviso n.º 5/2016	Estabelece os requisitos de fundos próprios Regulamentares que as instituições financeiras devem considerar no âmbito do risco operacional
Aviso n.º 6/2016	Estabelece os princípios gerais a serem observados, a partir do exercício de 2016, inclusive, pelas IFB, no âmbito da adopção plena das Normas Internacionais de Contabilidade/Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS)

PRINCIPAIS ALTERAÇÕES LEGAIS E REGULAMENTARES EM 2016

Aviso n.º 7/2016	Estabelece os requisitos e princípios pelos quais se devem reger os sistemas internos de governação de risco das instituições financeiras, tendo em conta o disposto nos Avisos 1/13 e 2/13 sobre Governação Corporativa e Controlos Internos, Aviso 3/16, Aviso 4/16 e Aviso 5/16
Aviso n.º 8/2016	Estabelece requisitos de análise a observar pelas instituições financeiras sob supervisão do Banco Nacional de Angola, no âmbito do risco de taxa de juro na carteira bancária
Aviso n.º 9/2016	Estabelece limites aos grandes riscos
Aviso n.º 10/2016	Estabelece os termos e condições gerais de abertura, movimentação e encerramento de contas
Aviso n.º 11/2016	Procedimentos e requisitos de informação acerca da abertura e encerramento de Agências e Dependências
Aviso n.º 12/2016	Regras e Procedimentos a serem observados na comercialização de produtos e serviços financeiros
Aviso n.º 13/2016	Deveres de informação a observar no âmbito da actividade de recepção de depósitos
Aviso n.º 14/2016	Deveres de informação no âmbito de concessão de crédito
Instrutivo n.º 1/2016	Regulamentação dos Subsistemas de Compensação e Liquidação
Instrutivo n.º 2/2016	Ajuste das regras de apuramento e cumprimento das Reservas Obrigatórias ao actual quadro de estabilidade macroeconómica
Instrutivo n.º 3/2016	Definição de penalizações a aplicar por incumprimento da regulamentação sobre a constituição e utilização das garantias para a liquidação de saldos dos subsistemas da Câmara de Compensação Automatizada de Angola (CCAA)
Instrutivo n.º 4/2016	Reservas Obrigatórias
Instrutivo n.º 5/2016	Perda por Imparidade para a Carteira de Crédito
Instrutivo n.º 6/2016	Divulgação de Instrumentos Financeiros
Instrutivo n.º 7/2016	Método da taxa de juro efectiva no reconhecimento de rendimentos
Instrutivo n.º 8/2016	Locações
Instrutivo n.º 9/2016	Títulos de Valores Mobiliários
Instrutivo n.º 10/2016	Benefício dos Empregados
Instrutivo n.º 11/2016	Tratamento de Perdas na Carteira de Crédito
Instrutivo n.º 12/2016	Calculo e requisitos de fundos próprios regulamentares para risco de mercado e risco de crédito de contraparte
Instrutivo n.º 13/2016	Prestação de informação sobre requisito de fundos próprios regulamentares para risco de mercado e risco de crédito de contraparte

PRINCIPAIS ALTERAÇÕES LEGAIS E REGULAMENTARES EM 2016

Instrutivo n.º 14/2016	Cálculo e requisito de fundos próprios com risco de mercado e risco de crédito de contraparte na carteira de negociação
Instrutivo n.º 15/2016	Prestação de informação sobre requisito de fundos próprios para risco de mercado e risco de crédito de contraparte na carteira de negociação
Instrutivo n.º 16/2016	Calculo e requisito de fundos próprios regulamentares para risco operacional.
Instrutivo n.º 17/2016	Prestação de informação sobre requisitos de fundos próprios regulamentares para risco operacional.
Instrutivo n.º 18/2016	Prestação de informação sobre a composição dos fundos próprios e rácio de solvabilidade.
Instrutivo n.º 19/2016	Risco de liquidez
Instrutivo n.º 20/2016	Normas Internacionais de Relato Financeiro
Instrutivo n.º 22/2016	Serviço de Remessa de Valores – Regras Operacionais
Instrutivo n.º 24/2016	Deveres de Diligencia Reforçada
Instrutivo n.º 25/2016	Governança de Risco de Crédito
Instrutivo n.º 26/2016	Governança de Risco de Liquidez
Instrutivo n.º 27/2016	Governança de Risco de Mercado
Instrutivo n.º 28/2016	Governança de Risco Operacional
Directiva n.º 13/DMA/2015	Operações de Facilidades Permanentes de Absorção de Liquidez (FAL) - Prazo Superior à Overnight
Directiva n.º 02/DSP/2016	Limites de Valor - Emissão de Cheques e Subsistemas de Compensação
Directiva n.º 03/DRO/DSI/2015	Taxa de Redesconto (Aviso n.º 11/2011, de 20 de Outubro)
Directiva n.º 05/DRO/DSI/2016	Plano de Acção no Âmbito dos fundos próprios Regulamentares
Directiva n.º 03/DSP/2016	Penalização sobre Incumprimento do Valor das Garantias para a Câmara de Compensação Automatizada de Angola (CCA)
Directiva n. 01/DRO/DSC/2016	Reporte Estatístico das Reclamações pelas instituições financeiras
Directiva n. 03/DRO/DMA/2016	Requisitos de Acesso às Facilidades Permanentes de Cedência de Liquidez.
Directiva n.º 02/DRO/DSI/2016	Taxa de Redesconto
Directiva n.º 4/DRO/DSC/DMA/2016	Cobrança de Comissões sobre Juros e Custódia de Títulos Públicos

PRINCIPAIS ALTERAÇÕES LEGAIS E REGULAMENTARES EM 2016

COMISSÃO MERCADO DE CAPITAIS

Regulamento n.º 04/2016	Regulamento que estabelece as condições para a Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento ao Terrorismo.
Regulamento n.º 05/2016	Regulamento que estabelece regras aplicáveis ao prospecto de oferta pública de valores mobiliários e de admissão a negociação em mercado regulamentado, bem como a estrutura a que os mesmos obedecem.
Regulamento n.º 07/2016	Regime aplicável às infra-estruturas de mercado, englobando os sistemas centralizados de valores mobiliários, os sistemas de registo junto de um único agente de intermediação, os sistemas de liquidação e as contrapartes centrais.

MODELO DE GESTÃO DE RISCO

EFICAZ. RIGOROSO. CONTÍNUO. ARTICULADO

O Standard Bank de Angola assenta num modelo de gestão de risco eficaz que permite ter um equilíbrio da relação do risco face à rentabilidade, sendo este definido de acordo com o perfil de risco do Banco, conservador, e com uma adequada relação entre os capitais próprios e a actividade desenvolvida.

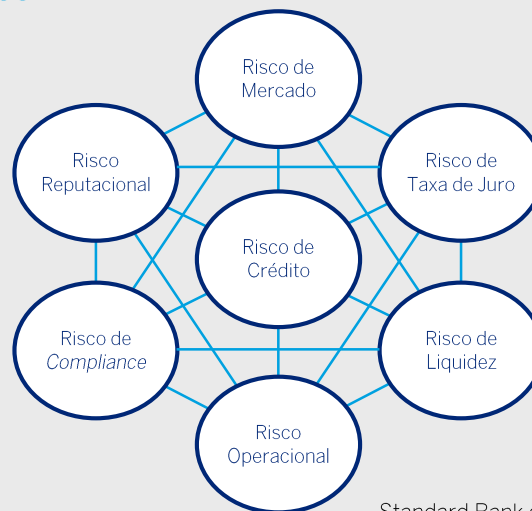
O modelo de gestão de risco tem por base uma estrutura organizativa clara, em que todas as unidades de negócio participam de forma estruturada no reporte e medição dos riscos decorrentes de factores externos ou internos que impactam a actividade do Banco.

As actividades desenvolvidas no âmbito do modelo de gestão de risco do Standard Bank de Angola incluem a identificação, avaliação, acompanhamento e mitigação de actuais e potenciais riscos.

Os riscos contemplados no modelo de gestão de risco são materialmente relevantes para o Banco, nomeadamente o risco de crédito, risco de mercado, risco de taxa de juro, risco de liquidez, risco operacional, risco de *compliance* e risco reputacional.

De acordo com a estrutura do Banco, o Conselho de Administração é o responsável máximo pelo Sistema de Gestão de Riscos do Banco, suportado por cada Director responsável pela sua linha de actuação, garantindo um desenho adequado e a operacionalidade dos controlos, com base nos requisitos e orientações do Grupo e tendo em conta os Avisos 1 e 2/2013 do Banco Nacional de Angola.

PRINCIPAIS RISCOS



VISÃO GLOBAL DO MODELO DE GESTÃO DE RISCO

O modelo de gestão de risco do Standard Bank de Angola actua em todas as áreas do Banco, tanto de negócio como de suporte. De modo a que as intervenções sejam eficazes, o Standard Bank de Angola assegura a articulação entre todos através de uma estrutura devidamente delineada.

Também as linhas de defesa definidas no âmbito do Sistema de Controlo Interno actuam no modelo de gestão de risco, permitindo minimizar os impactos dos riscos.

Neste sentido, o modelo de gestão de risco do Standard Bank de Angola requer o desenvolvimento de actividades de identificação, avaliação, acompanhamento e mitigação dos riscos transversais ao Banco.

GOVERNAÇÃO E ESTRUTURA DE GESTÃO DE RISCO

O Standard Bank de Angola dispõe de uma estrutura organizativa que, assenta numa gestão de riscos avançada, preservando a independência da função, e mantendo proximidade às áreas de negócio de onde os riscos são originados.

De acordo com a estrutura do Banco, o Conselho de Administração é o responsável máximo pelo Sistema de Gestão de Riscos do Banco, suportado por cada Director responsável pela sua linha de actuação.

O Conselho de Administração é apoiado nesta responsabilidade pelo Director de Risco, que faz parte de um órgão independente, responsável pela função de Gestão de Risco do Banco.

A presente estrutura promove a gestão de riscos ao garantir que as actividades de gestão de risco fazem parte do plano de actividades e responsabilidades de cada área.

Neste sentido, o Standard Bank de Angola detém um conjunto de políticas e procedimentos de governação para cada tipologia de risco que permitem alinhar as actividades a serem desenvolvidas no âmbito do modelo de gestão de risco de forma transversal no Banco.

O MODELO DE GESTÃO DE RISCO ENQUANTO COMPONENTE DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO



Em conformidade com as melhores práticas internacionais, o modelo de gestão de risco constitui parte integrante do Sistema de Controlo Interno de referência.

Desta forma, as linhas de defesa identificadas no Sistema de Controlo Interno, têm actividades ao nível da gestão de riscos garantindo que os riscos são identificados e mitigados com a maior brevidade possível e o mais próximo da fonte de origem do risco.



VISÃO GLOBAL DO MODELO DE GESTÃO DE RISCO

MODELO DE GESTÃO DE RISCO E ORGANIZAÇÃO (3 LINHAS DE DEFESA)



No âmbito do modelo de gestão de risco, determina-se que a primeira linha de defesa é o principal responsável pela gestão de risco do Banco, sendo a apreciação, avaliação e mensuração de riscos um processo contínuo que está integrado nas actividades quotidianas do negócio.

As responsabilidades da segunda linha de defesa ao nível do modelo de gestão de risco compreendem a definição da estrutura de gestão de risco e políticas, que permitem a supervisão e recolha de informação independente para a gestão executiva através dos Comitês da Comissão Executiva apresentados na página 36, e para o Conselho de Administração através dos Comitês de Governação de Crédito e do Comité de Risco de Crédito.

A terceira linha de defesa averigua a eficácia do Sistema de Controlo Interno como um todo, bem como de cada componente do mesmo. Desta forma, a terceira linha de defesa fornece uma avaliação independente da adequação e eficácia do quadro global de gestão de riscos e relatórios para o Conselho de Administração através do Comité de Auditoria.

ACTIVIDADES INERENTES AO MODELO DE GESTÃO DE RISCO

O Modelo de Gestão de Risco do Standard Bank de Angola assenta na identificação, avaliação, acompanhamento e mitigação dos actuais e potenciais riscos de forma contínua.



IDENTIFICAÇÃO

As actividades de identificação de riscos encontram-se assentes em técnicas claramente definidas e têm por base a disponibilização de informação actualizada e correcta. Neste sentido, encontra-se definida uma estratégia de detecção de riscos e processos inerentes à mesma. Os processos são desenvolvidos analisando a informação recolhida das diversas áreas e tendo em consideração os indicadores e limites de risco do Standard Bank de Angola.



AVALIAÇÃO

Os riscos identificados são posteriormente hierarquizados de modo a proceder, de forma tempestiva, à sua avaliação. A avaliação desenvolvida encontra-se suportada por modelos de mensuração de risco que contemplam análises qualitativas e quantitativas que, por conseguinte, permitem perceber a probabilidade de ocorrência de perdas e respectiva magnitude. Adicionalmente a avaliação dos riscos inclui a realização de exercícios de testes de esforço.



ACOMPANHAMENTO

De modo a assegurar a sustentabilidade e eficácia do Modelo de Gestão de Risco este é regularmente revisto e actualizado em conformidade com as melhorias identificadas. O acompanhamento da exposição a cada risco encontra-se suportado por um processo sistematizado que inclui a elaboração de relatórios periódicos e tempestivos com base em informação fiável.



MITIGAÇÃO

Após os procedimentos de comunicação dos riscos, são definidos, implementados e executados os controlos adequados à mitigação dos mesmos, permitindo a adopção de medidas correctivas face a factores externos ou internos.

RISCO DE CRÉDITO

RISCO DE CRÉDITO corresponde à probabilidade de incumprimento efectivo da contraparte e é um dos riscos mais relevantes da actividade do Banco. Dada a sua materialidade, a formalização de políticas, procedimentos, metodologias, ferramentas e sistemas torna-se vital para assegurar a estabilidade financeira e a solvabilidade do Banco.

Num contexto macroeconómico adverso, o risco de crédito assume particular incidência, sendo a admissão de novas operações e o acompanhamento das carteiras de crédito, de extrema importância, bem como a sua monitorização e a mitigação de quaisquer riscos emergentes.

A gestão de risco de crédito no Standard Bank de Angola fundamenta-se numa abordagem global que abrange cada uma das fases do processo de gestão, nomeadamente, i) análise, ii) aprovação, iii) monitorização e, quando necessário, iv) recuperação, sendo a análise distinta mediante a segmentação dos Clientes entre Empresas e Particulares. Esta gestão é efectuada através de:

Sólida estrutura de análise e avaliação de riscos que abrange processos integrados de monitorização diária das exposições creditícias;

Utilização de sistemas internos de *rating* e *scoring* adequados aos diversos segmentos do negócio e de um modelo de monitorização de portfólio de detecção antecipada de potencial risco de incumprimento;

Unidades estruturais exclusivamente dedicadas à recuperação de crédito para as situações de incumprimento incorridas;

Acompanhamento regular da evolução da carteira.

A apetência ao risco de crédito e a necessidade de evitar a concentração dos riscos leva a que sejam fixados determinados limites de risco pelo Banco.

Para fixação destes limites são tidas em consideração a exposição total ao risco de crédito e a absorção de capital relativo ao total do capital disponível para todas as contrapartes.

Estes limites devem ser cumpridos tanto nas medidas de concessão de crédito, como na gestão da carteira de créditos.

GOVERNAÇÃO

A Direcção de Risco é a principal responsável por validar, aprovar e monitorizar o risco de crédito e, bem assim, por implementar o modelo de imparidade do Standard Bank de Angola. Neste sentido, produz um relatório de gestão com a informação relevante acerca deste risco.

Do modelo de governação da gestão de risco de crédito do Banco fazem ainda parte os seguintes Comitês:

Comité de Governação de Crédito: responsável pela eficácia global da função de crédito, por supervisionar as operações, o ambiente de controlo e o desempenho da carteira de crédito, aprova as políticas de crédito e os modelos de classificação de capital económico.

Comité de Gestão do Risco de Crédito: responsável pelo acompanhamento e monitorização do perfil de risco de crédito, pela monitorização do cumprimento dos limites de crédito regulamentares, aprovação e recomendação de estratégias por indústria e produto e pelos testes de stress à carteira de crédito.

Comité de Risco de Crédito: responsável pela aprovação de operações de crédito.

Subcomité de Watchlist e Crédito Vencido: responsável pela gestão de crédito que apresenta indícios de imparidade e pela gestão de crédito vencido.

RISCO DE CRÉDITO

AValiação DO RISCO DE CRÉDITO

O Standard Bank de Angola detém modelos de *scoring* rating, que permitem avaliar a probabilidade de incumprimento de um Cliente a partir de elementos qualitativos e quantitativos, atribuindo-lhe uma notação de risco.

A matriz utilizada pelo Grupo Standard Bank, que tem equivalência para as matrizes internacionais de agências de rating *External Credit Assessment Institutions* (ECAI) é a base desta avaliação.

Os níveis de aprovação são quantificados de acordo com as classes de risco das contrapartes, sendo atribuída uma classificação de risco a cada contraparte com exposição ou limite de risco alocado.

Adicionalmente, a partir de diagnósticos internos e cumprindo as orientações do supervisor em matéria de crédito, o Standard Bank de Angola definiu modelos de avaliação de crédito para atribuição do nível de risco para o segmento de Empresas.

Avaliação de garantias hipotecárias

O Standard Bank de Angola tem um modelo de avaliação de garantias hipotecárias que depende de pareceres externos especializados efectuadas por peritos designados, em estreito cumprimento com as orientações emanadas pelo Banco Nacional de Angola nesta matéria, no âmbito do processo de adopção plena das IAS/IFRS.

Para que as garantias sejam consideradas como medidas mitigadoras de risco, as suas avaliações devem ser realizadas de acordo com os métodos de avaliação já aprovados e utilizados pelo Banco.

Sempre que possível, o Banco procura mitigar o risco de crédito identificado para qualquer contraparte, transacção ou sector, uma forma de alcançar um equilíbrio entre risco, custo, utilização de capital e recompensa.

Em circunstância alguma, os valores dos colaterais podem ser influenciados por imperativos de áreas de negócio ou de preço.

APROVAÇÃO DE CRÉDITO

A delegação de poderes definida na Norma de Crédito do Banco tem por objectivo garantir que as pessoas e Comitês com qualificações e Mandatos adequados cumprem os seus deveres, optimizando a eficiência operacional da concessão, da gestão de contas e da função de cobrança dos departamentos de Crédito, assentando os mesmos em sólidos princípios de prudência.

Os poderes são conferidos a cada pessoa individualmente e mantêm-se em vigor enquanto vigorar a sua nomeação para determinado cargo.

A política define ainda a realização de testes regulares (de 2 em 2 anos) para garantir que os Mandatos de crédito são alocados a Colaboradores devidamente preparados.

MONITORIZAÇÃO E REPORTE DO RISCO DE CRÉDITO

O Standard Bank de Angola desenvolveu ao longo de 2016 um conjunto de iniciativas, de modo a acompanhar a evolução do risco da carteira de crédito, nomeadamente:

- **Testes de stress:** avaliar individualmente cada Cliente num cenário macroeconómico desfavorável e quantificar os possíveis impactos no desempenho desses Clientes em matéria de qualidade do seu crédito.
- **Análise/impacto do risco de país à carteira:** aferir quais os Clientes da carteira de crédito que terão impacto negativo numa eventual descida da notação de risco do país.
- **Gestão de contratos:** monitorizar continuamente os termos e condições dos contratos celebrados.
- **Avaliação de garantias:** actualizar as avaliações de garantias hipotecárias, em estreito cumprimento com as orientações emanadas pelo Banco Nacional de Angola.

RISCO DE CRÉDITO

PROVISÕES PARA PERDAS POR IMPARIDADE DE CRÉDITO

Ao longo de 2016 o Standard Bank de Angola desenvolveu um modelo de apuramento de perdas por imparidade para cumprir com os requisitos do Banco Nacional de Angola no âmbito da adopção plena das IAS/IFRS.

O modelo de apuramento de perdas por imparidade teve por base o modelo já existente para reporte das contas para efeitos de consolidação ao Grupo, o qual se traduz na definição de metodologias internas ajustadas ao mercado e com base em dados históricos e características da carteira de crédito.

As orientações do Banco Nacional de Angola, relativas a informação mínima de metodologia e pressupostos assumidos, foram tidas em consideração no modelo adoptado. Este modelo permite aferir a probabilidade de incumprimento da carteira (*Probability of Default*) e a sua percentagem de perda (*Loss Given Default*).

No caso dos Clientes que se encontram com um incumprimento igual ou superior a 90 dias é realizada uma análise individual que permite determinar o justo valor da carteira de crédito tendo em consideração o valor actual dos cash-flows futuros estimados.

De acordo com a legislação, são ainda sujeitos a um processo de análise individual todos os Clientes com uma exposição igual ou superior a 0,5% dos fundos próprios do Banco caso não evidenciem sinais de imparidade ou 0,1% dos fundos próprios do Banco caso detenham sinais de imparidade.

RISCO DE CONCENTRAÇÃO

Além da monitorização da qualidade do crédito, o Standard Bank de Angola avalia e reporta regularmente as grandes exposições de crédito, face ao nível de fundos próprios do Banco de forma a salvaguardar potenciais incumprimentos dos requisitos regulamentares e/ou os limites definidos pelo Conselho de Administração.

REQUISITOS REGULAMENTARES



Com o intuito de estabelecer procedimentos que as instituições financeiras bancárias devem observar no apuramento de perdas por imparidade para a carteira de crédito concedido a Clientes, o Banco Nacional de Angola publicou a 8 de Agosto de 2016 o Instrutivo nº 06/2016.

Este Instrutivo visa definir procedimentos a adoptar que estejam em conformidade com o disposto nas IAS/IFRS, mais concretamente com a norma IAS 39.

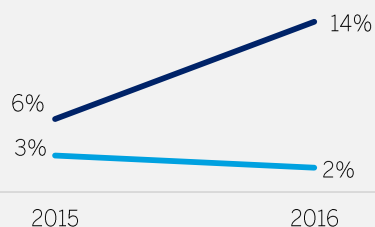
Ao longo do Instrutivo é determinado o método de reconhecimento das perdas por imparidade, são definidas as isenções de constituição por perdas por imparidade, é identificada a documentação necessária para as Instituições formalizarem o seu processo de apuramento de perdas por imparidade e são determinados os mecanismos específicos de monitorização e validação da informação de base utilizada.

Neste sentido, o Standard Bank de Angola tem o Modelo de Cálculo das Perdas por Imparidade da Carteira de Crédito do Banco implementado desde Dezembro de 2016, regendo-se pelos princípios gerais definidos na IAS 39, bem como pelas orientações e iterações de implementação das IAS/IFRS junto do Banco Nacional de Angola, por forma a alinhar o processo de cálculo com as melhores práticas internacionais.

RISCO DE CRÉDITO

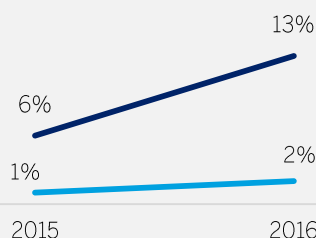
QUALIDADE DE CRÉDITO

Cobertura da carteira de crédito
(Particulares vs. Empresas)



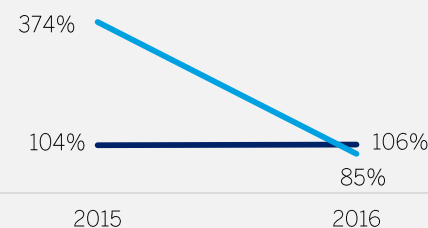
— Particulares — Empresas

Incumprimento superior a 90 dias
(Particulares vs. Empresas)



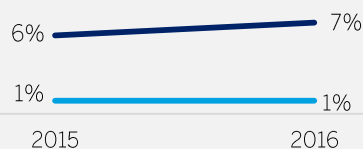
— Particulares — Empresas

Cobertura para crédito em incumprimento superior a 90 dias
(Particulares vs. Empresas)



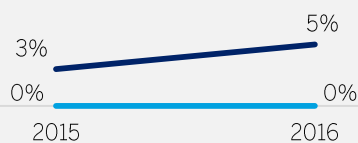
— Particulares — Empresas

Cobertura da carteira de crédito
(Moeda Nacional vs. Estrangeira)



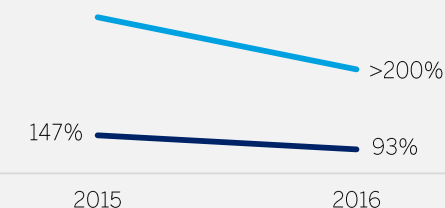
— Moeda Nacional — Moeda Estrangeira

Incumprimento superior a 90 dias
(Moeda Nacional vs. Estrangeira)



— Moeda Nacional — Moeda Estrangeira

Cobertura para crédito em incumprimento superior a 90 dias
(Moeda Nacional vs. Estrangeira)



— Moeda Nacional — Moeda Estrangeira

Nos gráficos acima é apresentada a distribuição por qualidade de crédito medida pelo incumprimento e nível de provisionamento em 31 de Dezembro de 2016.

Em linha com o ambiente macroeconómico desafiante, vivido em 2016, o nível de provisionamento do Banco no segmento de Particulares aumentou significativamente de 6% em 2015, para 14% em 2016. Contrariamente, verificou-se um comportamento positivo no segmento de Empresas, tendo o nível de provisionamento diminuído 1% em 2016, fixando-se em 2%.

No que se refere ao incumprimento, verifica-se que houve um aumento no montante tanto para o segmento de Particulares como para Empresas. A deterioração deste rácio foi acelerada pela ligeira degradação da qualidade da carteira de crédito em resultado do contexto macroeconómico que tem vindo a afectar o país. Com efeito, o incumprimento acima de 90 dias foi de 2% para Empresas contra 1% em 2015. No sector Particulares registou-se uma percentagem de 13% contra 6% no ano anterior.

O rácio de cobertura para crédito em incumprimento superior a 90 dias no segmento de Particulares registou um valor de 106%, face aos 104% em 2015. No segmento de Empresas verificou-se novamente um comportamento contrário com o valor do rácio a diminuir de 374% para 85%, em resultado do reforço dos colaterais associados aos créditos em incumprimento.

Face à moeda contratualizada verificamos que o nível de provisionamento não sofreu oscilações a destacar entre 2015 e 2016, sendo ainda assim superior em moeda nacional.

No incumprimento superior a 90 dias, nos últimos dois anos verificou-se um ligeiro aumento apenas nos contratos de crédito em moeda nacional, sendo inexistente nos contratos em moeda estrangeira.

Em todo o caso, o nível de provisionamento manteve-se num nível adequado face à dimensão do incumprimento registado e garante uma protecção adequada da estabilidade do Banco.

RISCO DE CRÉDITO

Relativamente à distribuição da carteira de crédito por nível de risco, o Standard Bank de Angola adoptou os seguintes níveis de qualidade do risco de crédito nos seus activos financeiros:

UN: Milhares de AOA

	Exposição Líquida	
	2016	2015
Nível A - Nulo	15.959.489	14.937.813
Nível B – Muito reduzido	32.881.953	8.122.356
Nível C - Reduzido	311.255	27.873.090
Nível D - Moderado	189.537	200.323
Nível E - Moderado	133.268	248.604
Nível F - Muito Elevado	61.769	55.010
Nível G – Risco de perda	693.987	-

Note-se que, ao longo de 2016, e contrariamente ao que aconteceu no ano transacto, o Banco registou um montante de 1.225.695.152 AOA de crédito abatido ao activo (*write-offs*).

POLÍTICAS DE CRÉDITO

O Standard Bank de Angola rege-se pela política do Grupo Standard Bank que estabelece e define os princípios e métodos de gestão unificada utilizados na identificação, monitorização e reporte do risco de crédito.

A política do Grupo Standard Bank aplica-se a todas as Unidades de Negócio, entidades jurídicas e funções de apoio com actividades relacionadas com a gestão de risco de crédito e explicita, entre outros:

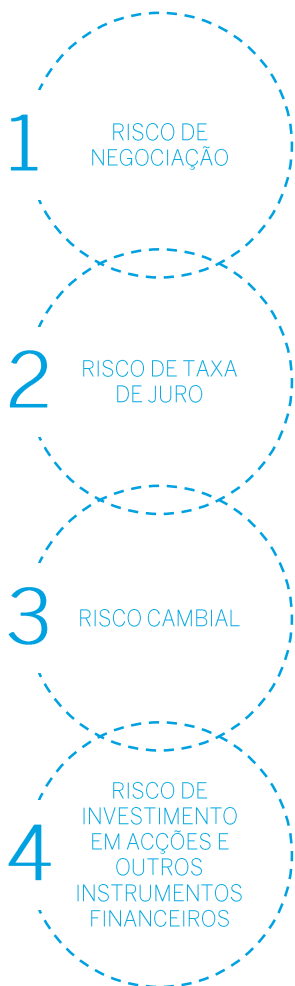
- Processos e princípios de avaliação e medição do risco de crédito;
- Delegação de autoridade e poderes na gestão de risco de crédito;
- Definição das principais responsabilidades;
- Estrutura de reporte a utilizar.

Paralelamente a esta política, cada sector de negócio do Banco (PBB e CIB) define políticas internas que regulam as práticas específicas para os Clientes Particulares e Empresa auxiliando, deste modo, o processo de decisão de operações da carteira de crédito.

RISCO DE MERCADO

RISCO DE MERCADO consubstancia o risco de uma alteração no justo valor, no valor efectivo de mercado ou nos resultados de uma carteira de instrumentos financeiros, causada por movimentos adversos de variáveis do mercado (*i.e.* preços de acções, obrigações ou matérias-primas, taxas de câmbio, taxas de juro, spreads de crédito, taxas de recuperação e correlações e volatilidades implícitas nas variáveis de mercado).

O risco de mercado engloba ainda o impacto de factores de risco sobre o valor de mercado dos instrumentos negociados e o impacto sobre a margem de juro líquida do Banco, como consequência do risco de taxa de Juro a que estão sujeitos os activos e passivos da carteira bancária.



Decorre de actividades de negociação onde o Banco opera na qualidade de contratante com Clientes no mercado.

Decorre do risco estrutural de taxa de juro causado pela possibilidade do Banco poder realizar o *repricing* dos activos e passivos bancários.

Decorre de alterações no justo valor ou nos fluxos de caixa futuros das exposições financeiras devido a alterações nas taxas de câmbio.

Decorre das alterações de preços de acções em investimentos cotados e não-cotados.

GOVERNAÇÃO DA GESTÃO DO RISCO DE MERCADO



A gestão de risco do Standard Bank de Angola está sujeita à supervisão do Standard Bank Group, enquanto accionista maioritário do Banco.

A Direcção de Risco é responsável pela:

- Identificação, avaliação, monitorização e reporte do risco de mercado;
- Monitorização diária de exposições e respectivos excessos;
- Realização de relatórios de risco mensais ao Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCO) e trimestrais ao Comité de Risco.

Conselho de Administração é responsável pela:

- Aprovação do apetite ao risco de mercado;
- Aprovação dos padrões definidos para todos os tipos de risco de mercado;
- Atribuição de autoridade geral ao ALCO para assumir gestão da exposição ao risco de mercado, sendo este responsável por aprovar políticas de risco de mercado e garantir que a medição, reporte, monitorização e gestão do risco de mercado associados às operações seguem um modelo de governação comum.

RISCO DE MERCADO

PRINCÍPIOS PARA MEDIR E CONTROLAR O RISCO DE MERCADO

Posição aberta líquida diária

Definição de limites para os níveis de exposição por divisa e para as posições *overnight* de forma agregada.

Os limites para as posições *overnight* são alinhados com o limite para a posição aberta líquida especificado pelo Banco Nacional de Angola que corresponde a uma proporção de 20% dos fundos próprios do Banco.

Testes de stress

Fornecem uma indicação das perdas potenciais que poderiam ocorrer em condições extremas.

Incluem i) testes individuais aos factores de risco de mercado e a combinações de factores de mercado para classes individuais de activos e ii) uma combinação de simulações históricas e hipotéticas.

Value-at-Risk (VaR)

Estimativa de perdas potenciais que possam ocorrer em resultado de movimentos do mercado, durante um período de tempo específico e com uma probabilidade pré-determinada.

Para chegar a medidas quantitativas para o risco de mercado, o Standard Bank de Angola utiliza, em condições normais de mercado, a abordagem do VaR histórico que se baseia em correlações históricas e na volatilidades dos preços de mercado, pressupondo que os preços futuros vão basear-se na distribuição histórica observada.

No entanto, uma vez que esta abordagem pode ter algumas limitações existe a necessidade de efectuar exercícios regulares de *backtesting* do VaR.

O Banco implementa ainda o VaR normal, assumindo um nível de confiança de 95%.

Backtesting do VaR

Realização de exercícios de *backtesting* regulares para calibrar a mediação do VaR e aferir a relação do modelo com a realidade melhorando, deste modo, a sua capacidade preditiva.

Nestes exercícios são comparadas as perdas previstas no modelo e as perdas efectivas através de uma comparação *ex-post* dos lucros e perdas diárias hipotéticas, de acordo com o pressuposto de compra e detenção por 1 dia, seguindo o VaR do dia anterior.

Os lucros ou perdas para o *backtesting* baseiam-se nos lucros ou perdas teóricos derivados dos movimentos de mercado (*i.e.*, movimentos cambiais e de taxas de juro) e calculam-se para 250 dias de negociação acumulados e a um nível de confiança de 95%.

PV01

Avalia o efeito de uma alteração de um ponto base numa taxa sobre o preço de um activo. Este limite é definido para as carteiras de rendimento fixo, de negociação no mercado monetário, de negociação de crédito, de derivativos e de negociação cambial.

Margem financeira

Previsão dinâmica e prospectiva da margem financeira para quantificar a exposição antecipada do Banco à taxa de juro.

Envolve a previsão de alterações da estrutura do balanço e dos cenários de taxa de juro, para determinar o efeito que estas alterações possam ter em receitas futuras. A análise é realizada para condições de mercado normais e para condições de mercado extremas.



ANÁLISE DO RISCO DE MERCADO EM 2016

Ao longo de 2016 o Standard Bank de Angola conseguiu distinguir-se pela qualidade e robustez das suas práticas de gestão de risco de mercado.

Alinhado com as novas directrizes regulamentares, o Banco destaca as seguintes acções desenvolvidas ao longo do ano:

- Reforço dos controlos mensais por forma a garantir uma maior precisão nos dados históricos usados para o modelo VaR;
- Incorporação de dados históricos relacionados com o mercado Angolano no modelo VaR, substituindo os dados de anteriormente utilizados e tornando o modelo mais aderente à realidade;
- Mudança do quadro de limites de risco de USD para AOA.

Em 2017 o Standard Bank de Angola pretende manter foco no reforço dos controlos utilizados para monitorizar a actividade do Banco e dos seus Clientes.

RISCO DE MERCADO

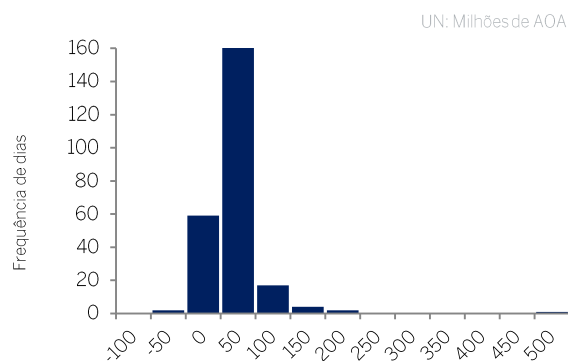
ANÁLISE DO RISCO DE MERCADO EM 2016

Distribuição dos resultados de operações de negociação

O histograma seguinte apresenta a distribuição dos resultados e perdas diárias ao longo de 2016. Nele está representada a volatilidade dos resultados de operações de negociação e o número de dias em que os rendimentos de operações de negociações do Banco estiveram em determinados intervalos.

A distribuição é enviesada para o lado dos lucros tendo-se verificado, em Janeiro de 2016, um valor atípico devido a uma desvalorização de 15% da moeda nacional (AOA). Pela análise do gráfico pode concluir-se que o Banco obteve resultado positivo em grande parte dos dias.

Distribuição dos resultados de operações de negociação



Análise PV01

A tabela seguinte mostra o PV01 da carteira de investimento cambial e da carteira de negociação de rendimento fixo. A exposição no PV01 da carteira de negociação do mercado monetário (*trading*) registou decréscimo fixando-se em 164 Mil AOA, devido a posições reduzidas em obrigações com taxas de câmbio. Relativamente ao montante da carteira a nível de *banking*, fixou-se negativamente em 5,2 Milhões de AOA, devido à desvalorização do valor dos investimentos em títulos da República de Angola.

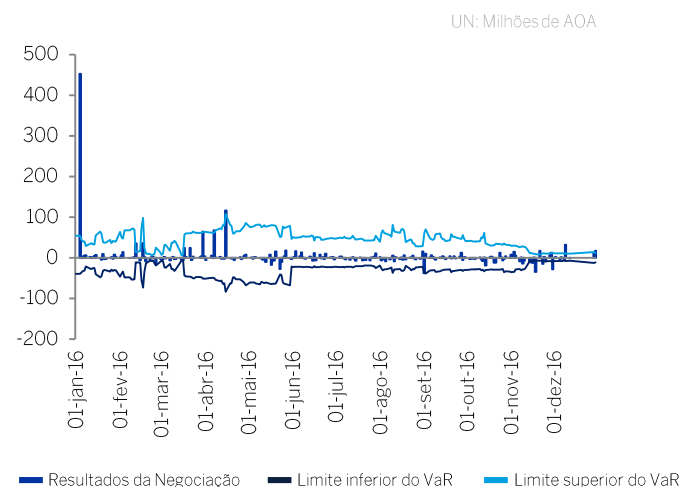
No entanto, nos casos em que se verificou um valor superior ao estabelecido pelos limites internos, foram obtidas as autorizações adequadas.

Análise VaR e rendimento real

Relativamente à análise normal do VaR e rendimento da carteira de negociação em 2016, observou-se uma redução do VaR a partir de Novembro devido a uma mudança nos cenários utilizados para testar obrigações do tesouro, sobre os quais passaram a ser considerados os rendimentos reais em moeda local (AOA).

O VaR normal diversificado para negociação mínima e máxima fixou-se em 5,9 Milhões de AOA e 84 Milhões de AOA, respectivamente, apresentando uma média anual de 32 Milhões de AOA, que se traduziu numa utilização conservadora do limite base do VaR que, em média, atingiu os 37%.

Negociação e VaR Diversificado Normal 2016



PV01	UN: Milhares AOA		
	2016	2015	LIMITE
NEGOCIAÇÃO DE RENDIMENTO FIXO	- 767	- 1.296	1.502
NEGOCIAÇÃO MERCADO MONETÁRIO (<i>TRADING</i>)	-164	- 8	25
NEGOCIAÇÃO MERCADO MONETÁRIO (<i>BANKING</i>)	-5.220	- 1.525	4.700
VAR	MIN	MAX	LIMITE
NEGOCIAÇÃO DE RENDIMENTO FIXO	1.574	13.355	50.000
NEGOCIAÇÃO TOTAL (BANCO)	5.858	83.564	85.000
NEGOCIAÇÃO EM MOEDA ESTRANGEIRA	1.764	83.833	63.000

RISCO OPERACIONAL

RISCO OPERACIONAL incorpora o risco de perdas oriundas da inadequação, ou falha de processos internos, pessoas, sistemas, eventos externos.

Sendo este risco parte natural de qualquer actividade de negócio, o objectivo do Banco consiste na sua monitorização, identificando e mitigando o seu impacto.

A função de Risco Operacional analisa proactivamente as causas dos incidentes de acordo com a metodologia de gestão de incidentes, com as tendências e ameaças emergentes e faz recomendações para a remediação de controlos e implementação de melhores práticas, através de auto-avaliações de risco, do controlo às Unidades de Negócio e da monitorização de KRIs (Principais Indicadores de Risco).

A Gestão de Continuidade de Negócio também faz parte desta função, identificando potenciais disrupções operacionais e providenciando bases para a mitigação destas lacunas.

O modelo de gestão do Banco prepara a resposta em casos de emergência, bem como a capacidade de resposta em situações de crise do negócio desde a sua ocorrência até à recuperação da operacionalidade das actividades do Banco, dispondo de:

- Mecanismos de mitigação para eventos externos, nomeadamente, mecanismos de Segurança Física e Electrónica eficazes;
- Plano de Continuidade de Negócio (foco em programas de Primeiros Socorros e Evacuação ou Centros de Dados Alternativos);
- Sistemas de detecção de Fraude e Branqueamento de Capitais.

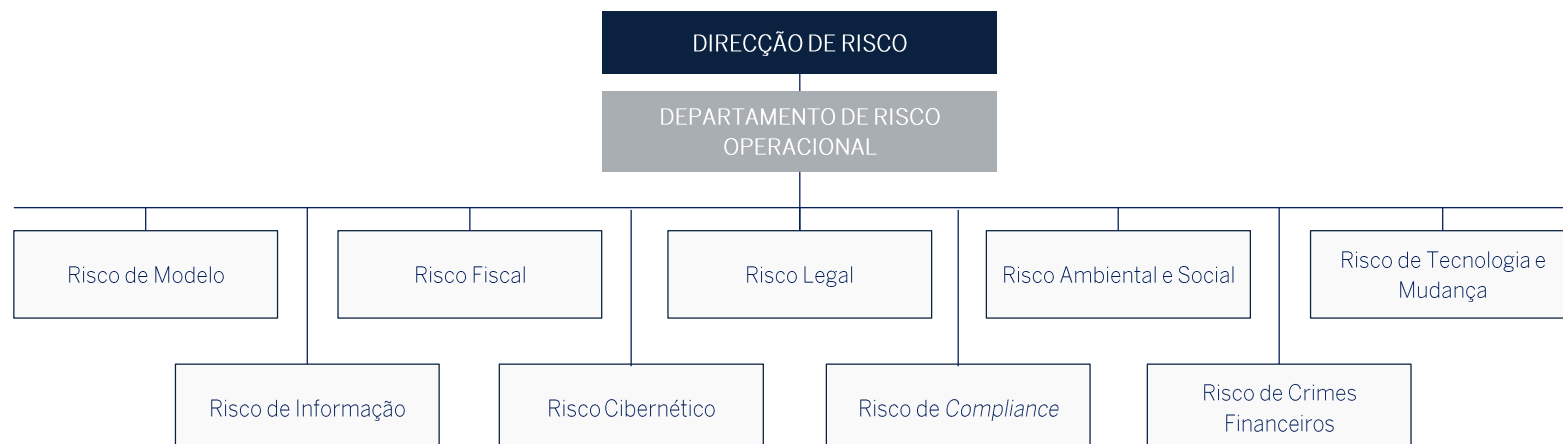
GOVERNAÇÃO DA GESTÃO DO RISCO OPERACIONAL

A função de Risco Operacional é independente da gestão do negócio e faz parte da 2ª linha de defesa, sendo responsável por desenvolver e manter o modelo de governação de Risco Operacional e facilitar a sua adopção.

Existem equipas dedicadas a cada Unidade de Negócio, bem como a áreas de suporte (*i.e.* Direcção de Finanças, de Tecnologias de Informação e de Capital Humano) que facilitam a adopção do modelo de governação de Risco Operacional.

O Departamento de Risco Operacional, monitoriza, supervisiona e reporta temas de risco operacional nos seguintes fóruns:

- Comité de Gestão de Continuidade de Negócio (incorporando a Comissão para Prevenção contra Acidentes de Trabalho);
- Comité de Gestão de Risco (presidido pelo Presidente da Comissão Executiva e em agregação com outros tipos de risco);
- Comissão Executiva.



RISCO OPERACIONAL

Para a identificação, monitorização e mitigação do risco operacional, o Banco recorre a 3 instrumentos de gestão do risco:

POLÍTICA DE GESTÃO DE INCIDENTES

Política que regula a identificação, registo, investigação, quantificação e reporte de incidentes de risco operacional e subsequente implementação de medidas correctivas. Os incidentes devem ser reportados em 48 horas e introduzidos numa aplicação informática que permite a gestão centralizada de todos os incidentes.

KEY RISK INDICATORS (KRIS)

Implementação de indicadores-chave de risco operacional que permitem monitorizar adequadamente os níveis de risco a que o Banco se encontra exposto, bem como todos os processos dos controlos implementados.

RISK CONTROL SELF ASSESSMENT

Metodologia de auto-avaliação na qual são analisados os processos de negócio para identificar os riscos inerentes e actividades de controlo necessárias para a mitigação desses riscos.

No sentido de melhorar continuamente o seu ambiente de Controlo Interno, reduzindo perdas oriundas de risco operacional, o Banco, em 2016:

- Manteve o foco na formação personalizada às necessidades-chave do negócio;
- Capacitou a área de Arquitectura e Métodos, cuja principal responsabilidade é garantir a contínua disponibilização dos procedimentos operacionais relevantes e a publicação de normativos internos e externos (*i.e.*, Normas/ Avisos/ Decretos) relevantes à actividade Bancária;
- Investiu em tecnologia para suportar a sua estratégia de negócio;
- Criou mecanismos de mitigação para eventos externos e implementou sistemas de monitorização de transacções com capacidade de detecção de fraudes e branqueamento de capital.



FOCO PARA 2017

Para 2017 a área de Risco Operacional tem como foco principal os seus Clientes e as Entidades Reguladoras. Neste sentido pretende:

- Garantir a adequação e continuidade da estabilidade dos sistemas de monitorização de risco operacional;
- Melhorar e integrar os processos e procedimentos interdepartamentais;
- Garantir o cumprimento de requisitos *Know Your Customer* (KYC), *Know Your Supplier* (KYS) e *Anti Money Laundering* (AML);
- Assegurar a continuidade do negócio.

O Standard Bank de Angola define formalmente todas as políticas e directrizes de risco operacional de forma a criar um ambiente e um sistema de controlo adequado.

RISCO REPUTACIONAL

RISCO REPUTACIONAL consiste na ocorrência de um evento que promove um dano real ou potencial para a imagem do Banco que pode prejudicar a rentabilidade e/ou sustentabilidade dos seus negócios através de uma quebra de confiança dos Clientes, Fornecedores, Contrapartes, Accionistas, Investidores ou Reguladores. Em casos extremos pode mesmo afectar a capacidade de manter a actividade de uma instituição financeira.

GESTÃO DE RISCO REPUTACIONAL	Código de Ética	De modo a assegurar que os seus Colaboradores actuam em conformidade com os princípios e valores do Banco, existe um Código de Ética de referência. Esta ferramenta é apresentada a todos Colaboradores no âmbito do programa de acolhimento.
	Brand Awareness	A área de Relações Institucionais gere a Marca Standard Bank de Angola e identifica e avalia quaisquer notícias que envolvam o nome do Banco ou impactem na sua actividade e/ou reputação. Deste modo o Banco consegue actuar com eficiência perante quaisquer acontecimentos que envolvam, de forma menos positiva, o nome da Marca.
	Gestão de reclamações	Sendo a prestação de um serviço de excelência ao Cliente um aspecto primordial da estratégia do Banco, é dada especial atenção à gestão de reclamações, identificando e acompanhando as causas da reclamação e garantindo o cumprimento do prazo de resposta e resolução estabelecido no Aviso n.º 12/ 2016 do Banco Nacional de Angola.

GOVERNAÇÃO DA GESTÃO DO RISCO REPUTACIONAL

Existe uma preocupação crescente com o risco reputacional. Nesse sentido, o Banco dispõe de uma área de Relações Institucionais encarregue de efectuar a gestão do risco reputacional.

Esta área procura identificar potenciais situações com impacto para o Banco e promove diversas actividades que garantam uma adequada gestão do risco reputacional.

Adicionalmente existe ainda a área de Reclamações que é responsável por gerir as reclamações efectuadas pelos Clientes, garantindo o seu acompanhamento e resolução.



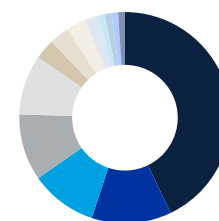
30.635 CLIENTES
ACTIVOS EM 2016



155 RECLAMAÇÕES
NO MÊS DE DEZ 2016

PESO DE 0,5%

DISTRIBUIÇÃO DAS RECLAMAÇÕES POR TIPO DE PRODUTO EM 2016



- Transferências
- Cartões de crédito
- Cartões de débito
- Pagamentos
- Currency Purchase
- Crédito pessoal
- SMS alert
- Crédito Habitação
- Leasing
- PS2
- TPA
- Contas correntes
- Qualidade de serviço
- Internet banking
- Transferências nacionais
- ATM
- Mobile banking
- Cheques
- LaserNet
- Outros
- Seguros
- Transacções

RISCO DE TAXA DE JURO

RISCO DE TAXA DE JURO consiste no risco proveniente dos desfasamentos nos montantes, nas maturidades ou nos prazos de refixação das taxas de juro observadas entre os instrumentos financeiros com juros a receber e a pagar, causados pelos movimentos nas taxas de juro.

O Standard Bank de Angola identifica, avalia, monitoriza, controla e reporta as exposições decorrentes de alterações nas taxas de juro. Os tipos de risco de taxa de juro que necessitam ser quantificados e geridos são os seguintes:

- 1 RISCO DE REPRICING**
Risco de perdas resultantes da impossibilidade do Banco realizar o *repricing* dos seus activos, aquando da alteração das taxas a que o Banco se financia e/ou obtém dos seus investimentos.
- 2 RISCO DA CURVA DE RENDIMENTOS**
Risco de perdas resultantes de diferentes alterações no spread entre dois ou mais prazos da curva de rendimentos.
- 3 RISCO DE INDEXAÇÃO**
Risco de perdas devido a desequilíbrios entre as taxas a receber e a pagar nos diferentes instrumentos, por dependência de diferentes indexantes.
- 4 RISCO DE OPERAÇÕES EMBUTIDAS**
Risco de perdas decorrentes de opções embutidas em instrumentos sensíveis a risco de taxa de juro que dão ao Cliente o direito, mas não a obrigação, de alterar o montante ou o momento dos fluxos de caixa.

GOVERNAÇÃO DA GESTÃO DO RISCO DE TAXA DE JURO

A gestão do risco de taxa de juro da carteira bancária (*Interest Rate Risk of Banking Book - IRRBB*) é da responsabilidade do Comité de Activos e Passivos (ALCO).

Este Comité define limites para a tolerância e *triggers* para a apetência ao risco que devem ser respeitados de modo a proteger a margem financeira e os fundos próprios do Banco.

REQUISITOS REGULAMENTARES



O Banco Nacional de Angola publicou o Aviso nº8/2016, a 16 de Maio que estabelece os requisitos de análise de risco de taxa de juro da carteira bancária. Adicionalmente, o Aviso determina a informação adicional, prestação de informação, medidas correctivas e ajustamento ao choque que as instituições financeiras devem ter em consideração na gestão do risco de taxa de juro.

De acordo com este Aviso, as instituições financeiras devem remeter ao Banco Nacional de Angola informação detalhada sobre o seu nível de exposição ao risco de taxa de juro, através de quadros disponibilizados para o efeito, que considerem um choque instantâneo de 2% nas taxas de juro. O resultado deste choque traduz-se num movimento paralelo da curva de rendimentos na mesma magnitude.

As instituições financeiras devem avaliar o seu nível de exposição ao risco de taxa de juro na carteira bancária numa base contínua e, no prazo de 1 dia útil, informar o Banco Nacional de Angola sempre que, de acordo como choque realizado, exista uma redução potencial do seu valor económico igual ou superior a 20% dos seus fundos próprios regulamentares.

RISCO DE TAXA DE JURO

PRINCÍPIOS PARA MEDIR E CONTROLAR O RISCO DE TAXA DE JURO

Análise de sensibilidade do valor económico

Comparação entre o montante das posições de activo, passivo e elementos extra-patrimoniais em cada período de tempo em função da sua maturidade ou refixação da taxa de juro subjacente.

Para avaliar o valor económico, *i.e.*, o impacto dos choques de taxa de juro nos fundos próprios do Banco, é efectuada uma quantificação dos efeitos de variações na taxa de juro no valor económico através da aplicação de ponderadores de sensibilidade a cada período de maturidade.

Estes ponderadores são baseados em choques padronizados.

Análise Estática de *gaps*

Os activos, passivos e itens extrapatrimoniais são distribuídos por bandas temporais, considerando as suas características de repricing, sendo os passivos subtraídos aos activos para produzir um gap de repricing para cada banda temporal.

Análise de sensibilidade da margem financeira

Quantificação da exposição antecipada do Banco a alterações da taxa de juro. Esta abordagem envolve um balanço reinvestido e a previsão de cenários de taxa de juro para determinar o efeito que estas alterações possam ter em receitas futuras.

Nesta análise são aplicados choques paralelos (*up and down*) de taxa de juro nos activos e passivos, sendo que a variação negativa não poderá ser inferior a 10% da previsão da margem financeira para 12 meses.

Deste modo, o impacto na margem financeira e nos preços de mercado de instrumentos na carteira bancária devido a alterações na taxa devem cobrir uma previsão para um mínimo de 12 meses.

Da análise de sensibilidade da margem financeira fazem parte:

- **Medição do risco de taxa de juro da carteira bancária em condições normais**

Quantificação e relato, mensal, ao ALCO da exposição ao risco de taxa de juro da carteira bancária num cenário de taxa de juro em expansão, esperado e em contracção (*gaps* de sensibilidade da taxa de juro).

O cenário da taxa de juro depende da moeda e baseia-se em alterações possíveis da taxa de juro no curto prazo (devidas a, por exemplo, aumentos ou cortes da taxa pelo Banco Central e/ou alterações da taxa de juro de mercado no curto prazo).

- **Medição do risco de taxa de juro da carteira bancária em condições normais**

Quantificação e relato, mensal, ao ALCO da exposição à IRRBB em condições de mercado adversas.

O princípio orientador é que o choque da taxa de juro deve reflectir um ambiente de taxas razoavelmente incomum e adverso que seja suficientemente significativo para capturar, para além do delta, os efeitos das opções embutidas e da convexidade existente nos activos e passivos do Banco.

RISCO DE LIQUIDEZ

RISCO DE LIQUIDEZ: representa o risco de uma entidade, embora solvente, não poder manter ou gerar recursos financeiros suficientes para fazer face às suas obrigações de pagamento na totalidade, à medida que estas vão vencendo, ou apenas o possa fazer em termos desvantajosos.

Com efeito, a natureza dos serviços financeiros oferecidos pelo Standard Bank de Angola expõe o Banco ao risco de liquidez. Neste sentido, o Banco definiu três pilares fundamentais da gestão do risco de liquidez, nomeadamente:

PILARES DE RISCO DE LIQUIDEZ	
Gestão táctica de liquidez (curto-prazo)	<ul style="list-style-type: none">- Gerir diariamente a liquidez;- Gerir os fluxos de caixa de curto prazo;- Monitorizar os requisitos de fluxo de caixa.
Gestão estrutural de liquidez (longo-prazo)	<ul style="list-style-type: none">- Assegurar estrutura apropriada do balanço;- Determinar e aplicar o perfil comportamental;- Gerir o fluxo de caixa de longo prazo;- Informar os requisitos de fundos a longo prazo;- Garantir preços de transferência.
Gestão contingente do Risco de Liquidez	<ul style="list-style-type: none">- Monitorizar e gerir indicadores de liquidez antecipados;- Estabelecer e manter um plano de fundo de contingência;- Realizar testes de <i>stress</i> de liquidez regulares e analisar os diversos cenários.

GOVERNAÇÃO DA GESTÃO DO RISCO DE LIQUIDEZ

No Standard Bank de Angola cabe ao ALCO o estabelecimento de linhas orientadoras de gestão do risco de liquidez, para que exista uma adequada e atempada gestão dos recebimentos e pagamentos.

A gestão do risco de liquidez é da responsabilidade da área de Gestão de Activos e Passivos (ALM) que monitoriza e mede o risco de liquidez a que o Banco está exposto e reporta os resultados ao ALCO.

REQUISITOS REGULAMENTARES



O Banco Nacional de Angola, de forma a adequar a gestão de risco de liquidez às normas internacionais, publicou o Instrutivo nº 19/2016, de 30 de Agosto, que estabelece os requisitos da análise quantitativa a efectuar pelas instituições financeiras sob sua supervisão no âmbito da gestão do risco de liquidez.

Com este Instrutivo pretende-se que as instituições financeiras desenvolvam mecanismos para a avaliação do risco de liquidez através do cálculo do rácio de liquidez e do rácio de observação, em conformidade com os limites regulamentares mínimos definidos. Devem remeter ao Banco Nacional de Angola informação sobre a distribuição das suas posições do balanço e extrapatrimoniais por bandas temporais de acordo com o presente Instrutivo.

Enquanto que o rácio de liquidez permite analisar a capacidade da instituição financeira satisfazer as necessidades de fluxos de caixa até 30 dias com os seus activos líquidos, o rácio de observação é uma medida auxiliar do risco de liquidez aplicável à capacidade de cumprimento das responsabilidades por horizonte temporal.

As instituições financeiras deverão submeter pela primeira vez a informação requerida pelo Instrutivo nº 19/2016, no máximo, até 6 meses após a sua publicação o que, neste caso, corresponde a Março de 2017.

RISCO DE LIQUIDEZ

GESTÃO DE RISCO DE LIQUIDEZ

A gestão de liquidez do Standard Bank de Angola foi desenhada para assegurar uma gestão abrangente do risco de liquidez garantindo o cumprimento de rácios prudenciais e dos requisitos mínimos.

Adicionalmente são ainda analisadas as exposições ao risco de liquidez em conjunto com outros riscos, nomeadamente os riscos de crédito, de mercado, operacionais e legais.

A gestão do risco de liquidez do Banco está formalmente definida através de:

Norma de Risco de Liquidez: estabelece e define os princípios nos termos em que o Standard Bank assume Riscos de Liquidez e o quadro geral para governação, identificação, mensuração, monitorização, gestão e reporte de forma consistente e uniforme.

Política de Risco de Liquidez: define os princípios de gestão de risco de liquidez específicos para o Standard Bank de Angola, em conformidade com a norma de risco de liquidez definida pelo Grupo Standard Bank

Complementarmente existe ainda um documento de Métodos de Criação do Perfil Comportamental face ao risco de liquidez e um Plano de Contingência de Liquidez (LCP) que tem como objectivo atenuar, tanto quanto possível, o impacto de uma crise de liquidez através da definição de uma estrutura de governação.

Em virtude da gestão prudente do seu risco de liquidez, o Banco apresenta uma elevada solidez e estabilidade.

O Standard Bank de Angola implementa e assegura as melhores práticas em matéria de gestão do risco de liquidez.

PRINCÍPIOS DE GESTÃO DE RISCO DE LIQUIDEZ



- Gestão de *gaps* estruturais de liquidez;
- Rácio de financiamento a longo prazo;
- Manutenção de níveis mínimos de activos líquidos;
- Restrições à concentração de depósitos;
- Testes de stress e análises de cenários;
- Planos de contingência de liquidez;
- Rácio de transformação dos depósitos em moeda local;
- Rácio de transformação dos depósitos em moeda estrangeira;
- Dependência do mercado interbancário;
- Gestão de liquidez intra-diária;
- Gestão de garantias (Colaterais);
- Gestão do fluxo de caixa diário;
- Preços de transferência de fundos (FTP);
- Planos de financiamento;
- Quantificação do risco de financiamento.

RISCO DE LIQUIDEZ

Relativamente aos princípios internos mencionados anteriormente apresentam-se abaixo aqueles com maior relevância na actividade de gestão de risco de liquidez do Standard Bank de Angola:

Planos de contingência de liquidez

O plano de contingência define estratégias para dar resposta à falta de liquidez em situações de emergência, tendo sido desenhado para proteger as partes interessadas e manter confiança no mercado em situações de crise de liquidez.

O plano incorpora um conjunto de indicadores que têm como objectivo antecipar crises de liquidez e que cobrem tanto testes de stress específicos ao Banco como testes sistémicos.

A sua monitorização é efectuada de acordo com a frequência e níveis de tolerância atribuídos.

Níveis de liquidez adequados

O Banco mantém um portfólio de activos líquidos com o intuito de manter os requisitos prudenciais e de teste de stress interno e de se proteger contra perturbações inesperadas nos fluxos de caixa.

Estes portfólios são geridos com base nos limites definidos pelo ALCO.

Testes de stress de liquidez

Os testes de stress de liquidez e análise de cenários são baseados tanto em eventos hipotéticos como históricos. São conduzidos através da natureza de fundos e da posição de liquidez do Banco. O impacto da crise é normalmente medido num horizonte temporal de 30 dias, sendo este considerado o período mais crítico para um evento adverso de liquidez.

Os fluxos de caixa antecipados do balanço, e os fluxos extra-patrimoniais, são sujeitos a um conjunto de testes de stress, específico e sistémico, e a cenários para avaliar o impacto de eventos menos prováveis, mas não impossíveis, na posição de liquidez. Os resultados são medidos através de níveis de liquidez adequados e planos de contingência de modo a fornecer segurança na capacidade do Banco manter níveis de liquidez necessários em condições adversas.

Complementarmente às métricas definidas pelo Banco Nacional de Angola, o Standard Bank de Angola realiza testes de stress exigentes para diversos cenários de forma a identificar fontes de eventual tensão de liquidez e garantir que as actuais exposições se mantêm dentro dos limites de tolerância e do perfil de risco definido pelo Banco.

Estes testes de stress internos são realizados diariamente e o seu resultado é obtido através da divisão entre o montante disponível de liquidez contingente (activos líquidos) e as saídas de caixa líquidas.

O horizonte de sobrevivência dos testes de stress internos para o Banco é de 1 mês e o limite de tolerância estipulado foi de 100% com uma margem de segurança de pelo menos 5%. Neste cenário, o Banco estaria apto para sobreviver a uma crise de liquidez durante 1 mês, sem que nesse período fossem afectados os seus níveis de reservas de caixa e de activos prudenciais.

Os activos líquidos do Standard Bank de Angola têm sido suficientes para cobrir qualquer requisito de stress interno ou prudencial.

RISCO DE LIQUIDEZ

TESTES DE STRESS E ANÁLISES DE CENÁRIO

Na tabela abaixo é apresentado o detalhe dos activos líquidos do Banco referentes a 2016.

Em 2016, o Banco optou por rever esta metodologia, e eliminou dos seus activos líquidos os saldos junto do Banco Nacional de Angola para aquisição de moeda estrangeira.

Detalhe dos activos líquidos do Banco (2016)

UN: Milhões de AOA

	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira
Notas e Moedas	2.141	1.161
Disponibilidades no Banco Nacional de Angola	5.973	6.695
Nostros	-	23.824
Aplicações em IC's (até 1 mês)	-	20.738
Aplicações em Títulos	103.373	-
Outros Activos Líquidos	-	12.670
Liquidez Total	111.488	65.088
Liquidez Total como % das saídas líquidas de caixa (LCR)	148%	170%

GAPS ESTRUTURAIS DE LIQUIDEZ

Com este princípio de gestão de risco de liquidez pretendem-se identificar as fontes de liquidez estrutural significativas na forma de depósitos que exibem um comportamento estável, apesar de, contratualmente, serem depósitos de curto prazo.

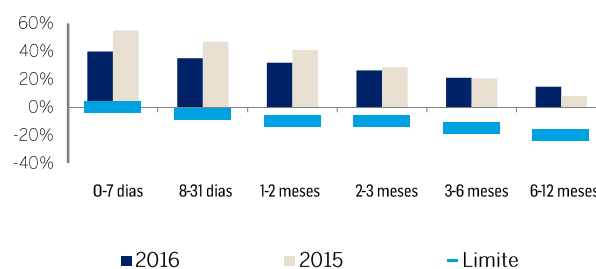
A análise dos *gaps* estruturais de liquidez é realizada regularmente para antecipar disparidades entre entradas e saídas de caixa e, consequentemente, evidenciar potencial risco de liquidez.

O gráfico abaixo demonstra os *gaps* estruturais do Banco entre activos e passivos de 0-12 meses, após aplicação do perfil comportamental.

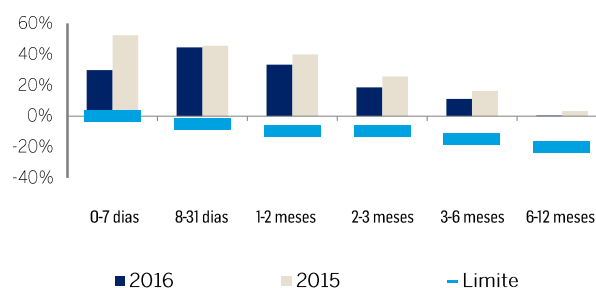
A maturidade acumulada é expressa em percentagem dos depósitos.

As saídas agregadas de fluxo de caixa são subtraídas das entradas agregadas de fluxo de caixa, sendo os limites definidos internamente para restringir o desfasamento acumulado de activos e passivos nos diferentes intervalos.

Gaps estruturais de liquidez em moeda nacional



Gaps estruturais de liquidez em moeda estrangeira



RISCO DE COMPLIANCE

RISCO DE COMPLIANCE compreende o risco de sanções legais ou regulamentares que pode resultar em perdas financeiras materiais ou na perda da reputação da instituição financeira, graças à incapacidade de cumprir com leis, regulamentos, regras e normas de conduta aplicáveis à sua actividade.

O objectivo de gestão de risco de *compliance* é atingido através da adopção da *risk based approach*.

O Standard Bank de Angola tem implementado um Sistema de Gestão que permite identificar, gerir e mitigar eficazmente o risco de *compliance*.

GOVERNAÇÃO DA GESTÃO DO RISCO DE COMPLIANCE

A estrutura organizacional da Direcção de *Compliance* foi designada para assistir o Conselho de Administração do Banco na gestão do risco de *compliance*.

Esta Direcção apoia de forma proactiva o Conselho de Administração e as unidades de negócio de modo a garantir que todo o negócio é conduzido em conformidade com os requisitos exigidos e adopta uma abordagem construtiva, pragmática e independente, interagindo activamente com outras áreas de risco, assim como com outras unidades de negócio.

INDICADORES DE RISCO

A governação não se limita apenas ao cumprimento de requisitos legais, mas requer igualmente um sistema rigoroso e robusto onde são definidas directrizes e indicadores para a medição do risco associado ao desenvolvimento da actividade bancária nos seus vários eventos.

Nestes termos, há a efectiva garantia da gestão de risco e da adesão requisitos legais, bem como das boas práticas bancárias e do cumprimento do Código de Ética do Banco.




GESTÃO DO RISCO DE COMPLIANCE A NÍVEL OPERACIONAL

O Standard Bank de Angola efectua um acompanhamento contínuo do risco de *compliance*, em várias frentes de actuação:

- Monitorização das áreas de negócio, através do *Compliance Risk Management Plan*;
- Alinhamento das Políticas internas com a legislação e regulamentação em vigor;
- Monitorização do reporte prudencial;
- Comunicação contínua com o Supervisor;
- Adequação contínua dos procedimentos afectos às operações de invisíveis correntes, mercadorias e capitais;
- Monitorização das transacções transfronteiriças;
- Gestão documental.

RISCO DE COMPLIANCE

ESCALA DE RISCO SOBRE O IMPACTO PARA O BANCO DE INCUMPRIMENTO

 RISCO ALTO	<ul style="list-style-type: none">- Potencial perda devido a multas (directa ou indirecta) por violação da obrigação legal, danos desastrosos ou catastróficos que requeira um longo período de recuperação;- Mudanças significativas no sistema;- Custos e penalidades excessivos;- Suspensão ou perda da licença do Banco, alerta escrito do Regulador, multas ou penalidades severas (por exemplo, 10% do volume de negócios anual); danos graves à reputação;
 RISCO MÉDIO	<ul style="list-style-type: none">- Potencial perda devido a multas (directa ou indirecta) por violação do cumprimento regulatório significativo ou material;- Difícil recuperação ou implementação de mudanças; chamada de atenção por escrito do regulador, multas significativas ou penalizações, dano significativo à reputação;
 RISCO BAIXO	<ul style="list-style-type: none">- Potencial perda devido a multas (directa ou indirecta) como consequência do baixo cumprimento regulamentar, custos mínimos facilmente recuperáveis, danos menores à reputação.



ANÁLISE FINANCEIRA

O crescimento sólido da actividade do Standard Bank de Angola traduz nas suas demonstração financeiras a criação de valor sustentável para o accionista.

DIRECÇÃO FINANCEIRA



TIAGO CONTENTE
CHIEF FINANCIAL OFFICER (CFO)

“O ano de 2016 reflectiu a solidez financeira do Standard Bank de Angola num ambiente macroeconómico frágil e incerto, dependente da oscilação dos preços do petróleo, da volatilidade verificada nas taxas de juro e do forte crescimento da inflacção.

A performance do Banco traduziu o seu crescimento continuado e a afirmação do seu posicionamento. Dos rácios prudenciais e de performance registados ao longo do ano destaca-se a liderança do Banco em Angola na rentabilidade aos seus accionistas com um ROE de 49%, consequência de um aumento do resultado líquido do exercício em 50% face ao ano anterior, um rácio de solvabilidade de 26,8% e um rácio de cost-to-income que mantém a sua trajetória descendente.

Estamos convictos de que a nossa experiência, enquanto Grupo, de mais de 150 anos e os resultados atingidos ao longo dos últimos anos vão continuar a possibilitar o reforço da quota de mercado do Banco nomeadamente através da captação de recursos, mantendo os nossos níveis de rentabilidade e pelo aumento dos nossos lucros”.

CONTINUIDADE, CRESCIMENTO E AFIRMAÇÃO

Em 2016 o Standard Bank de Angola consolidou e reforçou a sua actividade aumentando o total do activo em 23% face a 2015 que atingiu, deste modo, um montante de 367.804 Milhões de AOA.

Tal crescimento deve-se aos depósitos de Clientes que em 2016 continuam a apresentar um aumento de 22% face ao ano anterior, passando de 257.781 Milhões de AOA para 337.729 Milhões de AOA, reflectindo a credibilidade da marca Standard Bank de Angola e a confiança dos Clientes do Banco nos seus princípios de rigor, solidez e serviço.

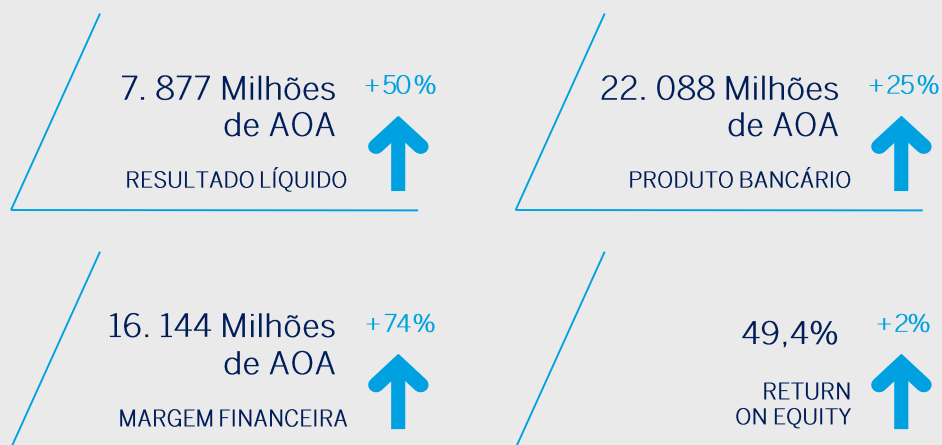
A aplicação deste aumento de liquidez conjugado com os movimentos verificados nas taxas de juro de referência, resultam num crescimento do Produto Bancário de 25% face a 2015, suportado pelo crescimento significativo da margem financeira em 74%.

O Banco tem procurado otimizar a sua estrutura de custos, nomeadamente através do investimento em tecnologia, da automatização de processos, bem como pelo encerramento de algumas agências não estratégicas, tendo-se verificado nos anos mais recentes a redução regular do *cost-to-income*, denotando uma maior eficiência e produtividade dos recursos do Banco. No exercício de 2016 o Standard Bank de Angola voltou a reduzir este rácio, atingindo um valor de 58,5%, menos 2,7 pontos percentuais face ao ano transacto, Assim o resultado líquido do exercício do Banco apresenta um crescimento notável de 50% dos seus lucros, passando de 5.237 Milhões de AOA em 2015 para 7.887 Milhões de AOA em 2016.

Verificou-se ainda uma ligeira subida na rentabilidade do Banco (*return on equity* - ROE) que passou de 48,4% em 2015 para 49,4% em 2016, demonstrando o foco da gestão do Banco na remuneração accionista, sendo expectável que o Standard Bank de Angola possa distribuir dividendos a partir de 2018.

A estrutura financeira do Banco releva novamente uma elevada solidez. Com efeito, o rácio de solvabilidade atingiu em 2016 um valor de 26,8%. Este valor é consideravelmente superior ao limite de solvabilidade exigido pelo Banco Nacional de Angola, que corresponde a 10%.

Face ao panorama de indicadores apresentado conclui-se que 2016 foi um ano de continuidade do crescimento e afirmação do Banco em Angola, de reafirmação de solidez e de reforço dos seus rácios prudenciais e de *performance*.



A INTRODUÇÃO DAS IAS/ IFRS

Ao longo do exercício de 2016 o Standard Bank de Angola iniciou o processo de adopção das normas internacionais de contabilidade e de relato financeiro (IAS - *International Accounting Standards* /IFRS - *International Financial Reporting Standards*).

Com a globalização da economia e dos mercados financeiros, verifica-se uma exigência cada vez maior na homogeneização contabilística. Neste sentido, a adopção plena das IAS/IFRS permite o cumprimento das recomendações de instituições financeiras internacionais, a comparabilidade e transparência do desempenho financeiro das instituições financeiras angolanas e a melhoria contínua da informação prestada aos utilizadores das demonstrações financeiras.

De forma a agilizar o processo de adopção destas normas, o Standard Bank de Angola reforçou as suas actividades de controlo e introduziu mudanças nos seus Sistemas de Informação, de forma a responder ao aumento da complexidade da prática contabilística.

Relativamente aos impactos mais relevantes da adopção das IAS/IFRS nas principais áreas das demonstrações financeiras, estes concentram-se essencialmente na composição e mensuração do balanço, na volatilidade dos resultados na demonstração de resultados no momento da conversão, na dimensão e complexidade das divulgações adicionais a incluir em resultado e na avaliação do nível de esforço necessário para a recolha de informação e alteração dos processos para a conversão.

ANÁLISE BALANÇO

BALANÇO

	UN: Milhares de AOA			UN: Milhares de USD		
	2016	2015	VARIAÇÃO	2016	2015	VARIAÇÃO
Disponibilidades	187.440.531	136.073.672	38%	1.129.820	1.005.607	12%
Aplicações de liquidez	20.758.102	10.825.284	92%	125.122	80.001	56%
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	9.944.275	7.520.977	32%	59.940	55.581	8%
Activos financeiros disponíveis para venda	73.074.604	86.146.747	-15%	440.466	636.639	-31%
Investimentos detidos até à maturidade	20.310.120	-	-	122.422	-	-
Créditos	50.231.258	51.437.196	-2%	302.775	380.129	-20%
Activos não correntes detidos para venda	1.494.234	1.494.331	-	9.007	11.043	-18%
Outros valores	1.966.174	2.822.318	-30%	11.851	20.857	-43%
Imobilizações	2.585.412	2.680.820	-4%	15.584	19.812	-21%
TOTAL DO ACTIVO	367.804.710	299.001.345	23%	2.216.986	2.209.669	-
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	708.032	895.448	-21%	4.268	6.618	-36%
Recursos de Clientes e outros empréstimos	337.729.460	275.781.468	22%	2.035.704	2.038.070	-
Provisões	402.188	458.252	-12%	2.424	3.387	-28%
Passivos por impostos correntes	493.891	134.692	267%	2.977	995	199%
Passivos subordinados	5.045.386	4.102.793	23%	30.412	30.320	-
Outros passivos	4.792.476	4.390.791	9%	28.887	32.449	-11%
TOTAL DO PASSIVO	349.171.433	285.763.444	22%	2.104.672	2.111.839	-
Capital social	9.530.007	9.530.007	-	57.443	70.428	-18%
Reservas e Resultados Transitados	4.036.364	-1.232.010	-428%	23.785	-13.667	-274%
Reservas de reavaliação	-2.810.854	-297.662	844%	-16.943	-2.200	670%
Resultado líquido do exercício	7.877.760	5.237.566	50%	48.029	43.269	11%
TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS	18.633.277	13.237.901	41%	112.314	97.831	15%
TOTAL DO PASSIVO + FUNDOS PRÓPRIOS	367.804.710	299.001.345	23%	2.216.986	2.209.669	-

ANÁLISE BALANÇO

Em 31 de Dezembro de 2016 o Standard Bank de Angola tinha no seu activo líquido um montante de 367.805 Milhões de AOA e registou um montante de crédito líquido de 50.231 Milhões de AOA.

Face ao ano anterior, cujo montante registado ascendeu a 299.001 Milhões de AOA, verificou-se um aumento de 23% graças ao aumento do valor das rubricas aplicações de liquidez e disponibilidades que tiveram uma variação de 92% e 38%, respectivamente, face a 2015.

Também a rubrica de activos financeiros ao justo valor através de resultados registou uma variação positiva face ao exercício de 2015 que potenciou o aumento do activo líquido do Banco. Deste modo, aproximadamente metade do activo do Banco é composto por disponibilidades, continuando a manter-se o investimento em dívida soberana da República de Angola.

O crescimento verificado do balanço do Banco só foi possível pela forte *performance* na captação de recursos de Clientes, demonstrando a consolidação da Marca Standard Bank e a confiança dos Clientes na gestão do Banco e seus accionistas.

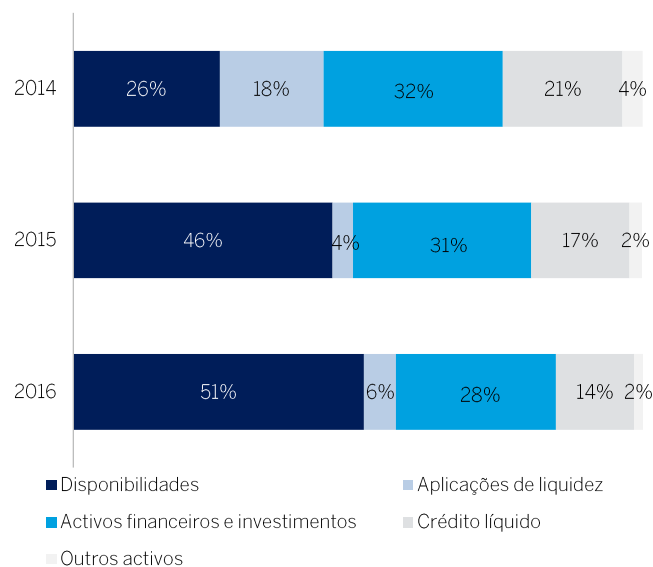
Consequentemente, o rácio de transformação em 31 de Dezembro de 2016 é de apenas 15,4% reflectindo uma *performance* fraca na concessão de crédito nas actuais condições de mercado, onde o risco, a incerteza e a subida das taxas de juro dificultam um maior peso do crédito no balanço do Banco.

Assim, o total do passivo apresentou um crescimento de 22% face ao ano anterior, atingindo os 349.171 Milhões de AOA face ao montante registado no final de 2015, o qual atingiu 285.763 Milhões de AOA.

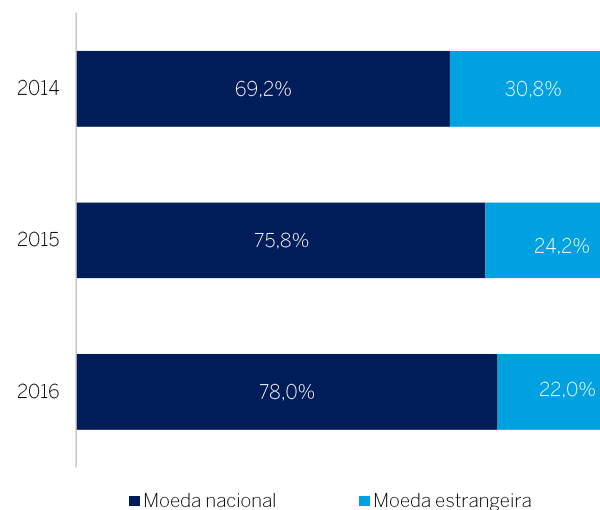
Em 2016 continuou a assistir-se a um aumento, tanto em termos absolutos como em termos percentuais, dos depósitos em moeda nacional face aos depósitos em moeda estrangeira.

Os depósitos em moeda nacional ascenderam assim a 263.530 Milhões de AOA.

COMPOSIÇÃO DO ACTIVO



EVOLUÇÃO DOS RECURSOS POR MOEDA



ANÁLISE BALANÇO

CARTEIRA DE TÍTULOS

	Yields		UN: Milhares de AOA			UN: Milhares de USD		
	2016	2015	2016	2015	VARIAÇÃO	2016	2015	VARIAÇÃO
INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE								
- Bilhetes do Tesouro	22,94%	-	20.310.120	-	-	122.422	-	-
ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS								
- Obrigações do Tesouro Indexadas (USD)	7,65%	7,55%	6.364.500	7.145.501	-11%	38.363	52.806	-27%
- Bilhetes do Tesouro	19,11%	13,24%	3.579.775	371.294	864%	21.578	2.744	686%
- Instrumentos derivados	-	-	-	4.182	-100%	-	31	-100%
ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA								
- Bilhetes do Tesouro	19,21%	10,82%	58.807.895	70.312.662	-16%	354.472	519.622	-32%
- Obrigações do Tesouro em moeda nacional	17,42%	7,15%	14.266.709	11.035.168	29%	85.994	81.552	5%
- Obrigações do Tesouro em moeda estrangeira	-	4,36%	-	4.798.917	-100%	-	35.465	-100%
TOTAL			103.328.999	93.667.724	10%	622.828	692.220	-10%

ANÁLISE BALANÇO

CARTEIRA DE TÍTULOS

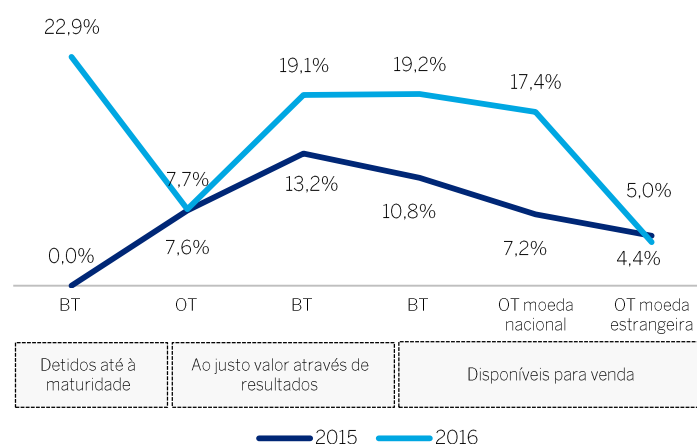
Os Títulos e Valores Mobiliários representam uma relevante componente no Activo do Standard Bank de Angola (28%), em resultado das limitadas opções de investimento existentes no país.

Analisando a carteira de títulos do Standard Bank de Angola, verifica-se que ao longo do exercício de 2016, o Banco aumentou o seu volume total de títulos em 10% face ao montante do ano anterior, registando em 2016 um montante de 103.328 Milhões de AOA.

O crescimento da carteira foi suportado por títulos de curto prazo (inferiores a um ano), nomeadamente através do acréscimo do valor investido em Bilhetes do Tesouro.

Ainda, o montante de obrigações em moeda nacional disponíveis cresceu 29% face ao exercício anterior, atingindo 14.267 Milhões de AOA.

EVOLUÇÃO DAS YIELDS



PERFIL DE TÍTULOS POR MATURIDADE CONTRATUAL

	1 a 3 meses	3 a 6 meses	6 meses a 1 ano	1 a 5 anos	TOTAL
INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE					
- Bilhetes do Tesouro	5.064.912	-	15.245.208	-	20.310.120
ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS					
- Obrigações do Tesouro Indexadas (USD)	-	-	405.494	5.959.006	6.364.500
- Bilhetes do Tesouro	-	-	3.579.775	-	3.579.775
ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA					
- Bilhetes do Tesouro	10.314.965	48.492.930	-	-	58.807.895
- Obrigações do Tesouro em moeda nacional	-	-	-	14.266.709	14.266.709
TOTAL	15.379.877	48.492.930	19.230.477	20.225.715	103.328.999

ANÁLISE BALANÇO

CRÉDITO

* Rácios apurados sem Títulos - Carteira contas a receber

	UN: Milhares de AOA			UN: Milhares de USD		
	2016	2015	VARIAÇÃO	2016	2015	VARIAÇÃO
- Operações de crédito	39.211.212	43.069.630	-9%	236.350	318.292	-26%
- Moeda nacional	23.610.645	27.783.192	-15%	142.316	205.322	-31%
- Moeda estrangeira	15.600.567	15.286.438	2%	94.034	112.969	-17%
- Operações de crédito em incumprimento	1.901.769	1.116.874	70%	11.463	8.254	39%
- Outros	459.316	459.316	-	2.769	3.394	-18%
- Títulos - carteira contas a receber em moeda estrangeira	10.522.513	8.584.467	23%	63.426	63.441	-
CRÉDITO TOTAL	52.094.812	53.230.288	-2%	314.008	393.381	-20%
- Provisões específicas para crédito	-1.863.554	-1.793.092	4%	-11.233	-13.251	-15%
CRÉDITO LÍQUIDO	50.231.258	51.437.196	-2%	302.775	380.129	-20%
CRÉDITO POR ASSINATURA	9.147.374	4.201.906	118%	55.137	31.053	78%
PROVISÕES PARA CRÉDITO POR ASSINATURA	-90.692	-161.586	-44%	-547	-1.194	-54%
QUALIDADE DE CRÉDITO						
- Crédito em incumprimento/ crédito total *	4,6%	2,5%	2,0%	4,6%	2,5%	2%
- Cobertura de crédito vencido provisões específicas	98,0%	160,5%	-63%	98,0%	160,5%	-63%
- Cobertura de crédito vencido provisões totais	102,8%	175,0%	-72%	102,8%	175,0%	-72%
- Cobertura de crédito total provisões específicas *	4,5%	4,0%	-	4,5%	4,0%	-
- Cobertura de crédito total provisões totais *	4,7%	4,4%	0,3%	4,7%	4,4%	-

O Banco está empenhado e demonstra uma clara solidez e capacidade para aumentar a concessão de crédito a projectos e propostas sólidas, de forma a suportar o processo de diversificação e crescimento sustentando da economia.

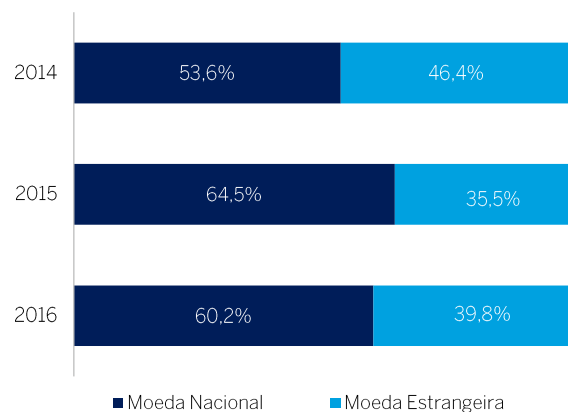
ANÁLISE BALANÇO

CRÉDITO CONCEDIDO

O crédito líquido de provisões para perdas por imparidade concedido apresentou em 2016 um decréscimo de 2% face ao ano anterior, passando de 51.437 Milhões de AOA para 50.231 Milhões de AOA.

Adicionalmente, em 2016 a composição da carteira de crédito por moeda demonstrou uma ligeira diminuição de 4,3 pontos percentuais no montante de crédito em moeda nacional e um aumento proporcional no valor das operações em moeda estrangeira, passando este valor de 35,5% para 39,8%. O factor que mais contribuiu para este efeito foi a desvalorização da moeda nacional face ao dólar Norte Americano de cerca de 22,6%.

EVOLUÇÃO DO CRÉDITO POR MOEDA



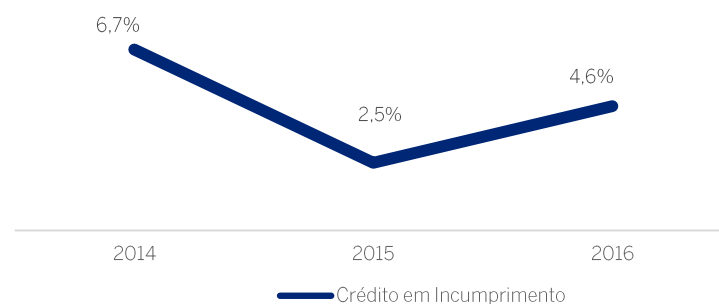
QUALIDADE DE CRÉDITO

O Standard Bank de Angola adopta políticas internas conservadoras de aceitação de crédito, nomeadamente ao nível da análise de risco dos Clientes e das garantias recebidas, dado o contexto macroeconómico que, por si, proporciona o crescimento do nível de incumprimento.

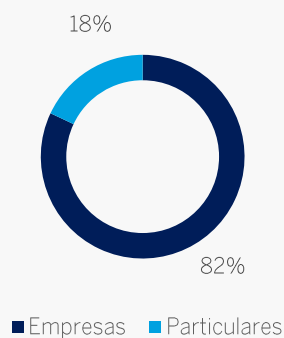
O volume de crédito vencido no total da carteira do Banco tem-se mantido com valores aceitáveis para o actual momento, ainda que, devidamente compensados por um nível adequado de provisões para perdas por imparidade.

Com efeito, em 2016 verificou-se um incremento do crédito em incumprimento que ascendeu a 1.901 Milhões de AOA (4,6% da carteira total de crédito) que compara com 1.117 Milhões de AOA (2,5% da carteira de crédito total) em 2015.

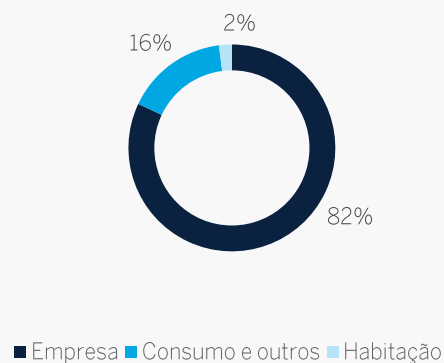
EVOLUÇÃO DA QUALIDADE DE CRÉDITO



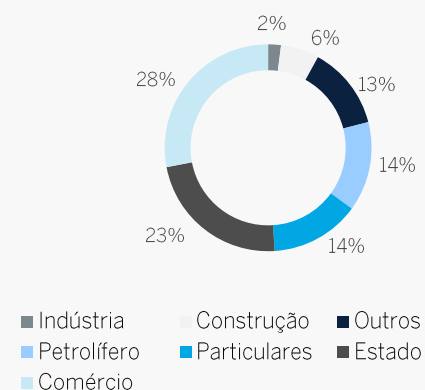
CRÉDITO CONCEDIDO POR SEGMENTO



CRÉDITO CONCEDIDO POR PRODUTO

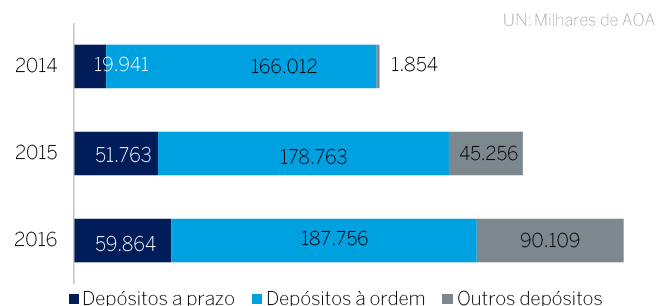


CRÉDITO CONCEDIDO POR SECTOR DE ACTIVIDADE



ANÁLISE BALANÇO

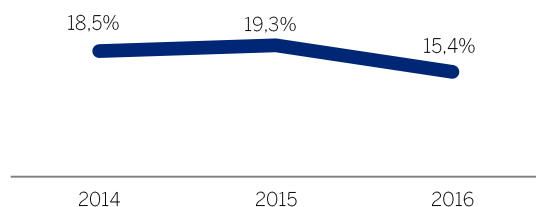
DEPÓSITOS



A carteira dos recursos de Clientes em 31 de Dezembro de 2016 continua a ser maioritariamente composta por depósitos à ordem não remunerados, representando estes 56% do total dos depósitos de Clientes. No caso dos depósitos a prazo, verificou-se um ligeiro decréscimo do seu peso no total de depósitos passando de 19% em 2015 para 18% em 2016, apesar do seu crescimento em valor absoluto.

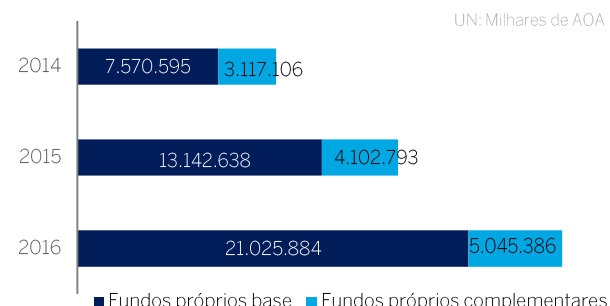
Assim sendo, o Banco no final do ano registou um montante de 187.756 Milhões de AOA em depósitos à ordem, 59.864 Milhões de AOA em depósitos a prazo e 90.109 Milhões de AOA em outros depósitos.

RÁCIO DE TRANSFORMAÇÃO



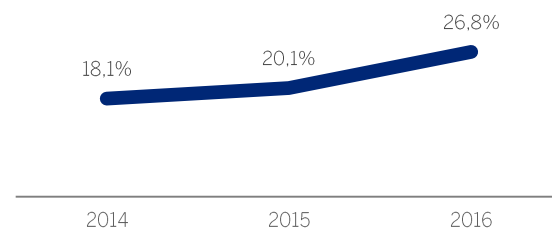
O maior ritmo de crescimento dos depósitos, quando comparado com o ritmo de crescimento do crédito concedido, resultou num decréscimo do rácio de transformação para 15,4%. É intenção da gestão do Banco inverter esta tendência através da adopção de mecanismos que permitam acelerar a capacidade de concessão de crédito em moeda nacional.

FUNDOS PRÓPRIOS



O Total dos capitais próprios atingiu em 31 de Dezembro de 2016 os 18.633 Milhões de AOA, representando um aumento de 41% face ao ano anterior. Este registo deveu-se essencialmente ao lucro do exercício obtido, o qual reforça a solidez e a posição do Banco no mercado. Também os fundos próprios regulamentares apresentam uma tendência de positiva, tendo crescido 51% em 2016. Este crescimento deriva do já referido efeito do resultado do exercício que se reflecte na subida dos fundos próprios base e do efeito cambial de reavaliação cambial da dívida subordinada de 30 Milhões USD que se reflecte nos fundos próprios complementares.

RÁCIO DE SOLVABILIDADE



O rácio de solvabilidade regulamentar, calculado de acordo com o Instrutivo nº 3/2011, situava-se no final de 2016 em 26,8% (20,1% em 2015), mantendo-se significativamente acima do limite de solvabilidade de 10% exigido pelo Banco Nacional de Angola.

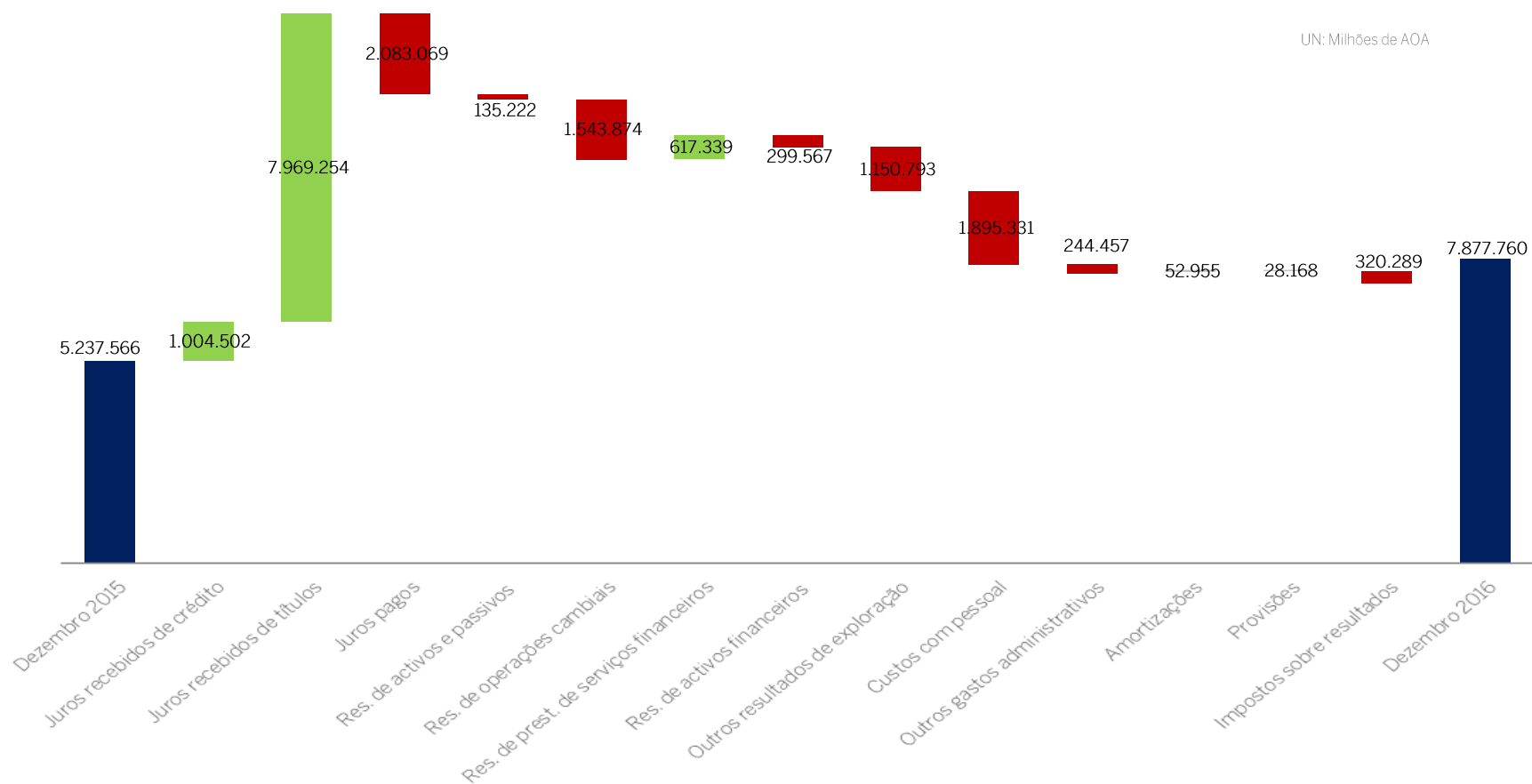
ANÁLISE RESULTADOS

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	UN: Milhares de AOA			UN: Milhares de USD		
	2016	2015	VARIAÇÃO	2016	2015	VARIAÇÃO
- Juros recebidos de crédito	6.372.447	5.367.945	19%	38.851	44.345	-12%
- Juros recebidos de títulos	13.365.426	5.396.172	143%	81.487	44.580	83%
- Juros pagos	-3.593.182	-1.510.113	138%	-21.907	-12.475	76%
MARGEM FINANCEIRA	16.144.691	9.254.004	74%	98.431	76.450	29%
- Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	202.183	337.405	43%	1.233	2.787	-56%
- Resultados de operações cambiais	3.822.090	5.365.964	-29%	23.302	44.330	-47%
- Resultados de prestação de serviços financeiros	3.221.038	2.603.699	21%	19.638	21.510	-9%
- Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	55.925	355.492	-84%	341	2.937	-88%
- Outros resultados de exploração	-1.357.621	-206.828	550%	-8.277	-1.709	384%
PRODUTO BANCÁRIO	22.088.306	17.709.736	25%	134.667	146.305	-8%
- Custos com pessoal	- 8.061.212	- 6.165.881	31%	-49.148	-50.938	-4%
- Outros gastos administrativos	- 4.264.106	- 4.019.649	6%	-25.997	-33.207	-22%
- Amortizações	-601.623	-654.578	-8%	-3.668	-5.408	-32%
- Provisões	-825.316	-853.484	-1%	-5.032	-7.051	-29%
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	8.336.049	6.016.144	39%	50.823	49.701	2%
- Impostos sobre resultados	-458.289	-778.578	-41%	-2.794	-6.432	-57%
RESULTADO LÍQUIDO	7.877.760	5.237.566	50%	48.029	43.269	11%

ANÁLISE RESULTADOS

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS



O resultado líquido do Standard Bank de Angola no final de 2016 cifrou-se em 7.877 Milhões de AOA, o que reflecte um crescimento de 50% quando comparado com o montante de 5.237 Milhões de AOA registados em 2015.

A análise à demonstração de resultados do Banco permite constatar que a margem financeira cresceu 74% em 2016, resultando num aumento de 25% no produto bancário que ascendeu a 22.088 Milhões de AOA.

GASTOS ADMINISTRATIVOS: gastos necessários para a gestão e bom funcionamento do Banco (despesas predominantemente fixas e não variáveis)

Os custos com gastos administrativos apresentam uma subida de 21% face ao ano transacto, o que representa um crescimento abaixo da inflação (41%), evidenciando o esforço de optimização empreendido pelo Banco.

Adicionalmente, os custos com pessoal aumentaram 31% para 8.054 Milhões de AOA, apesar da ligeira diminuição do número de Colaboradores face ao exercício de 2015 que demonstra o esforço da gestão do Banco para minimizar a perda de poder de compra dos seus Colaboradores em resultado da forte inflação verificada.

Neste sentido, a gestão dos gastos do Banco continuou a ser, em 2016, alvo de especial atenção através do reforço do seu modelo de Governação.

ANÁLISE RESULTADOS

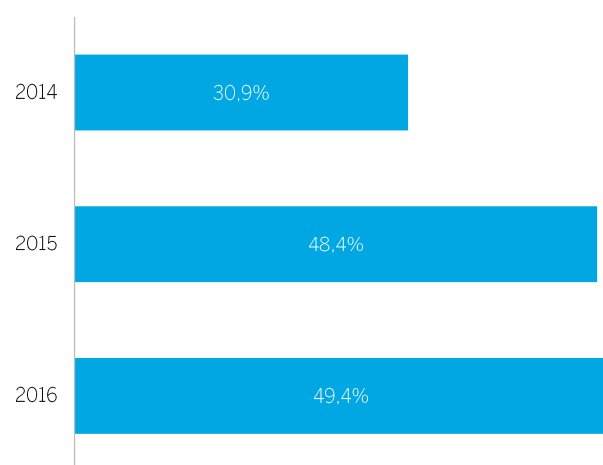
CONTRIBUIÇÃO PARA O ROE

RENTABILIDADE

O forte desempenho em 2016 traduziu-se num ROE de 49,4%, que representa um aumento quando comparado com os 48,4% verificados em 2015, reforçando o Standard Bank de Angola o estatuto de um dos Bancos com melhor rentabilidade dos seus capitais próprios.

Tal como mencionado anteriormente, para este aumento contribuíram maioritariamente o aumento registado na margem financeira, e a melhoria da eficiência nos gastos administrativos,

EVOLUÇÃO DO ROE



LIDERANÇA NA RENTABILIDADE DOS CAPITAIS PRÓPRIOS NO TRIÉNIO 2014-2016, NO SECTOR FINANCEIRO ANGOLANO.

	2016	2015
- Margem financeira	101,3%	90,9%
- Resultados de negociações e ajustes ao justo valor	3,0%	-0,3%
- Resultados de operações cambiais	24,0%	49,6%
- Resultados de prestação de serviços financeiros	20,6%	24,9%
- Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	0,4%	-
- Outros resultados de exploração	-8,4%	-
PRODUTO BANCÁRIO	138,7%	165,2%
- Gastos administrativos	-77,3%	-97,9%
- Amortizações	-3,8%	-6,0%
- Provisões	-5,3%	-7,9%
- Outros proveitos e custos operacionais	-	2,5%
RESULTADOS OPERACIONAIS	52,3%	55,8%
- Resultado não operacional	-	-0,3%
- Imposto sobre resultados	-2,9%	-7,1%
RESULTADOS OPERACIONAIS	49,4%	48,4%

ANÁLISE RESULTADOS

MARGEM FINANCEIRA E COMPLEMENTAR

	UN: Milhares de AOA			UN: Milhares de USD		
	2016	2015	VARIAÇÃO	2016	2015	VARIAÇÃO
- Proveitos de aplicações de liquidez	218.875	289.518	-24%	1.334	2.392	-44%
- Proveitos de títulos e valores mobiliários	13.146.551	5.102.472	158%	80.152	42.153	90%
- Proveitos de créditos	6.372.447	5.367.945	19%	38.851	44.345	-12%
- Proveitos de instrumentos financeiros derivados	-	4.182	-100%	-	35	-100%
PROVEITOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS ACTIVOS	19.737.873	10.764.117	83%	120.337	88.925	35%
- Custos de depósitos	3.341.056	1.342.243	149%	20.370	11.089	84%
- Custos de outras captações	252.126	167.870	50%	1.537	1.387	11%
CUSTOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS PASSIVOS	3.593.182	1.510.113	138%	21.907	12.475	76%
MARGEM FINANCEIRA	16.144.691	9.254.004	74%	98.430	76.450	29%

	UN: Milhares de AOA			UN: Milhares de USD		
	2016	2015	VARIAÇÃO	2016	2015	VARIAÇÃO
- Resultados de operações cambiais	3.822.090	5.365.964	-29%	23.302	44.330	-47%
- Resultados de prestação de serviços financeiros	3.221.038	2.603.699	24%	19.638	21.510	-9%
- Outros resultados	-1.099.513	486.069	-	-6.703	4.016	-
MARGEM COMPLEMENTAR	5.943.615	8.455,732	-30%	36.237	69.855	-48%

ANÁLISE RESULTADOS

MARGEM FINANCEIRA: resulta da diferença entre os juros auferidos das operações de crédito e carteira de investimentos (calculados através da taxa de juro activa) e os juros pagos pelas despesas financeiras sobre os depósitos de Clientes e outros recursos obtidos (calculados através da taxa de juro passiva).

MARGEM COMPLEMENTAR: resulta da soma de operações cambiais com as comissões cobradas e pagas pela prestação de serviços financeiros.

Ao longo do período em análise, a capacidade do Banco gerar maior volume de rendimentos resultou de dois factores: por um lado, a subida das taxas de juro de referência, e, por outro, o aumento dos volumes investidos, fruto do significativo crescimento no Balanço do Banco. Neste sentido, a margem financeira do Banco aumentou 74% face ao valor de 2015, ascendendo a 16.144.691 Milhares de AOA.

De assinalar, também, a evolução no custo com depósitos, com uma variação de 138% face a 2015, em resultado do crescimento da carteira de depósitos que evidencia a crescente confiança dos Clientes no Banco.

No que se refere à margem complementar, e mesmo atendendo a um clima cambial bem mais volátil e adverso, o Banco tentou posicionar-se de forma a beneficiar o mais possível das flutuações cambiais verificadas.

Ainda assim o posicionamento e rápida resposta do Banco, permitiram alcançar uma subida de 24% nas comissões por prestações de serviços financeiros.

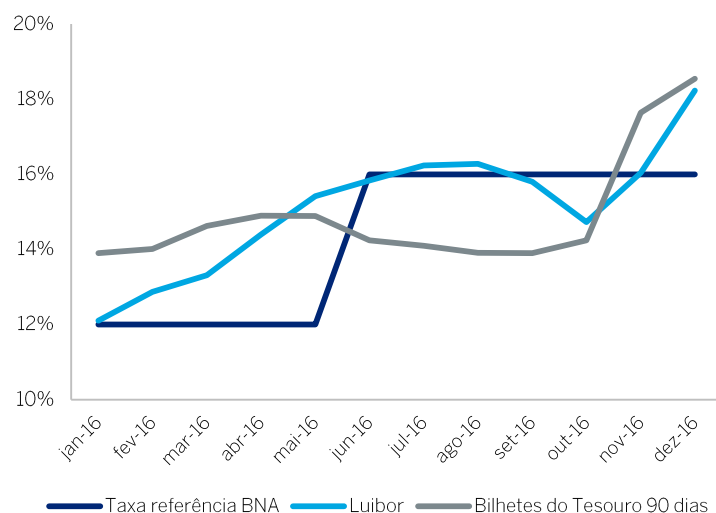
Em 2016 registou-se um montante na margem complementar de 5.944 Milhões de AOA, o que sublinha um decréscimo face ao montante de 8.455 Milhões de AOA em 2015, resultado de uma quebra significativa dos ganhos com operações cambiais (-29%).



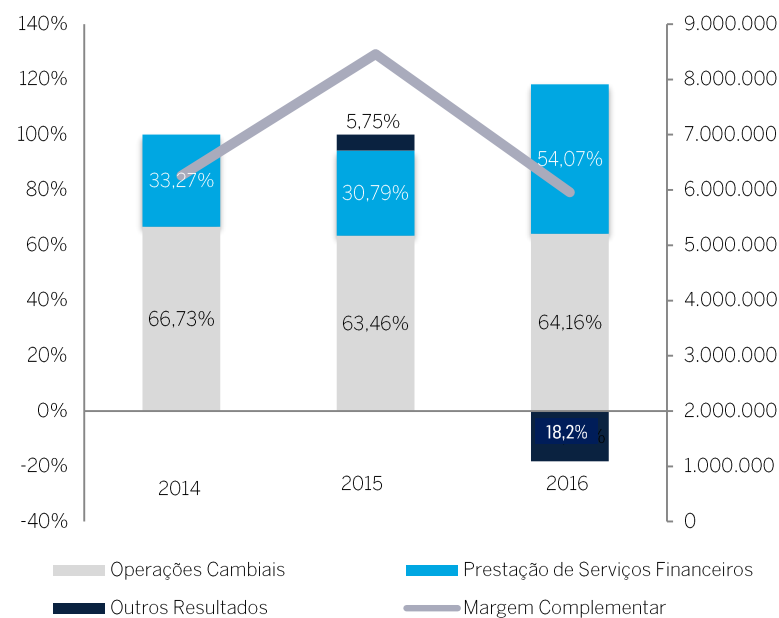
ANÁLISE RESULTADOS

MARGEM FINANCEIRA E MARGEM COMPLEMENTAR

EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE JURO DE REFERÊNCIA



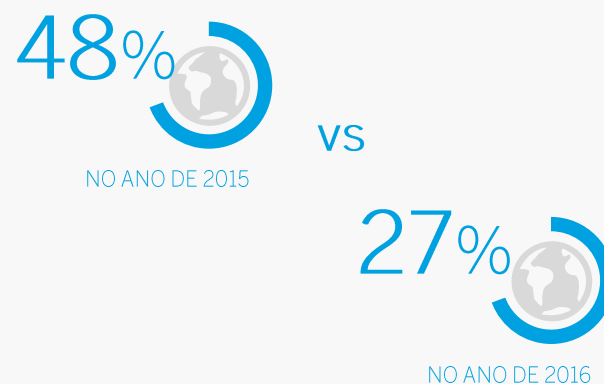
MARGEM COMPLEMENTAR



PRODUTO BANCÁRIO: designa um agregado financeiro do sector bancário que corresponde aos ganhos conseguidos directamente com a actividade bancária. Este agregado resulta da soma da margem financeira com a margem complementar.

RÁCIO ENTRE A MARGEM FINANCEIRA E O PRODUTO BANCÁRIO

Ao longo dos últimos anos o Banco tem vindo a transformar a composição dos seus resultados sendo que o peso das operações cambiais e comissões apresenta, neste momento, um valor menor que o valor dos ganhos com juros. Neste sentido, o rácio entre a margem complementar e o produto bancário diminuiu de 48% no exercício de 2015 para 27% em 2016.



ANÁLISE RESULTADOS

CUSTOS

Cost-to-income não inclui Outros Custos Gerais que correspondem ao Imposto de Aplicação de Capitais (IAC)

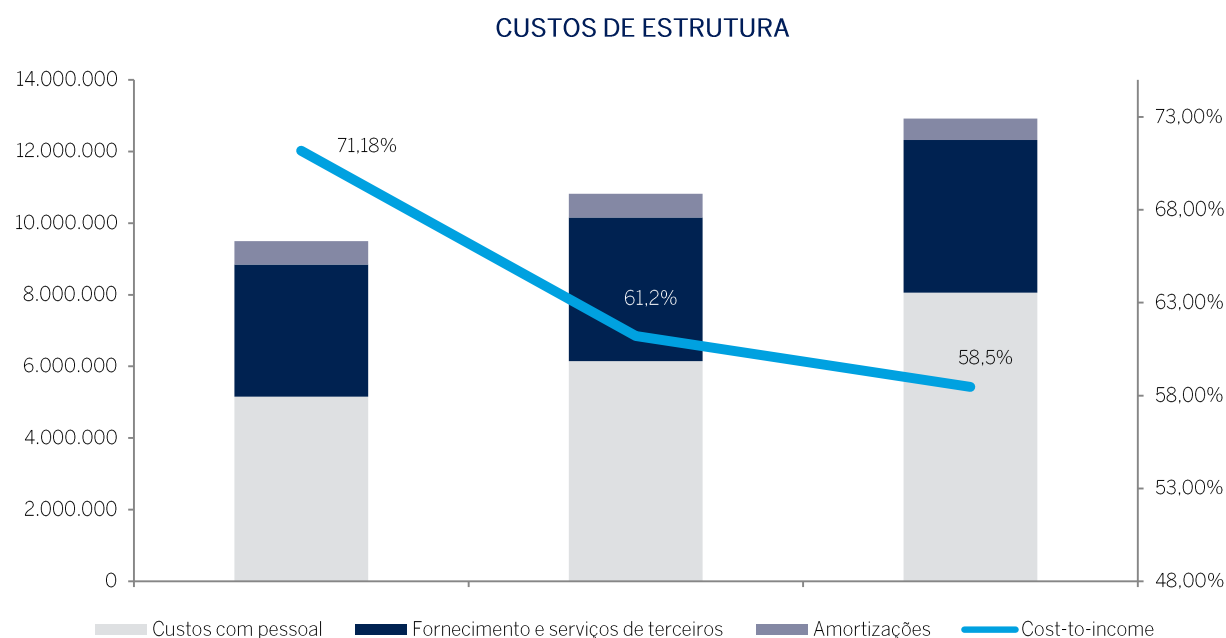
	UN: Milhares de AOA			UN: Milhares de USD		
	2016	2015	VARIAÇÃO	2016	2015	VARIAÇÃO
- Custos com pessoal	8.061.212	6.165.881	31%	49.148	50.938	-4%
- Fornecimentos e serviços de terceiros	4.264.106	4.019.649	6%	25.997	33.207	-22%
- Amortizações	601.623	654.578	-8%	3.668	5.408	-32%
CUSTOS DE ESTRUTURA	12.926.941	10.840.108	19%	78.813	89.553	-12%
COST-TO-INCOME*	58,5%	61,2%	-3%	58,5%	61,2%	-3%

O total de custos de estrutura cresceu 19% em 2016, passando de 10.840 Milhões de AOA em 2015 para 12.927 Milhões de AOA em 2016.

Este aumento foi, na sua grande maioria, explicado pelos aumentos nos custos com pessoal, fruto da grande aposta do Banco no seu activo mais valioso: os Colaboradores. O forte investimento na formação e no bem-estar dos seus Colaboradores, através da aplicação de uma política de remunerações muito competitiva contribuíram para que o Standard Bank de Angola registasse em 2016 um total de custos de 8.061 Milhões de AOA. Este valor reflecte um aumento de 31% face ao valor do ano anterior.

O Banco pretende continuar a sua optimização de custos, nomeadamente através da substituição de espaços arrendados pela aquisição destes. Está igualmente em curso um processo de automatização de tarefas que permitirá uma maior eficiência operacional e uma diminuição de custos com perdas operacionais.

Adicionalmente, o esforço efectuado pelo Banco para aumentar a eficiência dos seus gastos, combinado com a melhoria observada no Produto Bancário traduziu-se numa redução do *cost-to-income* em 3%, passando de 61,2% em 2015 para 58,5% em 2016.



ANÁLISE BALANÇO

IMPOSTOS: O imposto é a prestação coactiva estabelecida por lei a favor de uma entidade incumbida da prossecução de uma função pública, para a realização de fins públicos.

A tributação inclui tanto impostos directos sobre o rendimento obtido como impostos indirectos, nomeadamente o imposto retido.

O Standard Bank de Angola, em linha com as práticas do Grupo Standard Bank, tem uma estratégia fiscal que delinea o quadro pelo qual as obrigações fiscais devem ser satisfeitas. O Banco adopta uma abordagem de risco em matéria fiscal que tem como objectivo mitigar qualquer consequência financeira inesperada e, naturalmente, proteger a sua reputação.

No exercício de 2016, o Banco suportou um montante de 1.7 Mil Milhões de AOA no que respeita ao pagamento de impostos, comparado com os 781,251 Milhões pagos no exercício de 2015.

Olhando para a distribuição dos diferentes impostos, verifica-se que o Imposto sobre a Aplicação de Capitais (IAC) é o imposto com maior peso neste montante, tendo sido pago um valor 1.2 Mil Milhões de AOA. Seguidamente, o montante da Segurança Social impõe-se também com um peso significativo no montante total de impostos, tendo sido pago um valor de 258. 189 Milhões de AOA.

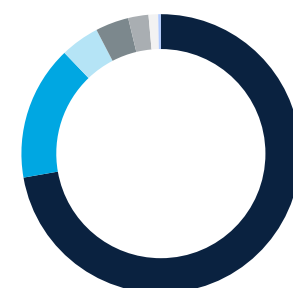
Adicionalmente o Banco suportou também impostos respeitantes à Contribuição Especial, ao Imposto de Consumo (IC) ao Imposto Predial Urbano (IPU) e a outros impostos, tal como se representa no gráfico seguinte.

De um modo geral, os montantes pagos nos impostos com maior peso para o total do Banco registaram um crescimento significativo de 2015 para 2016, sublinhando não apenas o crescimento da actividade do Banco mas também a sua preocupação em cumprir com as suas obrigações perante o Estado.

Por outro lado, o montante de impostos retidos pelo Banco ao longo de 2016 ascendeu a 2,2 Mil Milhões de AOA, comparado com o montante de 1,3 Mil Milhões de AOA retidos em 2016.

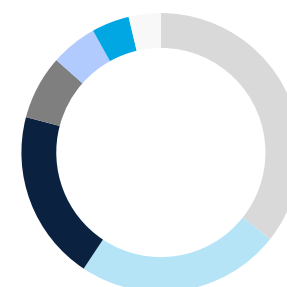
Para este montante total contribuíram maioritariamente os Impostos sobre o Rendimento do Trabalho (IRT), a Contribuição Especial e o IAC com 797,302 Milhões de AOA, 525, 553 Milhões de AOA e 438,539 Milhões de AOA, respectivamente.

IMPOSTOS SUPORTADOS



- Imposto sobre a Aplicação de Capitais
- Segurança Social
- Contribuição Especial
- Imposto Consumo
- Outros Impostos
- Imposto Predial Urbano
- Imposto Industrial

IMPOSTOS RETIDOS



- Imposto sobre o Rendimento do Trabalho
- Contribuição Especial
- Imposto sobre a Aplicação de Capitais
- Imposto Selo
- Imposto Industrial
- Segurança Social
- Imposto Predial Urbano

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O resultado líquido do Exercício obtido em 2016, no valor de 7.877.760 Milhares de AOA terá a seguinte aplicação:

- 787.776 Milhares de AOA para constituição de Reserva Legal;
- 7.089.984 Milhares de AOA para Resultados Transitados.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO





DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO

(milhares de Kwanzas)				
BALANÇO	Notas	31.12.2016	31.12.2015 Proforma	01.01.2015 Proforma
ACTIVO				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	4	163.445.642	115.054.300	33.009.458
Disponibilidades em outras instituições de crédito	5	23.994.889	21.019.372	20.865.437
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	6	20.758.102	10.825.284	37.057.567
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	7	9.944.275	7.520.977	4.564.684
Activos financeiros disponíveis para venda	8	73.074.604	86.146.747	59.507.164
Investimentos detidos até à maturidade	9	20.310.120	-	-
Crédito a clientes	10	50.231.258	51.437.196	42.665.240
Activos não correntes detidos para venda	11	1.494.234	1.494.331	-
Outros activos tangíveis	12	2.211.374	2.389.118	2.727.699
Activos intangíveis	13	374.038	291.702	341.914
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	14	44.290	44.290	44.290
Activos por impostos correntes	15	100.159	94.564	-
Activos por impostos diferidos	15	387.735	846.025	1.685.635
Outros activos	16	1.433.990	1.837.439	1.182.755
TOTAL DE ACTIVO		367.804.710	299.001.345	203.651.843
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO				
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	17	708.032	895.448	766.383
Recursos de clientes e outros empréstimos	18	337.729.460	275.781.468	187.806.996
Provisões	19	402.188	458.252	281.905
Passivos por impostos correntes	15	493.891	134.692	187.446
Passivos subordinados	20	5.045.386	4.102.793	3.117.106
Outros passivos	21	4.792.476	4.390.791	3.713.770
TOTAL DO PASSIVO		349.171.433	285.763.444	195.873.606
CAPITAL PRÓPRIO				
Capital Social	23	9.530.007	9.530.007	9.530.007
Reservas de reavaliação	22	(2.810.854)	(297.662)	(469.466)
Outras reservas e resultados transitados	22	4.036.364	(1.232.010)	(1.282.304)
Resultado líquido		7.877.760	5.237.566	-
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		18.633.277	13.237.901	7.778.237
TOTAL DO PASSIVO E DO CAPITAL PRÓPRIO		367.804.710	299.001.345	203.651.843

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

		(milhares de Kwanzas)		
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS		Notas	2016	2015 Proforma
Juros e rendimentos similares		25	19.737.873	10.764.117
Juros e encargos similares		25	(3.593.182)	(1.510.113)
MARGEM FINANCEIRA			16.144.691	9.254.004
Rendimentos de serviços e comissões		26	3.828.415	3.000.080
Encargos com serviços e comissões		26	(607.377)	(396.381)
Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados		27	202.183	337.405
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda		28	55.925	355.492
Resultados cambiais		29	3.822.090	5.365.964
Outros resultados de exploração		30	(1.357.621)	(206.828)
PRODUTO DA ACTIVIDADE BANCÁRIA			22.088.306	17.709.736
Custos com pessoal		31	(8.061.212)	(6.165.881)
Fornecimentos e serviços de terceiros		32	(4.264.106)	(4.019.649)
Depreciações e amortizações do exercício		12 e 13	(601.623)	(654.578)
Provisões líquidas de anulações		19	4.980	31.746
Imparidade para crédito a clientes líquida de reversões e recuperações		10	(835.250)	(722.619)
Imparidade para outros activos líquida de reversões e recuperações		16	4.954	(162.611)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS			8.336.049	6.016.144
Impostos sobre os resultados				
Diferidos		15	(458.289)	(778.578)
RESULTADO LÍQUIDO			7.877.760	5.237.566
Número médio de acções ordinárias emitidas			1.000.000	1.000.000
Resultados por acção básico (em kwanzas)		33	7,878	5,238
Resultados por acção diluído (em kwanzas)		33	7,878	5,238

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS E DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

				(milhares de Kwanzas)	
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS E DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL	Notas	31.12.2016	31.12.2015 Proforma		
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		7.877.760	5.237.566		
OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL DO EXERCÍCIO					
ITENS QUE PODERÃO VIR A SER RECLASSIFICADOS PARA RESULTADOS					
Activos financeiros disponíveis para venda	15 e 22				
Variações no justo valor		(2.513.192)	232.844		
Impacto fiscal		-	(61.040)		
		(2.513.192)	171.804		
TOTAL DO RENDIMENTO INTEGRAL DO EXERCÍCIO		5.364.568	5.409.370		

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

								(milhares de Kwanzas)	
DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	Capital social	Reservas de reavaliação	Outras reservas e resultados transitados				Resultado líquido	Total do capital próprio	
			Reserva legal	Resultados transitados	Outras reservas	Total			
SALDO EM 1 DE JANEIRO DE 2015 PROFORMA	9.530.007	(469.466)	-	(1.282.304)	-	(1.282.304)	-	7.778.237	
Outro rendimento integral:									
Alterações de justo valor	-	171.804	-	-	-	-	-	171.804	
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	5.237.566	5.237.566	
TOTAL DE RENDIMENTO INTEGRAL NO EXERCÍCIO	-	171.804	-	-	-	-	5.237.566	5.409.370	
Outros movimentos	-	-	-	45.767	4.527	50.294	-	50.294	
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 PROFORMA	9.530.007	(297.662)	-	(1.236.537)	4.527	(1.232.010)	5.237.566	13.237.901	
Outro rendimento integral:									
Alterações de justo valor	-	(2.513.192)	-	-	-	-	-	(2.513.192)	
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	7.877.760	7.877.760	
TOTAL DE RENDIMENTO INTEGRAL NO EXERCÍCIO	-	(2.513.192)	-	-	-	-	7.877.760	5.364.568	
Constituição de reservas	-	-	748.012	4.489.554	-	5.237.566	(5.237.566)	-	
Outros movimentos	-	-	-	32.700	(1.892)	30.808	-	30.808	
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	9.530.007	(2.810.854)	748.012	3.285.717	2.635	4.036.364	7.877.760	18.633.277	

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

		(milhares de Kwanzas)	
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	Notas	31.12.2016	31.12.2015 Proforma
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Juros, comissões e outros proveitos equiparados recebidos		20.447.722	14.544.085
Juros, comissões e outros custos equiparados pagos		(4.296.221)	(1.374.281)
Pagamentos a empregados e fornecedores		(12.325.318)	(10.601.746)
Outros resultados		2.464.469	6.632.034
FLUXOS DE CAIXA ANTES DAS ALTERAÇÕES NOS ACTIVOS E PASSIVOS OPERACIONAIS		6.290.652	9.200.092
(Aumentos)/Diminuições de activos operacionais:			
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito		(9.912.675)	26.174.800
Activos financeiros ao justo valor através de resultados		(1.919.442)	(3.019.646)
Activos financeiros disponíveis para venda		15.853.691	(26.809.573)
Investimentos detidos até à maturidade		(19.998.228)	-
Crédito a clientes		965.173	(9.198.026)
Outros activos		(2.907.083)	(1.701.995)
FLUXO LÍQUIDO PROVENIENTE DOS ACTIVOS OPERACIONAIS		(17.918.564)	(14.554.440)
Recursos de clientes e outros empréstimos		62.607.507	87.850.677
Outros passivos		704.820	402.781
FLUXO LÍQUIDO PROVENIENTE DOS PASSIVOS OPERACIONAIS		63.312.327	88.253.458
Caixa líquida das actividades operacionais antes dos impostos sobre o rendimento		51.684.415	82.899.110
CAIXA LÍQUIDA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS		51.684.415	82.899.110
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de outros activos tangíveis, líquidas de alienações		(273.888)	(300.578)
Aquisições de activos intangíveis, líquidas de alienações		(43.668)	-
CAIXA LÍQUIDA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		(317.556)	(300.578)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Emissão de passivos subordinados, líquida de reembolsos e compras		-	(399.755)
CAIXA LÍQUIDA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		-	(399.755)
Variação de caixa e seus equivalentes		51.366.859	82.198.777
Caixa e seus equivalentes no início do período		136.073.672	53.874.895
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO		187.440.531	136.073.672
CAIXA E EQUIVALENTES ENGLOBA:			
Caixa	4	3.315.394	5.106.332
Disponibilidades em Bancos Centrais	4	73.092.734	52.770.118
Disponibilidades em Bancos Centrais de natureza obrigatória	4	87.037.514	57.177.850
Disponibilidades em outras instituições de crédito	5	23.994.889	21.019.372
TOTAL		187.440.531	136.073.672

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras



NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nota 1 - Nota Introdutória

O Standard Bank de Angola, S.A. (doravante também designado por “Banco” ou “SBA”), é um Banco de capitais privados com sede no Condomínio Belas Business Park, Edifício Cuando Cubango, 8º andar, Talatona, Angola. O Banco foi autorizado a operar pelo Banco Nacional de Angola em 9 de Março de 2010, tendo iniciado a sua actividade operacional em 27 de Setembro de 2010.

O Banco tem como objectivo o exercício da actividade bancária nos termos permitidos por lei, que inclui a obtenção de recursos de terceiros sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, juntamente com seus recursos próprios, na concessão de empréstimos, depósitos no Banco Nacional de Angola (BNA), aplicações em instituições de crédito, aquisição de títulos e em outros activos, para os quais se encontra devidamente autorizado. Presta ainda outros serviços bancários e realiza diversos tipos de operações em moeda estrangeira.

No que se refere à estrutura accionista e conforme detalhado na Nota 23, o Banco é detido maioritariamente pelo Standard Bank da África do Sul em 51%. Na Nota 34 encontram-se detalhados os principais saldos e transacções com accionistas e outras entidades relacionadas.

Em Dezembro de 2016 e 2015, o Banco terminou o ano com 19 e 22 agências abertas, respectivamente.

Nota 2 – Políticas Contabilísticas

Bases de apresentação

No âmbito do disposto no Aviso nº 6/2016 de 22 de Junho, do Banco Nacional de Angola, as demonstrações financeiras do Standard Bank de Angola, S.A. são preparadas de acordo com os International Financial Reporting Standards (IFRS).

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras individuais do Standard Bank de Angola, S.A. agora apresentadas reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.

Considerando que, até 31 de Dezembro de 2015, o Banco preparou as suas demonstrações financeiras de acordo com o CONTIF, as demonstrações financeiras para o exercício findo naquela data, apresentadas neste relatório foram preparadas de acordo com as IFRS para efeitos meramente comparativos em cumprimento da IFRS 1.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de kwanzas, arredondado ao milhar mais próximo. Foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados e activos financeiros disponíveis para venda.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os câmbios de AOA face às divisas relevantes para a actividade do Banco eram os seguintes:

	2016	2015
USD	165,903	135,315
EUR	185,379	147,832

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com os IFRS requer que o Banco efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na Nota 3.

Nota 2 – Políticas Contabilísticas

As demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2016 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 3 de Março de 2017, e estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral. No entanto, o Conselho de Administração do Banco admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2.1 Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional (Kwanza) à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas em resultados. Os activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao custo histórico são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos não monetários registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor é determinado e reconhecido por contrapartida de resultados, com excepção daqueles reconhecidos em activos financeiros disponíveis para venda.

2.2 Crédito a clientes

O crédito a clientes inclui os empréstimos originados pelo Banco, cuja intenção não é a de venda no curto prazo, os quais são registados na data em que o montante do crédito é adiantado ao cliente. O crédito a clientes é inicialmente registados ao seu justo valor e subsequentemente ao custo amortizado líquido de imparidade. Os custos/proveitos de transacção associados fazem parte da taxa de juro efectiva destes instrumentos financeiros reconhecidos na margem financeira. A componente de juros é objecto de relevação contabilística autónoma nas respectivas contas de balanço, sendo os respectivos proveitos periodificados em resultados ao longo da vida das operações de crédito, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos, salvo as situações em que apresentam incumprimento superior a 90 dias, sendo o reconhecimento dos juros suspenso até à sua regularização (Nota 2.13). Adicionalmente são periodificadas, pelo prazo da vida das operações, na margem de crédito as comissões cobradas relacionadas com as operações de crédito (Nota 38, alínea b).

O crédito a clientes é desreconhecido do balanço quando (i) os direitos contratuais do Banco relativos aos respectivos fluxos de caixa expiraram, (ii) o Banco transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) não obstante o Banco ter retido parte, mas não substancialmente todos, os riscos e benefícios associados à sua detenção, o controlo sobre os activos foi transferido.

2.2.1 Imparidade

A política do Banco consiste na avaliação regular da existência de evidência objectiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num exercício posterior.

Após o reconhecimento inicial, um crédito ou uma carteira de créditos sobre clientes, definida como um conjunto de créditos com características de risco semelhantes, poderá ser classificada como carteira com imparidade quando existe evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos, e quando estes tenham impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do crédito ou carteira de créditos sobre clientes, que possam ser estimados de forma fiável.

De acordo com a IAS 39 o cálculo das perdas por imparidade divide a carteira de crédito em dois grandes blocos: 2.2.1.1 Análise individual e 2.2.1.2 Análise colectiva.

2.2.1.1 Análise individual

A avaliação da existência de perdas por imparidade em termos individuais é determinada através de uma análise da exposição total de crédito caso a caso. Para cada crédito considerado individualmente significativo, o Banco avalia, em cada data de balanço, a existência de evidência objectiva de imparidade.

Nota 2 – Políticas Contabilísticas

Na determinação das perdas por imparidade, em termos individuais, são considerados os seguintes factores:

- a exposição total de cada cliente junto do Banco e a existência de crédito vencido;
- a viabilidade económico-financeira do negócio do cliente e a sua capacidade de gerar meios suficientes para fazer face ao serviço da dívida no futuro;
- a existência, natureza e o valor estimado dos colaterais associados a cada crédito;
- a deterioração significativa no rating do cliente;
- o património do cliente em situações de liquidação ou falência;
- a existência de credores privilegiados;
- o montante e os prazos de recuperação estimados; e
- outros factores.

As perdas por imparidade são calculadas através da comparação do valor actual dos fluxos de caixa futuros esperados descontados à taxa de juro contratual de cada operação e o valor contabilístico de cada crédito, sendo as perdas registadas por contrapartida de resultados. O valor contabilístico dos créditos com imparidade é apresentado no balanço líquido das perdas por imparidade. Para os créditos com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de juro efectiva anual, aplicável no período em que foi determinada a imparidade.

2.2.1.2 Análise colectiva

Os créditos para os quais não foi identificada evidência objectiva de imparidade são agrupados tendo por base características de risco semelhantes com o objectivo de determinar as perdas por imparidade em termos colectivos. Esta análise permite ao Banco o reconhecimento de perdas cuja identificação, em termos individuais, só ocorrerá em períodos futuros.

As perdas por imparidade baseadas na análise colectiva são calculadas através de duas perspectivas:

- Para grupos homogéneos de créditos não considerados individualmente significativos; ou
- Em relação a perdas incorridas mas não identificadas ('IBNR') em créditos para os quais não existe evidência objectiva de imparidade.

As perdas por imparidade em termos colectivos são determinadas considerando os seguintes aspectos:

- Experiência histórica de perdas em carteiras de risco semelhante;
- Conhecimento das actuais envolventes económicas e creditícia e da sua influência sobre o nível das perdas históricas; e
- Período estimado entre a ocorrência da perda e a sua identificação.

A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente pelo Banco de forma a monitorizar as diferenças entre as estimativas de perdas e as perdas reais.

2.2.1.2.1 Segmentação da carteira de crédito para análise colectiva

De acordo com a IAS 39, os clientes não individualmente significativos são incluídos em segmentos homogéneos com risco de crédito semelhante, tendo em conta o modelo de gestão do Banco, e sujeitos à determinação de imparidade em base colectiva. Desta forma, pretende-se assegurar que, para efeitos de análise destas exposições e determinação dos parâmetros de risco, as mesmas apresentam características de risco semelhantes.

Nota 2 – Políticas Contabilísticas

Relativamente à segmentação de exposições para efeitos de cálculo dos parâmetros de risco, o Banco decidiu realizar a mesma com base em dois vectores, nomeadamente, segmentação com base no tipo de cliente e produto (populações homogéneas) e buckets de risco. Os clientes/operações são classificados em cada momento temporal com base nesses dois vectores, sendo os mesmos a base para a posterior estimativa dos parâmetros de risco por segmento.

A carteira de crédito do Banco para efeitos da análise colectiva é segmentada tendo em consideração o segmento do cliente, de acordo com os seguintes critérios:

- Personal & Business Banking (PBB): Personal Banking (PB), Business Banking (BB), High Net worth Individual (HNI);
- Corporate Investment Banking (CIB);

2.2.1.3 Índicios de imparidade

De acordo com as IFRS, relativamente a um activo financeiro ou um grupo de activos financeiros são incorridas perdas por imparidade se, e apenas se, existir evidência objectiva de imparidade, como resultado de um ou mais acontecimentos que ocorreram após o reconhecimento inicial do activo e se esse acontecimento de perda tiver um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro ou do grupo de activos financeiros, que possa ser fiavelmente estimado.

As instituições devem assegurar a identificação tempestiva das perdas incorridas e o respectivo reconhecimento contabilístico da imparidade associada adoptando indícios de imparidade conservadores e apropriados a cada segmento de crédito. Desta forma, o Banco efectuou uma análise do perfil da sua carteira de crédito de forma a identificar os factores mais relevantes para a identificação de situações de degradação da situação creditícia dos seus clientes.

2.2.1.3.1 Índicios de imparidade primários

Na identificação dos indícios de imparidade que são relevantes para a sua carteira, o Banco definiu um conjunto de factores baseados em informação que está residente nos sistemas de informação e que, por isso, podem ser detectados através de processos automáticos.

O Banco considerou, de acordo com a sua capacidade de extracção de informação, como indícios de imparidade primários os seguintes:

Índicio	Critério de entrada
Incumprimento	Cliente com pelo menos uma operação de crédito com atrasos nos pagamentos superiores a 30 (trinta) dias junto da instituição
Descobertos não autorizados	Existência de descobertos não autorizados, descobertos autorizados utilizados acima do limite formalmente contratualizado com os clientes ou operações de crédito renováveis utilizadas de forma permanente em, pelo menos, 95% do limite inicialmente contratualizado nos últimos 12 (doze) meses
Redução da classificação interna de risco	Cliente com redução significativa da classificação interna de risco
Reestruturações por dificuldades financeiras	Cliente com pelo menos uma operação de crédito reestruturado por dificuldades financeiras nos últimos 12 (doze) meses ou com perspectiva/pedido de reestruturação de crédito

Nota 2 – Políticas Contabilísticas

2.2.1.3.2 Índicios de imparidade complementares

De forma a poder identificar um conjunto mais alargado de indícios de imparidade o Banco definiu um processo através do qual são identificados, de forma regular, um conjunto de factores para os clientes significativos e que não apresentam indícios de imparidade primários. Esses indícios encontram-se descritos como segue:

Índicio	Critério de entrada
CIRC	Cliente com pelo menos uma operação de crédito no sistema financeiro com atraso superior a 90 (noventa) dias, capital e juros abatidos/anulados ou em situação de contencioso, que represente mais de 2% das responsabilidades do cliente junto do sistema financeiro, de acordo com a informação disponível na CIRC
Contencioso	Cliente com pelo menos uma operação de crédito em situação de contencioso nos últimos 5 (cinco) anos
Cheques devolvidos	Cliente com cheques devolvidos no sistema financeiro, disponível na CIRC
Dívidas fiscais e/ou à Segurança Social	Conhecimento por parte da instituição de existência de dívidas fiscais e/ou Segurança Social
Desemprego e/ou doença prolongada	Conhecimento por parte da instituição de situações de desemprego ou doença prolongada
Penhora de contas bancárias	Cliente com penhora de contas bancárias
Insolvência	Cliente com expectativa de insolvência ou objecto de processo de recuperação/reorganização financeira e/ou operacional
Decréscimo do valor da garantia	Crédito com decréscimo material do valor da garantia real (superior a 20%), quando tal resulte num rácio financiamento-garantia superior a 80% (no que se refere especificamente a operações de crédito associadas a projectos imobiliários)
Desaparecimento ou quebra significativa num mercado	Desaparecimento ou quebra significativa num mercado relevante para o mutuário
Decréscimo na estimativa dos fluxos de caixa futuros	Dados objectivos que apontam para um decréscimo mensurável na estimativa dos fluxos de caixa futuros, associados a uma exposição ou grupo de exposições

2.2.1.4 Critérios de materialidade

De acordo com os requisitos definidos pela IAS 39 uma entidade deve avaliar primeiro se a prova objectiva de imparidade existe individualmente para activos financeiros que sejam individualmente significativos, devendo ser analisadas individualmente as exposições que sejam significativas face ao perfil e à dimensão da carteira de crédito.

De forma a identificar as exposições individualmente significativas o Banco definiu o montante de capitais próprios da instituição como o referencial para a identificação de exposições significativas. Os critérios definidos pelo Banco para a identificação de clientes ou grupos económicos individualmente significativos foram os seguintes:

Nota 2 – Políticas Contabilísticas

- i) Exposições sem indícios de imparidade superiores a 0.5% dos capitais próprios; e
- ii) Exposições com indícios de imparidade superiores a 0.1% dos capitais próprios.

O montante global de exposição de cada cliente / grupo económico considera a aplicação de factores de conversão para as exposições extrapatrimoniais.

2.2.1.5 Definição de classes de risco

No âmbito da determinação das perdas por imparidade para créditos analisados em base colectiva, o Banco efectua a classificação das exposições nas seguintes classes de risco:

- i) “Carteira de crédito Normal”: empréstimos que estão a realizar dentro dos prazos expectáveis e nunca foram reestruturados / modificados devido a dificuldades financeiras do cliente ou empréstimos que nunca entraram em incumprimento.
- ii) “Carteira de crédito Curado (cliente curado)”: empréstimos que entram em incumprimento e foram curados (actualmente em exercício) devido ao cliente ser capaz de realizar o reembolso integral e restabeleceu o status de desempenho.
- iii) “Carteira de crédito reestruturado (reestruturado)”: empréstimos com prazos originais que foram reestruturados ou modificados pelo banco devido a dificuldades financeiras dos clientes, resultando no cliente ser capaz de fornecer o reembolso total no cumprimento dos termos modificados / reestruturados do contrato.

2.2.1.6 Período de emergência

O processo de cálculo do parâmetro de risco probabilidade de incumprimento (PD) tem por base a segmentação definida pelo Banco, sendo que cada segmento representa um grupo homogéneo de clientes/operações. É necessário assegurar que cada segmento de cálculo de PD é homogéneo face aos seus clientes e heterogéneo entre si. Desta forma é possível assegurar que o risco é gerido de forma homogénea nos diversos segmentos da carteira, logo dois clientes com perfis de risco idênticos terão probabilidade de incumprimento idênticas.

O apuramento de imparidade para perdas incorridas mas não reportadas depende da definição do período de emergência que corresponde ao período de tempo entre o evento de incumprimento e a observação desse incumprimento pelo Banco.

O Banco assumiu como período de emergência um período de 12 meses.

2.2.1.7 Processo de avaliação de colaterais

A avaliação das garantias é assegurada de forma regular para que o Banco disponha de informação actualizada sobre o valor destes instrumentos e, conseqüentemente, da sua capacidade de mitigação do risco das operações de crédito.

Os sistemas operacionais do Banco geram relatórios que permitem monitorar as datas nas quais deverão ser feitas as reavaliações de colaterais.

2.2.1.7.1 Fase de concessão de crédito

No âmbito das condições de aprovação das operações de crédito, sempre que é definida a necessidade de obter uma garantia por parte do cliente, caso a tipologia da garantia ou colateral identificada implique um pedido de avaliação para a definição e validação do seu valor, o Banco solicita avaliação da garantia junto das empresas de avaliação externa devidamente certificadas.

Nota 2 – Políticas Contabilísticas

2.2.1.7.2 Fase de acompanhamento de crédito

Relativamente ao processo de reavaliação periódica de colaterais, tendo por base os requisitos do Aviso 10/2014 emitido pelo BNA, nomeadamente no que respeita aos critérios que foram definidos para a realização de uma nova avaliação dos colaterais hipotecários, foi definido que o Banco será responsável pela identificação das garantias que são sujeitas a reavaliação e desencadeia o respectivo processo junto de avaliadores externos.

2.2.1.7.3 Fase de recuperação de crédito

Sempre que relevante no âmbito do processo de recuperação de crédito e de forma a determinar o montante recuperável do crédito através da execução das garantias existentes ou para suportar uma operação de reestruturação de crédito, o Banco pode solicitar a reavaliação das garantias associadas aos empréstimos sempre que tiver um incumprimento acima de 90 dias.

O valor de avaliação de cada tipo de garantia é determinado tendo por base as especificidades de cada um destes instrumentos, considerando os seguintes critérios:

(i) Imóveis

O valor de avaliação é considerado como valor garantido o valor mínimo entre o valor de avaliação e o montante máximo de hipoteca, ao qual é previamente subtraído o montante de outras hipotecas não pertencentes ao Banco e com prioridade sobre o mesmo, sempre que essa informação estiver disponível.

De acordo com o Aviso 10/2014, emitido em Dezembro de 2014 pelo BNA, sobre as garantias aceites para fins prudenciais, os Direitos sobre propriedade imobiliária devem ser objecto de reavaliação, no mínimo, de 2 em 2 anos, sempre que a posição em risco represente:

- Um montante igual ou superior a 1% do total da carteira de crédito da instituição ou igual ou superior a AOA 100.000.000; ou
- Situações de crédito vencido há mais de 90 dias e/ou outros indícios materiais de imparidade desde que a última data de avaliação seja superior a 6 meses; ou
- Situações em que sejam identificadas alterações de outra natureza nas condições de mercado com um potencial impacto relevante no valor dos activos imobiliários e/ou num grupo ou mais de activos imobiliários com características semelhantes.

Os valores e datas de avaliação das garantias são registados no sistema de gestão de colaterais.

(ii) Penhor de Depósitos a Prazo

O valor da garantia será o valor nominal do depósito, bem com os respectivos juros (caso se encontrem igualmente penhorados).

(iii) Outras Garantias Recebidas

Relativamente a outras garantias recebidas, designadamente penhores de equipamentos, de marcas e de obras de arte, é considerado o valor de mercado determinado com base numa avaliação actualizada, com uma antiguidade inferior a 1 ano, a ser realizada por uma entidade idónea e com competência específica tendo em conta a natureza particular de cada garantia recebida. É condição necessária para a avaliação desta tipologia de garantias, a validação da propriedade, salvaguarda e condições de funcionamento dos bens subjacentes.

Nota 2 – Políticas Contabilísticas

2.2.1.7.3 Fase de recuperação de crédito

As eventuais excepções a esta regra são sujeitas a julgamento profissional, e são aplicados descontos ajustados à natureza específica dos activos.

No caso de não existir uma avaliação da garantia, ou não se conseguir garantir a propriedade e salvaguarda dos bens, o valor da garantia recebida não é considerado para efeitos de apuramento de perdas por imparidade.

Tendo em conta as dificuldades subjacentes a uma correcta e criteriosa avaliação deste tipo de garantias recebidas, o Banco tem optado por seguir uma abordagem conservadora e não as considerar enquanto mitigadores de risco de crédito.

2.2.1.8 Reversão de imparidade

Se, num período subsequente, a quantia da perda por imparidade diminuir e a diminuição puder ser objectivamente relacionada com um acontecimento que ocorra após o reconhecimento da imparidade, a perda por imparidade anteriormente reconhecida é revertida. A quantia da reversão é reconhecida nos resultados do exercício.

2.2.2 Créditos abatidos ao activo

A anulação contabilística dos créditos é efectuada quando não existem perspectivas realistas de recuperação dos créditos, numa perspectiva económica, e para créditos colateralizados, quando os fundos provenientes da realização dos colaterais já foram recebidos. Essa anulação é efectuada pela utilização de perdas de imparidade correspondendo a 100% do valor dos créditos considerados como não recuperáveis.

2.2.3 Cartas de crédito

O Banco reclassifica para Crédito a Clientes, por contrapartida de Outros Passivos, todas as cartas de crédito para as quais já tenha recebido toda a documentação de suporte necessária para proceder aos pagamentos contratualmente definidos, uma vez que a partir desse momento a responsabilidade dos pagamentos passa a ser efectiva. Assim existe um registo do passivo do Banco na rubrica Outros Passivos (Nota 21), por contrapartida da responsabilidade do cliente para com o Banco na rubrica de Crédito (Nota 10).

2.2.4 Crédito titulado

Os activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em mercado e que o Banco não tenha a intenção de venda imediata nem num futuro próximo são classificados nesta categoria.

O Banco apresenta nesta categoria, para além do crédito concedido, obrigações não cotadas. Os activos financeiros aqui reconhecidos são inicialmente registados ao seu justo valor e subsequentemente ao custo amortizado líquido de imparidade.

2.3 Instrumentos financeiros

2.3.1 Classificação

O Banco reconhece contas a receber e a pagar, depósitos, títulos de dívida emitidos e passivos subordinados na data em que são originados. Todos os outros instrumentos financeiros são reconhecidos na data da transacção, que é o momento a partir do qual o Banco se torna parte integrante do contrato e são classificados considerando a intenção que lhes está subjacente de acordo com as categorias descritas seguidamente.

Nota 2 – Políticas Contabilísticas

Um activo ou passivo financeiro é inicialmente mensurado no balanço do Standard Bank de Angola, S.A. ao justo valor acrescido de custos de transacção directamente atribuíveis à aquisição ou emissão, excepto se forem itens registados ao justo valor através de resultados em que os custos de transacção são imediatamente reconhecidos como gastos do exercício.

De acordo com o IFRS13, entende-se por justo valor o preço que seria recebido pela venda de um activo ou pago para transferir um passivo numa transacção efectuada entre participantes no mercado à data da mensuração. Na data de contratação ou de início de uma operação o justo valor é geralmente o valor da transacção.

2.3.1.1 Activos financeiros ao justo valor através de resultados

2.3.1.1.1 Detidos para negociação

Os activos financeiros detidos para negociação, são aqueles adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo ou que são detidos como parte integrante de uma carteira de activos, normalmente de títulos ou derivados, em relação à qual existe evidência de actividades recentes conducentes à realização de ganhos de curto prazo.

A avaliação destes activos é efectuada diariamente com base no justo valor, tendo em consideração o risco de crédito próprio e das contrapartes das operações. No caso das obrigações e outros títulos de rendimento fixo, o valor de balanço inclui o montante dos juros corridos e não cobrados.

Os ganhos e perdas resultantes de alteração de justo valor são reconhecidos em resultados.

As operações de derivados são sujeitas a análise de risco de crédito, sendo o respectivo valor ajustado por contrapartida de prejuízos em operações financeiras.

2.3.1.1.2 Designados ao justo valor através de resultados

A designação de activos ou passivos financeiros ao justo valor através de resultados (Fair Value Option) pode ser realizada desde que se verifique pelo menos um dos seguintes requisitos:

- i) os activos ou passivos financeiros são geridos, avaliados e reportados internamente ao seu justo valor;
- ii) a designação elimina ou reduz significativamente o mismatch contabilístico das transacções; ou
- iii) os activos ou passivos financeiros contêm derivados embutidos que alteram significativamente os fluxos de caixa dos contratos originais (host contracts).

Os activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, com os custos ou proveitos associados às transacções reconhecidos em resultados no momento inicial, com as variações subsequentes de justo valor reconhecidas em resultados. A periodificação dos juros e do prémio/desconto (quando aplicável) é reconhecida na margem financeira com base na taxa de juro efectiva de cada transacção, assim como a periodificação dos juros dos derivados associados a instrumentos financeiros classificados nesta categoria.

2.3.1.2 Investimentos detidos até à maturidade

Nesta categoria são reconhecidos activos financeiros não derivados, nomeadamente títulos de rendimento fixo de curto prazo, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, para os quais o Banco tem a intenção e capacidade de os manter no seu balanço até à maturidade e que não foram designados para nenhuma outra categoria de activos financeiros. Estes activos financeiros são reconhecidos ao custo amortizado no momento inicial do seu reconhecimento e mensurados subsequentemente ao custo amortizado, usando o método da taxa de juro efectiva. O juro é calculado através do método da taxa de juro efectiva e reconhecido em margem financeira. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados quando identificadas.

Nota 2 – Políticas Contabilísticas

Qualquer reclassificação ou venda de activos financeiros reconhecidos nesta categoria que não seja realizada próxima da maturidade, obrigará o Banco a reclassificar integralmente esta carteira para activos financeiros disponíveis para venda e ficará durante dois anos impossibilitado de classificar qualquer activo financeiro nesta categoria.

2.3.1.3 Activos financeiros disponíveis para venda

São activos financeiros não derivados que: (i) o Banco tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não se enquadram nas categorias anteriormente referidas.

Os activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente ao justo valor, incluindo os custos ou proveitos associados às transacções e posteriormente mensurados ao seu justo valor. As alterações no justo valor são registadas por contrapartida de reservas de justo valor até ao momento em que os activos sejam alienados ou até ao reconhecimento de perdas de imparidade, caso em que passam a ser reconhecidos em resultados.

Na alienação dos activos financeiros disponíveis para venda, os ganhos ou perdas acumulados reconhecidos em reservas de justo valor são reconhecidos na rubrica “Resultados de activos financeiros disponíveis para venda” da demonstração dos resultados. A flutuação cambial dos títulos de dívida em moeda estrangeira são registados na demonstração de resultados. Para os instrumentos de capital, por se tratarem de activos não monetários, a flutuação cambial é reconhecida na Reserva de justo valor (Capitais próprios), como uma componente integrante do respectivo justo valor.

Os juros de instrumentos de dívida são reconhecidos com base na taxa de juro efectiva na margem financeira, incluindo um prémio ou desconto, quando aplicável.

O Banco não prevê reconhecer nesta categoria instrumentos de capital.

2.3.1.4 Contas a receber

Os activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em mercado e que o Banco não tenha a intenção de venda imediata, nem num futuro próximo, podem ser classificados nesta categoria.

O Banco apresenta nesta categoria, para além do crédito concedido, obrigações não cotadas com a finalidade de cumprimento das reservas mínimas obrigatórias em moeda estrangeira estabelecidas pelo BNA.

Os activos financeiros aqui reconhecidos são inicialmente registados ao seu justo valor e subsequentemente ao custo amortizado líquido de imparidade. Os juros, periodificados pelo prazo das operações são reconhecidos em margem financeira.

As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados quando identificadas.

2.3.1.5 Passivos financeiros

Um instrumento financeiro é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual de uma liquidação a ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou outro activo financeiro, independente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, empréstimos, responsabilidades representadas por títulos, outros passivos subordinados e vendas a descoberto.

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado. Os juros são periodificados pelo prazo das operações e reconhecidos em margem financeira.

Nota 2 – Políticas Contabilísticas

As mais e menos valias apuradas no momento da recompra de outros passivos financeiros são reconhecidas em Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados no momento em que ocorrem.

O Banco classifica os seus passivos financeiros que não garantias e compromissos, mensurados ao custo amortizado, sendo divulgado nestas notas anexas às demonstrações financeiras o apuramento do justo valor destes passivos.

2.3.2 Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

2.3.2.1 Custo amortizado

O custo amortizado de um activo ou passivo financeiro é o montante pelo qual um activo ou passivo financeiro é reconhecido inicialmente, deduzido de recebimentos de capital, acrescido ou deduzido de amortizações acumuladas, decorrentes da diferença entre o valor inicialmente reconhecido e o montante na maturidade, menos as reduções decorrentes de perdas por imparidade.

2.3.2.2 Mensuração ao justo valor

O justo valor é o preço que seria recebido ao vender um activo ou pago para transferir um passivo numa transacção corrente entre participantes de mercado à data da mensuração ou, na sua ausência, o mercado mais vantajoso a que o Banco tem acesso para efectuar a transacção aquela data. O justo valor de um passivo também reflecte o risco de crédito do próprio Banco.

Quando disponível, o justo valor de um investimento é mensurado utilizando a sua cotação de mercado num mercado activo para aquele instrumento. Um mercado é considerado activo se houver frequência e volume de transacções suficientes de forma a que exista uma cotação de preços numa base constante.

Se não houver cotação num mercado activo, o Banco utiliza técnicas de valorização que maximizem a utilização de dados de mercado observáveis e minimizem a utilização de dados não observáveis em mercado. A técnica de valorização escolhida incorpora todos os factores que um participante no mercado levaria em consideração para calcular um preço para a transacção.

2.3.2.3 Identificação e mensuração de imparidade

Adicionalmente à análise de imparidade sobre os créditos a clientes, em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade para todos os restantes activos financeiros que não estejam registados ao justo valor através de resultados.

Em conformidade com o IAS 39, o Banco avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para as acções e outros instrumentos de capital, uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu valor de mercado abaixo do custo de aquisição, e (ii) para os títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

No que se refere aos investimentos detidos até à maturidade, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro e são registadas por contrapartida de resultados. Estes activos são apresentados no balanço líquidos de imparidade. Caso estejamos perante um activo com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato.

Nota 2 – Políticas Contabilísticas

Em relação aos investimentos detidos até à maturidade, se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objectivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda por imparidade diminui, a perda por imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, em que as mais-valias subsequentes são reconhecidas em reservas.

2.3.3 Transferências entre categorias

O Banco apenas procederá à transferência de activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, da categoria de activos financeiros disponíveis para venda para a categoria de activos financeiros detidos até à maturidade, desde que tenha a intenção e a capacidade de manter estes activos financeiros até à sua maturidade.

Estas transferências são efectuadas com base no justo valor dos activos transferidos, determinado na data da transferência. A diferença entre este justo valor e o respectivo valor nominal é reconhecida em resultados até à maturidade do activo, com base no método da taxa de juro efectiva. A reserva de justo valor existente na data da transferência é também reconhecida em resultados com base no método da taxa de juro efectiva.

2.3.4 Desreconhecimento

O Banco desreconhece os seus activos financeiros quando expiram todos os direitos aos fluxos de caixa futuros. Numa transferência de activos, o desreconhecimento apenas pode ocorrer quando substancialmente todos os riscos e benefícios dos activos financeiros foram transferidos ou na qual o Banco nem transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios e não mantém controlo dos activos financeiros.

O Banco procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados, extintos ou expirados.

2.3.5 Compensação de instrumentos financeiros

O Banco procede à compensação de activos e passivos financeiros, apresentando um valor líquido no balanço quando, e apenas quando, o Banco tem o direito irrevogável de os compensar numa base líquida e tem a intenção de os liquidar numa base líquida ou de receber o valor do activo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ganhos e perdas apenas são compensados quando tal é permitido pelas IFRS ou para ganhos e perdas decorrentes de um grupo de transacções de natureza similar.

2.4 Outros activos tangíveis

2.4.1 Reconhecimento e mensuração

Os outros activos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. O custo inclui despesas que são directamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Nota 2 – Políticas Contabilísticas

2.4.2 Custos subsequentes

Os custos subsequentes são reconhecidos como um activo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Banco. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

2.4.3 Amortizações

Os terrenos não são amortizados. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada:

	Número de anos
Imóveis de serviço próprio	50
Obras em imóveis arrendados	4 a 7
Equipamento	
Mobiliário e material	4 a 10
Máquinas e ferramentas	5 a 10
Equipamento informático/ATM	3 a 6
Material de transporte	3 a 4
Equipamento de segurança	3 a 10

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, o IAS 36 – Imparidade de activos exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

2.5 Activos intangíveis

2.5.1 Software

Os custos incorridos com a aquisição e software a terceiras entidades são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Banco necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados linearmente pelo período da vida útil estimado de 3 a 5 anos.

2.5.2 Encargos com projectos de investigação e desenvolvimento

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

Até à presente data, o Banco não reconheceu quaisquer activos intangíveis gerados internamente.

Nota 2 – Políticas Contabilísticas

2.5.3 Certificados escolares

Os custos incorridos com a aquisição dos certificados escolares são reconhecidos e registados como activos intangíveis. Estes certificados geram e continuarão a gerar benefícios económicos, e têm uma vida útil indefinida pelo que não são amortizados.

2.6 Empréstimo de títulos e transacções com acordo de recompra

Títulos vendidos com acordo de recompra (repos) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são desreconhecidos do balanço, sendo classificados e valorizados em conformidade com a política contabilística referida na Nota 2.3. O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar a outras instituições de crédito ou a clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de venda e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa de juro efectiva.

Títulos comprados com acordo de revenda (reverse repos) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são reconhecidos no balanço, sendo o valor de compra registado como empréstimos a outras instituições de crédito ou clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de compra e o valor de revenda é tratada como juro e é diferido durante a vida do acordo, através do método da taxa de juro efectiva.

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo não são desreconhecidos do balanço, sendo classificados e valorizados em conformidade com a política contabilística referida na Nota 2.3. Os títulos recebidos através de acordos de empréstimo não são reconhecidos no balanço.

2.7 Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Os investimentos em filiais e associadas são contabilizados nas demonstrações financeiras individuais do Banco ao seu custo histórico deduzido de quaisquer perdas por imparidade.

Subsidiárias são entidades (incluindo fundos de investimento e veículos de securitização) controladas pelo Banco. O Banco controla uma entidade quando está exposta, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre as actividades relevantes dessa entidade (controlo de facto).

As empresas associadas são entidades nas quais o Banco tem influência significativa mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional. Presume-se que o Banco exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso o Banco detenha, directa ou indirectamente, menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que o Banco não possui influência significativa, excepto quando essa influência possa ser claramente demonstrada.

A existência de influência significativa por parte do Banco é normalmente demonstrada por uma ou mais das seguintes formas:

- representação no Conselho de Administração ou órgão de direcção equivalente;
- participação em processos de definição de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições;
- transacções materiais entre o Banco e a participada;
- intercâmbio de pessoal de gestão; e
- fornecimento de informação técnica essencial.

Nota 2 – Políticas Contabilísticas

2.7.1 Imparidade

O valor recuperável dos investimentos em subsidiárias e associadas é avaliado sempre que existam sinais de evidência de imparidade. As perdas de imparidade são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias ou associadas e o seu valor contabilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior. O valor recuperável é determinado com base no maior entre o valor em uso dos activos e o justo valor deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

2.8 Activos não correntes detidos para venda (IFRS 5)

Os activos não correntes, grupos de activos não correntes detidos para venda (grupos de activos em conjunto com os respectivos passivos, que incluem pelo menos um activo não corrente) e operações descontinuadas são classificados como detidos para venda quando existe a intenção de alienar os referidos activos e passivos e os activos ou grupos de activos estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável.

O Banco também classifica como activos não correntes detidos para venda os activos não correntes ou grupos de activos adquiridos apenas com o objectivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata e cuja venda é muito provável.

Imediatamente antes da sua classificação como activos não correntes detidos para venda, a mensuração de todos os activos não correntes e todos os activos e passivos incluídos num grupo de activos para venda é efectuada de acordo com as IFRS aplicáveis. Após a sua reclassificação, estes activos ou grupos de activos são mensurados ao menor entre o seu custo e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

As operações descontinuadas e as subsidiárias adquiridas exclusivamente com o objectivo de venda no curto prazo são consolidadas até ao momento da sua venda.

O Banco classifica igualmente em activos não correntes detidos para venda os imóveis detidos por recuperação de crédito, que se encontram mensurados inicialmente pelo menor entre o seu justo valor líquido de custos de venda e o valor contabilístico do crédito existente na data em que foi efectuada a dação ou arrematação judicial do bem (Nota 11).

O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de avaliações periódicas efectuadas pelo Banco.

A mensuração subsequente destes activos é efectuada ao menor do seu valor contabilístico e o correspondente justo valor, líquido dos custos de venda, não sendo sujeitos a amortização. Caso existam perdas não realizadas, estas são registadas como perdas de imparidade por contrapartida de resultados do exercício.

2.9 Locações

O Banco classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da sua substância e não da sua forma legal. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Na óptica do locatário os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como activo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital. Os encargos financeiros são imputados aos períodos durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Nota 2 – Políticas Contabilísticas

Na óptica do locador os activos detidos sob locação financeira são registados no balanço como capital em locação pelo valor equivalente ao investimento líquido de locação financeira. As rendas são constituídas pelo proveito financeiro e pela amortização financeira do capital. O reconhecimento do resultado financeiro reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

2.10 Imposto sobre lucros (IAS12)

Os impostos sobre lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, excepto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

2.10.1 Imposto corrente

Os impostos correntes correspondem ao valor que se apura relativamente ao rendimento tributável do período, utilizando a taxa de imposto em vigor ou substancialmente aprovada pelas autoridades à data de balanço e quaisquer ajustamentos aos impostos de exercícios anteriores.

Com a publicação da Lei 19/14 que entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2015, o imposto Industrial é objecto de liquidação provisória numa única prestação a ser efectuada no mês de Agosto, apurada através da aplicação de uma taxa de 2% sobre o resultado derivado das operações de intermediação financeira, apurados nos primeiros seis meses do exercício fiscal anterior, excluídos os proveitos sujeitos a imposto sobre aplicação de capitais.

2.10.2 Imposto diferido

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis com excepção do goodwill, não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

O Banco procede, conforme estabelecido na IAS 12 – Imposto sobre o Rendimento, parágrafo 74, à compensação dos activos e passivos por impostos diferidos sempre que: (i) tenha o direito legalmente executável de compensar activos por impostos correntes e passivos por impostos correntes; e (ii) os activos e passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis que pretendam liquidar passivos e activos por impostos correntes numa base líquida, ou realizar os activos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro em que os passivos ou activos por impostos diferidos se esperem que sejam liquidados ou recuperados.

2.11 Benefícios aos empregados

2.11.1 Responsabilidade com pensões de reforma

A Lei nº 07/04 de 15 de Outubro, que regulamenta o sistema de Segurança Social de Angola, prevê a atribuição de pensões de reforma a todos os trabalhadores Angolanos inscritos na Segurança Social.

Nota 2 – Políticas Contabilísticas

O valor destas pensões é calculado com base numa tabela proporcional ao número de anos de trabalho, aplicada à média dos salários líquidos mensais recebidos nos períodos imediatamente anteriores à data em que o trabalhador cessar a sua actividade. De acordo com o Decreto nº 7/99, de 28 de Maio, as taxas de contribuição para este sistema são de 8% para a entidade empregadora e de 3% para os trabalhadores.

De acordo com a Lei nº 2/2000 e com os artigos 218º e 262º da Lei Geral do Trabalho, a compensação a pagar pelo Banco no caso de caducidade do contrato de trabalho por reforma do trabalhador determinava-se multiplicando 25% do salário base mensal praticado na data em que o trabalhador atingia a idade legal de reforma pelo número de anos de antiguidade (Nota 19).

Em 2015 foi publicada a Lei nº 7/2015 (Lei Geral do Trabalho) que veio revogar a Lei nº 2/2000, que entrou em vigor em 15 de Setembro de 2015, e que deixou de prever a necessidade de constituição de provisões para responsabilidades eventuais com reformas, tendo o Banco cessado o registo do custo associado a partir desta data.

2.11.2 Remuneração variável paga aos colaboradores e administradores

O Banco atribui remunerações variáveis aos seus colaboradores e administradores em resultado do seu desempenho (prémios de desempenho). Compete ao Comité de Gestão de Capital Humano fixar os respectivos critérios de alocação a cada colaborador e administrador, respectivamente, sempre que a mesma seja atribuída. A remuneração variável atribuída aos colaboradores e administradores é registada por contrapartida de resultados no exercício a que dizem respeito, apesar do seu pagamento ocorrer apenas no exercício seguinte (Nota 21).

2.11.3 Provisão para férias e subsídio de férias

A Lei Geral do Trabalho, em vigor em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, determina que o montante de subsídio de férias pagável aos trabalhadores em determinado exercício é um direito por eles adquirido no ano imediatamente anterior. Consequentemente, o Banco releva contabilisticamente no exercício os valores relativos a férias e subsídio de férias pagáveis no ano seguinte, e férias não gozadas pagáveis em caso de saída do colaborador (Nota 21).

2.12 Provisões (IAS 37)

São reconhecidas provisões quando (i) o Banco tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades), (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

A mensuração das provisões tem em conta os princípios definidos na IAS 37 no que respeita à melhor estimativa do custo expectável, ao resultado mais provável das acções em curso e tendo em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo.

Nos casos em que o efeito do desconto é material, provisões correspondentes ao valor actual dos pagamentos futuros esperados, descontados a uma taxa que considera o risco associado à obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para reflectir a melhor estimativa, sendo revertidas por contrapartida de resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas ou nos casos em que estas deixem de se observar.

Nota 2 – Políticas Contabilísticas

2.13 Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros activos e passivos mensurados ao custo amortizado são reconhecidos nas rubricas de juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares (Nota 25), de acordo com os prazos das operações subjacentes, à excepção dos juros de activos financeiros disponíveis para venda e investimentos detidos até à maturidade, que são reconhecidos de acordo como método da taxa de juro efectiva.

Os juros reconhecidos pelo método da taxa de juro efectiva de activos financeiros disponíveis para venda também são reconhecidos em margem financeira (Nota 25) assim como dos activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

A taxa de juro efectiva corresponde à taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro (ou, quando apropriado, por um período mais curto) para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro.

Para a determinação da taxa de juro efectiva, o Banco procede à estimativa dos fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando eventuais perdas por imparidade. O cálculo inclui as comissões pagas ou recebidas consideradas como parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios ou descontos directamente relacionados com a transacção, excepto para activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada para desconto de fluxos de caixa futuros na mensuração da perda por imparidade.

Especificamente no que diz respeito à política de registo dos juros de crédito vencido, o Banco suspende o reconhecimento de proveitos a partir dos 90 dias de atraso e até ao momento em que o cliente regularize a situação, por se considerar, no âmbito da IAS 18 – Rédito, que a sua recuperação é remota.

Para os instrumentos financeiros derivados, com excepção daqueles que forem classificados como instrumentos de cobertura do risco de taxa de juro, a componente de juro não é autonomizada das alterações no seu justo valor, sendo classificada como Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados. Para derivados de cobertura do risco de taxa de juro e associados a activos financeiros ou passivos financeiros reconhecidos na categoria de Fair Value Option, a componente de juro é reconhecida em juros e rendimentos similares ou em juros e encargos similares (Nota 25).

2.14 Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos resultantes de serviços e comissões (Nota 26) são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

- i) quando são obtidos à medida que os serviços são prestados, o seu reconhecimento em resultados é efectuado no período a que respeitam;
- ii) quando resultam de uma prestação de serviços, o seu reconhecimento é efectuado quando o referido serviço está concluído.

Quando são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro, os proveitos resultantes de serviços e comissões são registados na margem financeira (Nota 25).

2.15 Resultados de activos avaliados ao justo valor através de resultados e de activos financeiros disponíveis para venda

Os resultados de activos avaliados ao justo valor através de resultados (Nota 27) incluem os ganhos e perdas gerados por activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, nomeadamente das carteiras de negociação e de outros activos e passivos ao justo valor através de resultados, incluindo derivados embutidos e dividendos associados a estas carteiras. As variações de justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura e dos instrumentos cobertos, quando aplicável a relações de cobertura de justo valor, também aqui são reconhecidas.

Estes resultados de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 28) incluem as valias nas vendas de activos financeiros disponíveis para venda.

Nota 2 – Políticas Contabilísticas

2.16 Garantias financeiras e compromissos

Garantias financeiras (Nota 24) são contratos que obrigam o Banco a efectuar pagamentos específicos de forma a reembolsar o detentor por uma perda incorrida em virtude de um devedor falhar o cumprimento de um pagamento. Compromissos (Nota 24) são compromissos firmes com o objectivo de fornecer crédito ao abrigo de condições pré-determinadas.

Passivos que decorrem de garantias financeiras ou compromissos dados para fornecer um empréstimo a uma taxa de juro abaixo do valor de mercado são inicialmente reconhecidos ao justo valor, sendo o justo valor inicial amortizado durante o período de vida útil da garantia ou compromisso. Subsequentemente o passivo é registado ao mais alto entre o valor amortizado e o valor presente de qualquer pagamento expectável para liquidar.

2.17 Resultados por acção

Os resultados por acção básicos (Nota 33) são calculados dividindo o resultado líquido atribuível a accionistas do Banco pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação, excluindo o número médio de acções próprias detidas pelo Banco.

Para o resultado por acção diluído, o número médio de acções ordinárias em circulação é ajustado de forma a reflectir o efeito de todas as potenciais acções ordinárias tratadas como diluidoras. Emissões contingentes ou potenciais são tratadas como diluidoras quando a sua conversão para acções faz decrescer o resultado por acção.

Se o resultado por acção for alterado em resultado de uma emissão a prémio ou desconto ou outro evento que altere o número potencial de acções ordinárias ou alterações nas políticas contabilísticas, o cálculo do resultado por acção para todos os períodos apresentados é ajustado retrospectivamente.

Nota 3 – Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e faça as estimativas necessárias para decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Banco são apresentadas nesta Nota, tendo como objectivo melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados pelo Banco e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Banco é apresentada na Nota 2 anexa às demonstrações financeiras.

Considerando que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Banco poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

3.1 Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

O Banco determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor ou quando prevê existir um impacto nos fluxos de caixa futuros dos activos. Esta determinação requer julgamento, no qual o Banco recolhe e avalia toda a informação relevante à formulação da decisão, nomeadamente a volatilidade normal dos preços dos instrumentos financeiros. Para o efeito, considera-se como indicador da existência de imparidade nos títulos de dívida sempre que exista evidência objectiva de eventos com impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros destes activos.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado (mark to market) ou de modelos de avaliação (mark to model), os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou de julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Nota 3 – Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

A utilização de metodologias alternativas e de diferentes pressupostos e estimativas poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Banco.

3.2 Justo valor dos instrumentos financeiros e outros activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

3.3 Perdas por imparidade em crédito a clientes

O Banco efectua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de perdas por imparidade, conforme referido na política contabilística descrita na Nota 2.2.

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a probabilidade de incumprimento, as notações de risco, o valor dos colaterais associado a cada operação, as taxas de recuperação e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros, quer do momento do seu recebimento.

Metodologias alternativas e a utilização de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Banco.

3.4 Impostos sobre lucros e impostos diferidos

Para determinar o montante global de impostos sobre os lucros foi necessário efectuar determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação dos impostos a pagar é incerta durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

As Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Banco durante um período de cinco anos. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal, que pela sua probabilidade, o Conselho de Administração considera que não terão efeito materialmente relevante ao nível das demonstrações financeiras.

Nota 4 – Caixa e disponibilidades em bancos centrais

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de Kwanzas)	
	31.12.2016	31.12.2015 Proforma
CAIXA	3.315.394	5.106.332
DEPÓSITOS EM BANCOS CENTRAIS	160.130.248	109.947.968
Banco Nacional de Angola	160.130.248	109.947.968
	163.445.642	115.054.300

Nota 4 – Caixa e disponibilidades em bancos centrais

A rubrica Disponibilidades no Banco Nacional de Angola inclui depósitos de carácter obrigatório, no montante de AOA 73 092 734 milhares (31 de Dezembro de 2015: AOA 52 770 118 milhares), que têm por objectivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de reservas mínimas obrigatórias. De acordo com o Instrutivo nº 02/2016 do Banco Nacional de Angola, de 11 de Abril de 2016, as reservas mínimas obrigatórias em depósitos à ordem no BNA, são apuradas de acordo com a seguinte tabela:

		Moeda Nacional	Moeda Estrangeira
TAXAS SOBRE BASE DE INCIDÊNCIA			
Governo Central, Governos Locais e Administradores Municipais	Apuramento Diário	50%/75%	100%
Outros Sectores	Apuramento Semanal	30%	15% ^[1]

[1] 80% deste saldo deve ser através de obrigações do tesouro em USD (Nota 10)

O cumprimento das reservas mínimas obrigatórias, para um dado período de observação semanal (Outros Sectores), é concretizado tendo em consideração o valor médio dos saldos dos depósitos junto do Banco durante o referido período. Em 31 de Dezembro de 2016, o montante de exigibilidades totais (Governo Central, Governos Locais, Administrações Locais e Outros Sectores) ascende a AOA 92 358 380 milhares (2015: 61 328 792 milhares).

A legislação aplicável permite ainda que o Banco cumpra com as reservas mínimas através de Títulos do Tesouro ou Financiamentos ao Ministério das Finanças. Em 31 de Dezembro de 2016 estes saldos ascendem a AOA 19 265 645 milhares (2015: AOA 1 897 164 milhares).

Nota 5 – Disponibilidades em outras instituições de crédito

O saldo da rubrica disponibilidades em outras instituições de crédito é composta, quanto à sua natureza, como segue:

	(milhares de Kwanzas)	
	31.12.2016	31.12.2015 Proforma
Disponibilidades em outras instituições de crédito no país		
Outras disponibilidades	7.225	6.486
Disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	23.987.664	21.012.886
	23.994.889	21.019.372

Nota 6 – Aplicações em bancos centrais e outras instituições de crédito

Esta rubrica em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 é analisada como segue:

	(milhares de Kwanzas)	
	31.12.2016	31.12.2015 Proforma
APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO NO ESTRANGEIRO		
Aplicações de muito curto prazo	20.758.102	10.825.284
	20.758.102	10.825.284

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, as aplicações em instituições de crédito no estrangeiro de muito curto prazo correspondem a depósitos overnight com o Standard Bank de África do Sul e Standard Bank de Isle of Man (Nota 34), sendo as taxas de juros médias 0,91% e 0,28%, respectivamente.

Nota 7 – Activos financeiros ao justo valor através de resultados

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica activos financeiros detidos para negociação apresenta os seguintes valores:

										(milhares de Kwanzas)
31.12.2016	Moeda	Indexante	Taxa média	Valor nominal	Custo de aquisição	Juros corridos	Prémio/ Desconto	Ajuste do justo valor	Valor de Balanço	
ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS TÍTULOS										
- Obrigações do Tesouro	AKZ	USD	6,25%	6.409.477	6.251.815	28.375	67.716	16.594	6.364.500	
- Bilhetes do Tesouro	AKZ	n.a.	n.a.	4.000.000	3.362.705	-	279.449	(62.379)	3.579.775	
				10.409.477	9.614.520	28.375	347.165	(45.785)	9.944.275	

										(milhares de Kwanzas)
31.12.2015 Proforma	Moeda	Indexante	Taxa média	Valor nominal	Custo de aquisição	Juros corridos	Prémio/ Desconto	Ajuste do justo valor	Valor de Balanço	
ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS TÍTULOS										
- Obrigações do Tesouro	AKZ	USD	5,92%	7.162.866	7.032.449	48.642	23.355	41.055	7.145.501	
- Bilhetes do Tesouro	AKZ	n.a.	n.a.	380.030	368.143	-	1.870	1.281	371.294	
DERIVADOS										
- Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo	AKZ	n.a.	n.a.	38.873	-	-	-	4.182	4.182	
				7.581.769	7.400.592	48.642	25.225	46.518	7.520.977	

Os activos financeiros detidos para negociação encontram-se mensurados ao justo valor de acordo com o nível 2, em conformidade com o disposto na IFRS 13 (Nota 35).

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o escalonamento dos títulos detidos para negociação por prazos de maturidade é como segue:

Nota 7 – Activos financeiros ao justo valor através de resultados

	(milhares de Kwanzas)		
	Entre três meses e um ano	De um a cinco anos	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo de emissores públicos	3.985.269	5.959.006	9.944.275
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	3.985.269	5.959.006	9.944.275
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo de emissores públicos	386.179	7.130.616	7.516.795
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 PROFORMA	386.179	7.130.616	7.516.795

Nota 8 – Activos financeiros disponíveis para venda

Esta rubrica em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 é analisada como segue:

(milhares de Kwanzas)									
31.12.2016	Moeda	Indexante	Taxa média	Valor nominal	Custo de aquisição	Juros corridos	Prémio/Desconto	Ajuste do justo valor	Valor de Balanço
ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA									
- Bilhetes do Tesouro	AKZ	n.a.	n.a.	65.748.699	56.430.088	-	3.512.447	(1.134.640)	58.807.895
- Obrigações do Tesouro em moeda nacional	AKZ	Taxa fixa	7,25%	20.000.000	15.469.330	94.936	838.645	(2.136.202)	14.266.709
				85.748.699	71.899.418	94.936	4.351.092	(3.270.842)	73.074.604

(milhares de Kwanzas)									
31.12.2015 Proforma	Moeda	Indexante	Taxa média	Valor nominal	Custo de aquisição	Juros corridos	Prémio/Desconto	Ajuste do justo valor	Valor de Balanço
ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA									
- Bilhetes do Tesouro	AKZ	n.a.	n.a.	71.291.948	69.441.381	-	848.283	22.998	70.312.662
- Obrigações do Tesouro em moeda nacional	AKZ	Taxa fixa	7,11%	11.187.300	11.164.384	152.031	13.555	(294.802)	11.035.168
- Obrigações do Tesouro em moeda estrangeira	USD	Libor	3,27%	5.074.313	4.287.794	35.411	671.125	(195.413)	4.798.917
				87.553.561	84.893.559	187.442	1.532.963	(467.217)	86.146.747

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.2, o Banco avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de activos disponíveis para venda seguindo os critérios de julgamento descritos na Nota 35.

O modelo de valorização do justo valor da carteira de activos financeiros disponíveis para venda considera como taxa de desconto as correspondentes às últimas emissões dos bilhetes de tesouro a 364 dias verificadas em 2016 para a totalidade da carteira de bilhetes de tesouro e obrigações emitidas em Kwanzas (excluindo obrigações indexadas ao dólar). Consequentemente, a variação na reserva de justo valor em 31 de Dezembro de 2016 é explicada pelo aumento das taxas dos bilhetes do tesouro (Nota 35).

Os activos financeiros disponíveis para venda encontram-se mensurados ao justo valor de acordo com o nível 2, em conformidade com o disposto na IFRS 13 (Nota 35).

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o escalonamento dos activos financeiros disponíveis para venda por prazos de vencimento é como segue:

Nota 8 – Activos financeiros disponíveis para venda

	Inferior a três meses	Entre três meses e um ano	De um a cinco anos	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	16.208.364	44.594.756	12.271.484	73.074.604
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	16.208.364	44.594.756	12.271.484	73.074.604
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	72.345.319	11.768.806	2.032.622	86.146.747
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 PROFORMA	72.345.319	11.768.806	2.032.622	86.146.747

Nota 9 – Investimentos detidos até à maturidade

Esta rubrica em 31 de Dezembro de 2016 é analisada como segue:

									(milhares de Kwanzas)	
31.12.2016	Moeda	Indexante	Taxa média	Valor nominal	Custo de aquisição	Juros corridos	Prémio/Desconto	Ajuste do justo valor	Valor de Balanço	
INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE										
- Bilhetes do Tesouro	AKZ	n.a.	n.a.	23.258.000	19.998.228	-	311.892	-	20.310.120	
				23.258.000	19.998.228	-	311.892	-	20.310.120	

O justo valor da carteira de investimentos detidos até à maturidade encontra-se apresentado na Nota 35.

O Banco avaliou com referência a 31 de Dezembro de 2016 a existência de evidência objectiva de imparidade na sua carteira de investimentos detidos até à maturidade, não tendo verificado eventos com impacto no montante recuperável dos fluxos de caixa futuros desses investimentos.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o escalonamento dos investimentos detidos até à maturidade por prazos de vencimento é como segue:

			(milhares de Kwanzas)		
	Inferior a três meses	Entre três meses e um ano	Total		
Bilhetes do tesouro de emissores públicos nacionais	5.064.912	15.245.208	20.310.120		
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	5.064.912	15.245.208	20.310.120		

Nota 10 – Crédito a clientes

Esta rubrica em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 é analisada como segue:

	(milhares de Kwanzas)	
	31.12.2016	31.12.2015 Proforma
CRÉDITO INTERNO		
A empresas	42.218.113	38.112.329
Empréstimos	17.092.263	20.020.798
Obrigações do Tesouro	10.522.513	8.584.467
Descobertos	13.465.284	7.877.390
Leasing	352.690	738.076
Cartas de crédito (Nota 21)	785.363	891.598
A particulares	7.974.930	14.001.085
Habitação	925.972	1.071.817
Consumo e outros	7.048.958	12.929.268
	50.193.043	52.113.414
CRÉDITO E JUROS VENCIDOS		
Até 3 meses	515.696	22
De 3 meses a 1 ano	1.202.612	1.050.272
De 1 a 3 anos	183.461	66.580
	1.901.769	1.116.874
	52.094.812	53.230.288
PERDAS POR IMPARIDADE	(1.863.554)	(1.793.092)
	50.231.258	51.437.196

Em 31 de Dezembro de 2015, o Banco reconheceu obrigações do tesouro na categoria de empréstimos concedidos e contas a receber. Estas obrigações são em USD, remuneradas a uma taxa de 5%, com maturidade em 10 de Dezembro de 2022, e têm como objectivo o cumprimento das reservas obrigatórias em moeda estrangeira (Nota 4).

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 o Banco classificou em Crédito a clientes, por contrapartida de Outros Passivos, as cartas de crédito cuja documentação para proceder aos pagamentos contratualmente definidos foi recebida na totalidade, uma vez que a partir desse momento a responsabilidade dos pagamentos passa a ser efectiva.

O escalonamento do crédito a clientes por prazos de vencimento, em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, é como segue:

	(milhares de Kwanzas)	
	31.12.2016	31.12.2015 Proforma
Até 3 meses	4.323.999	1.174.059
De 3 meses a um ano	11.552.494	4.338.818
De um a cinco anos	21.519.837	31.785.860
Mais de cinco anos	12.402.598	14.789.840
Duração indeterminada	2.295.884	1.141.711
	52.094.812	53.230.288

Nota 10 – Crédito a clientes

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade evidenciadas no activo como correcção aos valores do crédito foram os seguintes:

	(milhares de Kwanzas)	
	31.12.2016	31.12.2015 Proforma
Saldo inicial	1.793.092	1.479.882
Dotações	1.588.436	2.066.071
Utilizações (Nota 24)	(816.166)	(409.409)
Reversões	(753.186)	(1.343.452)
Transferências	51.084	-
Diferenças de câmbio e outras	294	-
SALDO FINAL	1.863.554	1.793.092

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica Utilizações corresponde aos créditos desreconhecidos do balanço (abatidos ao activo).

A distribuição do crédito a clientes por tipo de taxa é como segue:

	(milhares de Kwanzas)	
	31.12.2016	31.12.2015 Proforma
Taxa fixa	23.314.103	28.035.427
Taxa variável	28.780.709	25.194.861
	52.094.812	53.230.288

O detalhe das exposições e imparidade constituída por segmento e por intervalo de dias de atraso é como segue:

Segmento	(milhares de Kwanzas)								
	Exposição 31.12.2016					Imparidade 31.12.2016			
	Exposição total	Crédito em cumprimento	Do qual curado	Do qual reestruturado	Crédito em incumprimento	Do qual reestruturado	Imparidade total	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento
Grandes Empresas e Banca de Investimento	39.880.643	39.880.643	-	-	-	-	358.639	358.639	-
Pequenas e Médias Empresas	3.053.473	2.337.469	28.657	-	716.004	445.394	247.578	48.632	198.946
Particulares	9.160.696	7.974.931	4.227	2.982	1.185.765	43.855	1.257.337	473.284	784.053
TOTAL	52.094.812	50.193.043	32.884	2.982	1.901.769	489.249	1.863.554	880.555	982.999

Nota 10 – Crédito a clientes

(milhares de Kwanzas)									
Segmento	Exposição 31.12.2015 Proforma						Imparidade 31.12.2015 Proforma		
	Exposição total	Crédito em cumprimento	Do qual curado	Do qual reestruturado	Crédito em incumprimento	Do qual reestruturado	Imparidade total	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento
Grandes Empresas e Banca de Investimento	35.041.948	35.025.856	-	-	16.092	-	451.751	448.533	3.218
Pequenas e Médias Empresas	3.305.291	3.086.472	-	146.438	218.819	38.925	427.373	223.098	204.275
Particulares	14.883.049	14.001.086	-	15.464	881.963	-	913.968	447.337	466.631
TOTAL	53.230.288	52.113.414	-	161.902	1.116.874	38.925	1.793.092	1.118.968	674.124

(milhares de Kwanzas)									
Segmento	Exposição 31.12.2016								Imparidade total
	Exposição total	Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento				
		Dias de atraso < 30 dias de atraso		Sub-total	Dias de atraso entre 30 e 90 dias de atraso	Dias de atraso <= 90 dias de atraso	Dias de atraso > 90 dias de atraso		
		Sem indícios	Com indícios						
Grandes Empresas e Banca de Investimento	39.880.643	36.130.931	3.444.521	39.575.452	305.191	-	-	358.639	
Pequenas e Médias Empresas	3.053.473	1.804.827	527.574	2.332.401	5.068	489.524	226.480	247.578	
Particulares	9.160.696	7.323.295	134.254	7.457.549	517.382	26.172	1.159.593	1.257.337	
TOTAL	52.094.812	45.259.053	4.106.349	49.365.402	827.641	515.696	1.386.073	1.863.554	

(milhares de Kwanzas)					
Segmento	Imparidade 31.12.2016				
	Crédito em cumprimento		Crédito em incumprimento		
	Dias de atraso < 30 dias de atraso		Dias de atraso entre 30 e 90 dias de atraso	Dias de atraso <= 90 dias de atraso	Dias de atraso > 90 dias de atraso
Grandes Empresas e Banca de Investimento		343.841	14.798	-	-
Pequenas e Médias Empresas		45.876	2.756	102.042	96.904
Particulares		311.163	162.121	17.340	766.713
TOTAL		700.880	179.675	119.382	863.617

(milhares de Kwanzas)									
Segmento	Exposição 31.12.2015 Proforma								Imparidade total
	Exposição total	Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento				
		Dias de atraso < 30 dias de atraso		Sub-total	Dias de atraso entre 30 e 90 dias de atraso	Dias de atraso <= 90 dias de atraso	Dias de atraso > 90 dias de atraso		
		Sem indícios	Com indícios						
Grandes Empresas e Banca de Investimento	35.041.948	34.972.776	7.215	34.979.991	45.865	-	16.092	451.751	
Pequenas e Médias Empresas	3.305.291	2.462.948	480.678	2.943.626	142.846	-	218.819	427.373	
Particulares	14.883.049	12.971.088	682.580	13.653.668	347.418	22	881.941	913.968	
TOTAL	53.230.288	50.406.812	1.170.473	51.577.285	536.129	22	1.116.852	1.793.092	

Nota 10 – Crédito a clientes

(milhares de Kwanzas)

Segmento	Imparidade 31.12.2015 Proforma			
	Crédito em cumprimento		Crédito em incumprimento	
	Dias de atraso < 30 dias de atraso	Dias de atraso entre 30 e 90 dias de atraso	Dias de atraso <= 90 dias de atraso	Dias de atraso > 90 dias de atraso
Grandes Empresas e Banca de Investimento	443.844	4.689	-	3.218
Pequenas e Médias Empresas	153.623	69.475	-	204.275
Particulares	433.097	14.240	2	466.629
TOTAL	1.030.564	88.404	2	674.122

O detalhe da carteira de crédito por segmento e por ano de concessão das operações relativas a 31 de Dezembro de 2016 e 2015 é como segue:

(milhares de Kwanzas)

Ano de concessão	31.12.2016									
	Grandes Empresas e Banca de Investimento			Pequenas e Médias Empresas			Particulares			
	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	
2011 e anteriores	6	7.708.834	144.537	-	-	-	35	2.398	506	
2012	2	678.243	13.572	2	551.542	10.527	296	34.075	10.543	
2013	15	9.795.616	52.576	23	820.894	44.059	2.502	1.560.319	215.736	
2014	33	8.644.980	115.050	54	281.354	92.361	3.898	3.984.660	610.321	
2015	5	10.978.448	20.136	20	203.589	40.924	4.247	2.569.969	351.230	
2016	15	2.074.522	12.768	67	1.196.094	59.707	493	1.009.275	69.001	
TOTAL	76	39.880.643	358.639	166	3.053.473	247.578	11.471	9.160.696	1.257.337	

(milhares de Kwanzas)

Ano de concessão	31.12.2015 Proforma									
	Grandes Empresas e Banca de Investimento			Pequenas e Médias Empresas			Particulares			
	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	
2010 e anteriores	-	-	-	-	-	-	5	404	17	
2011	10	5.972.222	175.335	1	24.042	721	38	1.141	145	
2012	7	448.779	16.409	8	870.805	92.552	1.001	482.378	68.224	
2013	14	7.904.799	36.309	33	215.567	82.855	3.183	3.544.968	332.112	
2014	40	8.677.802	169.696	61	537.375	69.142	4.714	6.458.510	372.711	
2015	61	12.038.346	54.002	39	1.657.502	182.103	5.266	4.395.648	140.759	
TOTAL	132	35.041.948	451.751	142	3.305.291	427.373	14.207	14.883.049	913.968	

Nota 10 – Crédito a clientes

O detalhe do montante de exposição bruta de crédito e do montante de imparidade constituída para as exposições analisadas individual e colectivamente, por segmento e sector de actividade é como segue:

1. Por Segmento

(milhares de Kwanzas)								
31.12.2016	Grandes Empresas e Banca de Investimento		Pequenas e Médias Empresas		Particulares		Total	
	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade
Imparidade individual	39.880.643	358.639	2.612.475	139.577	171.284	11.720	42.664.402	509.936
Imparidade colectiva	-	-	440.998	108.001	8.989.412	1.245.617	9.430.410	1.353.618
Imparidade IBNR	-	-	305.498	22.004	6.890.390	238.405	7.195.888	260.409
TOTAL	39.880.643	358.639	3.053.473	247.578	9.160.696	1.257.337	52.094.812	1.863.554

(milhares de Kwanzas)								
31.12.2015 Proforma	Grandes Empresas e Banca de Investimento		Pequenas e Médias Empresas		Particulares		Total	
	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade
Imparidade individual	34.861.214	443.129	2.559.586	213.602	332.773	10.024	37.753.573	666.755
Imparidade colectiva	180.734	8.622	745.705	213.771	14.550.276	903.944	15.476.715	1.126.337
Imparidade IBNR	131.963	3.964	556.438	93.764	12.664.110	399.356	13.352.511	497.084
TOTAL	35.041.948	451.751	3.305.291	427.373	14.883.049	913.968	53.230.288	1.793.092

2. Por sector de actividade

(milhares de Kwanzas)								
31.12.2016	Administração central		Comércio por grosso		Construção		Indústria extractiva	
	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade
Imparidade individual	15.959.489	-	8.245.008	203.558	2.326.217	87.118	9.374.227	80.139
Imparidade colectiva	-	-	228.494	65.485	-	-	-	-
Imparidade IBNR	-	-	150.029	16.747	-	-	-	-
TOTAL	15.959.489	-	8.473.502	269.043	2.326.217	87.118	9.374.227	80.139

(milhares de Kwanzas)							
31.12.2016	Particulares		Outras		Total		
	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	
Imparidade individual	171.284	11.720	6.588.177	127.401	42.664.402	509.936	
Imparidade colectiva	8.989.412	1.245.617	212.504	42.516	9.430.410	1.353.618	
Imparidade IBNR	6.890.390	238.405	155.469	5.257	7.195.888	260.409	
TOTAL	9.160.696	1.257.337	6.800.681	169.917	52.094.812	1.863.554	

Nota 10 – Crédito a clientes

(milhares de Kwanzas)

31.12.2015 Proforma	Administração central		Comércio por grosso		Construção		Indústria extractiva	
	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade
Imparidade individual	14.618.768	-	8.289.590	355.866	3.118.949	118.512	6.986.610	97.285
Imparidade colectiva	-	-	460.155	143.561	1.644	1.644	-	-
Imparidade IBNR	-	-	341.273	90.378	-	-	-	-
TOTAL	14.618.768	-	8.749.745	499.427	3.120.593	120.156	6.986.610	97.285

(milhares de Kwanzas)

31.12.2015 Proforma	Particulares		Outras		Total	
	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade
Imparidade individual	332.773	10.024	4.406.883	85.068	37.753.573	666.755
Imparidade colectiva	14.550.276	903.944	464.640	77.188	15.476.715	1.126.337
Imparidade IBNR	12.664.110	399.356	347.128	7.350	13.352.511	497.084
TOTAL	14.883.049	913.968	4.871.523	162.256	53.230.288	1.793.092

Em termos de geografia, a totalidade do crédito concedido é em Angola.

O detalhe da carteira de créditos reestruturados por medida de reestruturação aplicada é como segue:

(milhares de Kwanzas)

Medida aplicada	31.12.2016								
	Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento			Total		
	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade
Extensão de prazo	2	2.982	1.217	16	489.249	110.553	18	492.231	111.770

(milhares de Kwanzas)

Medida aplicada	31.12.2015 Proforma								
	Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento			Total		
	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade
Extensão de prazo	11	161.902	99.033	1	38.925	38.925	12	200.827	137.958

Nota 10 – Crédito a clientes

Os movimentos de entradas e saídas na carteira de créditos reestruturados são como segue:

	(milhares de Kwanzas)	
	31.12.2016	31.12.2015 Proforma
SALDO INICIAL DA CARTEIRA DE CRÉDITOS REESTRUTURADOS (BRUTO DE IMPARIDADE)	200.827	-
Créditos reestruturados no período	431.250	201.602
Juros corridos da carteira de créditos reestruturados	3.256	(775)
Liquidação de créditos reestruturados (parcial ou total)	(71.293)	-
Créditos reclassificados de "reestruturado" para "normal"	(32.884)	-
Créditos reestruturados abatidos ao activo	(38.925)	-
SALDO FINAL DA CARTEIRA DE CRÉDITOS REESTRUTURADOS (BRUTO DE IMPARIDADE)	492.231	200.827

O detalhe do justo valor das garantias subjacentes à carteira de crédito dos segmentos de empresas, construção e promoção imobiliária e habitação é como segue:

	(milhares de Kwanzas)							
Justo valor	31.12.2016							
	Empresas				Construção e promoção imobiliária			
	Imóveis		Outras garantias reais		Imóveis		Outras garantias reais	
	Número de imóveis	Montante	Número	Montante	Número de imóveis	Montante	Número	Montante
< 50M AOA	37	272.146	9	253.312	-	-	-	-
>= 50M AOA e < 100M AOA	9	699.251	5	351.961	-	-	-	-
>= 100M AOA e < 500M AOA	3	664.836	3	500.124	-	-	-	-
>= 500M AOA e < 1.000M AOA	3	2.340.548	-	-	-	-	-	-
>= 1.000M AOA e < 2.000M AOA	-	-	3	4.480.870	-	-	-	-
>= 2.000M AOA e < 5.000M AOA	-	-	1	3.318.060	-	-	-	-
>= 5.000M AOA	-	-	1	6.636.120	-	-	1	3.318.060
TOTAL	52	3.976.781	22	15.540.447	-	-	1	3.318.060

	(milhares de Kwanzas)			
Justo valor	31.12.2016			
	Habitação			
	Imóveis		Outras garantias reais	
	Número de imóveis	Montante	Número	Montante
< 50M AOA	3	93.287	1	39.485
>= 50M AOA e < 100M AOA	-	-	-	-
>= 100M AOA e < 500M AOA	-	-	1	121.340
>= 500M AOA e < 1.000M AOA	-	-	-	-
>= 1.000M AOA e < 2.000M AOA	-	-	-	-
>= 2.000M AOA e < 5.000M AOA	-	-	-	-
>= 5.000M AOA	-	-	-	-
TOTAL	3	93.287	2	160.825

Nota 10 – Crédito a clientes

(milhares de Kwanzas)

Justo valor	31.12.2015 Proforma							
	Empresas				Construção e promoção imobiliária			
	Imóveis		Outras garantias reais		Imóveis		Outras garantias reais	
	Número de imóveis	Montante	Número	Montante	Número de imóveis	Montante	Número	Montante
< 50M AOA	1	20.000	30	399.701	-	-	-	-
>= 50M AOA e < 100M AOA	4	318.210	1	67.658	-	-	-	-
>= 100M AOA e < 500M AOA	5	1.333.518	2	550.000	1	425.084	-	-
>= 500M AOA e < 1000M AOA	4	3.050.667	-	-	-	-	-	-
>= 1.000M AOA e < 2.000M AOA	-	-	-	-	-	-	-	-
>= 2.000M AOA e < 5.000M AOA	-	-	4	11.176.202	-	-	-	-
>= 5.000M AOA	-	-	1	5.412.600	-	-	-	-
TOTAL	14	4.722.395	38	17.606.161	1	425.084	-	-

(milhares de Kwanzas)

Justo valor	Habitação			
	Imóveis		Outras garantias reais	
	Número de imóveis	Montante	Número	Montante
< 50M AOA	2	53.727	-	-
>= 50M AOA e < 100M AOA	-	-	-	-
>= 100M AOA e < 500M AOA	-	-	-	-
>= 500 MAOA e < 1.000 MAOA	-	-	-	-
>= 1.000M AOA e < 2.000M AOA	-	-	-	-
>= 2.000M AOA e < 5.000M AOA	-	-	-	-
>= 5.000M AOA	-	-	-	-
TOTAL	2	53.727	-	-

Nota 10 – Crédito a clientes

O rácio financiamento-garantia dos segmentos de empresas, construção e promoção imobiliária e habitação é como segue:

(milhares de Kwanzas)					
31.12.2016					
Segmento/Rácio	Número de imóveis	Número de outras garantias reais	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento	Imparidade
EMPRESAS					
Sem garantia associada	-	-	10.984.111	293.865	336.533
>= 75% e <100%	-	1	7.824.763	-	66.871
>= 100%	52	21	5.123.533	422.139	115.695
CONSTRUÇÃO E PROMOÇÃO IMOBILIÁRIA					
Sem garantia associada	-	-	2.076.757	-	82.129
>= 100%	-	1	249.460	-	4.989
HABITAÇÃO					
Sem garantia associada	-	-	751.420	-	35.623
>= 100%	3	2	175.198	-	6.053
TOTAL	55	25	27.185.242	716.004	647.893

(milhares de Kwanzas)					
31.12.2015 Proforma					
Segmento/Rácio	Número de imóveis	Número de outras garantias reais	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento	Imparidade
EMPRESAS					
Sem garantia associada	-	-	7.852.460	203.161	545.804
< 50%	-	22	756.666	-	-
>= 50% e < 75%	1	-	97.271	-	2.918
>= 75% e <100%	-	3	2.810.627	-	83.345
>= 100%	13	13	8.887.693	-	126.845
CONSTRUÇÃO E PROMOÇÃO IMOBILIÁRIA					
Sem garantia associada	-	-	2.947.126	31.749	115.904
>= 100%	1	-	141.717	-	4.252
HABITAÇÃO					
Sem garantia associada	-	-	1.052.761	54.387	35.562
>= 100%	2	-	19.738	-	437
TOTAL	17	38	24.566.059	289.297	915.067

Nota 10 – Crédito a clientes

O Banco detém apenas um imóvel recebido em dação de um processo de recuperação de crédito, no valor de AOA 1.494.234 milhares (Nota 11). Trata-se de um edifício comercial construído, executado em Dezembro de 2015.

A distribuição da carteira de crédito medida por graus de risco internos é como segue:

Segmento	31.12.2016							(milhares de Kwanzas)
	Grau de risco Baixo			Grau de risco Médio		Grau de risco Elevado		
	A	B	C	D	E	F	G	
Grandes Empresas e Banca de Investimento	15.959.489	23.921.155	-	-	-	-	-	-
Pequenas e Médias Empresas	-	2.255.927	-	181.047	-	41.786	574.712	
Particulares	-	7.412.580	399.470	122.605	352.359	137.384	736.298	
TOTAL	15.959.489	33.589.662	399.470	303.652	352.359	179.170	1.311.010	

Segmento	31.12.2015 Proforma							(milhares de Kwanzas)
	Grau de risco Baixo			Grau de risco Médio		Grau de risco Elevado		
	A	B	C	D	E	F	G	
Grandes Empresas e Banca de Investimento	14.618.768	7.182.327	13.175.679	44.836	20.337	-	-	
Pequenas e Médias Empresas	37.268	801.954	2.095.612	-	-	29.170	341.287	
Particulares	281.777	221.416	13.452.947	177.956	293.561	81.022	374.371	
TOTAL	14.937.813	8.205.697	28.724.238	222.792	313.898	110.192	715.658	

Em 31 de Dezembro de 2016, os níveis de risco internos de A a G apresentados na tabela acima estão de acordo com a classificação do Instrutivo nº 9/2015 do Banco Nacional de Angola sobre a metodologia para a constituição de provisões. Este Instrutivo ainda é aplicável para efeitos dos rácios prudenciais. Em 31 de Dezembro de 2015, os níveis de risco internos de A a G estão de acordo com a classificação do Aviso nº 3/2012 do Banco Nacional de Angola sobre a concessão e a classificação das operações de crédito.

A divulgação dos factores de risco associados ao modelo de imparidade por segmento é como segue:

Segmento	Imparidade 31.12.2016				Imparidade 31.12.2015 Proforma			
	Probabilidade de incumprimento (%)		Perda dado o incumprimento (%)	Perda dado o incumprimento (%)	Probabilidade de incumprimento (%)		Perda dado o incumprimento (%)	Perda dado o incumprimento (%)
	< 30 dias sem indícios	< 30 dias com indícios			< 30 dias sem indícios	< 30 dias com indícios		
Grandes Empresas e Banca de Investimento	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Pequenas e Médias Empresas	8%	42%	76%	65%	5%	18%	52%	65%
Particulares	5%	17%	61%	65%	2%	15%	40%	65%

Nota 11 – Activos não correntes detidos para venda

Esta rubrica em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 é analisada como segue:

	(milhares de Kwanzas)	
	31.12.2016	31.12.2015 Proforma
ACTIVOS TANGÍVEIS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA		
Imóveis	1.494.234	1.494.331
	1.494.234	1.494.331

Os valores apresentados referem-se a um imóvel recebido em dação em Dezembro de 2015. O valor de mercado para este imóvel, à data de Janeiro 2016, obtido através de entidades externas independentes é significativamente superior ao valor contabilístico.

O movimento dos activos não correntes detidos para venda durante o exercício de 2016 e 2015 foi como segue:

	(milhares de Kwanzas)	
	31.12.2016	31.12.2015 Proforma
SALDO INICIAL	1.494.331	-
Entradas	-	1.494.331
Outros movimentos	(97)	-
SALDO FINAL	1.494.234	1.494.331

Nota 12 – Outros activos tangíveis

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica apresentou o seguinte movimento:

	(milhares de Kwanzas)				
	31.12.2015 Proforma	Aquisições/ Dotações	Alienações/ Abates	Transferências	31.12.2016
CUSTOS					
IMÓVEIS					
De serviço próprio	919.568	215	-	-	919.783
Obras em imóveis arrendados	1.191.748	60.745	(44.719)	44.106	1.251.880
	2.111.316	60.960	(44.719)	44.106	2.171.663
EQUIPAMENTO					
Equipamento informático	651.600	104.567	(13.030)	11	743.148
Mobiliário e material	610.704	15.979	(12.621)	17.151	631.213
Máquinas e ferramentas	440.408	9.219	(731)	(11)	448.885
Material de transporte	103.943	33.735	(6.664)	-	131.014
Outros	2.259	-	-	-	2.259
	1.808.914	163.500	(33.046)	17.151	1.956.519
ACTIVOS TANGÍVEIS EM CURSO					
Obras em imóveis arrendados	46.308	-	(2.202)	(44.106)	-
Equipamento	17.364	117.155	-	(17.151)	117.368
Outros	111.490	138.373	(111.490)	-	138.373
	175.162	255.528	(113.692)	(61.257)	255.741
	4.095.392	479.988	(191.457)	-	4.383.923
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS					
IMÓVEIS					
De serviço próprio	(28.971)	(15.974)	-	-	(44.945)
Obras em imóveis arrendados	(773.034)	(237.111)	36.659	-	(973.486)
	(802.005)	(253.085)	36.659	-	(1.018.431)
EQUIPAMENTO					
Equipamento informático	(450.469)	(114.830)	12.932	(11)	(552.378)
Mobiliário e material	(245.725)	(81.903)	5.740	-	(321.888)
Máquinas e ferramentas	(131.966)	(56.060)	531	11	(187.484)
Material de transporte	(75.634)	(22.686)	6.664	-	(91.656)
Outros	(475)	(237)	-	-	(712)
	(904.269)	(275.716)	25.867	-	(1.154.118)
	(1.706.274)	(528.801)	62.526	-	(2.172.549)
	2.389.118	(48.813)	(128.931)	-	2.211.374

Em 31 de Dezembro de 2016, os abates na rubrica de obras em imóveis arrendados estão relacionados com agências encerradas em 2016.

Em 31 de Dezembro de 2016, a rubrica de activos tangíveis em curso inclui *hardware* adquirido em 2016, mas cuja entrada em funcionamento deverá ocorrer em 2017.

Em 31 de Dezembro de 2016, a alienação no valor de AOA 111.490 milhares na rubrica de activos tangíveis em curso – outros corresponde a uma reclassificação para activos intangíveis, nomeadamente para a rubrica de sistema de tratamento automático de dados.

Nota 12 – Outros activos tangíveis

	(milhares de Kwanzas)				
	01.01.2015 Proforma	Aquisições/ Dotações	Alienações/ Abates	Transferências	31.12.2015 Proforma
CUSTOS					
IMÓVEIS					
De serviço próprio	931.533	10.050	(22.015)	-	919.568
Obras em imóveis arrendados	1.242.942	19.928	(71.122)	-	1.191.748
	2.174.475	29.978	(93.137)	-	2.111.316
EQUIPAMENTO					
Equipamento informático	560.274	50.117	(60)	41.269	651.600
Mobiliário e material	606.359	6.337	(1.992)	-	610.704
Máquinas e ferramentas	436.474	41.155	(2.277)	(34.944)	440.408
Material de transporte	90.715	20.032	(6.804)	-	103.943
Outros	2.259	-	-	-	2.259
	1.696.081	117.641	(11.133)	6.325	1.808.914
ACTIVOS TANGÍVEIS EM CURSO					
Obras em imóveis arrendados	-	11.950	-	34.358	46.308
Equipamento	24.488	16.944	-	(24.068)	17.364
Outros	-	111.490	-	-	111.490
	24.488	140.384	-	10.290	175.162
	3.895.044	288.003	(104.270)	16.615	4.095.392
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS					
IMÓVEIS					
De serviço próprio	(37.729)	(18.378)	27.136	-	(28.971)
Obras em imóveis arrendados	(511.138)	(294.535)	32.639	-	(773.034)
	(548.867)	(312.913)	59.775	-	(802.005)
EQUIPAMENTO					
Equipamento informático	(329.265)	(120.282)	49	(971)	(450.469)
Mobiliário e material	(151.815)	(94.482)	572	-	(245.725)
Máquinas e ferramentas	(81.194)	(52.536)	793	971	(131.966)
Material de transporte	(55.967)	(25.248)	5.581	-	(75.634)
Outros	(237)	(238)	-	-	(475)
	(618.478)	(292.786)	6.995	-	(904.269)
	(1.167.345)	(605.699)	66.770	-	(1.706.274)
	2.727.699	(317.696)	(37.500)	16.615	2.389.118

Nota 13 – Activos intangíveis

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica apresentou o seguinte movimento:

	(milhares de Kwanzas)		
	31.12.2015 Proforma	Aquisições/ Dotações	31.12.2016
ACTIVOS INTANGÍVEIS			
ADQUIRIDOS A TERCEIROS			
Sistema de tratamento automático de dados	409.909	155.158	565.067
Certificados escolares	80.083	-	80.083
	489.992	155.158	645.150
AMORTIZAÇÃO ACUMULADA			
Sistema de tratamento automático de dados	(198.290)	(72.822)	(271.112)
	(198.290)	(72.822)	(271.112)
	291.702	82.336	374.038

	(milhares de Kwanzas)			
	01.01.2015 Proforma	Aquisições/ Dotações	Transferências	31.12.2015 Proforma
ACTIVOS INTANGÍVEIS				
ADQUIRIDOS A TERCEIROS				
Sistema de tratamento automático de dados	381.582	15.282	13.045	409.909
Gastos com desenvolvimento	29.660	-	(29.660)	-
Certificados escolares	80.083	-	-	80.083
	491.325	15.282	(16.615)	489.992
AMORTIZAÇÃO ACUMULADA				
Sistema de tratamento automático de dados	(149.411)	(48.879)	-	(198.290)
	(149.411)	(48.879)	-	(198.290)
	341.914	(33.597)	(16.615)	291.702

Nota 14 – Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica inclui apenas a participação do Banco no capital da EMIS - Empresa Interbancária de Serviços, S.A.R.L. (EMIS), com sede em Luanda, a qual se encontra valorizada pelo custo de aquisição uma vez que o Banco detém uma participação inferior a 10% do capital votante.

A EMIS foi constituída em Angola com a função de gestão dos meios electrónicos de pagamentos e serviços completos.

Durante os exercícios de 2015 e 2014 esta entidade não distribuiu dividendos.

Adicionalmente, à data de emissão deste relatório ainda não se encontravam disponíveis as contas desta participada, referentes ao exercício de 2016.

Nota 14 – Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

(milhares de Kwanzas)

	Participação			Demonstrações financeiras da EMIS					
				2015			2014		
	%	Nº acções	Valor de balanço	Activo Líquido	Fundos próprios	Resultado do exercício	Activo Líquido	Fundos próprios	Resultado do exercício
EMIS	1,97%	17.927	44.290	5.595.471	1.551.051	32.813	4.718.461	1.477.413	111.025

Nota 15 – Impostos

O Banco encontra-se sujeito a tributação em sede de imposto industrial, sendo considerado fiscalmente um contribuinte do Grupo A.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

O cálculo do imposto corrente dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 foi apurado nos termos dos números 1 e 2 do Artigo 4º, da Lei n.º 19 / 14, de 22 de Outubro, sendo a taxa de imposto aplicável de 30%.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de 5 anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, em eventuais correcções ao lucro tributável dos exercícios de 2012 a 2016. No entanto, não é previsível que qualquer correcção relativa a estes exercícios venha a ocorrer e, caso ocorra, não são esperados impactos significativos nas Demonstrações financeiras.

Os prejuízos fiscais apurados em determinado exercício, conforme disposto no artigo 46.º do Código do Imposto Industrial, podem ser deduzidos aos lucros tributáveis dos três anos posteriores.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço. Assim, para o exercício de 2016 e 2015, o imposto diferido foi, em termos gerais, apurado com base numa taxa de 30%.

Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 podem ser analisados como seguem:

(milhares de Kwanzas)

	Activo		Passivo		Líquido	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Instrumentos financeiros	140.167	140.167	-	-	140.167	140.167
Crédito a clientes (comissões)	85.898	129.685	-	-	85.898	129.685
Provisões e Imparidades	159.734	148.540	-	-	159.734	148.540
Prejuízos fiscais reportáveis	1.936	427.633	-	-	1.936	427.633
ACTIVO/(PASSIVO) POR IMPOSTO DIFERIDO	387.735	846.025	-	-	387.735	846.025

Nota 15 – Impostos

O Banco avaliou a recuperabilidade dos seus impostos diferidos em balanço tendo por base a expectativa de lucros futuros tributáveis.

Os movimentos ocorridos nas rubricas de impostos diferidos de balanço tiveram as seguintes contrapartidas:

	(milhares de Kwanzas)	
	31.12.2016	31.12.2015
SALDO INICIAL	846.025	1.685.635
Reconhecido em resultados	(458.289)	(778.578)
Reconhecido em outras reservas	-	(61.040)
Variação cambial e outros	(1)	8
SALDO NO FINAL (ACTIVO/(PASSIVO))	387.735	846.025

O imposto reconhecido em resultados e reservas durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 teve as seguintes origens:

	(milhares de Kwanzas)			
	31.12.2016		31.12.2015	
	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas
Crédito a clientes (comissões)	43.787	-	12.382	-
Outros activos tangíveis	-	-	-	(61.040)
Provisões e Imparidades	(11.195)	-	(19.304)	-
Prejuízos fiscais reportáveis	425.697	-	254.095	-
IMPOSTOS DIFERIDOS	458.289	-	247.173	(61.040)
IMPOSTOS CORRENTES	-	-	531.405	-
TOTAL DE IMPOSTO RECONHECIDO	458.289	-	778.578	(61.040)

A reconciliação da taxa de imposto, na parte respeitante ao montante reconhecido em resultados, pode ser analisada como segue:

	(milhares de Kwanzas)			
	31.12.2016		31.12.2015	
	%	Valor	%	Valor
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		8.336.049		6.045.539
Imposto apurado com base na taxa de imposto	30,0%	2.500.815	30,0%	1.813.662
Benefícios fiscais em rendimentos de títulos de dívida pública	-35,9%	(2.994.052)	-25,7%	(1.553.624)
(Proveitos)/Custos não dedutíveis	2,0%	121.464	1,6%	94.313
Reversão de Imposto diferido activo sobre prejuízos fiscais	5,1%	425.697	4,2%	254.095
Imposto de Aplicação de Capitais	4,3%	358.586	1,9%	115.021
Outros	0,5%	45.779	0,9%	55.111
IMPOSTO DO EXERCÍCIO	5,5%	458.289	12,9%	778.578

Nota 15 – Impostos

Os proveitos dos títulos da dívida pública resultantes de Obrigações do Tesouro e de Bilhetes do Tesouro emitidos pelo Estado Angolano, até 31 de Dezembro de 2012, cuja emissão se encontra regulamentada pela Lei-quadro da Dívida Pública Directa (Lei n.º 16/02, de 5 de Dezembro), bem como pelos Decretos Regulamentares números 51/03 e 52/03, de 8 de Julho, gozam de isenção de todos os impostos. Tal facto é complementado pelo disposto na alínea c) do número 1 do Artigo 23º do Código do Imposto Industrial (Lei n.º 18/92, de 3 de Julho), em vigor até 31 de Dezembro de 2014, onde é referido expressamente que não se consideram como proveitos os rendimentos que provierem de quaisquer títulos da dívida pública angolana, para efeitos do apuramento do Imposto Industrial a pagar.

Os proveitos dos títulos da dívida pública resultantes de Obrigações do Tesouro e de Bilhetes do Tesouro emitidos pelo Estado Angolano, após 31 de Dezembro de 2012 estão sujeitos a tributação em Imposto de Aplicação da Capitais, conforme definido na alínea k) do número 1 do artigo 9º do Decreto Legislativo Presidencial n.º 2/2014 de 20 de Outubro. Os rendimentos tributados em sede de Imposto de Aplicação de Capitais não estão sujeitos a imposto Industrial, conforme disposto no artigo 47º do Código de Imposto Industrial (Lei n.º 19/14 de 12 de Outubro).

Desta forma, na determinação do lucro tributável para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, tais proveitos foram deduzidos ao lucro tributável.

De igual forma, o custo apurado com a liquidação de Imposto de Aplicação de Capitais, está excluído dos custos fiscalmente aceites para apuramento da matéria colectável, conforme disposto na alínea a) do número 1 do artigo 18º do Código de Imposto Industrial.

Em 2016 o Banco procedeu á anulação total de impostos diferidos activos, resultantes de prejuízos fiscais apurados no exercício de 2013, cujo valor ascendia os AOA 1.419 milhares dado ter chegado ao fim o período previsto para a sua dedução à matéria colectável, conforme regulamentado no número 1 do artigo 48º do Código de Imposto Industrial.

O detalhe dos prejuízos e créditos fiscais reportáveis é analisado como segue:

Ano	Base	Imposto	Anos Caducidade
2013	1.418.988.807	-	2016
2014	242.465.096	6.543.412	2017

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de cinco anos, podendo resultar devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais correcções ao lucro tributável. O Conselho de Administração do Banco entende que eventuais liquidações adicionais que possam resultar destas revisões não serão significativas para as demonstrações financeiras anexas.

O detalhe dos activos por impostos correntes é analisado como segue:

	(milhares de Kwanzas)	
	31.12.2016	31.12.2015
Liquidações provisórias	99.765	94.378
Retenções na fonte	394	186
SALDO	100.159	94.564

Nota 15 – Impostos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o saldo da rubrica liquidações provisórias corresponde à liquidação provisória obrigatória efectuada no mês de Agosto, apurada através da aplicação de uma taxa de 2% sobre o resultado derivado das operações de intermediação financeira, apurados nos primeiros seis meses do exercício fiscal anterior, excluídos os proveitos sujeitos a imposto sobre aplicação de capitais (Nota 2.10.1).

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de Passivos por Impostos Correntes no montante de AOA 493.891 milhares e AOA 134.692 milhares, respectivamente, diz respeito ao valor do IAC a liquidar pelo Banco em Janeiro do exercício seguinte.

Nota 16 – Outros activos

A rubrica Outros activos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 é analisada como segue:

	(milhares de Kwanzas)	
	31.12.2016	31.12.2015 Proforma
Outros devedores	589.082	586.003
Outros activos	470.058	358.863
Despesas com custo diferido	454.771	675.556
Outras operações a regularizar	65.001	389.040
Proveitos a receber	56.078	33.931
	1.634.990	2.043.393
PERDAS POR IMPARIDADE	(201.000)	(205.954)
	1.433.990	1.837.439

Nota 16 – Outros activos

Em 31 de Dezembro de 2016, a rubrica Outros devedores inclui AOA 225.510 milhares relativos a quatro adiantamentos a fornecedores em Dezembro de 2016 que aguardam a realização do serviço, e um adiantamento a um fornecedor em 2012 no valor de AOA 25.371 milhares que se encontra em litígio. O valor em litígio encontra-se totalmente provisionado em 31 de Dezembro de 2016 e 2015.

Adicionalmente, a rubrica de Outros devedores inclui AOA 160.060 milhares (2015: AOA 434.348 milhares) relacionados com adiantamentos a colaboradores do subsídio de transporte e alojamento. Inclui ainda os custos associados com a escritura do imóvel recebido em dação (Nota 11), no valor de AOA 63.354 milhares (2015: 48.462 milhares). Este valor encontra-se totalmente provisionado.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica outros activos inclui AOA 353.173 milhares e AOA 283.282 milhares, respectivamente, relativos ao ajustamento de justo valor dos créditos concedidos a colaboradores, que no âmbito das IFRS é considerado em benefícios a colaboradores.

Em 31 de Dezembro de 2016, a rubrica despesas com custo diferido inclui AOA 189.101 milhares referente ao seguro de saúde do Banco (2015: AOA 144.689 milhares) e AOA 143.746 milhares referentes a rendas de agências (2015: AOA 446.326 milhares).

Em 31 de Dezembro de 2015, a rubrica outras operações a regularizar inclui o valor nominal de instrumentos financeiros derivados, nomeadamente, um forward cambial contratado com uma sociedade não financeira e com maturidade em Junho de 2016. Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de outras operações a regularizar inclui ainda operações de compra e venda de moeda a aguardar liquidação financeira, tendo as mesmas sido liquidadas nos primeiros dias de 2017 e 2016, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2016, a rubrica proveitos a receber inclui AOA 46.082 milhares de comissões recebidas por arrecadação de impostos a recuperar da Administração Geral Tributária. Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica inclui adicionalmente comissões de consultoria a receber do Standard Bank de África do Sul (Nota 34).

Os movimentos ocorridos em perdas por imparidade em Outros activos são apresentados como segue:

	(milhares de Kwanzas)				
	31.12.2015 Proforma	Dotações	Reversões	Utilizações	31.12.2016
Perdas por imparidade nos Outros Activos	205.954	14.876	(19.830)	-	201.000

	(milhares de Kwanzas)				
	01.01.2015 Proforma	Dotações	Reversões	Utilizações	31.12.2015
Perdas por imparidade nos Outros Activos	47.318	180.583	(17.972)	(3.975)	205.954

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, as perdas por imparidade em Outros activos incluem AOA 131.583 milhares associados ao imóvel recebido em dação (Nota 11).

Nota 17 – Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito

A rubrica de Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito é apresentada como segue:

	(milhares de Kwanzas)	
	31.12.2016	31.12.2015 Proforma
RECURSOS PRÓPRIOS OU DE TERCEIROS EM TRÂNSITO		
Valores pendentes de contagem	368.427	525.000
Outras operações pendentes de liquidação	214.959	89.274
Cheques visados e bancários	105.392	273.364
Outros recursos	19.254	7.810
	708.032	895.448
	708.032	895.448

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica Valores pendentes de contagem regista os sacos de notas que entraram nas agências mas que ainda não foram contados e reclassificados para as contas de depósitos de clientes.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica Outras operações pendentes de liquidação incluem as utilizações dos cartões de débito de clientes a liquidar no dia seguinte.

A totalidade dos Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 têm maturidade até 3 meses.

Nota 18 – Recursos de clientes e outros empréstimos

O saldo da rubrica recursos de clientes e outros empréstimos é composta, quanto à sua natureza, como segue:

	(milhares de Kwanzas)	
	31.12.2016	31.12.2015 Proforma
Depósitos à ordem	187.756.003	178.762.790
Depósitos a prazo	59.864.170	51.763.031
Depósitos recebidos como colateral	90.109.287	45.255.647
	337.729.460	275.781.468

Nota 18 – Recursos de clientes e outros empréstimos

Em 31 de Dezembro de 2016, a rubrica Depósitos recebidos como colateral inclui AOA 87.298.884 milhares referentes a recursos em moeda nacional para cobertura de solicitações de clientes para compra de moeda estrangeira. Em 31 de Dezembro de 2015, este montante era de AOA 42.281.782 milhares.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o valor remanescente na rubrica Depósitos recebidos como colateral é referente a montantes cativos para garantia de crédito concedido e cartas de crédito.

O escalonamento dos recursos de clientes e outros empréstimos por prazos de vencimento, em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, é como segue:

	(milhares de Kwanzas)	
	31.12.2016	31.12.2015 Proforma
EXIGÍVEL À VISTA	277.865.290	224.018.437
EXIGÍVEL A PRAZO		
Até 3 meses	53.834.327	46.606.535
De 3 meses a um ano	6.012.958	4.745.465
De um a cinco anos	16.885	411.031
	59.864.170	51.763.031
	337.729.460	275.781.468

Nota 19 – Provisões

	(milhares de Kwanzas)					
	31.12.2015 Proforma	Dotações	Reversões	Utilizações	Transferências	31.12.2016
PROVISÕES (PASSIVO)						
Outras provisões para riscos e encargos	296.666	100.201	(85.371)	-	-	311.496
Provisões para garantias e compromissos assumidos (Nota 24)	161.586	221.506	(241.316)	-	(51.084)	90.692
	458.252	321.707	(326.687)	-	(51.084)	402.188

	(milhares de Kwanzas)					
	01.01.2015 Proforma	Dotações	Reversões	Utilizações	Transferências	31.12.2015 Proforma
PROVISÕES (PASSIVO)						
Outras provisões para riscos e encargos	199.765	195.949	(86.685)	(12.363)	-	296.666
Provisões para garantias e compromissos assumidos (Nota 24)	82.140	139.339	(59.893)	-	-	161.586
	281.905	335.288	(146.578)	(12.363)	-	458.252

Nota 19 – Provisões

O saldo da rubrica de provisões visa a cobertura de determinadas contingências devidamente identificadas, decorrente da actividade do Banco, sendo revistas em cada data de reporte de forma a reflectir a melhor estimativa do montante e respectiva probabilidade de pagamento.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, as Outras provisões para riscos e encargos incluem AOA 173.745 milhares de provisões para responsabilidades eventuais com reformas, de acordo com a Lei nº 2/2000 e com os artigos 218º e 262º da Lei Geral do Trabalho (Nota 2.11). Em 2015 foi publicada a Lei nº 7/2015 (Lei Geral do Trabalho) que veio revogar a Lei nº 2/2000 e que deixou de prever a necessidade de constituição de provisões para responsabilidades eventuais com reformas. O Banco encontra-se a analisar de que forma irá reverter este montante em benefícios aos colaboradores.

Em 31 de Dezembro de 2016, esta rubrica inclui adicionalmente AOA 92.675 milhares (2015: AOA 84.675 milhares) relativo a contingências fiscais, AOA 14.000 milhares (2015: AOA 20.400 milhares) relativo a contingências legais, e AOA 31.077 milhares (2015: AOA 3.743 milhares) relacionados com falhas operacionais no processamento de instruções de clientes e na liquidação de operações de créditos e depósitos.

Nota 20 – Passivos subordinados

Esta rubrica é analisada como segue:

Empresa emitente	Designação	Moeda	Data de emissão	Valor de Emissão (em USD)	Valor de Balanço em milhares de Kwanzas		Taxa de juro	Maturidade
					31.12.2016	31.12.2015 Proforma		
Standard Bank South Africa, SA	Dívida subordinada	USD	23/04/2013	30.000	5.045.386	4.102.793	Libor +3,6% (4,6% a partir do 5º ano)	22/05/2023 (possibilidade de reembolso antecipado a partir do 5º ano)

O movimento ocorrido durante o exercício de 2016, na rubrica de Passivos subordinados, no valor de AOA 942.593 milhares está relacionado com juro corrido em balanço e variação cambial.

Nota 21 – Outros passivos

A rubrica Outros passivos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 é analisada como segue:

	(milhares de Kwanzas)	
	31.12.2016	31.12.2015 Proforma
Obrigações com pessoal (Nota 2.11.3)	1.725.621	1.127.681
Custos administrativos e de comercialização a pagar	1.151.833	812.920
Cartas de crédito (Nota 10)	785.363	891.598
Saldos com entidades relacionadas	532.658	613.970
Encargos fiscais a pagar - retidos de terceiros	348.807	175.691
Fornecedores	107.605	120.962
Contribuição para a Segurança Social	32.820	26.033
Comissões por operações extrapatrimoniais	23.889	86.673
Custos por compra e venda de moedas estrangeiras	64	6.883
Instrumentos financeiros derivados	-	388.873
Outros	83.816	139.507
	4.792.476	4.390.791

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o saldo da rubrica Obrigações com pessoal inclui os custos a pagar com férias e subsídio de férias dos colaboradores e férias não gozadas pagáveis em caso de saída do colaborador. Inclui adicionalmente o acréscimo de custos do prémio anual de produtividade do Banco.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o saldo da rubrica Custos administrativos e de comercialização a pagar diz respeito a acréscimo de custos com fornecimentos de terceiros, não facturados.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os saldos com entidades relacionadas incluem essencialmente a comissão de franchising a pagar e custos incorridos com pessoal do Grupo Standard Bank cedido ao SBA.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o saldo da rubrica de Fornecedores inclui os valores a pagar a fornecedores, cujo custo foi reconhecimento nos exercícios respectivos.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica Custos por compra e venda de moedas estrangeiras regista operações de compra e venda de moeda a aguardar liquidação financeira, tendo as mesmas sido liquidadas nos primeiros dias de 2017 e 2016, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2015, a rubrica Instrumentos financeiros derivados corresponde ao valor nominal de instrumentos financeiros derivados, nomeadamente, um forward cambial contratado com uma sociedade não financeira e com maturidade em Junho de 2016.

Nota 22 – Reservas, Resultados Transitados e Outro Rendimento Integral

Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de activos financeiros disponíveis para venda, líquidas de imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores.

Os movimentos ocorridos nestas rubricas foram os seguintes:

	(milhares de Kwanzas)		
	Outras Reservas e Resultados Transitados		
	Activos financeiros disponíveis para venda	Reservas por impostos diferidos	Total Reserva de justo valor
SALDO EM 1 DE JANEIRO DE 2015 PROFORMA	(670.666)	201.200	(469.466)
Alterações de justo valor	232.844	(61.040)	171.804
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 PROFORMA	(437.822)	140.160	(297.662)
Alterações de justo valor	2.513.192	-	(2.513.192)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	(2.951.014)	140.160	(2.810.854)

O movimento da reserva de justo valor, pode ser assim analisado:

	(milhares de Kwanzas)	
	31.12.2016	31.12.2015 Proforma
SALDO NO INÍCIO DO PERÍODO	(297.662)	(469.466)
Variação de justo valor	(2.513.192)	232.844
Impostos diferidos reconhecidos no período em reservas (Nota 15)	-	(61.040)
SALDO NO FINAL DO PERÍODO	(2.810.854)	(297.662)

O Banco deixou de reconhecer o imposto diferido activo associado à reserva de reavaliação por se encontrar em situação de prejuízos fiscais e não ser demonstrável a sua recuperabilidade.

Nota 22 – Reservas, Resultados Transitados e Outro Rendimento Integral

Outras reservas e Resultados transitados

	(milhares de Kwanzas)			
	Outras Reservas e Resultados Transitados			Total Outras Reservas e Resultados Transitados
	Reserva Legal	Outras reservas	Resultados Transitados	
SALDO EM 1 DE JANEIRO DE 2015 PROFORMA	-	52.030	(1.334.334)	(1.282.304)
Outros movimentos	-	50.294	-	50.294
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 PROFORMA	-	102.324	(1.334.334)	(1.232.010)
Constituição de reservas	748.012	-	4.620.051	5.368.063
Outros movimentos	-	(99.689)	-	(99.689)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	748.012	2.635	3.285.717	4.036.364

Em 31 de Dezembro de 2016, a Reserva legal no montante de AOA 748.012 milhares só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o Capital.

A legislação angolana aplicável exige que a Reserva legal seja anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do seu capital social.

Em 31 de Dezembro de 2015, o Banco procedeu à reclassificação das opções sobre acções do Standard Bank da África do Sul (share options) da conta de Outras Obrigações para Outras Reservas, no valor de AOA 4.527 milhares, e Resultados Transitados, no valor de AKZ 45.767 milhares. Em 31 de Dezembro de 2016, o valor das opções sobre acções é de AOA 2.635 milhares.

Em 31 de Dezembro de 2016, a rubrica de Outros movimentos inclui o movimento de transição relacionado com a aplicação da taxa de juro efectiva à carteira de instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda (Nota 38).

Nota 23 – Capital Social

Acções ordinárias

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o capital social do Banco, no valor de AOA 9.530.007 milhares, encontrava-se representado por 1.000.000 acções ordinárias, totalmente subscritas e realizadas por diferentes accionistas, nomeadamente:

	Nº acções	Valor nominal em milhares de Kwanzas	% Capital Social	
			31.12.2016	31.12.2015
Standard Bank Group Limited	509.996	4.860.265	51%	51%
AAA Activos, Lda.	490.000	4.669.703	49%	49%
Outros accionistas	4	39	0,00040%	0,00040%
	1.000.000	9.530.007	100%	100%

Nota 24 – Rubricas extrapatrimoniais

Esta rubrica é apresentada como segue:

	(milhares de Kwanzas)	
	31.12.2016	31.12.2015 Proforma
RESPONSABILIDADES DE TERCEIROS		
Garantias recebidas	18.996.860	17.858.971
RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS		
Garantias prestadas	8.113.186	3.159.909
Cartas de crédito	1.034.188	1.933.595
Limites de crédito não utilizados	8.116.678	7.734.777
	17.264.052	12.828.281
RESPONSABILIDADES POR PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		
Depósito e guarda de valores	107.348.852	21.933.818
OPERAÇÕES CAMBIAIS		
Compras de moedas estrangeiras a liquidar	2.792.606	276.625
Vendas de moedas estrangeiras a liquidar	(2.766.009)	(273.918)
	26.597	2.707
VALOR ACTUAL DOS CRÉDITOS		
Créditos mantidos no activo	52.094.812	53.230.288
Créditos transferidos para prejuízo (Nota 10)	1.225.655	409.489
	53.320.467	53.639.777

As garantias prestadas são operações bancárias que não se traduzem por mobilização de fundos por parte do Banco.

As cartas de crédito são compromissos irrevogáveis, por parte do Banco, por conta dos seus clientes, de pagar/mandar pagar um montante determinado ao fornecedor de uma dada mercadoria ou serviço, dentro de um prazo estipulado, contra a apresentação de documentos referentes à expedição da mercadoria ou prestação do serviço. A condição de irrevogável consiste no facto de não ser viável o seu cancelamento ou alteração sem o acordo expreso de todas as partes envolvidas. As cartas de crédito são registadas no balanço a partir do momento em que toda a documentação é recebida pelo Banco.

Os limites de crédito não utilizados são na sua totalidade irrevogáveis e, de forma geral, são contratados por prazos fixos de um ano. Substancialmente todos os compromissos de concessão de crédito em vigor requerem que os clientes mantenham determinados requisitos verificados aquando da contratualização dos mesmos.

Não obstante as particularidades destes compromissos, a apreciação destas operações obedece aos mesmos princípios básicos de uma qualquer outra operação comercial, nomeadamente o da solvabilidade, quer do cliente, quer do negócio que lhe está subjacente, sendo que o Banco requer que estas operações sejam devidamente colateralizadas quando necessário. Uma vez que é expectável que a maioria dos mesmos expire sem ter sido utilizado, os montantes indicados não representam necessariamente necessidades de caixa futuras.

Nota 24 – Rubricas extrapatrimoniais

Os instrumentos financeiros contabilizados como Responsabilidades perante terceiros estão sujeitos aos mesmos procedimentos de aprovação e controlo aplicados à carteira de crédito nomeadamente quanto à avaliação da adequação das provisões constituídas tal como descrito na política contabilística descrita na Nota 2.2 a exposição máxima de crédito é representada pelo valor nominal que poderia ser perdido relativo aos passivos contingentes e outros compromissos assumidos pelo Banco na eventualidade de incumprimento pelas respectivas contrapartes, sem ter em consideração potenciais recuperações de crédito ou colaterais.

Em 2016 e 2015, as provisões para prestação de garantias e compromissos assumidos ascendiam a AOA 90.692 milhares e AOA 161.586 milhares, respectivamente (Nota 19).

Nota 25 – Margem Financeira

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de Kwanzas)						
	2016			2015 Proforma		
	De activos/ passivos ao custo amortizado e activos disponíveis para venda	De activos/ passivos ao justo valor através de resultados	Total	De activos/ passivos ao custo amortizado e activos disponíveis para venda	De activos/ passivos ao justo valor através de resultados	Total
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES						
Juros de crédito a clientes	6.372.447	-	6.372.447	5.367.945	-	5.367.945
Juros de activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	931.353	931.353	-	214.576	214.576
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	163.242	-	163.242	197.351	-	197.351
Juros de activos financeiros disponíveis para venda	11.903.306	-	11.903.306	4.887.896	-	4.887.896
Juros de investimentos detidos até à maturidade	311.892	-	311.892	-	-	-
Juros de derivados	-	-	-	-	4.182	4.182
Outros juros e proveitos similares	55.633	-	55.633	92.167	-	92.167
	18.806.520	931.353	19.737.873	10.545.359	218.758	10.764.117
JUROS E ENCARGOS SIMILARES						
Juros de recursos de clientes	3.341.056	-	3.341.056	1.342.243	-	1.342.243
Juros de passivos subordinados	247.944	-	247.944	167.870	-	167.870
Juros de derivados	-	4.182	4.182	-	-	-
	3.589.000	4.182	3.593.182	1.510.113	-	1.510.113
MARGEM FINANCEIRA	15.217.520	927.171	16.144.691	9.035.246	218.758	9.254.004

Em 31 de Dezembro de 2016, a rubrica de juros de crédito a clientes inclui o montante de AOA 130.198 milhares (2015: AOA 25.802 milhares) relativos a proveitos de crédito com sinais de imparidade (análise individual e colectiva).

Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2016, a rubrica de juros de crédito a clientes inclui o montante de AOA 136.813 milhares (2015: AOA 137.438 milhares) relativo a comissões contabilizadas de acordo com o método da taxa de juro efectiva.

Nota 26 - Rendimentos de serviços e comissões

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de Kwanzas)	
	31.12.2016	31.12.2015 Proforma
RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES		
Por transferências	1.005.756	810.028
Por operações de crédito	755.164	376.884
Por manutenção de conta	556.114	286.849
Por levantamentos	344.079	731.272
Por transporte de valores	173.404	76.881
Por compensação electrónica	218.293	131.423
Por garantias prestadas	200.954	139.617
Por créditos documentários	167.753	129.658
Por outros serviços bancários prestados	211.957	87.639
Por consultoria financeira	115.225	70.356
Por mediação	64.172	144.118
Por emissão de cheques	14.927	13.324
Outras	617	2.031
	3.828.415	3.000.080
ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES		
Por serviços bancários prestados por terceiros	269.563	207.561
Por transporte de valores	266.331	3.454
Por limites não utilizados	71.169	80.696
Outras	314	104.670
	607.377	396.381
TOTAL	3.221.038	2.603.699

Nota 27 – Resultados de activos avaliados ao justo valor através de resultados

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de Kwanzas)					
	31.12.2016			31.12.2015 Proforma		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
TÍTULOS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO						
TÍTULOS						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	260.749	(58.566)	202.183	369.729	(32.324)	337.405
	260.749	(58.566)	202.183	369.729	(32.324)	337.405

Nota 28 – Resultados de activos financeiros disponíveis para venda

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de Kwanzas)					
	31.12.2016			31.12.2015 Proforma		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	55.925	-	55.925	355.492	-	355.492
	55.925	-	55.925	355.492	-	355.492

Nota 29 – Resultados Cambiais

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de Kwanzas)	
	31.12.2016	31.12.2015 Proforma
Resultados de operações de compra e venda de moeda	3.098.120	4.377.851
Resultados da reavaliação de activos e passivos	723.970	988.113
	3.822.090	5.365.964

Nota 30 – Outros resultados de exploração

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de Kwanzas)	
	2016	2015 Proforma
OUTROS PROVEITOS / (CUSTOS) DE EXPLORAÇÃO		
Impostos directos e indirectos	(1.257.451)	(423.511)
Perdas operacionais	(41.627)	(70.937)
Penalidades aplicadas por entidades reguladoras	(34.028)	(724)
Outros ganhos e perdas em outros activos tangíveis (Nota 12)	(17.441)	(37.500)
Outros custos de exploração	(15.661)	(139.166)
Quotizações e donativos	(1.833)	(15.550)
Outros proveitos de exploração	10.420	480.560
	(1.357.621)	(206.828)

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de Impostos directos e indirectos inclui o valor total de impostos sobre aplicação de capitais (IAC) suportado pelo Banco.

Em 31 de Dezembro de 2015, a rubrica de Outros proveitos de exploração inclui a redução de obrigações para com o Grupo no valor de AOA 433.455 milhares, tendo este assumido parte dos custos iniciais com o escritório de representação do Standard Bank da África do Sul em Angola.

Nota 31 – Custos com pessoal

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de Kwanzas)	
	2016	2015 Proforma
Salários e subsídios	5.854.316	4.554.489
Bónus de performance	1.313.012	999.858
Encargos sociais obrigatórios	257.054	204.915
Outros	33.139	35.688
CUSTOS DIRECTOS	7.457.521	5.794.950
CUSTOS INDIRECTOS	603.691	370.931
TOTAL	8.061.212	6.165.881

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica Salários e subsídios inclui diversos subsídios atribuídos aos colaboradores, nomeadamente, subsídio de alojamento, subsídio de transporte, subsídio de férias e mês de férias, no montante de AOA 1.330.202 milhares e AOA 1.109.204 milhares, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o número de trabalhadores do Banco corresponde a 565 e 576, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 os colaboradores dividiam-se nas seguintes categorias profissionais:

	2016	2015
Administradores executivos	3	2
Director	20	23
Coordenador	164	214
Técnico	362	317
Administrativo	16	20
	565	576

Nota 31 – Custos com pessoal

(milhares de Kwanzas)							
	Conselho de Administração			Comissão de Auditoria	Conselho Fiscal	Comité de Gestão	Total
	Comissão Executiva	Outros Órgãos sociais	Total				
31 DE DEZEMBRO DE 2016							
Remunerações e outros benefícios de curto prazo	96.947	-	96.947	-	-	214.569	311.516
Remunerações variáveis	87.979	16.076	104.055	2.244	9.574	33.089	148.962
SUB TOTAL	184.926	16.076	201.002	2.244	9.574	247.658	460.478
Benefícios e outros encargos sociais	33.235	-	33.235	-	-	8.024	41.259
TOTAL	218.161	16.076	234.237	2.244	9.574	255.682	501.737
31 DE DEZEMBRO DE 2015 PROFORMA							
Remunerações e outros benefícios de curto prazo	110.626	-	110.626	-	-	152.114	262.740
Remunerações variáveis	32.926	4.681	37.607	648	3.324	17.549	59.128
SUB TOTAL	143.552	4.681	148.233	648	3.324	169.663	321.868
Benefícios e outros encargos sociais	16.260	-	16.260	-	-	1.649	17.909
TOTAL	159.812	4.681	164.493	648	3.324	171.312	339.777

Nota 32 – Fornecimentos e serviços de terceiros

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de Kwanzas)		
	2016	2015 Proforma
Alugueres	1.016.521	903.120
Comissão de franchising e outros custos com o Grupo	919.797	574.174
Auditorias, Consultorias e Outros Serviços	594.736	590.018
Segurança, Conservação e Reparação	564.694	690.978
Comunicações	392.097	390.190
Transporte, Deslocações e Alojamentos	249.229	274.008
Publicações, Publicidade e Propaganda	180.939	200.572
Seguros	99.478	105.684
Materiais diversos	79.406	123.113
Água e Energia	63.886	103.336
Outros Fornecimentos de Terceiros	103.323	64.456
	4.264.106	4.019.649

Nota 32 – Fornecimentos e serviços de terceiros

No exercício de 2016, os honorários dos auditores externos foram de AOA 50.621 milhares.

Os vencimentos das rendas vincendas relativas a contratos de locação operacional (rendas de agências) não canceláveis são como segue:

	(milhares de Kwanzas)	
	2016	2015 Proforma
Até um ano	139.214	265.361
De um a cinco anos	2.269.499	716.676
Mais de cinco anos	-	-
	2.408.713	982.037

Estes contratos têm cláusulas que prevêm a possibilidade de renovação.

Nota 33 – Resultados por Acção

Resultados por acção básicos

Os resultados por acção básicos são calculados efectuando a divisão do resultado atribuível aos accionistas do Banco pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação durante o ano.

	(milhares de Kwanzas)	
	2016	2015 Proforma
Resultado líquido	7.877.760	5.237.566
Número médio de acções ordinárias em circulação	1.000.000	1.000.000
RESULTADO POR ACÇÃO BÁSICO	7.878	5.238

Resultados por acção diluídos

Os resultados por acção diluídos são calculados ajustando o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras ao número médio ponderado de acções ordinárias em circulação e ao resultado líquido do Banco.

Os resultados por acção diluídos não diferem dos resultados por acção básicos.

Nota 34 – Transacção com partes relacionadas

O valor das transacções do Banco com partes relacionadas em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, assim como os respectivos custos e proveitos reconhecidos no período em análise, resume-se como segue:

	(milhares de Kwanzas)					
	2016			2015		
	Accionista	Subsidiárias e participadas de accionistas	Orgãos sociais	Accionista	Subsidiárias e participadas de accionistas	Orgãos sociais
BALANÇO						
ACTIVO						
DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO						
Standard Bank South Africa	-	21.154.009	-	-	1.560.372	-
Standard Bank Mauricias	-	7.639	-	-	1.705	-
Stanbic Ibtc Bank Plc	-	1.735	-	-	1.955	-
Standard Bank Namibia	-	1.637	-	-	-	-
APLICAÇÕES EM BANCOS CENTRAIS E EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO						
Standard Bank Isle of Man	-	8.295.689	-	-	-	-
Standard Bank South Africa	-	12.462.413	-	-	10.825.284	-
CRÉDITO A CLIENTES						
Cartões de crédito	-	-	110	33	-	1.365
OUTROS ACTIVOS						
Standard Bank South Africa	-	32.167	-	-	41.210	-
TOTAL		41.955.289	110	33	12.430.526	1.365
PASSIVO						
RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS						
AAA Activos, Lda	15.771	-	-	665.920	-	-
AAA Seguros, SA	-	3.673.346	-	-	39.970	-
Outros	444.961	-	11.675	254.318	-	2.545
PASSIVOS SUBORDINADOS						
Standard Bank South Africa	-	5.045.386	-	-	4.102.793	-
OUTROS PASSIVOS						
Standard Bank South Africa	-	872.189	-	-	816.509	-
Standard Bank Isle of Man	-	69.343	-	-	8.882	-
Standard Bank Namibia	-	-	-	-	6.980	-
Standard Bank London	-	36.061	-	-	35.808	-
TOTAL	460.732	9.696.325	11.675	920.238	5.010.942	2.545

Nota 34 – Transacção com partes relacionadas

(milhares de Kwanzas)						
	2016			2015		
	Accionista	Subsidiárias e participadas de accionistas	Orgãos sociais	Accionista	Subsidiárias e participadas de accionistas	Orgãos sociais
RESULTADOS						
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES						
Standard Bank Isle of Man	-	12.435	-	-	8.516	-
Standard Bank South Africa	-	103.794	-	-	14.460	-
JUROS E ENCARGOS SIMILARES						
Standard Bank South Africa	-	(247.944)	-	-	(167.870)	-
RENDIMENTOS E ENCARGOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES						
Standard Bank Isle of Man	-	(70.573)	-	-	(80.696)	-
RESULTADOS CAMBIAIS						
Standard Bank South Africa	-	643	-	-	4.871	-
CUSTOS COM O PESSOAL						
Standard Bank South Africa	-	(45.740)	-	-	(20.866)	-
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS DE TERCEIROS						
Standard Bank South Africa	-	(919.797)	-	-	(574.174)	-
AAA Activos, Lda	(99.761)	-	-	(72.802)	-	-
OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO						
Standard Bank South Africa	-	-	-	-	433.455	-
TOTAL	(99.761)	(1.167.182)	-	(72.802)	(382.304)	-

Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão do Banco pode ser analisado na Nota 31 Custos com pessoal.

Todas as transacções efectuadas com partes relacionadas são realizadas a preços normais de mercado, obedecendo ao princípio do justo valor.

Nota 35 – Justo valor de activos e passivos financeiros

O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa. A geração de fluxos de caixa dos diferentes instrumentos é feita com base nas respectivas características financeiras e as taxas de desconto utilizadas consideram as operações mais recentemente concedidas pelo Banco.

Assim, o justo valor obtido encontra-se influenciado pelos parâmetros utilizados no modelo de avaliação, que necessariamente incorporam algum grau de subjectividade, e reflecte exclusivamente o valor atribuído aos diferentes instrumentos financeiros.

Nota 35 – Justo valor de activos e passivos financeiros

O justo valor dos activos e passivos financeiros para o Banco é apresentado como segue:

(milhares de Kwanzas)						
	Custo amortizado	Valorizados ao justo valor			Total valor de balanço	Justo valor
		Cotações de mercado (Nível 1)	Modelos de valorização com parâmetros observáveis no mercado (Nível 2)	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado (Nível 3)		
31 DE DEZEMBRO DE 2016						
Caixa e disponibilidades bancos centrais	163.445.642	-	-	-	163.445.642	163.445.642
Disponibilidades em outras instituições de crédito	23.994.889	-	-	-	23.994.889	23.994.889
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	20.758.102	-	-	-	20.758.102	20.758.102
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	9.944.275	-	9.944.275	9.944.275
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	73.074.604	-	73.074.604	73.074.604
Investimentos detidos até à maturidade	20.310.120	-	-	-	20.310.120	20.288.680
Crédito a clientes	50.231.258	-	-	-	50.231.258	49.739.151
ACTIVOS FINANCEIROS	278.740.011	-	83.018.879	-	361.758.890	361.245.343
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	708.032	-	-	-	708.032	708.032
Recursos de clientes e outros empréstimos	337.729.460	-	-	-	337.729.460	337.104.346
Passivos subordinados	5.045.386	-	-	-	5.045.386	5.156.404
PASSIVOS FINANCEIROS	343.482.878	-	-	-	343.482.878	342.968.782

Nota 35 – Justo valor de activos e passivos financeiros

(milhares de Kwanzas)

	Valorizados ao justo valor					Total valor de balanço	Justo valor	
	Custo amortizado	Cotações de mercado (Nível 1)	Modelos de valorização com parâmetros observáveis no mercado (Nível 2)	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado (Nível 3)				
31 DE DEZEMBRO DE 2015								
Caixa e disponibilidades bancos centrais	115.054.300	-	-	-	-	115.054.300	115.054.300	
Disponibilidades em outras instituições de crédito	21.019.372	-	-	-	-	21.019.372	21.019.372	
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	10.825.284	-	-	-	-	10.825.284	10.825.284	
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	7.520.977	-	-	7.520.977	7.520.977	
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	86.146.747	-	-	86.146.747	86.146.747	
Crédito a clientes	51.437.196	-	-	-	-	51.437.196	52.099.858	
ACTIVOS FINANCEIROS	198.336.152	-	93.667.724	-	-	292.003.876	292.666.538	
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	895.448	-	-	-	-	895.448	895.448	
Recursos de clientes e outros empréstimos	275.781.468	-	-	-	-	275.781.468	275.155.051	
Passivos subordinados	4.102.793	-	-	-	-	4.102.793	4.181.630	
PASSIVOS FINANCEIROS	280.779.709	-	-	-	-	280.779.709	280.232.129	

O Banco utiliza a seguinte hierarquia de justo valor, com três níveis na valorização de instrumentos financeiros (activos ou passivos), a qual reflecte o nível de julgamento, a observabilidade dos dados utilizados e a importância dos parâmetros aplicados na determinação da avaliação do justo valor do instrumento, de acordo com o disposto na IFRS 13:

Nível 1: O justo valor é determinado com base em preços cotados não ajustados, capturados em transacções em mercados activos envolvendo instrumentos financeiros idênticos aos instrumentos a avaliar. Existindo mais que um mercado activo para o mesmo instrumento financeiro, o preço relevante é o que prevalece no mercado principal do instrumento, ou o mercado mais vantajoso para os quais o acesso existe;

Nível 2: O justo valor é apurado a partir de técnicas de avaliação suportadas em dados observáveis em mercados activos, sejam dados directos (preços, taxas, spreads...) ou indirectos (derivados), e pressupostos de valorização semelhantes aos que uma parte não relacionada usaria na estimativa do justo valor do mesmo instrumento financeiro. Inclui ainda instrumentos cuja valorização é obtida através de cotações divulgadas por entidades independentes mas cujos mercados têm liquidez mais reduzida; e,

Nível 3: O justo valor é determinado com base em dados não observáveis em mercados activos, com recurso a técnicas e pressupostos que os participantes do mercado utilizariam para avaliar os mesmos instrumentos, incluindo hipóteses acerca dos riscos inerentes, à técnica de avaliação utilizada e aos inputs utilizados e contemplados processos de revisão da acuidade dos valores assim obtidos.

Nota 35 – Justo valor de activos e passivos financeiros

O Banco considera um mercado activo para um dado instrumento financeiro, na data de mensuração, dependendo do volume de negócios e da liquidez das operações realizadas, da volatilidade relativa dos preços cotados e da prontidão e disponibilidade da informação, devendo, para o efeito verificar as seguintes condições mínimas:

- Existência de cotações diárias frequentes de negociação no último ano;
- As cotações acima mencionadas alteram-se com regularidade;
- Existem cotações executáveis de mais do que uma entidade;

Um parâmetro utilizado numa técnica de valorização é considerado um dado observável no mercado se estiverem reunidas as condições seguintes:

- Se o seu valor é determinado num mercado activo;
- Se existe um mercado OTC e é razoável assumir-se que se verificam as condições de mercado activo, com a excepção da condição de volumes de negociação; e,
- O valor do parâmetro pode ser obtido pelo cálculo inverso dos preços dos instrumentos financeiros e ou derivados onde os restantes parâmetros necessários à avaliação inicial são observáveis num mercado líquido ou num mercado OTC que cumprem com os parágrafos anteriores.

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros registados no balanço ao custo amortizado são analisados como segue:

Caixa e disponibilidades em bancos centrais, Disponibilidades em outras instituições de crédito e Aplicações em Bancos Centrais e em outras instituições de crédito

Estes activos são de muito curto prazo pelo que o valor de balanço é uma estimativa razoável do seu respectivo justo valor.

Activos financeiros detidos para negociação, Passivos financeiros detidos para negociação, Activos financeiros disponíveis para venda e Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados

Estes instrumentos financeiros estão contabilizados ao justo valor. O justo valor tem como base as cotações de mercado (*Bid-price*), sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assenta na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as curvas de taxa de juro de mercado ajustadas pelos factores associados, predominantemente o risco de crédito e o risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e prazos respectivos.

Os valores respeitantes às taxas de muito curto prazo são obtidos de fonte semelhante mas referentes ao mercado monetário interbancário. As taxas de juro para os prazos específicos dos fluxos de caixa são determinadas por métodos de interpolação adequados. As mesmas curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projecção dos fluxos de caixa não determinísticos como por exemplo os indexantes.

As taxas de juro de mercado para o AOA são apuradas com base nas taxas de juro dos bilhetes do tesouro para as várias maturidades.

Caso exista opcionalidade envolvida, utilizam-se os modelos standard considerando as superfícies de volatilidade aplicáveis. Sempre que se entenda que não existem referências de mercado de qualidade suficiente ou que os modelos disponíveis não se aplicam integralmente face às características do instrumento financeiro, utilizam-se cotações específicas fornecidas por uma entidade externa, tipicamente a contraparte do negócio.

Investimentos detidos até à maturidade

O justo valor destes instrumentos financeiros é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis. Caso não existam, o justo valor é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos.

Nota 35 – Justo valor de activos e passivos financeiros

Crédito a clientes

O justo valor do crédito a clientes é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas. As taxas de desconto utilizadas são as taxas actuais praticadas para empréstimos com características similares.

Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito

O justo valor destes passivos é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros, considerando que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. Estes passivos são de muito curto prazo pelo que o valor de balanço é uma estimativa razoável do seu respectivo justo valor.

Recursos de clientes e outros empréstimos

O justo valor destes instrumentos financeiros é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros. A taxa de desconto utilizada é a que reflecte as taxas praticadas para os depósitos com características similares à data do balanço. Considerando que as taxas de juro aplicáveis são renovadas por períodos inferiores a um ano, não existem diferenças materialmente relevantes no seu justo valor.

Passivos subordinados

O justo valor é baseado em cotações de mercado quando disponíveis; caso não existam, é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assenta na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as taxas actuais praticadas para empréstimos com características similares.

Relativamente às taxas de câmbio, o Banco utiliza nos seus modelos de avaliação a taxa spot observada no mercado no momento da avaliação.

Nota 36 – Balanço e Demonstração de Resultados por segmento

Em 31 de Dezembro de 2016, o balanço por segmento é apresentado como segue:

(milhares de Kwanzas)			
	31.12.2016		
	Pequenas e Médias Empresas e Particulares	Grandes empresas e Banca de Investimento	Total
BALANÇO			
ACTIVO			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	33.073.273	130.372.369	163.445.642
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	23.994.889	23.994.889
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	20.758.102	20.758.102
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	9.944.275	9.944.275
Activos financeiros disponíveis para venda	-	73.074.604	73.074.604
Investimentos detidos até à maturidade	-	20.310.120	20.310.120
Crédito a clientes	10.709.254	39.522.004	50.231.258
Activos não correntes detidos para venda	-	1.494.234	1.494.234
Outros activos tangíveis	2.197.638	13.736	2.211.374
Activos intangíveis	374.038	-	374.038
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	44.290	44.290
Activos por impostos correntes	50.079	50.080	100.159
Activos por impostos diferidos	269.392	118.343	387.735
Outros activos	1.171.305	262.685	1.433.990
TOTAL DE ACTIVO	47.844.979	319.959.731	367.804.710
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO			
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	-	708.032	708.032
Recursos de clientes e outros empréstimos	57.383.386	280.346.074	337.729.460
Provisões	201.094	201.094	402.188
Passivos por impostos correntes	246.945	246.946	493.891
Passivos subordinados	1.176.508	3.868.878	5.045.386
Outros passivos	(11.887.170)	16.679.646	4.792.476
TOTAL DO PASSIVO	47.120.763	302.050.670	349.171.433
Capital Social	2.155.501	7.374.506	9.530.007
Reservas de reavaliação	(635.760)	(2.175.094)	(2.810.854)
Outras reservas e resultados transitados	912.947	3.123.417	4.036.364
Resultado líquido	(1.708.472)	9.586.232	7.877.760
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	724.216	17.909.061	18.633.277
TOTAL DO PASSIVO E DO CAPITAL PRÓPRIO	47.844.979	319.959.731	367.804.710

Nota 36 – Balanço e Demonstração de Resultados por segmento

Em 2016, a demonstração de resultados por segmento é apresentada como segue:

	(milhares de Kwanzas)		
	31.12.2016		
	Pequenas e Médias Empresas e Particulares	Grandes empresas e Banca de Investimento	Total
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS			
Juros e rendimentos similares	5.244.854	14.493.019	19.737.873
Juros e encargos similares	(305.643)	(3.287.539)	(3.593.182)
MARGEM FINANCEIRA	4.939.211	11.205.480	16.144.691
Rendimentos de serviços e comissões	2.472.304	1.356.111	3.828.415
Encargos com serviços e comissões	(218.338)	(389.039)	(607.377)
Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	-	202.183	202.183
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	-	55.925	55.925
Resultados cambiais	-	3.822.090	3.822.090
Outros resultados de exploração	(341.653)	(1.015.968)	(1.357.621)
PRODUTO DA ACTIVIDADE BANCÁRIA	6.851.524	15.236.782	22.088.306
PRODUTO DA ACTIVIDADE BANCÁRIA E SEGURADORA			
Custos com pessoal	(4.492.010)	(3.569.202)	(8.061.212)
Fornecimentos e serviços de terceiros	(2.190.687)	(2.073.419)	(4.264.106)
Depreciações e amortizações do exercício	(365.393)	(236.230)	(601.623)
Provisões líquidas de anulações	2.490	2.490	4.980
Imparidade para crédito a clientes líquida de reversões e recuperações	(1.073.675)	238.425	(835.250)
Imparidade para outros activos líquida de reversões e recuperações	2.482	2.482	4.964
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	(1.265.274)	9.601.323	8.336.049
Impostos sobre os resultados			
Diferidos	(443.198)	(15.091)	(458.289)
RESULTADO LÍQUIDO	(1.708.472)	9.586.232	7.877.760

Nota 37 – Gestão de Riscos da Actividade

O Banco está sujeito a riscos de diversa ordem no âmbito do desenvolvimento da sua actividade. A gestão dos riscos é efectuada de forma centralizada em relação aos riscos específicos de cada negócio.

A política de gestão de risco do Banco visa a manutenção, em permanência, de uma adequada relação entre os seus capitais próprios e a actividade desenvolvida, assim como a correspondente avaliação do perfil de risco/retorno por linha de negócio.

Neste âmbito, assume uma particular relevância o acompanhamento e controlo dos principais tipos de riscos financeiros - crédito, mercado, liquidez e operacional - a que se encontra sujeita a actividade do Banco.

Nota 37 – Gestão de Riscos da Actividade

Principais Categorias de Risco

Crédito – O risco de crédito encontra-se associado ao grau de incerteza de recuperação do investimento e do seu retorno, por incapacidade quer de um devedor (e do seu garante, se existir), provocando deste modo uma perda financeira para o credor. O risco de crédito encontra-se patente em títulos de dívida ou outros saldos a receber.

Mercado – O conceito de risco de mercado reflecte a perda potencial que pode ser registada por uma determinada carteira em resultado de alterações de taxas (de juro e de câmbio) e/ou dos preços dos diferentes instrumentos financeiros que a compõem, considerando quer as correlações existentes entre eles, quer as respectivas volatilidades. Assim, o Risco de Mercado engloba o risco de taxa de juro, cambial e outros riscos de preço.

Liquidez – O risco de liquidez reflecte a incapacidade do Banco cumprir com as suas obrigações associadas a passivos financeiros a cada data de vencimento, sem incorrer em perdas significativas decorrentes de uma degradação das condições de acesso ao financiamento (risco de financiamento) e/ou de venda dos seus activos por valores inferiores aos valores habitualmente praticados em mercado (risco de liquidez de mercado).

Operacional – Como risco operacional entende-se a perda potencial resultante de falhas ou inadequações nos processos internos, nas pessoas ou nos sistemas, ou ainda as perdas potenciais resultantes de eventos externos.

Organização Interna

O Standard Bank Angola encara a gestão dos riscos como elemento central da visão e estratégia da Instituição. Assim, o modelo de gestão do risco é independente das áreas geradoras do risco e apresenta mecanismos de decisão e controlo directamente dependentes do Conselho de Administração.

A gestão dos riscos é da competência do Conselho de Administração e dos seus comités. O Conselho de Administração é o órgão responsável pela estratégia do risco na instituição apoiando-se em Comités que têm como principais funções o aconselhamento do Órgão de Administração no que respeita à estratégia de Gestão do Risco e à supervisão da actuação da função de gestão do risco conforme prevista pelo BNA.

O Conselho de Administração delega na Comissão Executiva a gestão corrente dos riscos. Ao nível da Comissão Executiva o pelouro da gestão do risco é da competência do Presidente da Comissão Executiva.

A função de gestão do risco é exercida de forma autónoma e independente pela Direcção de Risco destinada a identificar, avaliar, monitorizar, controlar e prestar informações de todos os riscos relevantes da actividade desenvolvida pela Instituição.

Para o Standard Bank de Angola a gestão do Risco é também uma forma de otimizar o uso do capital e a selecção das melhores oportunidades de negócio, ponderando a relação entre o risco e o retorno para melhor responder às necessidades dos clientes e maximizar a criação de valor para os nossos accionistas.

Assim, e seguindo as melhores práticas internacionais o modelo de gestão do Risco obedece ao princípio das “Três Linhas de Defesa”, tendo subjacente a atribuição de responsabilidades aos diversos intervenientes na gestão do Risco, e define de forma clara a delegação de poderes e os canais de comunicação que estão formalizados nas políticas do Banco.

A responsabilidade pela gestão do Risco dentro de cada linha de actuação encontra-se no nível funcional e dos comités do Conselho de Administração. Estas linhas de defesa garantem a segregação de funções e independência do modelo. As três linhas de actuação são descritas de seguida:

1. Gestão das Unidades de Negócio e de Suporte

O principal responsável pela Gestão do Risco do Banco. A apreciação, avaliação e mensuração de riscos é um processo contínuo que está integrado nas actividades quotidianas do negócio. Este processo inclui a implementação de estrutura de Gestão do Risco, identificação de problemas e tomada de medidas correctivas sempre que necessário.

Nota 37 – Gestão de Riscos da Actividade

2. Gestão do Risco

As funções de Gestão do Risco do Banco são primariamente responsáveis pela definição da estrutura de Gestão do Risco e políticas, proporcionando a supervisão e informação independente para a gestão executiva através do Comité de Gestão de Risco de Crédito e do Comité de Gestão de Activos e Passivos.

As funções de Gestão do Risco das unidades de negócios visam implementar o modelo de Gestão do Risco, aprovar os limites de aceitação de risco dentro de mandatos específicos e fornecer uma visão geral da eficácia da Gestão do Risco pela primeira linha de defesa.

3. Auditoria Interna

Fornecer uma avaliação independente da adequação e eficácia do Sistema de Controlo Interno do Banco, do quadro global de Gestão do Risco, através da aprovação de um Plano de Auditoria anual e consequente emissão de relatórios para o Conselho de Administração e seus Comités.

Avaliação de riscos

Risco de Crédito

Os modelos de risco de crédito desempenham um papel essencial no processo de decisão de crédito. O processo de decisão de operações da carteira de crédito baseia-se num conjunto de políticas recorrendo a modelos de *scoring* para as carteiras de clientes Particulares e de rating para o segmento de Empresas.

As decisões de crédito dependem das classificações de risco e do cumprimento de diversas regras sobre a capacidade financeira e o comportamento dos proponentes.

Seguidamente apresenta-se a informação relativa à exposição do Banco ao risco de crédito:

	(milhares de Kwanzas)		
	31.12.2016		
	Valor contabilístico bruto	Imparidade	Valor contabilístico líquido
PATRIMONIAIS			
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	9.944.275	-	9.944.275
Activos financeiros disponíveis para venda	73.074.604	-	73.074.604
Investimentos detidos até à maturidade	20.310.120	-	20.310.120
Crédito a clientes	52.094.812	(1.863.554)	50.231.258
	155.423.811	(1.863.554)	153.560.257
EXTRAPATRIMONIAIS			
Garantias prestadas	8.113.186	(63.529)	8.049.657
Cartas de crédito	1.034.188	(3.639)	1.030.549
Limites não utilizados	8.116.678	(23.524)	8.093.154
	17.264.052	(90.692)	17.173.360
TOTAL	172.687.863	(1.954.246)	170.733.617

Nota 37 – Gestão de Riscos da Actividade

(milhares de Kwanzas)			
	31.12.2015 Proforma		
	Valor contabilístico bruto	Imparidade	Valor contabilístico líquido
PATRIMONIAIS			
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	7.520.977	-	7.520.977
Activos financeiros disponíveis para venda	86.146.747	-	86.146.747
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	-
Crédito a clientes	53.230.288	(1.793.092)	51.437.196
	146.898.012	(1.793.092)	145.104.920
EXTRAPATRIMONIAIS			
Garantias prestadas	3.159.909	(93.666)	3.066.243
Cartas de crédito	1.933.595	(67.808)	1.865.787
Limites não utilizados	7.734.777	(112)	7.734.665
	12.828.281	(161.586)	12.666.695
TOTAL	159.726.293	(1.954.678)	157.771.615

Relativamente ao nível da qualidade do risco de crédito dos activos financeiros, em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 é como segue:

(milhares de Kwanzas)					
	Origem do rating	Nível de rating	31.12.2016		
			Exposição bruta	Imparidade	Exposição líquida
Patrimoniais	Rating interno	A	119.288.488	-	119.288.488
		B	33.589.662	(707.709)	32.881.953
		C	399.470	(88.215)	311.255
		D	303.652	(114.115)	189.537
		E	352.359	(219.091)	133.268
		F	179.170	(117.401)	61.769
		G	1.311.010	(617.023)	693.987
TOTAL			155.423.811	(1.863.554)	153.560.257

Nota 37 – Gestão de Riscos da Actividade

			(milhares de Kwanzas)		
			31.12.2015 Proforma		
	Origem do rating	Nível de rating	Exposição bruta	Imparidade	Exposição líquida
Patrimoniais	Rating interno	A	108.605.537	-	108.605.537
		B	8.205.698	(83.342)	8.122.356
		C	28.724.236	(851.146)	27.873.090
		D	222.791	(22.468)	200.323
		E	313.899	(65.295)	248.604
		F	110.192	(55.182)	55.010
		G	715.659	(715.659)	-
TOTAL			146.898.012	(1.793.092)	145.104.920

Os níveis de risco internos de A a G apresentados na tabela acima estão de acordo com a classificação do Instrutivo n.º 09/2015 do BNA sobre a metodologia para a constituição de provisões. Este Instrutivo ainda é aplicável para efeitos dos rácios prudenciais.

Comparativamente a 31 de Dezembro de 2015, em 2016 houve a passagem da maioria dos créditos de nível C para B, tendo em conta a revisão do Instrutivo n.º 09/2015 do BNA sobre a metodologia para a constituição de provisões.

Nota 37 – Gestão de Riscos da Actividade

A repartição por sectores de actividade da exposição ao risco de crédito, em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, encontra-se apresentada como segue:

(milhares de Kwanzas)							
	31.12.2016						
	Crédito a clientes		Responsabilidades perante terceiros	Exposição total	Peso relativo	Imparidade	
	Vincendo	Vencido				Valor	Imparidade/Exposição total
EMPRESAS							
Administração central	119.288.488	-	-	119.288.488	69%	-	-
Actividades financeiras	-	-	5.403.869	5.403.869	3%	(57.760)	1%
Comércio por grosso e a retalho	11.208.772	662.349	7.701.201	19.572.322	11%	(350.278)	2%
Indústria extractiva	9.374.227	-	-	9.374.227	5%	(80.139)	1%
Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais	2.448.253	-	983.140	3.431.393	2%	(52.575)	2%
Construção	2.326.217	-	1.591.200	3.917.417	2%	(88.145)	2%
Indústrias transformadoras	648.360	-	464.899	1.113.259	1%	(9.190)	1%
Indústrias alimentares e de bebidas	203.022	-	324.894	527.916	0,3%	(3.403)	1%
Transportes, armazenagem e comunicações	2.908	53.655	331.331	387.893	0,2%	(39.805)	10%
Actividades informáticas e conexas	37.486	-	-	37.486	-	(1.264)	3%
Fabricação de máquinas e aparelhos eléctricos	8.136	-	-	8.136	-	(745)	9%
Fabricação de outros produtos minerais não metálicos	1.242	-	-	1.243	-	(42)	3%
PARTICULARES							
Consumo	6.626.410	1.182.196	444.117	8.252.723	5%	(1.202.830)	15%
Habituação	925.972	-	-	925.972	1%	(41.664)	4%
Outros fins	422.549	3.569	19.401	445.519	-	(26.406)	6%
TOTAL	153.522.042	1.901.769	17.264.052	172.687.863	100%	(1.954.246)	1%

Nota 37 – Gestão de Riscos da Actividade

(milhares de Kwanzas)							
	31.12.2015 Proforma						
	Crédito a clientes		Responsabilidades perante terceiros	Exposição total	Peso relativo	Imparidade	
	Vincendo	Vencido				Valor	Imparidade/Exposição total
EMPRESAS							
Administração central	108.286.492	-	-	108.286.492	68%	-	-
Comércio por grosso e a retalho	8.836.641	187.070	7.121.121	16.144.832	10%	(594.673)	4%
Indústria extractiva	6.986.610	-	1.781.570	8.768.180	5%	(120.372)	1%
Construção	3.088.843	31.749	-	3.120.592	2%	(120.155)	4%
Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais	2.862.874	-	2.525.246	5.378.384	3%	(66.734)	1%
Indústrias transformadoras	1.288.210	-	1.210.218	2.498.428	2%	(61.193)	2%
Indústrias alimentares e de bebidas	172.702	-	-	172.702	0,1%	(3.900)	2%
Actividades informáticas e conexas	124.583	-	190.126	314.709	0,2%	(3.533)	1%
Fabricação de produtos petrolíferos refinados	49.082	16.092	-	65.174	-	(8.564)	13%
Transportes, armazenagem e comunicações	64.842	-	-	64.842	-	(60.656)	94%
Fabricação de máquinas e aparelhos eléctricos	14.952	-	-	14.952	-	(452)	3%
Fabricação de outros produtos minerais não metálicos	4.221	-	-	4.221	-	(128)	3%
PARTICULARES							
Consumo	12.595.059	812.901	-	13.417.696	8%	(853.903)	6%
Habituação	1.071.817	54.387	-	1.126.204	1%	(35.979)	3%
Outros fins	334.210	14.675	-	348.885	-	(24.436)	7%
TOTAL	145.781.138	1.116.874	12.828.281	159.726.293	100%	(1.954.678)	1%

A concentração geográfica do risco de crédito em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 é de 100% em Angola, com excepção das aplicações de liquidez que são com o Grupo Standard Bank (África do Sul e Isle of Man).

Para efeitos de redução do risco de crédito são relevantes as garantias reais hipotecárias e os colaterais financeiros, que permitam alterar o LGD do cliente.

Em termos de redução directa, estão contempladas as operações de crédito colateralizadas por cauções financeiras, nomeadamente, depósitos, obrigações do Estado Angolano entre outras similares.

Relativamente às garantias reais hipotecárias, as avaliações dos bens são realizadas por avaliadores independentes ou por unidade de estrutura da própria Instituição, independente da área comercial. A reavaliação dos bens é efectuada pela realização de avaliações no local, por técnico avaliador, de acordo com as melhores práticas adoptadas no mercado.

O Modelo de Cálculo das Perdas por Imparidade da Carteira de Crédito do Banco encontra-se implementado desde Dezembro de 2016, regendo-se pelos princípios gerais definidos na IAS 39, bem como pelas orientações e iterações de implementação das IAS/ IFRS junto do Banco Nacional de Angola, por forma a alinhar o processo de cálculo com as melhores práticas internacionais.

Nota 37 – Gestão de Riscos da Actividade

O modelo de imparidade do Banco começa por segmentar os clientes da carteira de crédito em grupos distintos, consoante a existência de sinais de imparidade (que contemplam informação interna e externa) e a dimensão do conjunto de exposições de cada grupo económico/ cliente:

- Individualmente Significativos: são sujeitos a análise individual Clientes ou Grupos Económicos que preencham, pelo menos, um dos seguintes requisitos:
 - Exposição superior a 0.1% do montante dos capitais próprios do Banco, com sinais de imparidade;
 - Exposição superior a 0.5% do montante dos capitais próprios do Banco, sem sinais de imparidade.
- Populações Homogéneas com sinais de imparidade: Clientes ou Grupos Económicos que não preenchem os critérios para serem Individualmente Significativos e que apresentam pelo menos um sinal de imparidade.
- Populações Homogéneas sem sinais de imparidade: Clientes ou Grupos Económicos que não preenchem os critérios para serem Individualmente Significativos e que não apresentam nenhum sinal de imparidade.

Consoante o grupo em que sejam classificados os clientes, as operações são tratadas através de Análise em Base Individual, ou de Análise em Base Colectiva.

Para cada um dos clientes/créditos activos são verificados um conjunto de sinais de imparidade, que contemplam informação interna e externa que, por sua vez, agravam os valores de imparidade na medida em que representam um agravamento do risco de incumprimento.

De referir que o crédito reestruturado é um sinal de imparidade pelo que a carteira de créditos marcados como reestruturados está incluída nos créditos com sinais de imparidade.

No grupo das populações homogéneas, as exposições dos clientes estão sujeitas a análise em base colectiva. O cálculo do valor da imparidade para os créditos dos clientes pertencentes às populações homogéneas resulta do produto da exposição EAD (deduzida de colaterais financeiros sem risco) pelos seguintes parâmetros de risco:

- PD (probabilidade de incumprimento): corresponde a estimativas internas de incumprimento, baseadas nas classificações de risco associadas às operações/clientes, segmento e respectivos sinais de imparidade/estados do crédito (caso existam). Caso o crédito se encontre em situação de *default* ou *cross-default*, a PD corresponde a 100%;
- LGD (perda em caso de incumprimento): corresponde a estimativas internas de perda, que variam consoante o segmento, se tem ou não garantia real, LTV (*Loan-to-Value*) e antiguidade do *default*, tendo por base a experiência histórica de recuperação de créditos que entraram em incumprimento.

No grupo dos clientes individualmente significativos, as exposições dos clientes estão sujeitas a análise em base individual. Esta análise incide sobre a qualidade creditícia do devedor, bem como sobre as expectativas de recuperação de crédito, atendendo designadamente aos colaterais, garantias existentes, informação financeira histórica e previsões (orçamentos e estimativas).

O valor de imparidade para os clientes Individualmente Significativos é apurado através do método de *discounted cash-flows*, ou seja, o valor de imparidade corresponde à diferença entre o valor do crédito e o somatório dos cash-flows esperados relativos às diversas operações do cliente, actualizados segundo as taxas de juro de cada operação.

Risco de Mercado

No que respeita à informação e análise de risco de mercado é assegurado o reporte regular sobre as carteiras de activos financeiros. Ao nível das carteiras próprias, encontram-se definidos diversos limites de risco. Estão igualmente definidos diferentes limites de exposição por Emitente, por tipo/classe de activo e nível de qualidade de crédito (rating). São ainda definidos limites de *Stop Loss* e *Loss Trigger* para as posições detidas para negociação e em disponíveis para venda.

Nota 37 – Gestão de Riscos da Actividade

A análise de sensibilidade do valor patrimonial dos instrumentos financeiros a variações das taxas de câmbio à data de 31 de Dezembro de 2016 e 2015 é apresentada como segue:

	(milhares de Kwanzas)					
	2016					
	-20%	-10%	-5%	+5%	+10%	+20%
MOEDA						
Dólares dos Estados Unidos da América	(870.638)	(435.319)	(217.660)	217.660	435.319	870.638
Euros	(429.063)	(214.532)	(107.266)	107.266	214.532	429.063
Outras moedas	(34.891)	(17.446)	(8.723)	8.723	17.446	34.891
TOTAL	(1.334.592)	(667.297)	(333.649)	333.649	667.297	1.334.592

	(milhares de Kwanzas)					
	2015 Proforma					
	-20%	-10%	-5%	+5%	+10%	+20%
MOEDA						
Dólares dos Estados Unidos da América	(443.648)	(221.824)	(110.912)	110.912	221.824	443.648
Euros	61.978	30.989	15.495	(15.495)	(30.989)	(61.978)
Outras moedas	(126.505)	(63.253)	(31.626)	31.626	63.253	126.505
TOTAL	(508.175)	(254.088)	(127.043)	127.043	254.088	508.175

O resultado do *stress test* apresentado corresponde ao impacto esperado (antes de impostos) nos capitais próprios, incluindo interesses minoritários.

Risco de Taxa de Juro

O Banco passou a reportar o risco de taxa de juro na carteira bancária ao Banco Nacional de Angola de acordo com o Aviso N° 08/2016 publicado em 16 de Maio de 2016. O Banco Nacional de Angola estabeleceu, em comunicação posterior, que os bancos teriam que enviar o reporte de risco de taxa de juro pela primeira vez até ao final de Janeiro de 2017 com referência aos seus balanços em 31 de Dezembro de 2016. O referido aviso define uma periodicidade semestral para os bancos reportarem o risco de taxa de juro na carteira bancária ao Banco Nacional de Angola.

O Banco Nacional de Angola estabelece, através do Aviso N°08/2016, um choque instantâneo de 2% nas taxas de juro que resulta num movimento paralelo da curva de rendimentos na mesma magnitude estimando-se o impacto sobre o valor actual dos fluxos de caixa e sobre a margem de juros.

Com base nas características financeiras de cada contrato é feita a projecção dos fluxos de caixa esperados de acordo com as datas de refixação de taxa ou maturidade contractual, observando eventuais pressupostos comportamentais considerados para a refixação de taxa de juro para os activos e passivos que, apesar de estarem sujeitos ao risco de taxa de juro, não tenham maturidade contractual definida e para os contratos de crédito de taxa fixa que disponham de uma cláusula que permite o banco alterar a taxa de juro sempre que as condições do mercado justificarem.

De acordo com o mesmo aviso, os bancos deverão avaliar o nível de exposição ao risco de taxa de juro numa base contínua e, no prazo de um dia útil, informar ao Banco Nacional de Angola sempre que de acordo com o choque realizado, exista uma redução potencial do seu valor económico igual ou superior a 20% dos seus fundos próprios regulamentares.

Nota 37 – Gestão de Riscos da Actividade

Uma análise separada é necessária sempre que os elementos expostos ao risco de taxa de juro denominados numa moeda estrangeira representem mais do que 5% da carteira bancária, de acordo com o aviso. Nestes casos, os bancos devem apresentar uma análise e prestação de informação específica para esta moeda.

O risco de taxa de juro na carteira bancária do Standard Bank de Angola referente a 31 de Dezembro de 2016 foi reportado ao Banco Nacional de Angola como segue:

Exposições por Intervalo de Maturidade ou Refixação da Taxa – Impacto na Situação Líquida

Moeda Nacional				(milhares de Kwanzas)	
Banda	Activos (+)	Passivos (-)	Posição (+/-)	Factor de Ponderação	Posição de Ponderação
à vista - 1 mês	3.541.120	(48.301.447)	(44.760.327)	0,08%	(35.808)
1 - 3 meses	58.903.693	(39.084.604)	19.819.089	0,32%	63.421
3 - 6 meses	22.964.286	(24.209.235)	(1.244.949)	0,72%	(8.964)
6 - 12 meses	35.011.646	(27.392.593)	7.619.053	1,43%	108.952
1 - 2 anos	-	(33.513.167)	(33.513.167)	2,77%	(928.315)
2 - 3 anos	12.271.483	(3.609.780)	8.661.703	4,49%	388.910
TOTAL	132.692.228	(176.110.826)	(43.418.598)		(411.804)
Impacto acumulado dos instrumentos sensíveis à taxa de juro					(411.804)
Fundos Próprios Regulamentares					26.071.270
Impacto no Valor Económico / Fundos Próprios Regulamentares					-2%

Nota 37 – Gestão de Riscos da Actividade

Exposições por Intervalo de Maturidade ou Refixação da Taxa - Impacto na Margem de Juros

Moeda Nacional				(milhares de Kwanzas)	
Banda	Activos (+)	Passivos (-)	Posição (+/-)	Factor de Ponderação	Posição de Ponderação
à vista - 1 mês	3.541.120	(21.569.388)	(18.028.268)	1,92%	(346.143)
1 - 2 meses	56.972.999	(20.044.264)	36.928.735	1,75%	646.253
2 - 3 meses	1.930.694	(224.030)	1.706.664	1,58%	26.965
3 - 4 meses	3.723.544	(145.391)	3.578.153	1,42%	50.810
4 - 5 meses	19.240.742	(3.803.824)	15.436.918	1,25%	192.961
5 - 6 meses	-	(1.036.395)	(1.036.395)	1,08%	(11.193)
6 - 7 meses	-	(21.273)	(21.273)	0,92%	(196)
7 - 8 meses	4.008.178	(40.419)	3.967.759	0,75%	29.758
8 - 9 meses	10.527.356	(32.485)	10.494.871	0,58%	60.870
9 - 10 meses	9.490.785	(51.197)	9.439.588	0,42%	39.646
10 - 11 meses	10.985.327	(280.014)	10.705.313	0,25%	26.763
11 - 12 meses	-	(12.027)	(12.027)	0,08%	(10)
TOTAL	120.420.745	(47.260.707)	73.160.038		716.484
Impacto acumulado dos Instrumentos sensíveis à taxa de juros até um ano					716.484
Margem de Juros (MJ)					13.481.405
Impacto acumulado dos Instrumentos sensíveis à Taxa de Juros até um ano em percentagem da MJ					5%

Exposições por Intervalo de Maturidade ou Refixação da Taxa - Impacto na Situação Líquida

Moeda Estrangeira (USD)				(milhares de Kwanzas)	
Banda	Activos (+)	Passivos (-)	Posição (+/-)	Factor de Ponderação	Posição de Ponderação
à vista - 1 mês	22.330.023	(20.100.521)	2.229.502	0,08%	1.784
1 - 3 meses	13.707.165	(19.347.119)	(5.639.954)	0,32%	(18.048)
3 - 6 meses	-	(5.409.562)	(5.409.562)	0,72%	(38.949)
6 - 12 meses	-	(7.456.805)	(7.456.805)	1,43%	(106.632)
1 - 2 anos	-	(10.273.514)	(10.273.514)	2,77%	(284.576)
2 - 3 anos	-	(6.830.999)	(6.830.999)	4,49%	(306.712)
3 - 4 anos	-	(5.484.512)	(5.484.512)	6,14%	(336.749)
4 - 5 anos	-	(3.409.334)	(3.409.334)	7,71%	(262.860)
5 - 7 anos	10.522.513	-	10.522.513	10,15%	1.068.035
TOTAL	46.559.701	(78.312.366)	(31.752.665)		(284.707)
Impacto acumulado dos instrumentos sensíveis à taxa de juro					(284.707)
Fundos Próprios Regulamentares					26.071.270
Impacto no Valor Económico / Fundos Próprios Regulamentares					-1%

Nota 37 – Gestão de Riscos da Actividade

Exposições por Intervalo de Maturidade ou Refixação da Taxa - Impacto na Margem de Juros

Moeda Estrangeira (USD)				(milhares de Kwanzas)	
Banda	Activos (+)	Passivos (-)	Posição (+/-)	Factor de Ponderação	Posição de Ponderação
à vista	-	-	-	-	-
à vista - 1 mês	22.330.023	(12.872.339)	9.457.684	1,92%	181.588
1 - 2 meses	5.804.895	(9.213.920)	(3.409.025)	1,75%	(59.658)
2 - 3 meses	7.902.270	(5.045.386)	2.856.884	1,58%	45.139
3 - 4 meses	-	(205.758)	(205.758)	1,42%	(2.922)
4 - 5 meses	-	(4.197)	(4.197)	1,25%	(52)
5 - 6 meses	-	(1.658)	(1.658)	1,08%	(18)
6 - 7 meses	-	(2.141)	(2.141)	0,92%	(20)
9 - 10 meses	-	(166.152)	(166.152)	0,42%	(698)
TOTAL	36.037.188	(27.511.551)	8.525.637		163.359
Impacto acumulado dos Instrumentos sensíveis à taxa de juros até um ano					163.359
Margem de Juros (MJ)					1.714.324
Impacto acumulado dos Instrumentos sensíveis à Taxa de Juros até um ano em percentagem da MJ					10%

Segundo as tabelas acima, é possível constatar que o impacto acumulado dos instrumentos sensíveis à taxa de juro nos fundos próprios regulamentares do banco esteve dentro do limite de 20% tanto em moeda nacional como em moeda estrangeira, neste caso o dólar americano por ser a única moeda estrangeira cujos elementos expostos ao risco de taxa de juro representam mais de 5% da carteira bancária. De acordo com análise feita a carteira bancária em moeda nacional constatou-se que o impacto foi de -2% e sendo assim esteve dentro do limite de 20% enquanto a análise feita a carteira bancária em moeda estrangeira (USD) reflectiu um impacto negativo de -1%, e por isso esteve também dentro do limite de 20%.

Nota 37 – Gestão de Riscos da Actividade

No quadro seguinte apresentam-se as taxas médias de juro verificadas para as grandes categorias de activos e passivos financeiros do Banco, para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2016 e 2015, bem como os respectivos saldos médios e os proveitos e custos do exercício:

(milhares de Kwanzas)						
	31.12.2016			31.12.2015 Proforma		
	Saldo médio do exercício	Juro do exercício	Taxa de juro média	Saldo médio do exercício	Juro do exercício	Taxa de juro média
APLICAÇÕES						
Crédito a clientes	50.834.227	6.372.447	12,54%	47.051.218	5.367.945	11,41%
Disponibilidades	161.757.102	-	-	94.974.284	-	-
Carteira de Títulos	98.498.362	13.146.551	13,35%	78.869.786	5.102.472	6,47%
Aplicações interbancárias	15.791.693	218.875	1,39%	23.941.426	289.518	1,21%
Derivados	-	-	-	388.873	4.182	-
TOTAL APLICAÇÕES	326.881.384	19.737.873		245.225.587	10.764.117	
RECURSOS						
Depósitos de clientes	306.755.464	3.341.056	1,09%	231.794.232	1.342.243	0,58%
Outros recursos	5.029.497	252.126	4,93%	4.160.234	167.870	3,93%
TOTAL RECURSOS	311.784.961	3.593.182		235.954.466	1.510.113	
MARGEM FINANCEIRA		16.144.691			9.254.004	

Nota 37 – Gestão de Riscos da Actividade

A repartição dos activos e passivos, a 31 de Dezembro de 2016 e 2015, por moeda, é analisado como segue:

	(milhares de Kwanzas)				
	2016				
	AOA	USD	EUR	Outros	Total
ACTIVO					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	153.010.146	10.169.973	223.802	41.721	163.445.642
Disponibilidades em outras instituições de crédito	7.225	20.385.467	2.865.897	736.300	23.994.889
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	20.758.102	-	-	20.758.102
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	3.579.775	6.364.500	-	-	9.944.275
Activos financeiros disponíveis para venda	73.074.604	-	-	-	73.074.604
Investimentos detidos até à maturidade	20.310.120	-	-	-	20.310.120
Crédito a clientes	23.792.761	26.064.734	373.763	-	50.231.258
Activos não correntes detidos para venda	1.494.234	-	-	-	1.494.234
Outros activos tangíveis	2.211.374	-	-	-	2.211.374
Activos intangíveis	374.038	-	-	-	374.038
Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	44.290	-	-	-	44.290
Activos por impostos correntes	100.159	-	-	-	100.159
Activos por impostos diferidos	387.735	-	-	-	387.735
Outros valores	1.382.728	30.611	5.068	15.583	1.433.990
TOTAL DE ACTIVO	279.769.189	83.773.387	3.468.530	793.604	367.804.710
PASSIVO					
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	(524.526)	(10.783)	(1.502)	(171.221)	(708.032)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(263.444.852)	(73.266.979)	(930.760)	(86.869)	(337.729.460)
Provisões	(402.188)	-	-	-	(402.188)
Passivos por impostos correntes	(493.891)	-	-	-	(493.891)
Passivos subordinados	-	(5.045.386)	-	-	(5.045.386)
Outros passivos	(2.943.419)	(1.097.047)	(390.952)	(361.058)	(4.792.476)
TOTAL DE PASSIVO	(267.808.876)	(79.420.195)	(1.323.214)	(619.148)	(349.171.433)
ACTIVO/(PASSIVO) LÍQUIDO	11.960.313	4.353.192	2.145.316	174.456	18.633.277

Nota 37 – Gestão de Riscos da Actividade

(milhares de Kwanzas)					
	2015 Proforma				
	AOA	USD	EUR	Outros	Total
ACTIVO					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	108.046.449	6.800.171	-	207.680	115.054.300
Disponibilidades em outras instituições de crédito	6.486	18.512.745	1.737.827	762.314	21.019.372
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	10.825.284	-	-	10.825.284
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	375.476	7.145.501	-	-	7.520.977
Activos financeiros disponíveis para venda	81.347.830	4.798.917	-	-	86.146.747
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	-	-	-
Crédito a clientes	27.772.488	23.664.708	-	-	51.437.196
Activos não correntes detidos para venda	1.494.331	-	-	-	1.494.331
Outros activos tangíveis	2.389.118	-	-	-	2.389.118
Activos intangíveis	291.702	-	-	-	291.702
Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	44.290	-	-	-	44.290
Activos por impostos correntes	94.564	-	-	-	94.564
Activos por impostos diferidos	846.025	-	-	-	846.025
Outros valores	1.431.241	397.867	2.021	6.310	1.837.439
TOTAL DE ACTIVO	224.140.000	72.145.193	1.739.848	976.304	299.001.345
PASSIVO					
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	(895.448)	-	-	-	(895.448)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(209.025.023)	(64.832.012)	(1.805.639)	(118.794)	(275.781.468)
Provisões	(458.252)	-	-	-	(458.252)
Passivos por impostos correntes	(134.692)	-	-	-	(134.692)
Passivos subordinados	-	(4.102.793)	-	-	(4.102.793)
Outros passivos	(2.929.543)	(992.147)	(244.101)	(225.000)	(4.390.791)
TOTAL DE PASSIVO	(213.442.958)	(69.926.952)	(2.049.740)	(343.794)	(285.763.444)
ACTIVO/(PASSIVO) LÍQUIDO	10.697.042	2.218.241	(309.892)	632.510	13.237.901

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de Activos financeiros ao justo valor através de resultados apresenta na coluna (USD) os títulos em Kwanzas indexados a Dólares Norte Americanos.

Risco de Liquidez

A avaliação do risco de liquidez é feita utilizando métricas internas definidas pela gestão do Banco, nomeadamente, limites de exposição. Este controlo é reforçado com a execução mensal de análises de sensibilidade, com o objectivo de caracterizar o perfil de risco do Banco e assegurar que as suas obrigações num cenário de crise de liquidez são cumpridas.

O controlo dos níveis de liquidez tem como objectivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. O risco de liquidez é monitorizado diariamente, sendo elaborados diversos relatórios, para efeitos de controlo e para acompanhamento e apoio à tomada de decisão em sede de comité ALCO.

Nota 37 – Gestão de Riscos da Actividade

A avaliação da situação de liquidez com base nos gaps estruturais de liquidez é efectuada, em particular, com base nos fluxos de caixa futuros estimados para vários horizontes temporais, tendo em conta o balanço do Banco. Aos valores apurados é adicionada a posição de liquidez do dia de análise e o montante de activos considerados altamente líquidos existentes na carteira de títulos descomprometidos, determinando-se assim o gap de liquidez acumulado para vários horizontes temporais.

O gap contractual de liquidez difere do gap comportamental (BAU) de liquidez fundamentalmente na forma como os perfis de maturidade dos activos e passivos sem maturidade contractual são definidos, sendo que os perfis de maturidade dos activos e passivos com maturidade contractual não diferem em ambas abordagens e é sempre de acordo com a maturidade contractual.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o gap contractual de liquidez do Banco de acordo com as regras do relatório BA 610 apresentava a seguinte estrutura:

(milhares de Kwanzas)							
31.12.2016	Prazos residuais contratuais						
	À vista	Até 1 mês	Entre 1 a 2 meses	Entre 2 a 3 meses	Mais de 3 meses	Não Contractual	Total
Activo	129.223.365	20.860.983	3.067.145	19.320.301	192.910.529	2.422.387	367.804.710
Passivo e Capital Próprio	278.768.455	15.718.046	7.915.754	29.281.746	15.544.706	20.576.003	367.804.710
GAP DE LIQUIDEZ	(149.545.090)	5.142.937	(4.848.609)	(9.961.445)	177.365.823	(18.153.616)	-
GAP ACUMULADO DE LIQUIDEZ	(149.545.090)	(144.402.153)	(149.250.762)	(159.212.207)	18.153.616	-	-

(milhares de Kwanzas)							
31.12.2015 Proforma	Prazos residuais contratuais						
	À vista	Até 1 mês	Entre 1 a 2 meses	Entre 2 a 3 meses	Mais de 3 meses	Não Contractual	Total
Activo	102.258.059	13.199.836	34.719.207	25.107.077	118.434.046	5.283.120	299.001.345
Passivo e Capital Próprio	224.163.219	6.689.263	3.750.787	36.054.143	9.269.651	19.074.282	299.001.345
GAP DE LIQUIDEZ	(121.905.160)	6.510.573	30.968.420	(10.947.066)	109.164.395	(13.791.162)	-
GAP ACUMULADO DE LIQUIDEZ	(121.905.160)	(115.394.587)	(84.426.167)	(95.373.233)	13.791.162	-	-

Nota 37 – Gestão de Riscos da Actividade

Por sua vez, os gaps comportamentais de liquidez de acordo com o BA 610 a 31 de Dezembro de 2016 e 2015 apresentavam a seguinte estrutura:

(milhares de Kwanzas)							
31.12.2016	Prazos residuais contractuais						
	À vista	Até 1 mês	Entre 1 a 2 meses	Entre 2 a 3 meses	Mais de 3 meses	Não Contractual	Total
Activo	152.808.796	45.941.123	13.879.612	20.676.359	132.076.432	2.422.388	367.804.710
Passivo e Capital Próprio	14.124.885	56.936.296	31.063.380	46.956.472	198.147.674	20.576.003	367.804.710
GAP DE LIQUIDEZ	138.683.911	(10.995.173)	(17.183.768)	(26.280.113)	(66.071.242)	(18.153.615)	-
GAP ACUMULADO DE LIQUIDEZ	138.683.911	127.688.738	110.504.970	84.224.857	18.153.615	-	-

(milhares de Kwanzas)							
31.12.2015 Proforma	Prazos residuais contractuais						
	À vista	Até 1 mês	Entre 1 a 2 meses	Entre 2 a 3 meses	Mais de 3 meses	Não Contractual	Total
Activo	175.316.607	10.347.832	7.452.971	14.307.187	86.293.628	5.283.120	299.001.345
Passivo e Capital Próprio	22.969.424	31.896.999	23.646.379	50.421.144	150.993.118	19.074.281	299.001.345
GAP DE LIQUIDEZ	152.347.183	(21.549.167)	(16.193.408)	(36.113.957)	(64.699.490)	(13.791.161)	-
GAP ACUMULADO DE LIQUIDEZ	152.347.183	130.798.016	114.604.608	78.490.651	13.791.161	-	-

Após análise das tabelas acima pode-se constatar que os gaps comportamentais de liquidez são mais favoráveis que os gaps contractuais de liquidez sendo que isto se deve à forma como os perfis de maturidade dos activos e passivos são definidos em ambas as abordagens. Enquanto a abordagem contractual classifica todos os depósitos não contractuais, tal como contas a ordem e poupança, na faixa temporal à vista, a abordagem comportamental tem em consideração a estabilidade destes depósitos e para isso faz-se uma análise de volatilidade dos mesmos, com base num modelo estatístico, de forma a definir o seu perfil de maturidade.

O LCR promove a resiliência a curto prazo do perfil de risco de liquidez de um banco, assegurando que o mesmo dispõe de activos líquidos não onerados de alta qualidade suficientes que possam ser, de uma forma fácil e imediata, convertidos em numerário nos mercados para satisfazer as suas necessidades de liquidez num cenário de esforço de liquidez com a duração de 30 dias de calendário.

Nota 37 – Gestão de Riscos da Actividade

O LCR de Basileia está a ser implementado pelo Bank of International Settlements (BIS) de forma gradual através de uma disposição transitória sendo que apenas a partir de 1 de Janeiro de 2019, os bancos sujeitos a esta regulamentação terão que cumprir com o mínimo de 100%. Segundo o acordo internacional de implementação gradual da BIS, o requisito mínimo situou-se em 70% durante o ano de 2016.

	1 de Janeiro de 2016	1 de Janeiro de 2017	1 de Janeiro de 2018	1 de Janeiro de 2019
MÍNIMO REGULAMENTAR DO LCR DE BASILEIA III	70%	80%	90%	100%

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o rácio de liquidez (LCR) de Basileia III foi reportado como segue:

(milhares de Kwanzas)		
31.12.2016	Total	Total ponderado
Rácio de Liquidez (LCR)		
TOTAL DOS ACTIVOS LÍQUIDOS DE ALTA QUALIDADE (A)	193.833.137	193.833.137
Activos Líquidos de Alta Qualidade do Nível 1	193.833.137	193.833.137
TOTAL DAS SAÍDAS DE CAIXA (B)	364.909.848	119.368.363
Depósitos de Particulares e Pequenas e Médias Empresas	57.384.448	5.738.445
Depósitos de Grandes Empresas sem garantias	280.328.610	112.153.080
Outras Saídas Esperadas	27.196.790	1.476.838
TOTAL DAS ENTRADAS DE CAIXA (C)	46.065.837	45.313.941
Entradas Líquidas de Caixa de Particulares e Pequenas e Médias Empresas	945.162	472.581
Entradas Líquidas de Caixa de Grandes Empresas Não Financeiras	558.630	279.315
Entradas Líquidas de Caixa de Empresas Financeiras e Bancos Centrais	44.562.045	44.562.045
TOTAL SAÍDA LÍQUIDA DE CAIXA (D) = { (B) - MIN[(C) OU 75% X (B)] }	318.844.011	74.054.422
RÁCIO DE LIQUIDEZ (A)/(D)		262%

Nota 37 – Gestão de Riscos da Actividade

(milhares de Kwanzas)		
31.12.2015 Proforma		
Rácio de Liquidez (LCR)	Total	Total ponderado
TOTAL DOS ACTIVOS LÍQUIDOS DE ALTA QUALIDADE (A)	156.007.727	156.007.727
Activos Líquidos de Alta Qualidade do Nível 1	156.007.727	156.007.727
TOTAL DAS SAÍDAS DE CAIXA (B)	292.334.229	95.017.544
Depósitos de Particulares e Pequenas e Médias Empresas	55.232.897	5.523.290
Depósitos de Grandes Empresas sem garantias	220.591.374	88.262.331
Outras Saídas Esperadas	16.509.958	1.231.923
TOTAL DAS ENTRADAS DE CAIXA (C)	32.098.760	31.968.465
Entradas Líquidas de Caixa de Particulares e Pequenas e Médias Empresas	209.191	104.595
Entradas Líquidas de Caixa de Grandes Empresas Não Financeiras	51.398	25.699
Entradas Líquidas de Caixa de Empresas Financeiras e Bancos Centrais	31.838.171	31.838.171
TOTAL SAÍDA LÍQUIDA DE CAIXA (D) = { (B) - MIN[(C) OU 75%X(B)] }	260.235.469	63.049.079
RÁCIO DE LIQUIDEZ (A)/(D)		247%

Pode-se constatar através das tabelas acima que o banco tem cumprido com o limite mínimo para o cumprimento do rácio de liquidez de Basileia III com uma margem significativa. Em 2016, o requisito mínimo situou-se em 70% enquanto o rácio de liquidez do banco situou-se em 262%. Pode-se também constatar que o rácio de liquidez no final de 2016 aumentou cerca de 15 pontos percentuais relativamente aos 247% referentes ao período homólogo de 2015.

Gestão de Capital e Rácio de Solvabilidade

Os fundos próprios do Banco são apurados de acordo com as normas regulamentares aplicáveis, nomeadamente com o Aviso nº 05/2007 de 12 de Setembro, Instrutivo nº 03/2011 de 08 de Junho, o Aviso nº 2/2015 de 26 de Janeiro e Aviso nº10/2014 de 05 de Dezembro.

Nota 37 – Gestão de Riscos da Actividade

As instituições financeiras angolanas devem manter um nível de fundos próprios compatíveis com a natureza e escala das operações devidamente ponderados pelos riscos inerentes às operações, sendo o Rácio de Solvabilidade Regulamentar mínimo de 10%.

Os Fundos Próprios regulamentares compreendem:

1. Fundos Próprios de Base – compreendem (i) o Capital Social realizado; (ii) Reserva para registo do valor da actualização monetária do capital social realizado; (iii) resultados transitados de exercícios anteriores; (iv) reservas legais, estatutárias e outras reservas provenientes de resultados não distribuídos, ou constituídas para o aumento de capital, e (v) resultado líquido do exercício.
2. Fundos Próprios Complementares – compreendem (i) acções preferenciais remíveis; (ii) fundos e provisões genéricas; (iii) reservas provenientes da realização dos imóveis de uso próprio; (iv) dívidas subordinadas e instrumentos híbridos de capital e dívida; e (v) outros valores autorizados pelo Banco Nacional de Angola.
3. Deduções – Compreendem: (i) acções da própria instituição objecto de recompra; (ii) acções preferenciais remíveis e com dividendos fixos e cumulativos; (iii) empréstimos concedidos com natureza de capital; (iv) empréstimos concedidos com natureza de capital; valor das participações; (v) créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais; (vi) goodwill (trespasse); (vii) outros activos incorpóreos líquidos das amortizações; (viii) outros valores, por determinação do Banco Nacional de Angola.

O Aviso 08/2007 de 12 de Setembro estabelece que para efeitos de cálculo do Rácio de Solvabilidade Regulamentar, o excesso verificado no limite de exposição ao risco por cliente deve ser deduzido dos Fundos Próprios Regulamentares (FPR).

Um sumário dos cálculos de requisitos de capital do Banco para 31 de Dezembro de 2016 e 2015 apresenta-se como segue:

		(milhares de Kwanzas)	
		2016	2015 Proforma
ACTIVOS PONDERADOS PELO RISCO			
Com factor 30%		15.068.973	11.381.117
Com factor 50%		3.612	3.235
Com factor 60%		5.682.151	3.454.711
Com factor 100%		44.651.911	53.760.959
Com factor 130%		17.571.554	7.979.394
TOTAL DE ACTIVOS PONDERADOS PELO RISCO	A	82.978.201	76.579.416
RISCO DE CÂMBIO E OURO	B	1.421.057	911.870
TOTAL	C = A + B	84.399.258	77.491.286
FUNDOS PRÓPRIOS			
Base	D	21.025.884	13.142.638
Complementares	E	5.045.386	4.102.793
	F = D + E	26.071.270	17.245.431
EXCESSO DE RISCO DE CRÉDITO	G	-	-
FUNDOS PRÓPRIOS REGULAMENTARES	H = F + G	26.071.270	17.245.431
RÁCIO DE SOLVABILIDADE			
	K = I + J	26,8%	20,1%
Nível I	$I = (D + G) / (A+B/10\%)$	21,6%	15,3%
Nível II	$J = E / (A+B/10\%)$	5,2%	4,8%

Nota 38 – Impactos da transição para as IFRS

Principais impactos da transição para as IFRS no Capital Próprio e no Resultado Líquido do Exercício findo em 31 de Dezembro de 2015

A entrada em vigor das IFRS, em 1 de Janeiro de 2016, conforme previsto no Aviso n.º 6/16, de 22 de Junho, do Banco Nacional de Angola, tornou necessária a introdução de ajustamentos decorrentes da aplicação dos novos princípios contabilísticos, que determinam alterações aos valores de Balanço, Capital Próprio e do Resultado Líquido do exercício de 2015, preparados de acordo com as anteriores normas de contabilidade estabelecidas no Plano de Contas das Instituições Financeiras (“CONTIF”).

Estas são as primeiras demonstrações financeiras anuais individuais do Standard Bank de Angola, S.A. preparadas de acordo com as IFRS tendo sido cumprido o disposto na IFRS 1 para a determinação dos ajustamentos de transição, com referência a 1 de Janeiro de 2015.

Na preparação das demonstrações financeiras individuais na data de transição, o Standard Bank de Angola, S.A. decidiu optar por algumas das excepções permitidas na IFRS 1 apresentadas como segue:

(i) Desreconhecimento de activos financeiros

De acordo com a opção da IFRS 1, o Standard Bank de Angola, S.A. decidiu aplicar os requisitos de desreconhecimento da IAS 39 apenas para as operações realizadas a partir de 1 de Janeiro de 2015. Assim, os activos desreconhecidos até essa data, de acordo com as normas contabilísticas anteriormente aplicadas, não foram reexpressos no balanço.

(ii) Valorização dos activos fixos tangíveis

O Standard Bank de Angola, S.A. decidiu considerar como custo dos activos fixos tangíveis, com referência a 1 de Janeiro de 2015, o valor de balanço determinado em conformidade com as políticas contabilísticas anteriormente aplicadas.

Com excepção das situações referidas acima, o Standard Bank de Angola, S.A. adoptou retrospectivamente as restantes IFRS.

Uma explicação de como a transição para os IAS/IFRS afectou a posição financeira do Banco é apresentada de seguida.

Nota 38 – Impactos da transição para as IFRS

		(milhares de Kwanzas)								
BALANÇO CONTIF	BALANÇO IFRS	Ponto	31.12.2015 Contif	Reclassificações	Ajustamentos de transição	31.12.2015 IFRS Proforma	01.01.2015 Contif	Reclassificações	Ajustamentos de transição	01.01.2015 IFRS Proforma
ACTIVO	ACTIVO									
Disponibilidades	Caixa e disponibilidades em bancos centrais		136.067.186	(21.012.886)	-	115.054.300	52.276.979	(19.267.521)	-	33.009.458
Créditos no sistema de pagamentos	Disponibilidades em outras instituições de crédito		6.486	21.012.886	-	21.019.372	1.597.901	19.267.536	-	20.865.437
Aplicações de liquidez	Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito		10.825.284	-	-	10.825.284	37.057.567	-	-	37.057.567
Títulos e valores mobiliários (Mantidos para negociação)	Activos financeiros ao justo valor através de resultados		7.516.795	4.182	-	7.520.977	4.564.684	-	-	4.564.684
Títulos e valores mobiliários (Disponíveis para venda)	Activos financeiros disponíveis para venda		86.146.747	-	-	86.146.747	59.507.164	-	-	59.507.164
Títulos e valores mobiliários (Mantidos até ao vencimento)	Investimentos detidos até à maturidade		-	-	-	-	-	-	-	-
Créditos	Crédito a clientes	2)	51.262.589	(284.709)	459.316	51.437.196	42.796.247	(272.326)	141.319	42.665.240
Outros valores	Activos não correntes detidos para venda		-	1.494.331	-	1.494.331	-	-	-	-
Imobilizações corpóreas	Outros activos tangíveis	6)	1.970.404	418.714	-	2.389.118	1.995.895	731.804	-	2.727.699
Imobilizações incorpóreas	Activos intangíveis	3)	630.333	(338.631)	-	291.702	993.635	(651.721)	-	341.914
Imobilizações financeiras	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		44.290	-	-	44.290	44.290	-	-	44.290
Outros valores	Activos por impostos correntes		-	94.564	-	94.564	-	-	-	-
Outros valores	Activos por impostos diferidos	2) e 5)	-	716.340	129.685	846.025	-	1.543.568	142.067	1.685.635
Outros valores		2) e 3)	3.549.007	(1.711.568)	-	1.837.439	2.505.485	(1.322.730)	-	1.182.755
Instrumentos financeiros derivados	Outros activos		4.182	(4.182)	-	-	-	-	-	-
Operações cambiais			389.041	(389.041)	-	-	28.610	(28.610)	-	-
TOTAL DE ACTIVO	TOTAL DE ACTIVO		298.412.344	-	589.001	299.001.345	203.368.457	-	283.386	203.651.843
PASSIVO	PASSIVO									
Obrigações no sistema de pagamentos	Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito		895.448	-	-	895.448	766.383	-	-	766.383
Depósitos	Recursos de clientes e outros empréstimos		275.781.468	-	-	275.781.468	187.806.996	-	-	187.806.996
Provisões para responsabilidades prováveis	Provisões		458.252	-	-	458.252	281.905	-	-	281.905
Outras obrigações	Passivos por impostos correntes		-	134.692	-	134.692	-	187.446	-	187.446
Dívida subordinada	Passivos subordinados		4.102.793	-	-	4.102.793	3.117.106	-	-	3.117.106
Operações cambiais (Passivas)		2)	395.756	3.995.035	-	4.390.791	6.473	3.707.297	-	3.713.770
Outras Captações Contratadas	Outros passivos		42.970	(42.970)	-	-	442.725	(442.725)	-	-
Outras obrigações			3.195.159	(4.086.757)	891.598	-	2.837.144	(3.452.018)	614.874	-
TOTAL DO PASSIVO	TOTAL DO PASSIVO		284.871.846	-	891.598	285.763.444	195.258.732	-	614.874	195.873.606
FUNDOS PRÓPRIOS	CAPITAL PRÓPRIO									
Capital	Capital Social		9.530.007	-	-	9.530.007	9.530.007	-	-	9.530.007
Resultados potenciais	Reservas de reavaliação	1)	-327.057	-	29.395	(297.662)	(469.466)	-	-	(469.466)
Reservas e Fundos	Outras reservas e resultados transitados	1) e 2)	4.527	-	(331.488)	(1.232.010)	(3.192.870)	-	(331.488)	(1.282.304)
Resultados transitados			-905.049	-	-	-	2.242.054	-	-	-
Resultado líquido do exercício	Resultado líquido	1) e 2)	5.238.070	-	(504)	5.237.566	-	-	-	-
TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		13.540.498	-	(302.597)	13.237.901	8.109.725	-	(331.488)	7.778.237
TOTAL DO PASSIVO E FUNDOS PRÓPRIOS	TOTAL DO PASSIVO E DO CAPITAL PRÓPRIO		298.412.344	-	589.001	299.001.345	203.368.457	-	283.386	203.651.843

Nota 38 – Impactos da transição para as IFRS

		(milhares de Kwanzas)				
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONTIF	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS IFRS	Ponto	31.12.2015 Contif	Reclassificações	Ajustamentos de transição	31.12.2015 IFRS
Proveitos de instrumentos financeiros activos	Juros e rendimentos similares	1), 2) e 4)	11.352.996	(600.757)	11.878	10.764.117
Custos de instrumentos financeiros passivos	Juros e encargos similares		(1.510.113)	-	-	(1.510.113)
MARGEM FINANCEIRA	MARGEM FINANCEIRA		9.842.883	(600.757)	11.878	9.254.004
Resultado de prestação de serviços financeiros	Rendimentos de serviços e comissões		2.699.864	300.216	-	3.000.080
	Encargos com serviços e comissões			(396.381)	-	(396.381)
Resultados de negociação e ajuste ao justo valor	Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	4)	(27.594)	364.999	-	337.405
	Resultados de activos financeiros disponíveis para venda			355.492	-	355.492
Resultados em operações cambiais	Resultados cambiais		5.365.964	-	-	5.365.964
Impostos e taxas não incidentes sobre o resultado			(423.511)	216.683	-	(206.828)
Penalidades aplicadas por autoridades reguladoras			(724)	724	-	-
Outros custos administrativos e de comercialização	Outros resultados de exploração		(15.550)	15.550	-	-
Outros proveitos e custos operacionais			267.750	(267.750)	-	-
Resultado não operacional			(34.793)	34.793	-	-
	PRODUTO DA ACTIVIDADE BANCÁRIA		17.674.289	23.569	11.878	17.709.736
ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES						
Pessoal	Custos com pessoal		(6.142.312)	(23.569)	-	(6.165.881)
Fornecimento de terceiros	Fornecimentos e serviços de terceiros		(4.019.649)	-	-	(4.019.649)
Depreciações e amortizações	Depreciações e amortizações do exercício		(654.578)	-	-	(654.578)
Provisões s/ outros valores e responsabilidades prováveis	Provisões líquidas de anulações		(51.419)	83.165	-	31.746
Provisões para crédito de liquidação duvidosa e prestação de garantias	Imparidade para crédito a clientes líquida de reversões e recuperações		(802.065)	79.446	-	(722.619)
Provisões s/ outros valores e responsabilidades prováveis	Imparidade para outros activos líquida de reversões e recuperações		-	(162.611)	-	(162.611)
	RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		6.004.266	-	11.878	6.016.144
Encargos sobre o resultado corrente	Impostos sobre os resultados	2)	(766.196)	-	(12.382)	(778.578)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	RESULTADO LÍQUIDO		5.238.070	-	(504)	5.237.566

Nota 38 – Impactos da transição para as IFRS

1) Conforme o definido na IFRS 1, as diferenças entre o CONTIF e as IAS/IFRS, com impacto nas demonstrações financeiras em 1 de Janeiro, e 31 de Dezembro de 2015 e a reconciliação dos capitais próprios e resultados nas referidas datas, são apresentadas como segue:

(milhares de Kwanzas)					
	31 de Dezembro de 2015				1 de Janeiro de 2015
	Capitais próprios	Capital e outras reservas	Reserva de reavaliação	Resultado do exercício	Capitais próprios
NORMAS LOCAIS (CONTIF)	13.540.498	8.629.485	(327.057)	5.238.070	8.109.725
Aplicação da taxa efectiva à carteira de títulos	a) -	-	29.395	(29.395)	-
Aplicação do diferimento de comissão da carteira de crédito a Clientes	b) (302.597)	(331.488)	-	28.891	(331.488)
TOTAL DOS AJUSTAMENTOS DE TRANSIÇÃO	(302.597)	(331.488)	29.395	(504)	(331.488)
CAPITAIS PRÓPRIOS - IAS/IFRS	13.237.901	8.297.997	(297.662)	5.237.566	7.778.237

(a) Ajustamento resultante dos instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda, de acordo os critérios estabelecidos pela IAS 39, em que é determinada a taxa de juro efectiva de forma individual para cada um dos títulos constantes da carteira de investimentos. É através da aplicação desta taxa, até à data de desreconhecimento do título, que o desconto ou prémio de aquisição é reconhecido em resultados.

A taxa de juro efectiva é a taxa de desconto que, aplicada sobre os recebimentos futuros estimados ao longo da expectativa de vigência do instrumento financeiro, resulta no valor contabilístico líquido do activo financeiro.

(b) O “Método da taxa de juro efectiva” de um activo ou de um passivo financeiro (ou grupo de activos ou de passivos financeiros) tem como objectivo a imputação de rendimentos ou de gastos com juros durante o período relevante. O cálculo inclui as comissões, pagas ou recebidas entre as partes do contrato.

Considerando que ainda não foi possível implementar, a esta data, sistemas informáticos para o cálculo das comissões de crédito de acordo com o método da taxa efectiva, o ajustamento apurado tem por base o diferimento linear das comissões, pelo período de vida remanescente dos créditos em carteira, à data de reporte.

Foi apurado o ajustamento de AOA 473.555 milhares e AOA 432.282 milhares, com referência a 1 de Janeiro de 2015 e 31 de Dezembro de 2015, respectivamente. Estes montantes serão reconhecidos em margem financeira, nos próximos exercícios, até à maturidade dos créditos. O valor líquido de imposto reconhecido em margem financeira no exercício de 2015 foi de AOA 28.891 milhares. Os valores apresentados na tabela acima consideram o imposto associado a este ajustamento no valor de AOA 142.067 milhares e AOA 129.685 milhares, com referência a 1 de Janeiro de 2015 e 31 de Dezembro de 2015, respectivamente, conforme ponto 5 abaixo.

2) Com referência a 1 de Janeiro de 2015 e 31 de Dezembro de 2015, a reclassificação na rubrica de crédito a clientes é referente ao ajustamento de justo valor do crédito a colaboradores no valor de AOA 272.326 milhares e AOA 284.709 milhares, respectivamente, por contrapartida de outros activos. Este ajustamento tem também efeitos em 2015 ao nível da margem financeira em contrapartida da rubrica de custos com pessoal no valor de AOA 23.569 milhares.

Com referência a 1 de Janeiro de 2015 e 31 de Dezembro de 2015, o ajustamento de transição na rubrica de crédito a clientes é referente a:

i) Classificação em balanço (crédito a clientes por contrapartida de outros passivos) das cartas de crédito com documentação recebida, no valor de AOA 614.874 milhares e AOA 891.598 milhares, respectivamente; e

ii) Diferimento das comissões de crédito (crédito a clientes por contrapartida de resultados transitados) no valor de AOA 473.555 milhares e AOA 432.283 milhares, respectivamente. A rubrica de activos por impostos diferidos é afectada por este efeito em AOA 142.067 milhares e AOA 129.685 milhares, respectivamente. O diferimento das comissões de crédito impacta também os resultados do exercício conforme ponto b) acima.

Nota 38 – Impactos da transição para as IFRS

3) Com referência a 1 de Janeiro de 2015 e 31 de Dezembro de 2015, a reclassificação na rubrica de activos intangíveis, por contrapartida de outros activos no valor de AOA 80.083 milhares, é referente aos certificados de inscrição escolar para trabalhadores. Estes certificados têm uma vida útil indefinida.

4) A reclassificação nas rubricas de resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e resultados de activos financeiros disponíveis para venda, por contrapartida de margem financeira, estão relacionadas com proveitos de venda de títulos classificados nestas categorias.

5) Os ajustamentos de transição com referência a 1 de Janeiro de 2015 e a 31 de Dezembro de 2015 resultam em variações patrimoniais negativas. De acordo com o Código do Imposto Industrial em vigor, as variações patrimoniais negativas não relevam para o apuramento do imposto a pagar, isto é para efeitos de imposto corrente. Em 31 de Dezembro de 2015 foi constituído imposto diferido activo sobre todos os ajustamentos de transição.

6) Em 31 de Janeiro de 2015 e 31 de Dezembro de 2015, as obras em imóveis arrendados foram reclassificadas de activos intangíveis para outros activos intangíveis para outros activos tangíveis, de acordo com as IFRS.

À medida que os ajustamentos de conversão se vão revertendo, por exemplo à medida que as comissões associadas ao crédito vão sendo reconhecidas em resultados, também o valor do imposto diferido activo deverá ser revertido por via de resultados do exercício.

Nota 39 – Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas são as seguintes:

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010, 2013 e 2014)

A IFRS 9 foi adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2067/2016, de 22 de Novembro de 2016 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de Janeiro de 2018).

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de activos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. A IFRS 9 (2013) introduziu a metodologia da cobertura. A IFRS 9 (2014) procedeu a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de activos financeiros.

Os requisitos da IFRS 9 representam uma mudança significativa dos actuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos activos financeiros. A norma contém três categorias de mensuração de activos financeiros: custo amortizado, justo valor por contrapartida em outro rendimento integral (OCI) e justo valor por contrapartida em resultados. Um activo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objectivo é deter o activo por forma a receber os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor. Se o instrumento de dívida for detido no âmbito de um modelo de negócio que tanto capte os fluxos de caixa contratuais do instrumento como capte por vendas, a mensuração será ao justo valor com a contrapartida em outro rendimento integral (OCI), mantendo-se o rendimento de juros a afectar os resultados.

Nota 39 – Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo contrato base seja um activo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra e, verificando-se os derivados embutidos, terão de ser mensurados ao justo valor através de resultados.

A norma elimina as categorias actualmente existentes na IAS 39 de “detido até à maturidade”, “disponível para venda” e “contas a receber e pagar”.

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com excepção desta alteração, a IFRS 9 na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 (2013) introduziu novos requisitos para a contabilidade de cobertura que alinha esta de forma mais próxima com a gestão de risco. Os requisitos também estabelecem uma maior abordagem de princípios à contabilidade de cobertura resolvendo alguns pontos fracos contidos no modelo de cobertura da IAS 39.

A IFRS 9 (2014) estabelece um novo modelo de imparidade baseado em “perdas esperadas” que substituirá o actual modelo baseado em “perdas incorridas” previsto na IAS 39.

Assim, o evento de perda não mais necessita de vir a ser verificado antes de se constituir uma imparidade. Este novo modelo pretende acelerar o reconhecimento de perdas por via de imparidade aplicável aos instrumentos de dívida detidos, cuja mensuração seja ao custo amortizado ou ao justo valor por contrapartida em OCI.

No caso de o risco de crédito de um activo financeiro não tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, o activo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer nos próximos 12 meses.

No caso de o risco de crédito tiver aumentado significativamente, o activo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer até à respectiva maturidade, aumentando assim a quantia de imparidade reconhecida.

Uma vez verificando-se o evento de perda (o que actualmente se designa por “prova objectiva de imparidade”), a imparidade acumulada é afectada directamente ao instrumento em causa, ficando o seu tratamento contabilístico similar ao previsto na IAS 39, incluindo o tratamento do respectivo juro.

A IFRS 9 será aplicável em ou após 1 de Janeiro de 2018.

O Banco iniciou em 2017 um processo de avaliação dos efeitos potenciais desta norma e prevê a sua adopção a partir de 1 de Janeiro de 2018.

IFRS 16 - Locações

O IASB, emitiu, em 13 de Janeiro de 2016, a norma IFRS 16 – Locações, de aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2019. A sua adopção antecipada é permitida desde que adoptada igualmente a IFRS 15. Esta norma revoga a norma IAS 17 – Locações.

A IFRS 16 retira a classificação das locações como operacionais ou financeiras (para o locador), tratando todas as locações como financeiras.

Locações de curto-prazo (menos de 12 meses) e locações de activos de baixo valor (como computadores pessoais) são isentos de aplicação dos requisitos da norma.

O Banco iniciou em 2017 um processo de avaliação dos efeitos potenciais desta norma.

Nota 39 – Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

Outras alterações

Foram ainda emitidas pelo IASB:

- Em 19 de Janeiro de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após, 1 de Janeiro de 2017, alterações à IAS 12 que visaram clarificar os requisitos de reconhecimento de activos por impostos diferidos para perdas não realizadas para resolver divergências praticadas.
- Em 29 de Janeiro de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após 1 de Janeiro de 2017, alterações à IAS 7, iniciativa de divulgações, exigindo às empresas prestação de informação sobre alterações nos seus passivos financeiros proporcionando informação que auxilie os investidores na compreensão do endividamento das empresas.
- Em 20 de Junho de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após, 1 de Janeiro de 2018, alterações à IFRS 2 – Classificação e Mensuração de Transacções com pagamentos baseados em acções.
- Em 8 de Dezembro de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após 1 de Janeiro de 2018, alterações à IAS 40 – Transferência de propriedades de investimento clarificando o momento em que a entidade deve transferir propriedades em construção ou desenvolvimento de, ou para, propriedades de investimento quando ocorra alteração no uso de tais propriedades que seja suportado por evidência (além do listado no parágrafo 57 da IAS 40)
- Os melhoramentos anuais do ciclo 2014-2016, emitidos pelo IASB em 8 de Dezembro de 2016 introduzem alterações, com data efectiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2018 às normas IFRS 1 (eliminação da excepção de curto prazo para aplicantes das IFRS pela primeira vez) e IAS 28 (mensuração de uma associada ou *joint venture* ao justo valor) e com data efectiva em, ou após, 1 de Janeiro de 2017 à norma IFRS 12 (clarificação do âmbito de aplicação da norma).

O Banco não antecipa qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

Nota 40 – Eventos subsequentes

Não temos conhecimento de quaisquer factos ou acontecimentos posteriores a 31 de Dezembro de 2016 que justifiquem ajustamentos ou divulgação adicional nas Notas às demonstrações financeiras.

PARECER DO AUDITOR EXTERNO



KPMG Angola - Audit, Tax, Advisory, S.A.
Edifício Moncada Prestige
Rua Assalto ao Quartel de Moncada 15 2º
Luanda - Angola
Telefone: +244 227 28 01 01
Fax: +244 227 28 01 19
Internet: www.kpmg.co.ao
E-mail: aokpmg@kpmg.com

Relatório do Auditor Independente

Aos Accionistas do Standard Bank de Angola, S.A.

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Standard Bank de Angola, S.A.**, que compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2016 que evidencia um total de 367.804.710 milhares de AKZ e capital próprio de 18.633.277 milhares de AKZ, incluindo um resultado líquido de 7.877.760 milhares de AKZ, as Demonstrações de resultados, do outro rendimento integral, das alterações no capital próprio e de fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente anexo.

Responsabilidade da Administração pelas Demonstrações Financeiras

O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação de modo apropriado destas demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro.

Responsabilidade do Auditor

A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião independente sobre estas demonstrações financeiras com base na nossa auditoria, a qual foi conduzida de acordo com as Normas Técnicas da Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola. Estas normas exigem que cumpramos requisitos éticos e que planeemos e executemos a auditoria para obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.

Uma auditoria envolve executar procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou a erro. Ao fazer essas avaliações do risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras pela entidade a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria inclui também avaliar a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pelo Conselho de Administração, bem como avaliar a apresentação global das demonstrações financeiras.



Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **Standard Bank de Angola, S.A.** em 31 de Dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Luanda, 17 de Março de 2017

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'Inês Filipe', written over a horizontal line.

KPMG Angola – Audit, Tax, Advisory, S.A.

Representada por

Inês Filipe

Perito Contabilista (Cédula nº 20140081)

RELATÓRIO E
PARECER DO
CONSELHO FISCAL

Standard Bank de Angola, SA.

Angola – Conselho Fiscal

**Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
Relativo ao Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2016**

Senhores Accionistas,

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, apresentamos o nosso Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão e sobre as Demonstrações Financeiras (Balanço, Demonstração de Resultados, respectivos anexos e notas), apresentadas pelo Conselho de Administração do Standard Bank de Angola e relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.

RELATÓRIO DE ACTIVIDADE

No cumprimento das suas funções, O Conselho Fiscal reuniu periodicamente com o Conselho de Administração, com a Comissão Executiva e com o Auditor Externo (a KPMG Angola), tendo acompanhado genericamente a actividade do Banco bem como obtido a informação e as explicações que, regularmente, foi solicitando sobre as actividades em curso.

O Conselho Fiscal reuniu com frequência com vários Directores do Banco, responsáveis, quer por áreas de negócio, quer de suporte e de controlo interno, tendo obtido dos mesmos a informação que periodicamente solicitou.

Em particular, o Conselho Fiscal pôde analisar as Demonstrações Financeiras relativas a 2016, sendo seu entendimento que as contas apresentadas satisfazem o que por lei e pelos estatutos do Banco é exigido.

No âmbito da sua actividade, o Conselho Fiscal tomou ainda conhecimento do Relatório de Auditoria Externa emitido pela KPMG Angola o qual exprime uma opinião favorável às Contas apresentadas.

PARECER

Considerando o exposto, o Conselho Fiscal do Standard Bank é da opinião que:

1. O Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras (Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultados, Demonstração da Mutações nos Fundos Próprios, Demonstração de Fluxos de Caixa e respectivos Anexos e Notas) relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, sejam aprovados;
2. A proposta de aplicação de resultados apresentada de AOA 7 877.760 Milhares de Kwanzas é a seguinte:

Reserva Legal: 787.776 Milhares de AOA, referente ao exercício de 2016;

Resultados Transitados: 7.089.984 Milhares de AOA.

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal exprime o seu reconhecimento e agradecimento ao Conselho de Administração e aos serviços do Banco pela colaboração que foi dispensada.

Luanda, 14 de Março de 2017



Sérgio Eduardo Sequeira Serrão
Presidente do Conselho Fiscal



Alberto Manuel Freitas da Silva
Vogal do conselho Fiscal



Miguel da Silva Alves
Vogal do conselho Fiscal





STANDARD BANK DE ANGOLA